

RALPH SALES BATISTA

**“EM ASFALTO NÃO NASCE FEIJÃO”: BARRAGEM ENQUANTO
ACONTECIMENTO SOCIAL E OS MEIOS DE VIDA DO REASSENTAMENTO DE
NOVA SOBERBO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2013**

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

Batista, Ralph Sales, 1979-
B333e "Em asfalto não nasce feijão" : barragem enquanto
2013 acontecimento social e os meios de vida do reassentamento de
Nova Soberbo / Ralph Sales Batista. – Viçosa, MG, 2013.
"xvi, 188f." : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Maria Izabel Vieira Botelho.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Barragens e açudes - Aspectos ambientais. 2. Barragens e
açudes - Aspectos sociais. 3. Usina hidrelétricas.

4. Assentamentos humanos. 5. Trabalhadores rurais - Atitudes.

I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia
Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

II. Título.

CDD 22 ed. 305.5633

RALPH SALES BATISTA

**"EM ASFALTO NÃO NASCE FEIJÃO": BARRAGEM ENQUANTO
ACONTECIMENTO SOCIAL E OS MEIOS DE VIDA DO
REASSENTAMENTO DE NOVA SOBERBO**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Extensão
Rural, para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

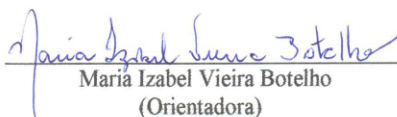
APROVADA: 05 de julho de 2013.



Fabrício Roberto Costa Oliveira



Douglas Mansur da Silva



Maria Izabel Vieira Botelho
(Orientadora)

Atingiu.
Meus pés molhados.
Minha alma seca, sedenta.
Meu pedaço de terra.
As lembranças da minha infância.

Atingido.
Foi o meu direito
de manter as raízes que criei.
Foi o meu pedaço de mundo,
o seu, o nosso.

Atingida.
A minha história.
Minha memória.
Minha visão de mundo.
Minha esperança do futuro.

(Adaptado de *Environmental Vulnerability Index*)

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho científico se fez por um mosaico de livros, de teorias e da interlocução e contribuição dos que conviveram e dos que acompanharam a construção de todo processo. Foi, portanto, um compartilhamento constante de visões de mundo que se amadureceram ao longo do tempo e resultaram na concretização da realização pessoal e, presumivelmente, em possíveis contribuições científicas para o amadurecimento das formas de conhecer e gerar conhecimento à sociedade.

Assim, gostaria de agradecer, em especial, aos moradores de Nova Soberbo, pois o material colhido, através da trajetória de suas vidas, compõe o substrato da presente pesquisa e possibilitou a reflexão contemporânea acerca do campo da geração de energia.

À Universidade Federal de Viçosa, por proporcionar acesso ao ensino e ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos ao longo do Programa de Pós-Graduação, viabilizando, dessa forma, a realização da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e a todos os professores que dele fazem parte. Em especial, à Maria Izabel pela orientação, ao Marcelo Romarco pela coorientação, ao Rennan Mafra pelas discussões em torno da construção do referencial teórico e às contribuições da professora France Maria Gontijo e do professor Franklin Rothman.

À banca de defesa, composta pelo professor Douglas Mansur e pelo professor Fabrício Oliveira, pela valiosa compreensão sobre o percurso da pesquisa.

Aos funcionários do Departamento de Economia Rural, em especial, à Carminha, ao Romildo e à Leony pela atenção constante.

A todos do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragem - PACAB, pelo intenso aprendizado e reflexões sobre a temática. Em especial, ao Bruno Fonseca pela parceria na pesquisa de campo.

Aos colegas de mestrado de 2011, Natan, Elisa, Kamil, Regina, Teté, Poliana, Renata, Patrícia, Telma, Carla, Michele e Fátima. E outros que também fizeram parte desta trajetória, Lucas, Aline e Carla Mucci.

À Maria Simone pela sabedoria e carinho presente em todos momentos, à você, “Flor de Azeviche”, muito obrigado!!!

A todos meus amig@s, os de perto e os de longe. Ao Gustavo, à Jacque, à Aline (Zá), à Iva e ao Todd. Especialmente, à Karina Lelles pelos momentos de descontração em meio às tarefas da escrita e à Alexandra Bittencourt pelas correções e pelas dicas de português. A Vocês, agradeço a oportunidade de vivenciar do que chamaria de “a irmandade da amizade”.

Aos familiares e à minha família. Agradeço à minha irmã Gi, ao meu irmão Max, à minha mãe e ao meu pai pela ajuda, pela compreensão e pelo companheirismo.

Por fim, agradeço, à amiga Dodora Costa, por mostrar que “o homem pertence ao lugar para qual deseja ir”.

BIOGRAFIA

RALPH SALES BATISTA, filho de Rosilena das Graças Sales Batista e José Batista Teixeira, nasceu no dia 14 de janeiro de 1979, no município de Ponte Nova. Coursou o Ensino Fundamental na Escola Municipal Madre Santa Face e na Escola Estadual Dr. Raimundo Alves Torres e o Ensino Médio, no Colégio Anglo de Viçosa-MG. No ano de 2002, ingressou no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em março de 2007, participou do intercâmbio *Communicating for Agricultural Exchange Program - CEAP*, Estados Unidos, regressando em agosto de 2008. Em janeiro de 2010, concluiu o Curso de Ciências Econômicas e em dezembro do mesmo ano, foi aprovado no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, iniciando o curso em março de 2011.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. PERCURSO METODOLÓGICO, MÉTODOS E TÉCNICAS	7
CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	21
CAPÍTULO 3. BARRAGEM ENQUANTO ACONTECIMENTO SOCIAL.....	41
3.1 Enfim, é hora de partir: o dia 03 de maio de 2004.	67
CAPÍTULO 4. A CHEGADA AO REASSENTAMENTO	75
4.1 Anos se passando no reassentamento - transformação do cotidiano após a mudança.	89
CAPÍTULO 5. OS MEIOS DE VIDA DO REASSENTAMENTO DE NOVA SOBERBO..	108
CAPÍTULO 6. ATINGIDO POR BARRAGEM E SUA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171
ANEXOS.....	178
ANEXO A - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ABORDADOS PELO QUESTIONÁRIO E HISTÓRIA ORAL	178
ANEXO B - QUESTIONÁRIO UTILIZADO A CAMPO.....	181
ANEXO C - ROTEIRO DE HISTÓRIA ORAL UTILIZADO A CAMPO	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente em Santa Cruz do Escalvado.....	22
Tabela 2 - Projetos iniciados no reassentamento.....	123
Tabela 3 - Projeção de rendimento de cada projeto.....	123
Tabela 4 - Relação dos cursos profissionalizantes.	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placa próxima à entrada do reassentamento de Nova Soberbo.	7
Figura 2 - Painele à entrada da Associação dos Moradores com os projetos de geração de renda.	8
Figura 3 - Localização geográfica de Santa Cruz do Escalvado no contexto do Brasil, Minas Gerais e da microrregião de Ponte Nova/Zona da Mata - MG.	21
Figura 4 - Vista panorâmica da comunidade de São Sebastião do Soberbo antes de ser inundada.	26
Figura 5 - A família e a casa em São Sebastião do Soberbo.	27
Figura 6 - As ruas de chão da comunidade.	28
Figura 7 - A praça de São Sebastião do Soberbo (foto à direita tirada do rol de entrada da Igreja Católica).	29
Figura 8 - A igreja enquanto referência na vida dos moradores.	31
Figura 9 - Os quintais como forma de sustento.	33
Figura 10 - A roça como meio de vida.	34
Figura 11 - A vida regida pelo fluxo do rio.	37
Figura 12 - O rio enquanto lugar de lazer e de convívio entre os moradores.	38
Figura 13 - Formas de sustento que o rio fornecia.	39
Figura 14 - Quando as águas represadas submergem o lugar: Usina Hidrelétrica Dona Risoleta Neves (UHE Candonga).	41
Figura 15 - “Assembleia de Mobilização e Resistência”.	63
Figura 16 - Os últimos instantes em São Sebastião do Soberbo.	68
Figura 17 - O arrombamento da venda.	70
Figura 18 - A mudança no percurso do deslocamento.	71
Figura 19 - As máquinas e a demolição das casas.	72
Figura 20 - A comunidade se perdendo do olhar.	73
Figura 21 - Localização de São Sebastião Soberbo inundada em relação à Nova Soberbo.	73
Figura 22 - Os primeiros momentos em Nova Soberbo.	75
Figura 23 - A construção do reassentamento de Nova Soberbo e o chão de poeira sendo coberto pelo asfalto.	84
Figura 24 - Vista panorâmica do reassentamento - registro fotográfico realizado em agosto de 2012.	89

Figura 25 - Faixada do Centro Comercial, a Praça e a Igreja.....	93
Figura 26 - Fonte de água potável no reassentamento.....	96
Figura 27 - Nova Soberbo e as reminiscências de ruralidade.....	108
Figura 28 - Projeto de galinheiro coletivo abandonado pelos moradores.	128
Figura 29 - Resquícios da plantação de pimenta na área de extensão dos quintais.....	129
Figura 30 - Plantação de quiabo e a tentativa de cultivo de mandioca.....	134
Figura 31 - Quintais que não são cultivados ou com cultivos mínimos.....	135
Figura 32 - Quintais intermediários na sua utilização para o cultivo e criação de galinhas...135	
Figura 33 - Quintais bem sucedidos no cultivo.	136
Figura 34 - Moradoras que trabalham na Associação dos Moradores participando da feira de artesanato na Semana do Fazendeiro em julho de 2012.....	138
Figura 35 - O olhar sobre o morro de onde se veio.	146
Figura 36 - Diagnóstico Realidade/Desejo.....	155
Figura 37 - Realização de reunião com os reassentados pelo PACAB através da técnica Realidade/Desejo.....	155
Figura 38 - Cartazes colocados em algumas casas no mês de abril e maio de 2012.....	156
Figura 39 - Casa do morador desaparecido - João Caetano.	157
Figura 40 - Presença do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB.....	158
Figura 41 - Relembrando o dia do deslocamento em assembleia pública.....	159
Figura 42 - Preparativos para o acampamento.	160
Figura 43 - “Acampamento Gabundo” na área próxima à entrada de Nova Soberbo.....	160
Figura 44 - Reunião realizada pelo NACAB.....	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O que sentiu quando ficou sabendo da UHE Candonga.	61
Gráfico 2 - Visualizou possibilidades de melhoria da vida com a mudança.	61
Gráfico 3 - Anos de mudança para o reassentamento.	66
Gráfico 4 - Mudou de livre espontânea vontade para o reassentamento.	67
Gráfico 5 - Opinião dos moradores quanto aos novos espaços de sociabilidade.	90
Gráfico 6 - Relação dos vizinhos que ainda continuam morando em Nova Soberbo.	91
Gráfico 7 - Relação dos contatos estabelecidos com outras pessoas.....	91
Gráfico 8 - Opinião sobre a casa em Nova Soberbo.....	98
Gráfico 9 - Existência de diferença entre o quintal anterior com o atual.	98
Gráfico 10 - Relação dos alimentos produzidos para o consumo antes e depois da mudança para o reassentamento.....	102
Gráfico 11 - Alteração dos gastos após a mudança para Nova Soberbo.	105
Gráfico 12 - Alteração da renda após a mudança para Nova Soberbo.	105
Gráfico 13 - Faixa de renda.	130
Gráfico 14 - Saída da casa de algum membro da família após a mudança para o reassentamento.....	132
Gráfico 15 - Sexo.....	178
Gráfico 16 - Idade.....	178
Gráfico 17 - Estado Civil.....	179
Gráfico 18 - Religião	179
Gráfico 19 - Escolaridade	179
Gráfico 20 - Responsável pela família	180

ABREVIATURAS E SIGLAS

CMB - Comissão Mundial das Barragens

PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas

UHEs - Usinas Hidrelétricas

ALCAN - Empresa Alumínios Canadenses

CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social

PACAB - Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragem

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

DRP - Diagnóstico Rural Participativo

SPSS - Statistical Package for Social Sciencies

SUPRAM - Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Zona da Mata

SEMAD - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DRPE - Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador

CPT - Comissão Pastoral da Terra

NACAB - Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

EDLC - Centro Legal de Defensores do Meio Ambiente

EPP - Energia Elétrica Promoção e Participações

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

PCA - Plano de Controle Ambiental

PAS - Plano de Assistência Social

LO - Licença de Operação

LP - Licença Prévia

LI - Licença de Instalação

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

MME - Ministério de Minas e Energia

LEHB - Licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil

SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

DFID - Ministério para o Desenvolvimento Internacional

UK - Overseas Development Institute

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRE - Programa de Reativação Econômica

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

RADA - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINDUSCON/MG - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais

RESUMO

BATISTA, Ralph Sales, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2013. **“Em asfalto não nasce feijão”: barragem enquanto acontecimento social e os meios de vida do reassentamento de Nova Soberbo**. Orientadora: Maria Izabel Vieira Botelho. Coorientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

O objetivo central desta dissertação foi analisar o processo de readequação da população de São Sebastião do Soberbo, que vive no município de Santa Cruz do Escalvado, na bacia do Alto do rio Doce/Minas Gerais, atingida pela Usina Hidrelétrica Candonga (UHE Candonga) e que foi deslocada para o reassentamento de Nova Soberbo em meados de 2003 e início de 2004. Para tanto, buscou-se enfatizar os limites, as possibilidades e as capacidades dos moradores em recriar seus meios de vida frente ao acontecimento do deslocamento e do reassentamento para o novo espaço. A análise apresentada baseou-se em um estudo de caso realizado em 2012 com a utilização de pesquisa documental, da observação participante, da aplicação de questionários incluindo questões abertas, da história oral, bem como recursos fotográficos. Neste contexto, a pesquisa abordou os reassentados com base em três temporalidades distintas, a saber, a chegada da UHE Candonga a São Sebastião do Soberbo, o processo de construção e de inauguração da Usina com seus impactos sociais, econômicos e culturais na ordem da vida cotidiana e os desdobramentos sociais deste acontecimento ao longo de 9 anos no reassentamento. O eixo teórico considerou a interpretação do fenômeno da construção da barragem enquanto acontecimento social que altera o cotidiano daqueles que, pela primeira vez, se deparam com grandes empreendimentos de infraestrutura que se apresentam como promotores do desenvolvimento econômico e social da sociedade. Utilizou-se também de diferentes abordagens sobre deslocamentos e reassentamentos involuntários que preconizam diversas mudanças e rupturas na trajetória de contingentes populacionais que sofrem alterações nos seus modos de vida tradicionais. Os reassentamentos, em geral, implicam na necessidade de reestruturação da vida individual, familiar e coletiva. Reestruturação esta aqui analisada sob a ótica da abordagem dos meios de vida e sob a teoria da agência humana que destacam a capacidade dos atores sociais de processarem experiências e incorrerem em ações e estratégias na tentativa de acesso a recursos tangíveis e intangíveis na reinvenção das formas de sobrevivência. Os desdobramentos sociais decorrentes das condições oferecidas e estruturadas pelo empreendedor, principalmente, em função das relações estabelecidas com o Consórcio Candonga e a vivência no reassentamento, implicaram na constituição da categoria social “atingido por barragem”. Esta constatação

sugeriu também uma análise mais detalhada desta condição social cuja existência foi desencadeada pela construção da barragem. As reflexões obtidas, a partir deste estudo de caso, apontaram algumas alterações definitivas nas formas de produção e reprodução social dos moradores, e o reassentamento, enquanto possibilidade de reconstrução do cotidiano, apresentou-se como um espaço que marca impossibilidades e dificuldades de reestabelecimentos das anteriores relações sociais e atividades de sustento na tessitura de novas referências sociais erigidas sob a atuação e a intervenção do Consórcio Candonga. Demonstraram, ainda, diversos danos subjetivos e emocionais ocasionados pela sensação de desenraizamento provocados pelo impacto da barragem, pelas limitações de sobrevivência no reassentamento e pelas falhas do empreendedor em mitigar e compensar as diversas perdas ocorridas com a mudança de um lugar a outro. E os reassentados, ao vivenciarem este processo, forjam novos elementos no âmbito da sua condição individual e social constituindo-se em atingidos por barragem que incorrem na luta por reconhecimento de seus direitos denegados. Assim, a implantação da barragem repercutiu em um processo profundo de transformação social para aqueles que ainda vivem sob o impacto do deslocamento/reassentamento e vêm se deparando com dificuldades na apropriação das novas condições materiais e imateriais na garantia da reprodução social.

ABSTRACT

BATISTA, Ralph Sales, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2013. **“In asphalt, beans don’t grow”: dams as a social event and the livelihood of the resettled population of Nova Soberbo.** Adviser: Maria Izabel Vieira Botelho. Co-adviser: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

The central aim of this thesis was to analyze the process of readjustment of the population of São Sebastião do Soberbo, located in the municipality of Santa Cruz do Escalvado on the basin of Upper river Doce/Minas Gerais, affected by the Candonga Hydroelectric Dam (UHE Candonga) and shifted to the resettlement of Nova Soberbo in mid-2003 and early 2004. It was done with emphasis on the limits, the possibilities and the capabilities of the residents in rebuilding their livelihoods about on the event of displacement and resettlement for the new spatiality. Therefore, the analysis presented was based on a case study in 2012 through archival research, participant observation, a structured questionnaire, a method of oral history and photographic resources. In this context, the study addressed the resettled population in three distinct time frames, namely the arrival of the UHE Candonga to São Sebastião do Soberbo, the process of construction and inauguration of the dam with its social, economic and cultural impacts on the order of everyday life and the social deployments of this event over 9 years in the resettlement. The theoretical axis guided itself with a view towards the interpretation of the phenomenon of hydroelectricity as a social event, which changes the daily lives of those who for the first time are faced with large infrastructure projects arising from the promotion of economic and social developments within society. Furthermore, the theory of the forced displacement and resettlement was tested, advocating various changes and breaks in the trajectory of population groups that undergo changes in their traditional ways of life. In general, resettlements are pointed as promoter of social change that implies the need to restructure the individual, family and community life. This restructuring was analyzed from the perspective of the approach towards the livelihoods and on the theory of human agency that highlight the ability of social actors to process experiences and incurring actions and strategies in an attempt to access the tangible and intangible resources in reinventing the ways of survival. The social deployments that occurred under the conditions offered and structured by the entrepreneur, mainly on the basis of the relationships established between the Consórcio Candonga and the residents of resettlement, implied in the constitution of the category dam-affected people. This finding also suggested a more detailed analysis of this social condition whose existence was triggered by the construction of the dam.

Reflections on the case study showed definite changes in the forms of social production and reproduction of the residents; and the resettlement, as a possibility for the reconstruction of everyday life, presented itself as a space that marks impossibilities and difficulties in the reestablishment of the previous social relations and living activities in the fabric of new social references erected in the action and intervention of the Cansórcio Candonga. The reflections also showed the many subjective and emotional damages as a result of the feeling of uprootment caused by the impact of the dam, of the limitations of survival in resettlement and of the failure of the entrepreneur to mitigate and compensate for the various losses occurring in the shift from one place to another. And the resettles, when experience this process, forge new elements in their individual and social condition that constitute themselves as dam-affected people who incurring in the struggle for the recognition of their denied rights. Thus, the implementation of the dam reverberated in a profound process of social transformation for those who still live under the impact of the displacement/resettlement and comes into difficulties in appropriation of the new material and immaterial conditions to ensure social readjustment.

INTRODUÇÃO

As usinas hidrelétricas ganham dimensões públicas sob o ideário do crescimento e do desenvolvimento de nações, haja vista inúmeros projetos que envolvem países como China, Índia, Egito, Paquistão, Brasil, México e tantos outros, cujo potencial hídrico é visto como um recurso natural estratégico ao modelo econômico. O que permeia o discurso de governos, empresas privadas e concessionárias do setor energético é que os empreendimentos são construídos com a finalidade de produzir energia limpa e renovável destinada à sociedade. Decorre que as ideias acerca do desenvolvimento são elaboradas levando em consideração o crescimento econômico que, por sua vez, pauta-se pelo aumento da produção que demanda altos níveis de energia. Desta maneira, a justificativa para a construção de hidrelétricas¹ assenta-se, dentre outras, no bem-estar das populações beneficiárias (CERNEA, 1994).

Ao mesmo tempo, têm surgido inúmeras discussões sobre os impactos negativos de empreendimentos hidrelétricos. Muniz Braga (2008) destaca que geralmente estas discussões dizem respeito às questões ambientais, tais como impacto no regime hidrológico, comprometimento da qualidade das águas, emissão de gases estufas, problemas de saúde pública, com a proliferação de vetores transmissores de doenças endêmicas, e dificuldades em assegurar o uso múltiplo das águas na irrigação, no lazer, na piscicultura entre outros.

Além destas questões ambientais, Sigaud (1986), Cernea (1994), Rebouças (2000), Oliver-Smith *et al.* (2009) e Oliver-Smith (2010) afirmam que as populações tradicionalmente estabelecidas às margens dos rios, ao se depararem com os avanços de grandes projetos anunciados na perspectiva do desenvolvimento, vivenciam a possibilidade de usufruir dos benefícios sociais de tais empreendimentos. Todavia, em muitos casos, os estudos também ressaltam impactos sociais negativos quando estes projetos desencadeiam processos de desapropriação e de deslocamento involuntário de famílias de suas terras. Estas famílias são interpeladas pela perda de meios de sobrevivência, de suas referências sociais, ambientais e culturais e, normalmente, são deslocadas para espaços alhures ao *ethos* original e se deparam com os reassentamentos planejados.

¹ Conforme Muniz Braga (2008), a hidroeletricidade constitui-se numa alternativa de obtenção de energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho do rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela consequente formação de um reservatório.

Por conseguinte, estes autores acima referenciados e alguns manuais do Banco Mundial como CFI (2005; 2007) abordam diversas implicações sociais no processo de restabelecimento das condições sociais em espaços como os reassentamentos, pois estes locais, enquanto prerrogativa de mitigação (compensação) do processo de deslocamento, envolvem a necessidade de reconstrução e de reestruturação da vida social de forma multidimensional. Desta maneira, os autores e os manuais destacam que, no curso de elaboração e de implementação do reassentamento, emergem a necessidade de recomposição de dimensões espaciais, econômicas, sociais e culturais viáveis à readequação das formas de produção e reprodução social dos grupos reassentados.

Dentro deste contexto e pela perspectiva dos que são impelidos pelo impacto do deslocamento, Martins (1993) *apud* Bortone (2008) afirma que os atingidos por barragem veem a construção das usinas hidrelétricas como a “chegada do estranho”, ou seja, como algo que assusta e, ao mesmo tempo instiga. Assusta por ser algo “novo”, por gerar rupturas em estruturas já estabelecidas, bem como instiga por vir embalado pelo discurso do desenvolvimento, que pode transformar estruturas já estabelecidas e criar oportunidade antes inimaginadas.

Com base em dados divulgados pelo Banco Mundial, Cernea (1994) ressalta que, nas décadas de 1980 e 1990, estimou-se que em torno de 1,6 a 1,8 milhões de pessoas foram afetadas de forma adversa por grandes projetos hidrelétricos, implicando, dessa forma, no deslocamento e no reassentamento involuntário de enorme contingente populacional. Segundo o relatório da Comissão Mundial de Barragens - CMB, publicado em novembro de 2000, mais de 800.000 barragens já foram construídas no planeta sendo que 45 mil de grande porte. Além disso, cerca de 1.600 barragens estavam, em 2000, em construção em todo o mundo (ROTHMAN, 2008).

Em relação ao modelo energético adotado no Brasil, Oliver-Smith (2010) situa-o a partir da crise do petróleo na década de 1970, pois, a partir deste momento, iniciam-se, de forma proeminente, políticas macroeconômicas voltadas à exploração de recursos hídricos através de projetos hidroelétricos com o intuito de diminuir a dependência externa e atingir a autossuficiência energética. Neste contexto histórico, o autor salienta que emergiram políticas econômicas direcionadas à centralização de recurso em grandes empresas para a promoção de infraestrutura e de estratégias direcionadas à atração de investimento de capital estrangeiro.

Nestas condições, projetos de larga escala, como a Hidrelétrica de Itaipu, o Projeto de Mineração nos Carajás e a construção da Rodovia Transamazônica, ganharam importância nas estratégias de busca pela promoção do desenvolvimento econômico do país. Todavia, estas políticas adotadas repercutiram no deslocamento de contingentes populacionais de suas terras e abriu margem às críticas sobre os “custos do desenvolvimento” para aqueles que foram direta ou indiretamente tangenciados por estes grandes projetos, que eram parte de um determinado modelo adotado pelo país (OLIVER-SMITH, 2010).

Em discussões recentes no Brasil acerca de projeto de geração de energia, Pereira (2007) *apud* Fonseca *et al.* (2010) relata que o Plano Nacional de Energia Elétrica (1990-2015) prevê a construção de 494 novas usinas hidroelétricas até 2015 em diferentes regiões do país. Deste total, algumas já estão em fase de construção, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e outras em fase de ampliação ou ainda em fase de planejamento. O autor ainda destaca que este plano vem sendo redimensionado a cada ano com previsão de implantação de novos empreendimentos até o ano de 2030.

De acordo com Zhouiri *et al.* (2005), o Brasil é um dos 20 países cuja hidroeletricidade responde por 93% da energia gerada e consumida no país. Em virtude da construção das barragens, mais de 1 milhão de pessoas foram deslocadas de suas terras e 3,4 milhões de hectares de florestas foram inundados. Em Minas Gerais, estado considerado por Zhouiri *et al.* (2005) como a ‘caixa d’água’ do país, até dezembro de 2004, estavam em operação ou em avaliação pelos órgãos ambientais do estado 112 Pequenas Centrais Hidrelétrica - PCHs e 22 projetos de Usinas Hidrelétricas - UHEs. Destes empreendimentos, alguns já estão em funcionamento na bacia do Rio Doce, na microrregião de Ponte Nova, tais como UHE Candonga, UHE Fumaça, UHE Prazeres e UHE Furquim.

As reflexões elaboradas nesta pesquisa ancoram-se em um estudo de caso, com base na problematização do fenômeno da hidroeletricidade e suas possíveis implicações (impactos) na vida socioeconômica dos moradores diretamente afetados. A pesquisa de campo foi realizada ao longo de 2012 no reassentamento de Nova Soberbo, distrito de Santa Cruz do Escalvado, localizado na região do Alto do rio Doce, na microrregião de Ponte Nova, Zona da Mata de Minas Gerais. Nova Soberbo é fruto do processo de deslocamento compulsório e reassentamento de aproximadamente 120 famílias da antiga comunidade de São Sebastião do Soberbo pela Usina Hidrelétrica Dona Risoleta Neves (UHE Candonga).

Em relação ao empreendedor, a UHE Candonga é resultado da consorciação entre as empresas Vale² e Alcan³ - Consórcio Candonga - que inaugura a Usina Hidrelétrica Candonga localizada entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, à jusante do rio do Carmo com o rio Piranga, com as obras iniciadas no período de junho de 2001 a março de 2004. O processo de construção da Hidrelétrica repercutiu no barramento de trecho do rio Doce formando um reservatório com 286 hectares de área alagada - 191,59 hectares de terras e 94,1 hectares correspondentes à calha do rio e seus afluentes - tendo como profundidade média cerca de 20 metros e capacidade instalada de geração de energia de 140 Mega Watts (MW) (PINTO, 2005). Penido (2008) e Bortone (2008; 2010) ressaltam que o enchimento do reservatório afetou, direta e compulsoriamente, aproximadamente 280 moradores da comunidade de São Sebastião do Soberbo, além de outras famílias que tiveram comprometida sua capacidade de trabalho em torno das duas margens do rio.

Concernente ao processo de transformação social desencadeado pela construção da UHE Candonga, a dissertação guiou-se pelo objetivo geral de analisar o processo de readequação da população de São Sebastião do Soberbo, tendo em vista os limites, as possibilidades e as capacidades dos moradores atingidos em recriar seus meios de vida frente ao acontecimento do deslocamento e do reassentamento.

Especificamente, buscou-se reconstruir as formas de vida dos moradores antes da chegada do Consórcio Candonga; conhecer o processo de deslocamento e reassentamento da comunidade buscando entender o contexto da mudança e das rupturas sociais; identificar os projetos de reativação econômica que foram colocados em prática no reassentamento, embora estes não tenham se efetivados como alternativa de meios de vida para os reassentados e, de forma subsequente, entender os porquês da não continuidade destes projetos. Buscou-se, também, identificar as estratégias dos atores locais através de atividades internas e externas ao

² A Companhia Vale é a principal empresa de mineração do Brasil e consome cerca de 5% do total de energia produzida no país, fato que justificaria o seu interesse em investimentos hidrelétricos. A empresa possui instalações industriais nos estados da região Sudeste subsidiadas pela cota de energia gerada pela UHE Candonga (BORTONE e LUDWING, 2010).

³ A empresa Alumínios Canadenses - Alcan se instalou no Brasil no ano de 1940. No ano de 2005, a partir de um desmembramento de praticamente todos os negócios de laminados da Alcan, a empresa passa a se chamar Novelis. Esta é proprietária de duas importantes indústrias no Brasil, uma na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais e a outra em Aratu, Bahia. Em fevereiro de 2007, a Novelis integra-se ao Grupo Aditya Birla, com sede em Mumbai na Índia (BORTONE e LUDWING, 2010).

reassentamento visando à promoção da sobrevivência e, por fim, vislumbrou-se elucidar a mudança de autodenominação dos moradores após serem atingidos pela Hidrelétrica, perdendo ou acrescentando à categoria de meeiros, garimpeiros e pequenos produtores a denominação de atingido por barragem.

Desta forma, esta pesquisa visou captar, descrever e analisar o episódio de inauguração da UHE Candonga e sua reverberação no cotidiano dos moradores que outrora viviam às margens do rio Doce, que, a partir da inauguração, são impelidos ao restabelecimento (reinvenção) de seus meios de vida sobre condições sociais, espaciais e econômicas diferentes daquelas vividas anteriormente.

No caminho trilhado para a realização da pesquisa, adotou-se métodos e técnicas relacionados à pesquisa qualitativa a fim de apreender as particularidades do reassentamento de Nova Soberbo. Para tanto, fez-se uso de fonte documental relativo ao processo de construção da barragem, da observação participante, da coleta de dados via história oral baseada em roteiro semiestruturado, de questionário estruturado com questões abertas e fechadas, da utilização de recursos fotográficos e de informações registras em caderno de campo.

Na construção da ótica interpretativa, buscou-se um arcabouço conceitual que pudesse auxiliar e amparar na compreensão dos impactos e das rupturas que emergem no processo de deslocamento e reassentamento involuntário, como também uma lente interpretativa sobre o processo de reconstrução social através da realização dos meios de vida no reassentamento. Destaca-se, dessa forma, a leitura da barragem enquanto acontecimento social; os elementos da abordagem da sociologia do desenvolvimento referente aos atores locais; a abordagem sobre os meios de vida e uma breve discussão conceitual sobre a categoria atingida por barragem.

Como resultado do percurso investigativo, a dissertação subdivide-se nas seguintes partes: no primeiro capítulo, aborda-se o percurso metodológico com seus métodos e técnicas; no segundo, reconstrói-se tanto a caracterização da área de estudo quanto as formas de vida em São Sebastião do Soberbo; no terceiro, analisa-se a barragem enquanto acontecimento social; no quarto, realiza-se uma análise sobre a chegada no reassentamento e seus desdobramentos sociais; no quinto, se discute as possibilidades dos meios de vida em Nova Soberbo; e, em seguida, no sexto capítulo, realiza-se uma breve discussão sobre a construção da categoria de

atingidos por barragem a partir do encontro com a UHE Candonga. E, por fim, esboça-se as considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO 1. PERCURSO METODOLÓGICO, MÉTODOS E TÉCNICAS

O itinerário do que viria ser a presente pesquisa iniciou-se em meados de 2010, especificamente em abril e maio deste ano, quando pela primeira vez o pesquisador realizou visitas ao reassentamento de Nova Soberbo, localizado no distrito de Santa Cruz do Escalvado - MG. Já às margens da rodovia, a poucos metros da via de acesso à entrada da comunidade, observou-se uma placa da UHE Candonga intitulada “Lago da UHE Risoleta Neves - Energia, Desenvolvimento Econômico e lazer”, cuja área total abrange 286 hectares, abarcando municípios do entorno da Bacia Hidrográfica do rio Doce dentre eles Santa Cruz do Escalvado, Merengo, Rio Doce, Marimbondo e Santana do Deserto. Neste sentido, as informações da placa sinalizavam aos visitantes que, logo à frente, alguns municípios e distritos usufruem dos benefícios do desenvolvimento promovidos pela Hidrelétrica, sendo Nova Soberbo um dos beneficiários do processo de implantação de tal empreendimento.



Figura 1 - Placa próxima à entrada do reassentamento de Nova Soberbo.

Fonte: Visita à Nova Soberbo, abril/maio, 2010.

À medida que se chegava ao reassentamento de Nova Soberbo, a impressão que marcou o olhar durante a visita foi realmente uma dimensão espacial que remeteu a uma vila urbana, com o espaço planejado e asfalto em todas as ruas, sendo, dessa forma, um espaço onde o cotidiano se anunciava com qualidade de vida a partir do acesso a casas boas e áreas de lazer. Além disso, observou-se também uma Associação de Moradores com faixa à entrada do reassentamento demonstrando vários projetos bem sucedidos e moradores felizes, gerando, notoriamente, a impressão inicial de um bem-estar coletivo.



Figura 2 - Pannel à entrada da Associação dos Moradores com os projetos de geração de renda.
Fonte: Visita à Nova Soberbo, abril/maio, 2010.

No contato com o reassentamento e com a realidade dos reassentados em 2010, houve interação direta com vários residentes, por meio de conversas informais e pré-apresentações. Nesta aproximação, aflorou um vasto campo de informações que marcaram contradições entre o espaço construído para abrigá-los e os diversos limites de reconstrução do cotidiano tanto no aspecto da produção como da reprodução social.

Em determinada circunstância, uma moradora, ao se referir às condições de vida no reassentamento, emitiu a seguinte fala:

Antes tinha várias coisas cultivadas, tinha troca de coisas, a terra era pequena, mas produzia, agora nada que planto vai para frente [...] **em asfalto não nasce feijão**. Que adianta ter casa e asfalto se não tem renda (Fala da moradora de Nova Soberbo, 53 anos, abril/maio de 2010).

No transcorrer das visitas e em outros depoimentos subsequentes, a primeira impressão que se tinha do reassentamento se dissipou, emergindo do cotidiano dos moradores vidas talhadas e marcadas pelo processo abrupto de deslocamento promovido a partir da construção da UHE Candonga. Tal confronto, com a percepção inicial da comunidade pelo olhar do espaço externo ganhou tonalidade diversa quando se adentrou nos espaços das casas, dos quintais, e se conheceu algumas marcas do estado psicológico de alguns moradores. É nessas unidades íntimas que se revelou uma contradição latente entre o lado de “fora” do reassentamento, com o lado de “dentro” da própria morada, da interioridade dos moradores. Sobremaneira, a

dinâmica interna no reassentamento apresentava quebra dos laços sociais e rupturas no tecido social de diversas ordens, os quais se propôs investigar através do processo estruturante que uma pesquisa científica visa realizar.

A partir desta vivência inicial, deu-se início a uma pesquisa exploratória para melhor desvelar o que já se havia falado ou escrito sobre este reassentamento, buscando, dessa forma, conhecer a trajetória que estes moradores vivenciaram no percurso da mudança de um lugar a outro, e quais as possíveis implicações sociais deste deslocamento. Trabalhos científicos como Bortone (2008), Barros e Sylvestre (2004), Pinto (2005), Penido (2008), Muniz Braga (2008) e alguns documentos como o Diagnóstico Rural Participativo Emancipador - DRPE (2004) e EDLC (2011) foram cruciais, pois possibilitaram visualizar lacunas e perspectivas no aprofundamento do conhecimento acerca do Caso Candonga.

Em função do conjunto de informações levantadas pela pesquisa exploratória e a lembrança frequente da passagem relatada pela moradora e de outros residentes, alguns *insights* aguçaram a necessidade de se lançar na busca da construção do conhecimento acerca da realidade que se anunciou como uma passagem inconclusa, uma espécie de transitório que não se confirmava, uma agonia por promessas e expectativas não concretizadas. Desta maneira, partiu-se do indício revelado pelas falas dos moradores, do fato particular, para trilhar o caminho científico de imersão na realidade da comunidade a fim de entender os porquês que em “asfalto não nasce feijão”.

Assim, a inquietação do que seria o significado do reassentamento para aqueles moradores desencadeou na elaboração de uma proposta de pesquisa científica que viria a ser submetida ao Programa de Mestrado em Extensão Rural em 2010 e, por conseguinte, a presente Dissertação vinculada ao mesmo Programa cuja linha de pesquisa subscreve-se em Identidade e Representações Coletivas.

A partir da vinculação ao Programa de Mestrado em 2011, o pesquisador vinculou-se, por convite de alguns alunos e professores, ao Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragem - PACAB⁴ que, deste então, vem proporcionando conhecimento prático e

⁴ O Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens na Zona da Mata Mineira (PACAB) vincula-se à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Desde 1996 o projeto atua com parceria dos movimentos sociais, professores, estudantes, ONGs, prefeituras e populações ameaçadas ou atingidas por empreendimentos hidrelétricos. Além disso, o projeto propicia um espaço complementar de

teórico sobre diversos casos de empreendimentos hidrelétricos no Brasil e, especificamente, em Minas Gerais. Já no início de 2012, o Caso Candonga surgiu na pauta do PACAB como uma das demandas colocadas ao grupo pelos moradores para que o Projeto pudesse acompanhar o Caso de forma mais próxima. Como o pesquisador já havia estabelecido contato com os líderes locais e com alguns moradores, esta função específica dentro do grupo foi designada a ele e aos demais membros do PACAB.

Desde então, houve visitas periódicas ao longo de 2012 à comunidade, bem como acompanhamento do caso via mídia impressa e eletrônica, mediante posicionamentos de órgãos públicos e diversos encontros realizados com alguns reassentados. Esta parte de atuação no reassentamento, principalmente, nos primeiros seis meses de 2012, foi crucial no acréscimo de informações que viriam delimitar de forma mais clara o problema de pesquisa, os objetivos, os métodos e as técnicas de coleta de dados, bem como o suporte teórico e metodológico para fundamentação e estruturação da pesquisa.

Assim, enquanto pesquisa de ordem qualitativa, esta oportunidade ampliou as possibilidades de localização e de seleção de fontes de informações acessíveis, bem como possibilitou acompanhar as tendências do fenômeno no contexto histórico real através da técnica de observação participante. Por essa via, observou-se as confluências dos atores sociais em processos de reuniões e mobilização social, levantamento de informações em caderno de campo, registro dos episódios em materiais fotográficos e a identificação de informantes-chaves para a realização da história oral.

No que concerne às proposições da observação participante com ênfase no desenrolar das situações reais, tem-se, conforme Haguete (1992), a realização de interação face a face entre o observador e os observados por um período de tempo curto ou longo, a fim de coletar dados numa realidade socialmente situada. Como salientam Marconi e Lakatos (2008), tem-se a participação real em comunidade ou em grupo de indivíduos buscando o registro dos dados à medida que forem ocorrendo espontaneamente. Ademais, Selltiz *et. al* (1987) ressaltam que a

formação a estudantes de diversas áreas do conhecimento. Atualmente, o projeto vem ampliando suas atuações e análises com investigações sobre os impactos de grandes empreendimentos relacionados a atividades de mineração. Recentemente, o Projeto também formalizou-se como um grupo de pesquisa: PACAB - Grupo de Pesquisa em Conflitos Ambientais, Agricultura e Sociedade vinculado ao Departamento de Economia Rural.

natureza deste tipo de observação pode ser utilizada com a finalidade exploratória, visando um entendimento mais “interno” do fenômeno, pois o pesquisador conta com certa flexibilidade para alterar e redefinir o problema de pesquisa à medida que as circunstâncias avançam.

Perfazendo os momentos da observação participante, acompanhou-se o caso dos atingidos pela UHE Candonga dentro dos seguintes limites temporais específicos ao longo de 2012, a saber: reunião dos atingidos no Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/MG, na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, no dia 17 de fevereiro; realização pelo PACAB da técnica Realidade/Desejo em Nova Soberbo no dia 24 de abril; acompanhamento da Assembleia Popular realizada na Praça de Nova Soberbo, no dia 03 de maio com a presença do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB; acompanhamento da Assembleia Recreativa próxima à Nova Soberbo realizada pelo MAB conjuntamente com os diversos atingidos pela UHE Candonga no dia 26 de maio; presença do PACAB no acampamento, realizado pelo MAB e principalmente pelos moradores de Nova Soberbo, a entrada do reassentamento no dia 31 de maio; e outras visitas informais realizadas pelo pesquisador.

No tocante às salvaguardas conferidas à utilização desta técnica como ferramenta de pesquisa empírica, Haquete (1992) destaca que o papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, podendo ser parte integrante da estrutura social ou simplesmente periférica em relação a ela. Ressalta também que o pesquisador, enquanto parte do contexto real, pode modificá-lo e/ou ser modificado pelo tipo de relação estabelecida, já que compartilha de alguns momentos do cotidiano dos observados de forma dinâmica. Neste ponto, chama atenção para a possibilidade do pesquisador enquanto revelado, aceito e integrado à vivência do grupo assumir o papel ativo e incorrer na possibilidade de influenciar cultural, normativa, política e ideologicamente os observados e enviesar o nível das informações coletadas e comprometer a cientificidade e “objetividade” na coleta de dados.

No tocante a estes riscos de obliteração da percepção e dos possíveis vieses de coleta de informações, houve, por parte do pesquisador, cuidado constante em se posicionar de forma aproximada e aceita ao grupo através dos laços de confiança estabelecidos, como também o exercício constante de um grau de distanciamento para não perder de vista o levantamento de informações chaves que subsidiariam a realização da pesquisa de campo a partir de agosto de 2012.

Dentre algumas atuações da equipe do PACAB em Nova Soberbo, realizou-se a técnica de Realidade/Desejo no dia 24 de abril de 2012 junto à Comissão dos Moradores, contando com a participação de cerca de 40 reassentados. Este momento possibilitou coleta de dados de forma mais sistemática, os quais também foram incluídos como material de análise na pesquisa. Segundo Coelho (2005) e Verdejo (2006), a técnica Realidade/Desejo é comumente empregada como ferramenta na realização de Diagnóstico Rural Participativo - DRP e visa proporcionar compartilhamento de experiências entre os participantes e identificar problemas locais que auxiliem no planejamento de ações. Coelho (2005) ressalta que se trata de visualizar o que é a realidade vivenciada, onde se deseja chegar e quais ações são necessárias para se resolver os problemas levantados.

Nos momentos da observação participante, era recorrente, nas falas dos atingidos, a insatisfação com o descaso do Consórcio Candonga no que se refere ao não cumprimento de condicionantes, problema com a qualidade da água nas residências, falta de reconhecimento e indenização de parcela da população e, sobretudo, falta de efetivos Programas de Reativação Econômica, demonstrando, dessa forma, um embate e conflito aberto entre os moradores e o empreendedor. Optou-se, nesta pesquisa, em não analisar o ressurgimento do conflito desencadeado entre os atingidos e os representantes da UHE Candonga neste período, pois, paralelamente a proposta desta pesquisa, já havia um estudante de iniciação científica⁵ da Universidade Federal de Viçosa investigando a comunidade a partir da perspectiva do conflito socioambiental e seus desdobramentos ao longo dos anos.

Mediante a trajetória exposta e a natureza do fenômeno estudado, este estudo de caso enquadra-se numa abordagem qualitativa, cuja prerrogativa é a exploração e a descrição do processo de readequação da população de São Sebastião do Soberbo após o deslocamento provocado pelo enchimento do reservatório da UHE Candonga. Dessa forma, a unidade de análise são os atingidos/reassentados no distrito de Nova Soberbo.

O estudo de caso abrange um conjunto de procedimentos no campo das ciências sociais a fim de conhecer a realidade, buscando identificar a abrangência, a ocorrência e a intensidade de

⁵ O seguinte projeto de iniciação científica intitula-se: “Re (construção) e análise dos processos de reprodução social do reassentamento de Nova Soberbo – MG. O ressurgimento de um conflito?!” do estudante Bruno Costa da Fonseca vinculado ao Curso de Gestão de Cooperativas do Departamento de Economia Rural com relatório final previsto para julho de 2013. Tal estudante também é membro permanente do PACAB e acompanhou e auxiliou na realização do trabalho de campo da presente Dissertação.

determinado fato ou fenômeno. Adensa, dessa maneira, numa unidade de estudo como comunidade, indivíduo, grupo, instituições ou algum fenômeno em circunstâncias e condições de uma situação lugar-comum, no dia-a-dia, e não dentro de limites controlados de um laboratório (GIL, 2010). Segundo Yin (2005), o estudo de caso possibilita uma investigação das características sistêmicas e significativas dos acontecimentos da vida real em determinada situação específica. Assim, a intenção é o registro sistemático de informações de forma detalhada captando tendências, variações e mudanças ao longo do tempo.

Conforme Yin (2005), este tipo de estudo é uma estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Surge, portanto, da necessidade de compreender fenômenos sociais complexos permitindo investigação de características dinâmicas. Tal como aponta Greswell (2007), o estudo de caso visa explorar e interpretar processos, atividades e eventos que, segundo Gil (2010, p.37) marca um “estudo profundo e exaustivo de um ou pouco objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

Algumas ressalvas metodológicas são elencadas no processo de realização do estudo de caso. Conforme Gil (1996) e Yin (2005), a investigação do fenômeno dentro do contexto real propõe ao pesquisador que redobre seus cuidados tanto no planejamento quanto na coleta e análise dos dados para minimizar os efeitos dos vieses que possam surgir. Outro ponto destacado é que um estudo específico fornece pouca base para generalizações científicas, embora possa “proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que influenciam ou são por ele influenciado” (GIL, 1996, p.38). Ademais, destaca-se que os estudos de caso normalmente se realizam por meio de um conjunto de técnicas, e os dados levantados, necessitam convergir em um formato de triângulo, ao ponto de corroborar o fato e/ou fenômeno estudado e construir a fidedignidade e a relevância científica da descoberta (GIL, 1996; GRESWELL, 2007; YIN, 2005).

Comumente utilizado em estudo de caso e em pesquisa qualitativa, utilizou-se, como procedimento de coleta de dados os recursos da observação participante, questionário com questões abertas e fechadas, história oral com roteiro semiestruturado, recursos visuais como fotografias e registro de informações em caderno de campo. Greswell (2007) identifica a abordagem qualitativa como fundamentalmente interpretativa, pois esta modalidade de pesquisa ocorre em cenário natural onde o pesquisador está geralmente envolvido com

experiência intensiva com os participantes do estudo. Inclui, dessa forma, descrição de pessoas ou cenários, análise de dados para identificar temas e categorias, realização de interpretações e busca significados de forma teórica e conforme a experiência de vida do próprio investigador.

Neste sentido, Greswell (2007, p.202) discorre que o foco da pesquisa qualitativa está “nas percepções e nas experiências reais dos participantes e na maneira como eles entendem a vida”, em função das múltiplas realidades que os cercam. Assim, a abordagem implica o reconhecimento emergente da pesquisa em vez de estritamente pré-configurada. O pressuposto é que o processo de coleta de dados pode mudar ao passo que as “portas” se abrem ou se “fecham”, pois o ciclo na realização da pesquisa é dinâmico indo da coleta de informações, da formulação e da reformulação do problema, das atividades simultâneas de seleção e de análise de fontes de evidências empíricas. Além disso, a coleta de dados pode incluir vasto leque de materiais como sons, e-mails, documentos pessoais, dados em imagem e modelos de gráficos que ajudam a interpretar o quadro multifacetado do fenômeno abordado (GRESWELL, 2007).

O autor pontua ainda a importância do estabelecimento de credibilidade e de harmonia com os envolvidos do estudo, a necessidade de reflexão sobre o reconhecimento de vieses, de valores e de interesses do próprio investigador, como também a importância de questões éticas à medida que o investigador participa dos detalhes vividos no mundo dos sujeitos da pesquisa (GRESWELL, 2007).

Conforme Haguete (1992, p.63), os “métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. Ancorando em Lazarsfeld (1969), o autor identifica três situações onde se presta atenção particular a indicadores qualitativos como

a) situações nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas; b) situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados com atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referências etc; c) situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta (LAZARSELT, 1969, p.169 *apud* HAGUETE, 1992, p.64).

Pela forma que o campo se apresentou ao pesquisador, incorreu-se na realização da pesquisa nas seguintes etapas: num primeiro momento, levantou-se informações através de pesquisa exploratória por fontes documental e pela observação participante; em seguida, numa fase intermediária, nos meses de junho à julho, houve elaboração dos instrumentos de pesquisa e visita ao reassentamento, o que propiciou aplicação do pré-teste do questionário; e, posteriormente, houve a realização da pesquisa de campo propriamente dita durante o mês de agosto com a aplicação dos questionários, registro fotográfico dos vários pontos do reassentamento e do local de instalação da UHE Candonga, e a realização de entrevista por meio da técnica de história oral.

Mediante os laços de proximidade e de confiança estabelecidos com a comunidade houve abertura dos moradores em contribuir com a pesquisa. Por essa via, já no início de agosto, contou-se com a colaboração de uma família para instalação da base da pesquisa de campo em sua residência, onde houve hospedagem em sucessivas estadias ao longo dos fins de semana do mês de agosto, normalmente entre as sextas feiras até os domingos. Optou-se em realizar a pesquisa nestes períodos, pois, dessa forma, haveria maior probabilidade de encontrar os moradores em suas residências e, possivelmente, maior disponibilidade de tempo dos pesquisados em responder aos instrumentos de pesquisa.

Em função de informações previamente levantadas, observou-se que muitos moradores demonstravam certo cansaço em responder pesquisas científicas, bem como indisponibilidade em atender órgãos públicos e o próprio Consórcio. Alegaram que, em sucessivas visitas, estes atores colhiam informações, mas estas não resultavam em melhorias efetivas no cotidiano. Esta impressão inicial confirmou-se quando se ia a determinada residência para realizar a aplicação do questionário. Aqueles que atendiam, perguntavam em primeira mão: “É do Consórcio? Se for não irei responder mais nada, pois estamos cansados destas visitas que não resolvem nada pra gente.” Nestes momentos, o pesquisador esclarecia o cunho da pesquisa e apresentava-se devidamente com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, dando opção ao morador em participar ou não do estudo. Entretanto, muitos colaboraram assinando o termo de liberação das informações para fins acadêmicos e científicos.

É importante registrar que tanto o número de entrevistas como de questionários não foi definido *a priori*, mas a partir do processo de saturação de resposta. Este critério consiste na realização do levantamento de dados até o ponto que se perceba a repetição de respostas.

Segundo Costa (2002), o fenômeno de saturação aparece quando os elementos do conhecimento das relações socioestruturais, trazidas por cada procedimento de coleta de dados, permitem uma totalização da proposta inicial da pesquisa. Assim, este critério justificou-se em função da natureza do campo, pois buscou-se evitar um caráter exaustivo da pesquisa tanto para o pesquisador quanto para os pesquisados sem, em contrapartida, comprometer a representatividade científica.

O questionário foi estruturado a partir de três eixos centrais⁶. Inicialmente tem-se a identificação dos respondentes e seus respectivos perfis socioeconômicos; em seguida, abordou-se os espaços de sociabilidade, espaço da casa e do quintal, e o terceiro eixo refere-se à percepção da comunidade sobre o reassentamento. Essas questões foram captadas e codificadas a partir de perguntas fechadas e abertas, as quais subsidiaram a construção das categorias analíticas referentes às estratégias dos meios de vida⁷, ao processo de deslocamento/reassentamento e à percepção dos moradores enquanto atingidos por barragem.

Para melhor diversificar e captar a heterogeneidade social do reassentamento, alguns critérios norteadores foram elencados para a seleção das famílias a serem abordadas⁸. Foram selecionadas aquelas que se mostraram mais predispostas a colaborar em responder o questionário, como também buscou-se selecionar os diferentes perfis socioeconômicos, como famílias com presença de aposentados, outras cujos membros estão na faixa economicamente ativa, famílias com predominância de jovens e, por fim, aquelas onde as mulheres são chefes de família.

A seleção da amostra para a realização do questionário partiu-se de uma amostragem não probabilística e intencional. Neste sentido, a amostra final dos abordados pelo questionário foi composta por 20 famílias e os dados tabulados no *Statistical Package for Social Sciencies* (SPSS 15.0) e submetidos à elaboração gráfica. Este recurso permitiu a operacionalização das informações em números, os quais foram complementados com o registro dos relatos nas questões abertas.

⁶ A íntegra do questionário encontra-se em anexo.

⁷ Deponti (2010) e Ellis (2000) sublinham que o espaço doméstico seria um foco interessante para captar as diversas estratégias de meios de vida de unidades familiares na busca pela garantia da reprodução social.

⁸ Vide em anexo a descrição do perfil dos abordados pelo questionário.

A fim de interpretar e compreender o acontecimento do deslocamento da população de forma mais aprofundada, optou-se em adotar como técnica de pesquisa a história oral com roteiro semiestruturado. Este roteiro⁹ subdividiu-se em três temporalidades distintas: no Tempo I, abordou-se a chegada do Consórcio Candonga à São Sebastião do Soberbo; no Tempo II, buscou-se captar o processo de construção e inauguração da UHE Candonga e, por fim, no Tempo III, os desdobramentos sociais após a mudança para Nova Soberbo.

Neste percurso, as memórias resgatadas giraram em torno do acontecimento subjacente ao deslocamento dos moradores, levando em consideração o cotidiano da vida anterior, o início do processo de mudança, o ápice do deslocamento, a chegada ao reassentamento, as tentativas de realização de estratégias de meios de vida e a percepção sobre serem atingidos por barragem. Buscou-se, portanto, identificar as transformações ocorridas tanto em valores compartilhados como nas mudanças de acesso aos meios de sobrevivência.

Tanto Haguete (1992) quanto Thompson (1992) sublinham que a história oral é um método de coleta de dados baseado no depoimento oral que se realiza através da interação face a face entre o pesquisador e o entrevistado, ator social ou alguma testemunha relevante de acontecimentos para a compreensão da sociedade. Possibilita, portanto, o registro de episódios que se fixaram na memória de pessoas, tendo em vista, a reinterpretação do passado ou a revelação de fatos desconhecidos.

Os autores chamam atenção para a importância da escolha dos entrevistados de forma não aleatória, probabilística, mas um método de amostragem estratégico, intencional, ou seja, a seleção de testemunhas que possam fornecer contribuições úteis para validade do tema investigado. E, no momento que os depoimentos são gravados e transcritos, tornam-se fontes documentais relevantes de análise, pois representam a trajetória de vida tanto individual como social (HAGUETE, 1992; THOMPSON, 1992).

Nas palavras de Thompson (1992, pp.27-217)

A história oral, no trabalho com a população, tem possibilitado o resgate de experiências, visões de mundo, representações passadas e presentes. Nesse sentido, as entrevistas permitem instituir um novo campo documental (...) evidências orais. Consiste no ingressar na vida de outras pessoas, uma

⁹ A íntegra do roteiro guia encontra-se em anexo. Onde se localiza também uma breve descrição do perfil dos abordados pela história oral.

experiência humana, profunda e comovente. E pode realizar-se em qualquer lugar, pois toda comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada de trabalho, vida familiar e relações sociais à espera de alguém que traga para fora.

Assim, buscando captar por meio do acionamento da memória dos moradores os diversos episódios ocorridos, o método do depoimento oral mostrou-se relevante na pesquisa, pois, conforme Montenegro (1992) e Bosi (1983), é uma proposta que visa recuperar, descrever e construir um quadro narrativo a partir do universo de memórias registradas. Bosi (1983) aponta que é, sobretudo, um meio interessante de recuperação de facetas da vida cotidiana, a partir do alargamento das fronteiras do passado, uma reinterpretação do presente através do refazer, do repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências e as lembranças dos acontecimentos dos quais os participantes foram testemunhas e adquiriram a função social de recordadores.

O critério de seleção dos que seriam entrevistados por esta técnica, baseou-se na identificação de moradores tanto no momento da observação participante quanto nos momentos de aplicação dos questionários. Levou-se em consideração, nesta seleção, a disponibilidade de tempo do informante a uma conversa mais longa e aprofundada, os que vivenciaram o antes, o durante e o depois dos momentos do deslocamento, como também informantes indicados por moradores da comunidade e aqueles que apresentavam um conjunto rico de detalhes sobre todo o processo de mudança.

Intercalando à aplicação dos questionários, a coleta dos depoimentos orais contou com a participação de 7 moradores abordados em suas residências, incluindo tanto atingidos do sexo masculino quanto feminino, com idade entre 38 a 89 anos, perfazendo um total de 6 horas e 35 minutos de relatos, que, com a permissão de todos, foram gravados e posteriormente transcritos e submetidos ao processo de codificação e categorização. Ao longo da Dissertação, quando se refere a falas/relatos dos moradores, estas estão diretamente relacionadas com informações colhidas principalmente nas questões abertas do questionário e nas anotações do caderno de campo, enquanto a designação depoimentos, refere-se ao material coletado pela técnica da história oral.

Destaca-se que, ao longo das entrevistas, surgiram espontaneamente vários acervos fotográficos pessoais dos entrevistados que remetiam à vida em São Sebastião do Soberbo, ao deslocamento e à chegada dos moradores ao reassentamento. Estas circunstâncias foram

interessantes, pois, à medida que os moradores iam revelando sua história e mostrando as fotografias, o acionamento da memória adquiriu uma força interlocutória mais rica, viva e detalhada.

Estes materiais fotográficos que subitamente surgiram foram disponibilizados ao pesquisador e também incorporados como fonte de dados. Além disso, no percurso da realização do trabalho de campo, houve algumas conversas informais, menos estruturadas, com moradores que se dispuseram a relatar o acontecimento. Nestas ocasiões, com a devida concessão do depoente, estas conversas foram gravadas e transcritas, totalizando cerca de 1 hora e também foram incorporadas como fonte de dados.

Vale ressaltar que, após a realização do trabalho de campo, houve contato dos líderes da comunidade para que os acompanhassem em ida à sede da SUPRAM¹⁰, no Município de Ubá - Minas Gerais, no dia 27 de agosto de 2012, para que as informações colhidas na realização da pesquisa pudessem ser relatadas à mesa dos conselheiros que avaliam casos de licenciamento ambiental em Minas Gerais. Os líderes pediram para que as informações presentes nos depoimentos orais levantados fossem entregues aos membros da mesa para que tomassem conhecimento da realidade que os moradores estavam vivenciando na comunidade. Houve, dessa forma, a entrega de um CD pelo pesquisador com gravações dos depoimentos levantados aos atingidos, os quais disponibilizaram a cópia aos membros que compunham a mesa de conselheiros na reunião plenário desta data.

Coadunando com a perspectiva metodológica apontada por Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*, esta pesquisa também se realizou em um trabalho de “ombro a ombro” com os sujeitos pesquisados, pois os vínculos estabelecidos com a comunidade de destino, os atingidos pela barragem UHE Candonga, se traduziu no amadurecimento ao longo de todo processo de pesquisa a fim de compreender “a própria vida revelada do sujeito” (BOSI, 1983, p.2).

¹⁰ Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SUPRAM, da Zona da Mata, sediada no município de Ubá - Minas Gerais atua no planejamento, na orientação e na execução de políticas estadual de proteção ao meio ambiente e de gerenciamento de recursos hídricos. Políticas estas formuladas e desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD. Mensalmente, ocorrem reuniões públicas na SUPRAM a fim de julgar casos de licenciamento ambiental na Zona da Mata, e ao final dos pareceres dos conselheiros, há espaço a participação pública para queixas, denúncias ou reivindicações sobre a natureza de algum empreendimento que tenha sido licenciado pelo órgão.

Assim, o mérito do presente estudo não se deu única e exclusivamente pela atuação do pesquisador, mas da relação e contribuição dos moradores que se dispuseram a participar na construção do conhecimento acerca da sua própria realidade. Nesta pesquisa, foi-se ao mesmo tempo sujeito e objeto, buscando romper com a dicotomia entre pesquisador e “objeto de pesquisa”, à maneira de tratá-lo como coisa, “como redução de suas qualidades individuais para torná-lo objeto combatível com o método experimental”; fomos “sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças” (BOSI, 1983, p.2).

CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O distrito de São Sebastião do Soberbo pertence ao município de Santa Cruz do Escalvado. Este município localiza-se na microrregião de Ponte Nova, Zona da Mata Mineira e situa-se na parte sudeste de Minas Gerais, abrangendo uma área de 258,726 km², o que corresponde a 6,2% da superfície do estado. Geograficamente, é um dos 147 municípios do aglomerado de 7 microrregiões geográficas da Zona da Mata como Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé, Cataguases, Juiz de Fora, Ubá e Viçosa. De forma mais abrangente, limita-se com o sul/sudoeste de Minas, Campo das Vertentes, Metropolitana ou Metalúrgica, Rio Doce e com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (BORTONE, 2008; IBGE, 2012). Os mapas abaixo ilustram a localização do município.

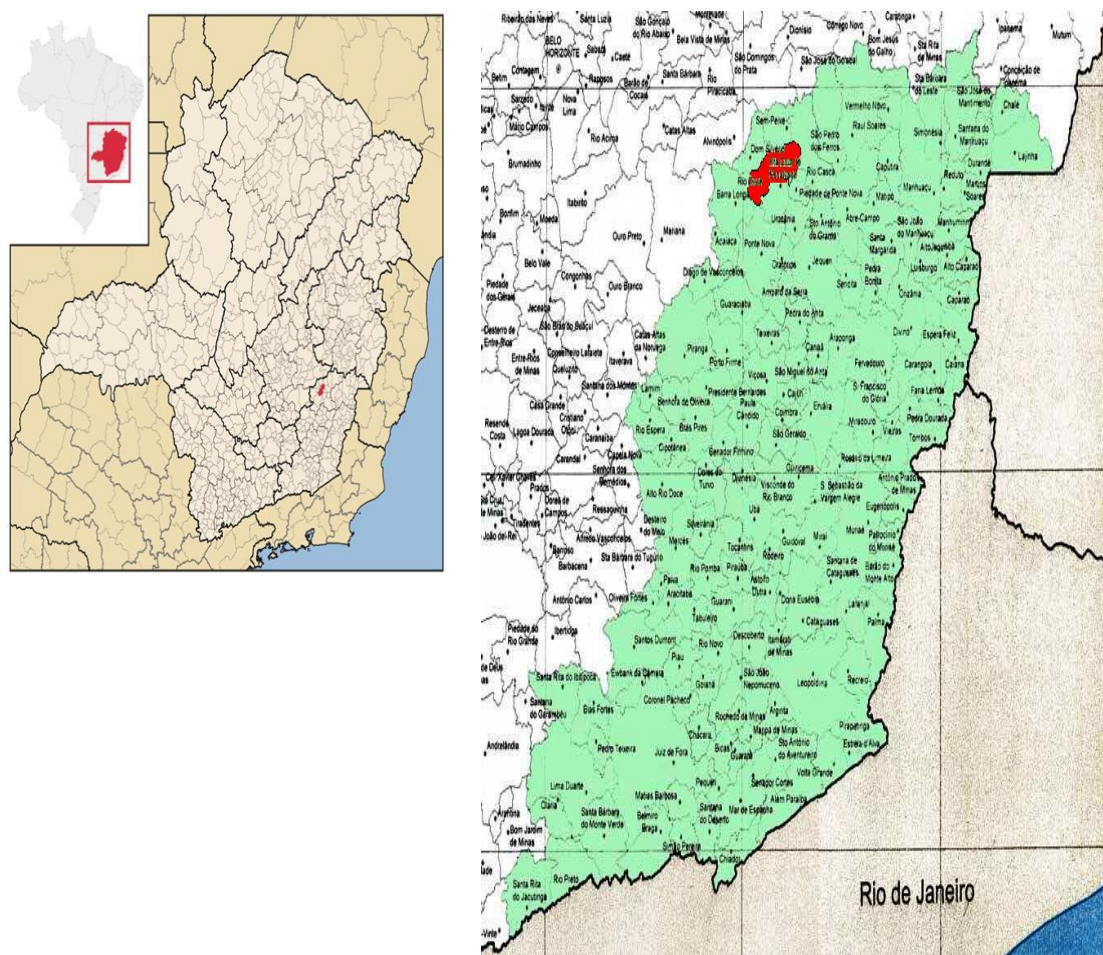


Figura 3 - Localização geográfica de Santa Cruz do Escalvado no contexto do Brasil, Minas Gerais e da microrregião de Ponte Nova/Zona da Mata - MG.
Fonte: Bortone (2008)¹¹.

¹¹ Fonte utilizada pela autora disponível em: < www.asminasgerais.com.br >. Acesso em: 10 de fev. 2008.

Historicamente, Santa Cruz do Escalvado tornou-se distrito de Ponte Nova em 1846. Já em 1948, de acordo com a lei estadual, elevou-se à categoria de município, a partir do desmembramento do território de Ponte Nova. Com isso aglutinou três distritos, o centro, a Vila de Zito Soares e a Vila de São Sebastião do Soberbo, os quais fazem limite com as cidades próximas como Sem-Peixe, Rio Doce, Ponte Nova, Urucânia, Piedade de Ponte Nova e Rio Casca (BORTONE, 2008). Segundo a autora, a proximidade e condições históricas do município tais como seus distritos ainda possuem fortes laços com a cidade de Ponte Nova no que diz respeito aos serviços, como também ao trabalho e à saúde.

Conforme informações do DRPE (2004), o contingente populacional de Santa Cruz do Escalvado alcançou 5.380 pessoas no ano de 2000. Os dados podem ser visualizados na tabela abaixo que identifica a população residente ao longo dos anos e sua distribuição no tocante à área urbana e rural, destacando-se a predominância no município da população classificada como moradores rurais.

Anos	Urbana	Rural	Total
1950	1.905	10.463	12.368
1970	1.541	9.125	10.666
1980	1.331	6.239	7.570
1991	1.431	4.995	6.426
2000	1.642	3.738	5.380

Tabela 1 - População residente em Santa Cruz do Escalvado.
Fonte: DRPE, 2004.

De acordo com dados do IBGE (2012), a população Santa Cruz, em 2010, era de 4.992 pessoas, deste total, 1.730 residiam na zona urbana e 3.262 residiam na zona rural. A estimativa da população para o ano de 2013 é de 5050 pessoas.

Como a maioria dos municípios pertencentes à Zona da Mata, Santa Cruz do Escalvado possui desde o início de sua colonização, as bases econômicas tradicionalmente voltadas para a atividade agrícola e pecuária. Neste contexto, as principais atividades econômicas estão relacionadas com a prática da agricultura, mineração e criação de pequenos animais e outros de médio e grande porte. As atividades agrícolas, em sua maioria, são desenvolvidas por pequenas unidades familiares e, primordialmente, voltadas para o consumo da família e comercialização do excedente (BORTONE, 2008).

Ainda conforme a autora, o município encontra-se relacionado a diversas redes hidrográficas, sendo cortado por um importante rio do estado, o rio Doce, e por alguns pequenos córregos, como os ribeirões do Escalvado, Sarandi, Quilombo, Antônio Joaquim, Sertão, entre outros. Destaca-se, que no rio Doce, estão em funcionamento diversas Usinas Hidrelétricas (UHEs) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), ao passo que outros projetos hidrelétricos sondam a região com vista à implantação a partir da identificação do alto potencial hidroelétrico da região.

Conforme já situado anteriormente, a área onde se insere a pesquisa refere-se à comunidade de São Sebastião do Soberbo. Comunidade a qual foi deslocada de sua espacialidade pela UHE Candonga no ano de 2004, momento que é completamente inundada e transferida para uma nova localidade, o reassentamento de Nova Soberbo. No percurso da mudança, os moradores passam remeter à antiga comunidade como “Velha Soberbo” em contraposição a designação dada ao reassentamento como “Nova Soberbo”. Ressalta-se que esta mudança implicou no distanciamento da comunidade em relação ao município de Santa Cruz do Escalvado, da qual faz parte, passando o reassentamento a se localizar mais próximo ao município de Rio Doce, embora continue sendo distrito de Santa Cruz.

O povoado de São Sebastião do Soberbo estabeleceu-se às margens do rio Doce há mais de 300 anos. A origem do nome São Sebastião do Soberbo, segundo relatos dos moradores, deve-se ao fato de que, periodicamente, o volume das águas do Córrego do Sertão, que circunda o distrito, aumentava, chegando a transbordar a ponto de os moradores caracterizarem a subida das águas pelo adjetivo soberbo, ou seja, o rio “ficava soberbo” nos períodos de cheias. E São Sebastião, devido ao fato de o padroeiro do distrito se chamar São Sebastião; daí agregou-se as expressões, originando assim o nome da comunidade: São Sebastião do Soberbo. O depoimento seguinte ilustra o porquê de tal nomeação.

Eu sei que é por causa de uma peste, uma doença que apareceu acho que é febre amarela. Os antigos é que contavam. Aí eles pediram a São Sebastião que desaparecesse aquilo. Daí a doença sumiu, aí eles colocaram como padroeiro de lá São Sebastião. Eles arrumaram uma imagem de madeira que foi construída no meio do mato lá. Daí levaram, pintaram tudo direitinho, colocaram lá, fizeram uma gruta, aí começaram a fazer oração e tudo. Daí começaram a construir a capelinha. Da capelinha, aí juntou todo mundo da comunidade toda e construiu a igreja. Essa igreja foi construída; foi meu tio carpinteiro que trabalhou lá. Há muitos anos atrás. Nós fomos batizados lá, meus pais casaram lá. E todo mundo, até o G., o mais velho da R. foi batizado

lá. (...) São Sebastião foi, então, padroeiro dessa peste, dessas doenças contagiosas, aí eles pediram e resolveram colocar como padroeiro de lá São Sebastião. E soberbo porque o rio enchia e os antigos falava que ele ficava soberbo. Aí juntou tudo e deu esse nome pra comunidade (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

No que se refere aos modos de vida da população antes da inundação do distrito de Soberbo, Barros e Sylvestre (2004) e DRPE (2004) destacam que o povoado representava traços típicos da agricultura de base familiar¹², com a sobrevivência garantida, predominantemente, pelas plantações de milho, feijão, criação de pequenos animais nos quintais e, ocasionalmente, doações e trocas dos produtos excedentes entre os vizinhos. Parte da população também complementava a alimentação com a pesca no rio. Outras atividades, como garimpo, extração de pedra e areia também eram praticadas como forma de geração de renda, tanto pelos moradores do lugar quanto outros que vinham de fora.

Evidências da pesquisa realizada por Penido (2008) ressaltam a forte relação das famílias com o rio e a terra, sendo designados como lugares associadas à vida e ao trabalho. Na percepção dos moradores o rio Doce era considerado ‘(...) tão bom que trazia a lenha até nós’; ‘...do rio a gente tira tudo, areia, peixe, cascalho e ouro’; da terra ‘...nossas plantaço de milho, feijão, cana, café, verdura, fruta e capineira pro gado de leite’ e ‘...sem água e sem terra nós não somos nada’.

Os emblemáticos depoimentos abaixo reiteram a percepção acima e sintetizam as várias formas de atividades e de sustento que a população incorria a fim de garantir a sobrevivência. Pontos estes que serão abordados minuciosamente quando se descreve os vários domínios da vida social como o espaço da casa, a espacialidade da comunidade e a sociabilidade, a relevância do quintal, da roça e a importância do rio na vida dos moradores. Na imagem apresentada após os depoimentos visualiza-se, panoramicamente, a comunidade com sua proximidade com o rio e com as matas do entorno.

(...) aqui no Soberbo Velho...nós plantava milho, feijão, arroz, inclusive até nesse alto aqui, antes...aí eu estava novo, pai plantava ali ô, naquela

¹² Entende-se por agricultura familiar a definição proposta por Schneider (2003), a qual se destaca como sendo constituída por unidades famílias que funcionam sobre uma lógica de produção cuja força de trabalho é predominantemente realizada pelos membros da família, podendo contratar mão de obra temporária em algumas épocas do ano. Tendo ainda, um caráter de compartilhamento de um mesmo espaço comum para o cultivo e ligada por laços de consanguinidade ou através de adoção.

viradinha ali. Vocês tá na Ponte vocês enxerga na frente, num enxerga? Ali naquele lugar, terra boa, pai plantava ali, mas eu estava assim ô...eu estava pequeno eu num estava na escola ainda...nem 7, uns 6 anos por aí...**mãe trabalhava em casa, pai na roça, (...) cuidava de galinha, porco. Tinha muita coisa, colhia muito, colhia 10 carro de abóbora, engordava aqueles capados de 15 arroba** isso é uma alegria...aí eu casei...aqui no Soberbo, em 1970 e pouco, 36 anos de casado, é mais ou memo...aí eu segui a rota, plantando a roça no sertão e engordando porco lá. **P:** Senhor seguiu mais ou menos o que seu pai fazia? Isso. Porque é uma coisa que dá certo, dá lucro, às vezes a pessoa ah! num dá...dá sim, a roça dá certo, um lugar direitinho, mas tem muita coisa que tira da roça, quem nasceu na roça, a gente gosta de roça e sabe como mexer...(Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

(...) Nós mudamos para Soberbo Velho. Ahhh! Nós mudamos pra lá foi na faixa mais ou menos uns 50 anos. Nossa vida lá era o seguinte: é a gente trabalhava lá na usina de cana-de-açúcar. Lá na usina trabalhava mais de comissão né?! Comissão era assim, quanto mais trabalhava, mais ganhava. Ela trabalhava cortando a cana. Eu eu trabalhei eu trabalhei de encarregado. Encarregado de cana, aquela época não precisava de leitura para ser encarregado junto com a turma. Eu trabalhei 20 e tantos anos de encarregado. Além disso, plantava algumas coisinhas, a gente plantava com outras pessoas lá, mais na margem do rio, que tinha muita margem boa, né?! Assim os donos da terra dava pra gente plantar. **A gente plantava colhia feijão, colhia milho, plantava até arroz. Na época, a gente colhia...e...as vezes a gente precisa duma areia ia lá na beira do rio apanhava areia, estava fazendo o que a gente tinha de fazer com a areia. Precisa duma pedra, ia lá quebrava a pedra, um caminhão de pedra, dois caminhão de pedra vendia e tinha um dinheirozinho no bolso.** Pra construção da gente também alguma coisa a gente tirava porque não tinha compra de nada, né?! (...) os meus filhos tirava ouro. Inclusive tem um que mora nos fundos aqui que tirou muito ouro lá. Dava ouro pra todos. Quando precisava de dinheiro tirava pedra, quebrava, vendia, né! (Morador D, 73 anos, casado, aposentado).

Os meus irmãos faziam serviço de garimpo. No rio, garimpo de ouro. Eram autônomos. No caso específico da gente, tirava o ouro, o meu povo lá (...) lá até aonde eu conheço eu tenho impressão que lá era rural, embora tinha luz lá, era rural. E a luz lá era muito baratinha, tipo as luz da roça era muito barato. Lá era rural. Outra atividade era o plantio de roça, de feijão, de milho. Aí tem outra atividade também, que se tiver espaço e vocês quiserem colocar, o pessoal também ajudava no sustento da casa, a pesca. O pessoal pescava, tinha muito lugar pra pescar e você conseguia pegar peixe tirava pra comer, peixe não vendia; mas a maioria, 90% do povo vendia. Hoje não consegue pegar mais nada nisso aí não (...) tinha milho, feijão, cana, arroz (...) **E se puder colocar os meus irmãos de parentes, aí o pessoal mexia com agricultura; gado, uma vaquinha de leite. Até que tomaram a terra deles e não deram as terras pra eles.** Tinha verdura, tinha horta...Ah isso aí tinha demais, o que plantasse, você podia gastar porque colhia. Eu lembro lá no quintal de casa, a gente não dava conta...maracujá, várias qualidades de laranja, tinha acerola, tinha mandioca, tinha banana, tinha abacate, limão, manga...couve, alface, almeirão tudo um monte de coisa a gente trocava e dava pra alguém porque também não tinha como consumir tudo. Às vezes não vendia e nem trocava dava mesmo porque era muito (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).



Figura 4 - Vista panorâmica da comunidade de São Sebastião do Soberbo antes de ser inundada.

Fonte: Consórcio Candonga (2000) *apud* Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE, 2012).

Conforme evidenciado por Bortone (2008) e Penido (2008), a comunidade enquanto espaço habitado, ao longo dos anos, remete ao sentido de lugar, ou seja, um espaço construído e vivido historicamente, local de moradia e fundamentado em sociabilidades que garantiam a construção de rede de relações sociais com significados e sentidos específicos da localidade. Bortone (2008) destaca que, embora as relações sociais fossem fortalecidas por laços de vizinhança e por relações de reciprocidade não se ausentava na localidade pequenos conflitos cotidianos. O relato exemplifica que: ‘nós aprendemos a dividir tudo, lógico como toda comunidade, todo povoado tinha suas divergências, mas também, quando precisava era mais unido’ (Depoimento da moradora C.S., 28 anos, solteira *apud* BORTONE, 2008, p. 45). Conforme a autora, tais conflitos ou divergências eram caracterizados pelas diferenças políticas locais e algumas discordância na ordem da vida cotidiana.

Acrescenta-se que a peculiaridade de Soberbo se caracterizava, dentre outros atributos, pela simplicidade das casas, sendo uma comunidade onde predominava casas muitas vezes construídas pelos próprios moradores a partir de recursos naturais acessíveis e retirados da própria paisagem que habitavam. Constituía-se, portanto, de uma comunidade tipicamente rural, com ruas de terra batida e casas simples, daquelas que possuem extensas cozinhas com fogão à lenha (BORTONE, 2008; PENIDO 2008).

Sobre a caracterização da população, o DRPE (2004) aponta que havia, no ano de 2000, um total de 326 residentes em Soberbo, sendo 156 homens e 170 mulheres, que em sua maioria eram negros e pardos. Em termos de trabalho, a população compunha-se por grupos de agricultores e garimpeiros, passando por pequenos comerciantes, até alguns funcionários públicos. Além disso, grande parte da população dependia dos quintais para cultivar horta, criar galinhas e porcos, além de colher frutas. A proximidade com o rio era a garantia de terras férteis e representava a abundância de diversos recursos naturais (DRPE, 2004).

As imagens seguintes mostram as infraestruturas das casas, as ruas de chão batido e remetem a um povoado cuja urbanização, em parte, não havia chegado à rotina dos moradores, haja vista a ausência de asfalto nas ruas e a praça pavimentada com pedras. Todavia, muitos tinham acesso à água encanada, a um telefone público (orelhão) e ao fornecimento de energia elétrica caracterizada como rural nas contas mensais.



Figura 5 - A família e a casa em São Sebastião do Soberbo.
Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Destaca-se, no quadro fotográfico abaixo, que a primeira fotografia é de julho de 1988. Como relatou as moradoras, era a rua onde moravam e passavam as tardes juntas brincando no chão de terra batida. Ademais, a moradora que se encontra em pé foi uma das que forneceram seu depoimento oral em agosto de 2012, durante a realização da pesquisa de campo. E a outra, sentada no chão, respondeu ao questionário juntamente com seus membros familiares. Já na

segunda imagem, à direita, pode-se observar, em frente à casa de cor avermelhada, a presença de pedras que eram retiradas do rio, mais ao fundo, nota-se uma casa com fachada pintada de azul claro, neste espaço localizava-se o templo Assembleia de Deus, um dos pontos de religiosidade na comunidade. Nas fotografias, destaca-se também ao fundo das residências a presença de diversas árvores, dentre elas, muitas frutíferas. Ponto que será demonstrado na descrição dos quintais a partir dos depoimentos em trechos subsequentes.

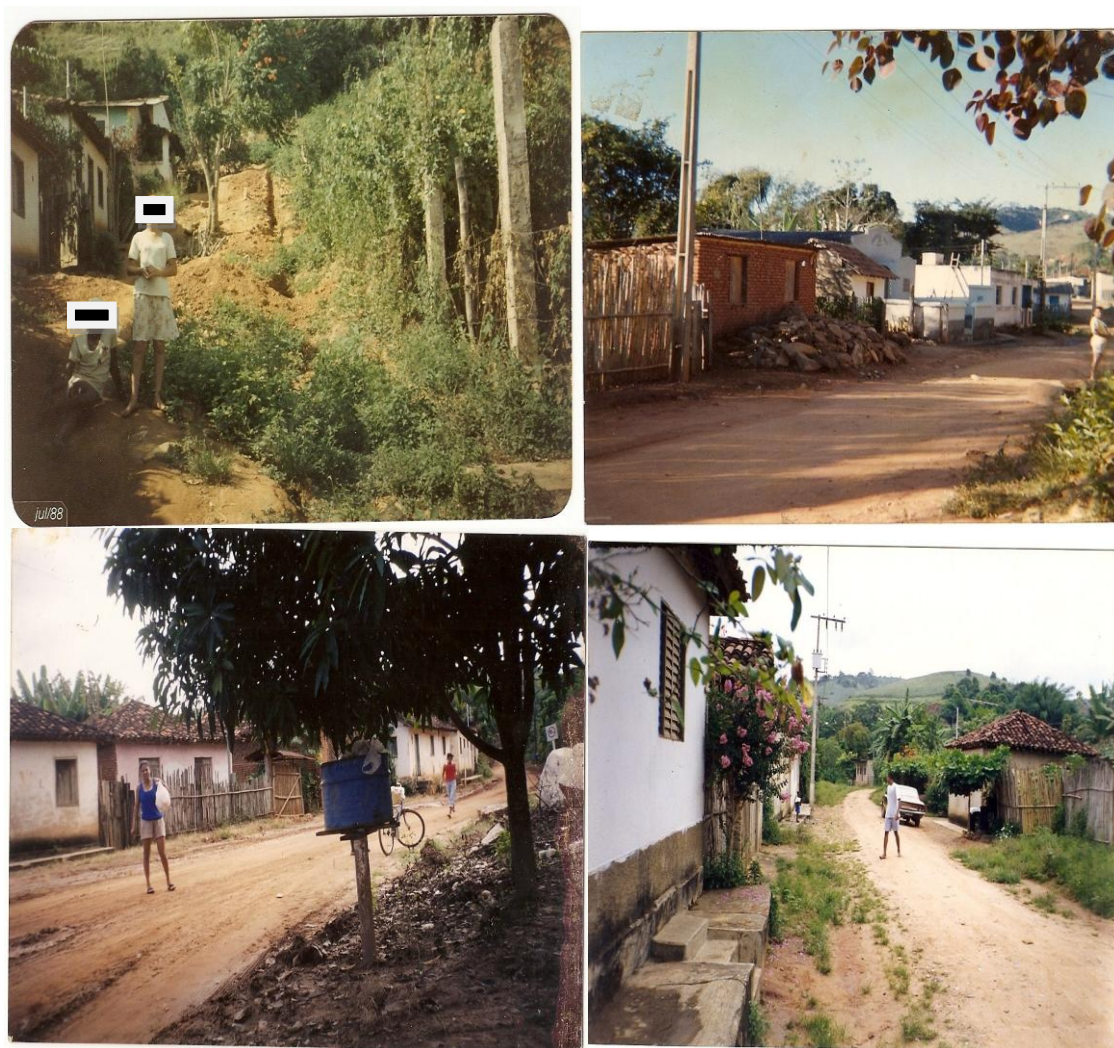


Figura 6 - As ruas de chão da comunidade.

Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Já as fotografias abaixo, remetem à praça como ponto de encontro constante entre os moradores da comunidade. Notadamente perceptível no depoimento, havia um grau de proximidade pela distribuição geográfica dos espaços/lugares apropriados pelos moradores como lugares de prosa, de bate papo e de diálogo. Assim, a praça se destacou em função das

possibilidades de encontros e do estabelecimento constante de laços sociais como jogos, brincadeiras, fogueira à noite para conversas e atividades religiosas. Representava também o meio de acesso a locais principais como a escola, o correio e ao comércio de forma geral como bares e vendas.

(...) Era uma praça grande. A praça do Soberbo era muito bonita. Quem passa e quem vê assim, todo mundo fala e outro fala...Era a rua mais arrumada, era essa. Mas essa rua era tão gostosa de ir. Perto dessa praça tinha o correio, tinha aquela escadaria, que o pessoal reunia ali, tocavam violão até tarde. A escola, o grupo era do lado do Correio. Era uma visão muito bonita. Não é do jeito que eles falam não, horrível não. Os que falam assim é porque são os piolhinho do Consórcio né?! (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).



Figura 7 - A praça de São Sebastião do Soberbo (foto à direita tirada do rol de entrada da Igreja Católica).

Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Havia, na paisagem da comunidade, a Igreja Católica como forte referência espacial e também como lugar de sociabilidade. É lugar do sagrado, mas ao mesmo tempo, o ponto de encontro entre as diversas famílias do povoado, sendo citada no que diz respeito à participação e envolvimento em atividades coletivas e culturais. Conforme já evidenciado nos trabalhos de

Barros e Sylvestre (2004), trata-se de um povoado no qual a religiosidade se mostrava como um elo de união entre os moradores.

Desta maneira, através da igreja, surgem as festas, que além de remeterem ao trabalho em conjunto envolve também as práticas do culto, das missas, de coroação e outras atividades que caracterizam uma dimensão pública, de um estar coletivamente e culturalmente, que de certa forma se opõem ao espaço da casa, da particularidade de cada família em si. Essa dimensão de estar com o “outro”, do não isolamento do espaço doméstico se faz, sobretudo, na participação das festas religiosas cotidianamente presentes na vida dos moradores. Os depoimentos destacam a festa do santo padroeiro, São Sebastião, e a festa junina vinculadas ao calendário e às atividades da igreja¹³.

(...) O que era mais bonito lá era a igreja. Quando você chegava de longe, lá do outro lado do rio via a igreja. Essa aí é a estrada chegando [referindo à primeira foto à esquerda do quadro abaixo] (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

No mês de maio, nós fazia ofício, aí a gente levantava da cama de madrugada pra gente ir pro ofício na Velha Soberbo (...) Ofício é uma reza do mês de maio. Tinha festas religiosas como a festa de São Sebastião que a gente sempre foi (...) dia 26 de janeiro e mês de maio, é o mês de maio todinho. Aí tinha ofício de madrugada, reza dia de sábado e domingo, coroação, aí eu coroa no Soberbo (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

Eu participava da Festa de São Sebastião que fazia lá, aquela festa de mês de maio, festa junina, é a festa que nos tinha como tradicional do lugar. Todo ano acontecia e a gente juntava a comunidade para fazer essas festas que o povo gostava muito (...) (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

Como reitera Bortone (2008), as práticas e costumes por meio das festas e das práticas religiosas conseguiam reunir e organizar a comunidade em torno de questões que eram de interesse do grupo. Dessa forma, as ações coletivas, a fé e as festas, “tradicionalizavam” momentos da vida social, já que aconteciam todos os anos como parte da cultura construída ao longo dos tempos.

¹³ Ressalta-se que além da igreja católica havia na comunidade outras instâncias religiosas como a igreja Presbiteriana e a Assembleia de Deus, embora com número menor de adeptos.

Nas imagens abaixo, tem-se, respectivamente, da esquerda para a direita, a via de acesso à comunidade onde se visualizava a igreja como referência espacial, a igreja construída pelos moradores, sua localização na praça e o seu interior.



Figura 8 - A igreja enquanto referência na vida dos moradores.
Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

As formas de sobrevivência adotadas pelos moradores antes do deslocamento baseavam-se, predominantemente, em função da relação com a terra, com os quintais e com o rio. Com relação aos principais produtos retirados dos quintais, o DRPE aplicado entre os dias 19 e 23 de janeiro de 2004, aponta a predominância das frutas, hortaliças, legumes e a presença de pequenos animais como suínos e aves que complementavam a cesta alimentar através do fornecimento de carnes e ovos, e demais subprodutos dos animais. Neste contexto, os depoimentos abaixo remetem à grande importância dos quintais já que, além do consumo

básico da família, possibilitava a venda, a troca e a doação do excedente produzido a outros moradores. Dessa forma, sobressaía entre os residentes a troca monetária e social como base na sociabilidade moldada na lida e no correr da vida cotidiana.

No meu quintal tirava, tirava...tinha couve, alface, cebolinha (...) tinha galinha. Banana, jabuticaba, goiaba, mexerica, limão, tudo tinha no meu quintal. Tinha mandioca. Conseguia tudo de lá (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

Tinha muita fruta, tinha manga, goiaba, laranja, jabuticaba, mexerica. Foi tudo cortado. Tinha tudo o quanto é verdura, couve, alface, cenoura, legumes. Tinha mandioca. Matava porco né, galinha. **P:** Aí você comia tudo em casa né? Ou vendia alguma coisa pra fora, trocava...? Vendia sim né, mas uns que não tinha dava pro outro. A comunidade era muito unida (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

O nosso quintal tinha mil metros. O quintal era como se fosse uma chácara com tudo é fruta que você pudesse imaginar, a não ser uva não tinha, mas laranja, mexerica, banana, manga, abacate, jabuticaba, maracujá e ainda tinha...a gente lá criava porco e galinha que não era proibido (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

(...) nos plantava lá...ahh!...até arroz eu plantei. Tinha laranja, mamão, mexerica, tudo nos tinha lá. Verdura nos tinha couve, tinha alface, almeirão...dava muito quiabo...folha de chá de todos os tipo de qualidade a gente tinha (...) **lá nos quintais era bem grande. Tinha galinha, tinha porco** (Morador D, 73 anos, casado, aposentado).

Tinha um quintal grande mesmo. No quintal, eu plantava fruta, plantava banana, laranja, plantava de tudo. E tinha abacate e tinha laranja, tinha de tudo. **A gente morava na beira rio, tinha uma área grande assim ó, eu criava galinha (...) tinha de tudo** (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).

Devido à grande variedade de produção nos quintais, a ideia de fartura foi fortemente lembrada pelos moradores, os quais afirmaram que, através do cultivo e criação de animais, tinham pouca necessidade de comprar gêneros alimentícios no mercado da região. Na foto seguinte, visualiza-se a moradora ao lado do chiqueiro em seu quintal, o qual era utilizado para criações de suínos. Destaca-se, na outra fotografia, a moradia com predominância de várias plantas nos fundos da casa.



Figura 9 - Os quintais como forma de sustento.

Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

As condições sociais de existência da comunidade também se pautavam em função do vínculo com a terra e com a roça onde eram estabelecidos diversos regimes de trabalho e de cultivo. Identificou-se pequenos proprietários de terra cujas atividades eram exercidas pelos membros do núcleo familiar, os quais, além de cultivar a própria terra, possuíam, entre as opções, a condição de meeiros, parceiros ou arrendatários, quando a terra não era suficiente para a sobrevivência da família. Havia também atividades de capina, roçado e outras prestações de serviço que garantiam a complementação à renda. Em algumas propriedades, havia criação de gados para produção de carne e leite e nas roças se destacavam o cultivo do milho, do feijão, da mandioca e da cana-de-açúcar e outros gêneros alimentícios.

Vigora nos depoimentos abaixo, a diversidade de categorias sociais e o forte significado do acesso à terra no tocante às condições de produção e de sustento dos moradores.

Sou de Soberbo mesmo, todos da família somos de lá. As raízes, tudo é de lá. Meus pais viveram, nasceram, casaram e morreram lá. Viveu tudo lá. Meu pai era lavrador né. Trabalhava na roça, igual todo mundo lá né (...) não tinha terra não. Era meeiro. Plantava milho, plantava feijão. Era bem rural (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

(...) com 6 anos eu vim morar na casa de minha tia no Soberbo, e era no sertão, era uma roça, mas era dentro de Soberbo. Era um pouco afastadinha, mas era dentro, assim, poucos minutos...trabalhava na roça desde pequena. Desde os 6 anos. **Desde os seis anos! Na roça! Eu buscava lenha, ajudava minha tia a plantar milho e feijão. Eu morava na roça...criava porco,**

galinha, usavam esterco do boi pra plantar, é neste ambiente desde nova...nisso aí...(Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

Trabalhava na roça diariamente. Plantava feijão, arroz, plantava milho. Café foi no tempo do meu pai, tinha um terreno lá, arrumou uma lavoura lá no terreno do zoto [outros proprietários de terra]. Nós foi criado no terreno do zoto. Cortava cana, apanhava café, tudo nós fazia (...) **fui criada foi na enxada (...)** Eu aqui andava pra esses mato tudo afora aí né. Ah! sou da terra mesmo (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).

Trabalhava na roça, daí tirava o sustento da roça (...) a minha atividade principal era a agricultura (...) eu trabalhava de favor né, depois que eu passei a morar com o meu pai. Eu morava de favor. **Eu trabalhei toda a minha vida foi rural, agricultura...a lida da vida toda foi assim.** P: Em relação ao garimpo, você tirava ouro? Também. Tirava. P: Você vendia? Vendia. Vendia pra Ponte Nova, Rio Doce...P: **E da terra você tirava o quê, plantava o quê? Praticamente tudo, feijão, plantava milho, plantava e o que sobrava vendia. Tirava a renda para sustentar família, porque na roça se você tiver condições você não passa falta.** Você se vira, dá pra se virar. Tirava leite, tinha hora que até mandava com o caminhão (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).

Concomitante aos depoimentos, visualiza-se, nas imagens abaixo, parte das atividades realizadas na roça, como o preparo da terra e a plantação de milho.



Figura 10 - A roça como meio de vida.

Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Com relação ao rio, este ocupava lugar de destaque assim como o quintal e a roça. Vivendo às margens do rio, as famílias desenvolviam diversas atividades já que este era visto como fonte principal ou complementar à renda e à alimentação. A especificidade do rio conferia possibilidades de extração de areia, pedra e cascalho, que ora eram vendidos a membros da comunidade e ora a outras localidades próximas ao povoado de Soberbo. Proeminentemente,

a pedra e a areia eram recursos utilizados para construção das moradias e/ou demais obras de expansão das casas, como também eram materiais designados para construção de espaços para criação de pequenos animais.

Além destas matérias-primas, destaca-se, também, a extração de ouro por garimpeiros em diversos regimes de trabalho, pois alguns eram proprietários dos instrumentos de mergulho e das balsas, já outros vendiam sua força de trabalho em regime como diaristas, ou ainda havia aqueles que trabalhavam em regime de parceria recebendo em espécie. De forma geral, os moradores relataram que a comercialização do ouro se dava nas cidades próximas como Rio Doce, Ponte Nova ou onde os preços melhores eram obtidos como na capital do estado, Belo Horizonte.

Outros atributos também faziam parte dos benefícios que o rio trazia aos moradores. Dentre eles, destaca-se a pesca de diversas espécies de peixes, principalmente do dourado, que era comercializado entre os moradores ou pescado para consumo próprio. Nos depoimentos, os moradores relembrou que o peixe era muito importante na alimentação e na complementação da renda familiar. Outro ponto relevante era o acesso à madeira e à lenha que o rio fornecia, ajudando complementar a madeira retirada das matas próximas à comunidade para a utilização do fogão à lenha. Por fim, o rio também era designado como local de lazer, através de banhos, pescas, caminhadas e diversas atividades no fim de semana.

Nos depoimentos e nas imagens seguintes transparecem a importância e a dimensão do fluxo do rio nas formas de produção e reprodução social dos moradores. Desse modo, as reminiscências apontam o rio como um ecossistema extremamente dinâmico e produtivo, particularmente referente à extração de areia, pedras, lenha e peixes. Modo de adaptação sintonizado conforme o fluxo hídrico, pois, conforme os moradores

O rio representava tudo pra mim. Porque meu marido trabalhava no rio, porque tirava garimpo, era garimpeiro, ele tirava ouro e areia e vendia pra fora, areia não, areia ele trabalhava pra um moço (...) ele trabalhava por dia (...) e o ouro não, o ouro quando ele chega, porque o garimpo tem época né? Época de seca. Agora. No meio do ano entre junho, julho, agosto. Isso, sem ser chuva. Aí o garimpeiro tira, tirava, a comida o sustento da família, no rio (...) achou, tem lá um pouco de ouro. Ah, tem lá, sei lá quantas gramas. Então os garimpeiros mergulhavam, vamos supor, 3 horas, aí eles tinham propriedade daquele ouro. **P:** Aí eles vendiam esse ouro pra onde? Em Ponte Nova. Aí quando começava a chover, aí eles tiravam lenha (...) eu punha meus meninos pra buscar lenha no rio. **P:** Eu não entendi essa lenha no rio (...) Porque quando chove a enchente traz lenha e fica na encosta (...) a

lenha fica tudo encostada na beira do rio (...) levava meus meninos pra nadar, aí a gente fazia piquenique no domingo, na beirada do rio, fazia comida pra eles (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

(...) eu fui trabalhar no garimpo no rio. Então ali qualquer pessoa que estivesse apertado sem um dinheiro ele ia lá tirava 2 grama de ouro entendeu? No manual mesmo, no cascalho ali. Então ele tirava o ouro e vendia...vendia também areia. A lenha era de graça porque a lenha da beira do rio, tinha muita lenha, todas as enchentes trazia muita lenha e deixava areia que a comunidade usava. Pescava, tinha lazer, a gente vivia na beira de rio. (...) não plantava mais lavoura nos só mexia mesmo com garimpo e só a área de rio né? A gente aproveitava extraia o ouro, eu só trabalhava com ouro, mas as casa de Soberbo foi tudo construída com areia e pedra daquela beira de rio. Tira, porque era de graça era só tirar, o custo era só mão de obra (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

(...) Eles tirava o ouro a mão, que é manual e tirava com balsa. **P:** Tinha muito ouro lá? Tinha. Tinha muito ouro sim. A R. estudava e tirava o ouro. Ela gostava muito de ficar na beira do rio. Aí ela ia pra lá. **Ela tirava o ouro e comprava livros, roupa, material, calçados, tudo com o dinheiro do ouro.** A gente nem conhecia como preparava o ouro, e é tão importante a preparação do ouro. Aí ela vinha do rio e chegava com aquele negócio bonito e já mistura e daí a pouco já via o ouro. Aí queima e levava pra vender. **P:** E, era vendido onde? Em Rio Doce. Tinha comprador lá. Só sei que se ela vendesse 2 gramas de ouro, já dava muito dinheiro. Ela não trabalhava o dia todo porque 3 horas ela subia porque vinha pra casa para arrumar pra ir pra escola. Mas aí agora acabou né, não pode mais. O rio não pode mexer nem pra pescar (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Do rio eu tirava areia, água para aguar as plantas, quando não tinha na rua. Eu carregava da beira do rio...areia, pedra quando tava menor eu carregava também (...) trabalhava e carregava lenha (risos). Naqueles mato tudo alí já tirei lenha. Lá em cima. De vez em quando dava, quando ele [o rio] enchia trazia lenha; quando chegava o tempo da seca nois tinha que carregar lenha. **P:** E vocês encontravam lenha fácil lá, na Velho Soberbo?. Encontrava, só lenha seca, que a gente podia cortar (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).



Figura 11 - A vida regida pelo fluxo do rio.

Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

O rio era importante por causa do peixe, da tranquilidade que a gente tinha, a gente brincava na beira do rio, banhava no rio. Tinha uma ilha lá de frente da nossa casa que era cheia de goiaba, goiaba vermelha, goiaba branca, a gente sempre ia lá ficava ali brincando, pescando, comia a goiaba. Fazia um lazer nas margens e na ilha. Era até divertido (Morador G, 56 anos, pensionista, casado).

Pra gente o rio era bom. A gente ia passear lá na beira do rio, gostava muito das paisagens né. Eu gostava demais. Tinha os rios muitos bonitos, as cachoeiras que a gente ia lá olhar que eles falavam que era cachoeira da Fumaça. Aí eu achava lindo, quando a água lá em cima descia né. Eu achava muito bunito. A R. me chamava pra pescar, gostava, mas hoje não pode mais. Ela foi garimpeira também. Ela ia pescar em dia de domingo e eu ficava cá em cima nas pedras, e ficava admirando. Achava muito bunito. Hoje não tem nada, tá tudo parado né. Nem na beirada eu não gosto de ir, porque ficou sem beira. Muita gente fala que se a gente chegar na beirada do rio, funda lá em baixa, porque cai a rampa né. E tinha aquelas árvores bunitas também, R. mesma fotografou muito a beira do rio (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).



Figura 12 - O rio enquanto lugar de lazer e de convívio entre os moradores.
Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Sínteses das falas registradas no caderno de campo e das questões abertas do questionário também destacam a dimensão do rio. “Do rio tirava o pão de cada dia, principalmente da minha família e do meu marido”, “era importante porque tinha peixe como cascudo e dourado”, “era um lugar bom que tinha”, “todo dia ia ao rio para tirar ouro. O dia era ganho. Pegava um peixe. Tinha lazer. Do rio que tirava a sustentação. Morava na beira do rio, tirava o sustento de lá. Morava dentro do rio” e, por fim, o “rio era fonte de vida. Era tudo”.



Figura 13 - Formas de sustento que o rio fornecia.

Fonte: arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Mediante as dimensões e características descritas do povoado de São Sebastião do Soberbo, percebe-se que os moradores enquanto ribeirinhos, cujas condições sociais de produção e reprodução socialmente localizadas centravam-se na terra, no rio e no emprego da força de trabalho na agricultura e no garimpo através de diversos regimes de trabalho.

Este contexto remete ao que Rebouças (2000) destaca como sendo um bairro rural, constituído principalmente por redes de vizinhança, de parentesco e de afinidades que se espalham por áreas mais ou menos vastas. Presume-se que a unidade social do bairro se expressa em trabalho de ajuda mútua, individuais ou coletivas. Decorre que, o bairro rural e seu povoamento são vistos pelas suas interligações das parentelas onde passeios, festas, quermesses põem em prática rituais e atividades religiosas que desempenhavam um papel

importante para os integrantes do bairro, pois além de reforçar os laços de afinidade também reafirma a sociabilidade dos grupos.

Neste processo de construção da realidade, a autora ressalta que, dependendo da região brasileira em questão e da relação campesina predominante, pode-se encontrar associação das atividades agrícolas à pesca e também o desenvolvimento da agricultura de vazante, na qual a água está no conjunto de elementos que viabiliza atividades produtivas na garantia de sobrevivência, representando, em muitos casos, um celeiro natural. Além disso, a autora destaca que as casas, os quintais, a roça, o rio e as estradas articulam espaços sociais que constroem a noção de pertencimento tanto ao local quanto ao grupo, pois são elementos constitutivos que perfazem um universo importante de suporte à sociabilidade e marcam um modo de vida construído em âmbitos históricos, sociais, econômicos e espaciais (REBOUÇAS, 2000).

A partir destas considerações, busca-se analisar, no capítulo seguinte, como se constituiu a mudança e a alteração do cotidiano das famílias de São Sebastião do Soberbo frente à intervenção do Consórcio Candonga que colocou a possibilidade de migração (deslocamento) para o reassentamento de Nova Soberbo. Tem-se em vista a chegada da barragem enquanto acontecimento que redefine a tessitura social e contrapõe duas visões de mundo distintas, a do empreendedor e a dos ribeirinhos.

CAPÍTULO 3. BARRAGEM ENQUANTO ACONTECIMENTO SOCIAL



Figura 14 - Quando as águas represadas submergem o lugar: Usina Hidrelétrica Dona Risoleta Neves (UHE Candonga).

Fonte: Foto à esquerda cedida por moradores e à direita tirada na pesquisa de campo - pesquisa de campo, 2012.

P: Quando você ficou sabendo da construção da Usina Hidrelétrica Candonga, como você sentiu? **Pra te falar a verdade eu nem sabia o quê que era.** Porque quando eles fala, não fala o quê que é, e quando fala, só fala a parte boa, a parte ruim mesmo ninguém fala. Eles falavam que ia ser bom, mas ninguém falava que ia ser tão ruim. A gente não sabia que vinha pra aqui. Muita gente ficou entusiasmada né, que ia ser muito bom. **O projeto e o progresso que tá chegando, só que às vezes quando o projeto chega...P:** Falaram que era o progresso? **É.** Que era muita coisa boa, e na construção daqui, tem gente que até hoje pensa que a energia que gera aqui é a gente tá consumindo ela... **P:** E você acha que a barragem foi um progresso que veio cá? Não, não. Pode ser progresso, mas não pra aqui. Não pra gente. Pode ser progresso lá pra onde tá indo a energia. Aqui não, aqui só trouxe destruição (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).

Tomando como episódio a construção e a inauguração da Usina Hidrelétrica Dona Risoleta Neves (UHE Candonga), que marca o deslocamento definitivo da população de São Sebastião do Soberbo no dia 3 de maio de 2004, incorre-se numa discussão acerca da Hidrelétrica enquanto fato público cujo acontecimento socialmente localizável possui poder de revelação e de reverberação institucional e social nos seus anos subsequentes. Ademais, complementa-se

a análise com autores que tratam dos impactos de grandes projetos de infraestrutura em determinadas realidades sociais localizadas no tempo e no espaço. Neste ponto, ancora-se na teoria sobre o deslocamento voluntário e involuntário que preconiza diversas mudanças e rupturas em contingentes populacionais historicamente estabelecidos em determinado contexto.

Sob a polifonia teórica na perspectiva conceitual acerca do termo “acontecimento”, adota-se, como possibilidade interpretativa deste estudo de caso, dois pontos de vista distintos que se complementam no decorrer da leitura do Caso Candonga¹⁴. Em um primeiro momento, descreve-se o processo de consorciação, construção e inauguração da UHE Candonga, tendo como referência os trâmites legais e as fases do licenciamento ambiental, situando-a na tessitura causal dos procedimentos burocráticos e institucionais nos órgãos ambientais que confere uma certa previsibilidade de ocorrência da Hidrelétrica enquanto episódio no mundo.

Em seguida, incorre-se na leitura do acontecimento do ponto de vista dos moradores no contexto da configuração social estabelecida no processo de deslocamento e reassentamento das famílias em Nova Soberbo, interpretando a dimensão daqueles que se deparam com a Hidrelétrica na sua imprevisibilidade e no “assombro exemplar¹⁵” a partir da chegada do Consórcio Candonga na vida cotidiana.

A proposição é buscar entender a mudança de sentido de mundo que os moradores auferiram e auferem à sua realidade social a partir do processo de encontro e de negociação com o Consórcio. Momento que se abre a possibilidade do novo na vida cotidiana e desencadeia um quadro de experiências e apropriações do episódio a partir das impressões dos atingidos frente à UHE Candonga.

¹⁴ O Caso Candonga vem sendo conhecido nacional e internacionalmente como referência à Violação de Direitos Humanos a partir do processo de construção, inauguração, deslocamento e reassentamento das famílias da antiga São Sebastião do Soberbo pela UHE Candonga. No relatório “*Atingidos e Barrados: A violação de direitos humanos na Hidrelétrica Candonga*” produzido pelo Centro de Justiça Global, Barros e Sylvestre (2004) dão visibilidade pública ao Caso no ano de 2004. Pinto (2005) ressalta que, no dia 11 de abril de 2005, o Caso Candonga foi relatado à Comissão de Direitos Humanos da ONU em Genebra, por um representante dos atingidos e por um padre que na época era pároco em São Sebastião do Soberbo. No dia 10 de agosto de 2011, a ONG: Centro Legal de Defensores do Meio Ambiente (EDLC), com sede nos Estados Unidos, disponibiliza documento *on-line* com denúncias sobre o não cumprimento de condicionantes referentes ao Programa de Reativação Econômica no reassentamento de Nova Soberbo.

¹⁵ Termo cunhado por Quéré (2005), no seu texto: *Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento*, no qual assombro exemplar conota surpresa, imprevisibilidade e contingência do acontecimento quando ocorre na realidade de determinado(s) sujeito(s).

Para tanto, algumas perguntas guias direcionam a análise deste capítulo: Como desponta a cosmologia dos atores envolvidos no percurso fazível da barragem? O que se inaugura numa realidade social após o enchimento do reservatório de uma usina hidrelétrica sobre o ponto de vista dos diversos atores envolvidos?

Segundo Quéré (2005, p.68), “a individualidade do acontecimento não é determinada, apenas, pelas características da sua ocorrência como fato, mas também pelas reações e pelas respostas que suscita, via uma compreensão e uma apropriação”. Há aqueles acontecimentos que produzem modificações permanentes ao ponto de tornarem “(...) referência numa trajetória de vida, individual ou coletiva, na medida em que correspondem a experiências memoráveis e, até mesmo, rupturas ou a inícios”. Dessa forma, a ocorrência do acontecimento “(...) faz emergir algo de novo, ou seja, apresenta um caráter inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é apenas o início de um processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra”. Neste ponto, o lugar do acontecimento na estruturação da experiência individual e coletiva torna-se referência àqueles que presenciam e/ou o vivem “em função do seu poder de afetar os seres e de impregnar as situações de qualidades difusas que as individualizam” (QUÉRÉ 2005, p.59).

Dessa maneira, o acontecimento traz, em sua singularidade, um poder de esclarecimento a partir da observação do campo do qual faz parte, em sua ocorrência enquanto pivô, ponto crítico ou problemático que se manifesta em determinada realidade social identificando-se situações, eventos, processos, cenários e atores envolvidos. Como aponta Quéré (2005, p.71), os acontecimentos que se despontam “caracterizam-se pelo seu poder de esclarecer o contexto do conjunto, de revelar os estados de coisas existentes e de realçar os processos em curso”.

Nesta perspectiva teórica, o acontecimento pode ser visto em função de sua dualidade inerente, ora enquadra-se como um fim de um processo serial, inserido numa causalidade precedente que leva a sua ocorrência num tempo específico, normalmente submetido às instituições, às normas, às regras, aos costumes e às ações humanas, enfim, valores socialmente construídos que lhe diminui o grau de contingência e sua imprevisibilidade de ocorrência (BABO-LANÇA, 2008; QUÉRÉ, 2005). Ora é visto na ordem dos fatos sem explicação, como cita Quéré (2005), do “assombro exemplar”, inesperados e imprevisíveis, e alteram a aparente repetição da vida cotidiana. Assim, quando se produzem, não estão conectados aos que os procederam, nem aos elementos do contexto, são descontínuos em

relação aos outros e excedem as possibilidades previamente calculadas. Todavia, quando acontecem, rompem com a seriação da vida e operam em rupturas nos quadros de normalidade social.

Em ambas as direções, tanto do ponto de vista de sua previsibilidade quanto de seu caráter inesperado, quando acontece algo, este acontecer acontece a alguém, a indivíduos e coletividades e, a partir de então, abre-se o novo que pede para ser dotado de sentido (a partir da experiência vivenciada), sendo o acontecimento uma marca de temporalidade ao abrir os possíveis no horizonte do presente e do futuro, e marca a volta ao passado em busca da explicação de sua ocorrência.

Nas palavras de Quéré

Quando um acontecimento se produz, tratamo-lo como um fato no mundo, situável no tempo e espaço. Identificamo-lo através de uma descrição. Descrevemo-lo especificando as suas circunstâncias (especificação que pode ser resumida ou alargada). Tentamos explicá-lo pela trama causal que o provocou, dar-lhe sentido em função de um contexto prévio que o torne compreensível, socializar a surpresa que ele constitui atribuindo-lhe *valores de normalidade (grifos do autor)*. Desse ponto de vista, o acontecimento é apreendido como um fim, como o ponto de chegada de um encadeamento serial. É relativamente transparente à luz das possibilidades de explicação e de interpretação oferecidas pelo contexto. Além disso, uma vez realizado, parece encerrado. Está inteiramente contido no presente da sua ocorrência (QUÉRÉ, 2005, p.66).

Por outro lado

O acontecimento apresenta (...) um caráter inaugural, de tal forma que, ao produzir-se, ele não é, apenas, o início de um processo, mas marca também o fim de uma época e o começo de outra. É, evidentemente, este poder de abertura e de fecho, de iniciação e de esclarecimento, de revelação e de interpelação (...) em ligação com as modalidades de experiência que nos remetem para acontecimento assim entendido (QUÉRÉ, 2005, p.60).

(...) a experiência é, pois, aquilo que um sujeito e um mundo se constituem, confrontando-se com acontecimentos, na articulação mais ou menos equilibrada de um saber e um agir. Ele [o acontecimento] emerge, portanto, como dinâmica em que os sujeitos constroem pontos de vistas sobre o mundo e formas de se relacionar com a realidade (QUÉRÉ, 2005, p.70).

Quando se trata de descrever como o acontecimento faz sentido, observa-se as diversas reações e respostas suscitadas na sua ocorrência, ou seja, o seu grau de pregnância¹⁶ e o

¹⁶ Lana e França (2008), utilizando da noção de “afetação” do acontecimento sobre os sujeitos, faz uma discussão a respeito da experiência e da “pregnância”. Assim, a experiência resulta da dinâmica de energia entre criatura viva e ambiente, seus encontros e tensões, de modo que elas não se encerram em um sujeito, mas

esquema de atribuição de significações e de valores por sujeitos que o experienciam direta ou indiretamente. Há, portanto, uma via de compreensão e de apropriação, seja qual for o suporte, cujo efeito singular inaugura uma nova forma de pensar, agir e possui, como principal consequência, a quebra da linha do tempo na rotina das pessoas, promovendo, dessa forma, uma cisão nas formas anteriores de ver o que está à volta e, sobretudo, marca as possibilidades do novo que se relaciona diretamente ao episódio.

Nesta direção, o acontecimento enseja a necessidade de compreender as coisas e anuncia seu poder de revelação. Tem-se, em vista, à maneira como a questão afetará os sujeitos em seus campos de experiência, imbuída de sentidos (e sentimentos) emanados, sobremaneira, de qualidades que, “impregnam as situações que o envolvem, afetam e modificam os seus elementos constitutivos assim como as relações entre eles, penetram e colocam tudo o que está implicado na experiência” (QUÉRÉ, 2005, pp.60-8).

Tendo como referência o discurso contemporâneo de políticas sobre desenvolvimento e de grandes projetos de infraestrutura, como as hidrelétricas, consideradas geradores de energia limpa e renovável destinados à sociedade na promoção do crescimento e desenvolvimento de região, países e nações observa-se a dimensão do acontecimento a partir de sua normalidade e previsibilidade sob a ordem instituída em órgãos públicos e privados. Há, portanto, uma diminuição do seu caráter de contingência à medida que assume uma dimensão pública socialmente construída.

Na definição de Cernea (1994), políticas de desenvolvimento são um processo ativo dos Estados e de agentes privados de elencar normas de alocação de recursos de forma geral. Muitas vezes, os projetos são de grande envergadura e impactam numa determinada realidade e são pivô de deslocamento de comunidades tradicionalmente estabelecidas. Sigud (1986) reitera afirmando que o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis para hidroeletricidade tem sido, especificamente no Brasil, a alternativa privilegiada para

entrelaçam o eu e os objetos a eventos do mundo. Trata-se de uma relação fundamental entre o fazer (ação) e o padecer (*pathos*), de modo que a criatura viva e o ambiente alteram o seu fazer em virtude do padecimento [da pregnância do acontecimento - *grifo nosso*]. Retomam Quéré no sentido que este nomeia esse processo de fazer-padecer como afetação, pois ‘só há experiência quando há transação entre duas coisas que não são exteriores uma à outra, por exemplo, entre um organismo e o meio ambiente que o rodeia, em que cada um é afetado pelo outro e reage segundo a sua constituição’ (QUÉRÉ, 2005, p.64 *apud* LANA e FRANÇA, 2008, p.1).

equacionar a necessidade de fornecer infraestrutura básica para a expansão da economia, nos moldes do modelo vigente no país.

Conforme Oliver-Smith (2010), nos últimos anos, movimentos de base e resistência aos grandes projetos protestam contra o chamado “grande desenvolvimento” ou “desenvolvimento agressivo”. Estes movimentos tecem críticas às abordagens do desenvolvimento atrelado à ideia de progresso, cunhado pela sociedade moderna ocidental. O autor destaca que o progresso está intimamente ligado à trama cultural fabricada pelo ocidente a partir da Segunda Guerra Mundial, momento em que a ideologia do desenvolvimento baseada em instituições internacionais, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Corporações Financeiras Internacionais e governos de Estados Nações convergem na construção do paradigma do desenvolvimento e justificam a ideologia da colonização e outras formas de expansão econômica.

Tal paradigma guia-se por discursos econômicos e políticos que trazem algumas noções fundamentais sobre o mundo. A noção do desenvolvimento enquanto progresso linear com melhorias nas sociedades torna-se um tipo de mito da redenção que persegue a “terra prometida”. Assim, esta concepção mobiliza recursos, pessoas, organizações e instituições cujo fim último a ser alcançado é estágios maiores de acumulação de capital intensivo e aparato tecnológico. O que permeia esta visão é a crença de que as formas e condições de vida dos seres humanos, na modernidade, estão intrinsecamente ligadas à ciência e à racionalidade. Dessa forma, as ações dos agentes de desenvolvimento visam intensificar a produção, expandir o comércio e aproximar os estágios pelos quais as sociedades ditas desenvolvidas passaram (OLIVER-SMITH, 2010).

Neste contexto, a abordagem de Oliver-Smith (2010) pontua que os grandes projetos de desenvolvimento envolvem, frequentemente, transformações em larga escala de meios naturais que são convertidos em áreas cultiváveis, áreas pesqueiras, projetos de irrigação, grandes monoculturas, projetos de colonização, rodovias, complexo industrial, resorts turísticos e barragens, que dão suporte ao crescimento de capitais financeiros, ao crescimento industrial para geração de bens e serviços e à produção agrícola através de *commodities* para expansão do mercado em escala global. Em tal situação, o desenvolvimento é definido por diversos agentes como um processo contínuo no qual as forças produtivas da economia sistematicamente buscam a expansão e a implementação de infraestruturas. Essas forças são

baluartes de benefícios sociais à medida que setores da sociedade articulam investimento em escala e são mais eficientes nos usos deste, justificando, portanto, os benefícios e os custos destes projetos.

Neste ínterim, Oliver-Smith (2010) sublinha que, genericamente, infraestrutura e produtividade como discurso do desenvolvimento são considerados como benefícios que excedem os custos que possam incorrer no processo. Todavia, muitas vezes estes grandes projetos favorecem interesses nacionais e internacionais e negligenciam o impacto de sua implantação em determinados contextos locais. O efeito do desenvolvimento, para alguns grupos, não se consubstancia em continuidade ou melhoras em condições de vida, pois há impactos negativos no meio ambiente e transformações radicais nos modos de vida de comunidades urbanas e rurais, colocando o termo desenvolvimento em um campo contraditório.

Analisando especificamente os casos de desenvolvimento forçado na atualidade, que deslocam e reassentam milhões de pessoas em países como China, Índia, Brasil e outros países do continente Africano e Sul-americano, Oliver-Smith (2010) destaca que a contra face do desenvolvimento gera impactos e perdas sociais irreparáveis, pois quando contingentes populacionais locais fazem frente e/ou resistem aos grandes projetos, aqueles são considerados como atraso ao progresso e são passíveis de serem deslocados dos seus contextos naturais e sócio históricos.

Em consonância, o deslocamento é virtualmente aceito como forma de vida das elites ocidentais, pois o consideram como natural, simplesmente porque funciona de acordo com as necessidades de mercado, quando de fato é uma forma de coerção e violência estrutural a comunidades rurais. Por essa via, os que são deslocados, voluntária e involuntariamente, são submetidos ao processo de mitigação com medidas compensatórias como é o caso dos reassentamentos que visam a reestruturação da vida social (OLIVSER-SMITH, 2010).

O mesmo autor ressalta que, no processo de deslocamento forçado (involuntário) e no decurso do reassentamento, vêm à tona uma série de implicações sociais, econômicas e culturais que acentuam a descontinuidade de uma cultura em contraponto a outra. Em muitos casos, desembocam em conflito entres os agentes planejadores e comunidades, pois os moradores locais com suas identidades e seus interesses se defrontam constantemente com uma visão de

mundo destoante da que os cercam. Expressa, com efeito, a desigualdade de poder entre os agentes e as populações, pois estas, quando são deslocadas, perdem o controle sobre o próprio espaço físico que habitam.

Segundo Oliver-Smith (2010), o problema central do deslocamento é essencialmente do desenraizamento¹⁷ de pessoas e dos custos do desenvolvimento que elas enfrentam, pois o lugar onde moram confere, a nível individual e coletivo, a formação de identidade, já que é localizado historicamente em relações interpessoais e em relações interculturais. Assim, o espaço é dotado de sentido a partir das relações inter e intra familiar, das relações comunitárias e da construção da cosmologia própria a partir das tradições estabelecidas ao longo dos anos.

Endossando essas implicações sociais, Cernea (1994) pontua que

(...) associações formais e informais de auto-organização e serviços são desmanteladas (...) papéis de líderes locais estabelecidos tradicionalmente no sistema social possivelmente serão desestabilizados. Abandono do campo simbólico como mercados, santuários, sepulturas ancestrais, montanhas sagradas, cursos de rios ou trilhas são deixados no rastro histórico, assim fortes rupturas físicas e psicológicas ligadas às raízes da identidade cultural do indivíduo são rompidas e fragmentadas devido ao processo de deslocamento forçado, o qual, em alguns casos, se encontra sobre os projetos do desenvolvimento (CERNEA, 1994, p.195 - *tradução nossa*).

Analisando, por meio de pesquisas bibliográficas, casos de implantação de Usinas hidrelétricas no Brasil na atualidade, Borges e Silva (2011) identificam e ressaltam a relação de afetividade dos atingidos¹⁸ com os lugares inundados pelos reservatórios. Para tanto, discorrem sobre o sentido do lugar em função da sua relação intrínseca com a identidade e o pertencimento. Os autores enfatizam que os lugares só adquirem sentido por meio da intenção e das relações humanas que significam e ressignificam o espaço, em função dos valores atribuídos e baseados nas relações com o meio natural, nas relações de trabalhos, de descanso e de lazer, em julgamentos subjetivos e elos afetivos concretos em relação às experiências

¹⁷ Tirar pessoas de um lugar socialmente e historicamente construído e apropriado. Remete à noção de mudança de um espaço dotado de sentido para outro diferente do anterior. Expressa a perda de referências pessoais e vínculos com a realidade material e social (OLIVER-SMITH, 2010).

¹⁸ De forma genérica, 'atingidos são todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independente do local em que vivem ou trabalham. E assim, todo mundo que tenha sua vida afetada de alguma forma pela construção da barragem é um atingido' (VIEIRA e VAINER, 2005, p.55 *apud* BORGES e SILVA, 2011, p.2).

pessoais e coletivas. Estes lugares são paisagens que carregam emoções, valores e memórias permeadas de sentimentos de prazer, harmonia, identificação, repulsão, aversão, ressentimento, etc.

Os autores ainda ressaltam que

A identidade do cotidiano está ligada ao conhecido e reconhecido; aos lugares habitados, onde se percebem as marcas e os resíduos de outros tempos. Através dessa identidade, os moradores são capazes de reconhecer a paisagem e ler tudo o que nela se mostra com coerência, pois diz respeito as suas vidas, aos sentidos por eles atribuídos por práticas sociais advindas de uma acumulação cultural que se inscreve no espaço (BORGES e SILVA, 2011, p.7).

Quando estes espaços socialmente dotados de valor e sentidos sofrem impacto de algum projeto hidroelétrico, há, normalmente, o deslocamento e a expulsão de moradores submetidos às alterações por completo no nível individual, familiar e coletivo. Isso gera uma série de dramas e tensões cujos efeitos nos atingidos trazem sentimentos de perda, como perda de terras, de casas, de modos de vida, de identidade, de pertencimento, e carregam o sentimento de serem vítima do progresso, pois não se sentem beneficiários e constroem um discurso de “desgraça” a partir do momento que percebem os efeitos negativos sobre suas vidas. Trata-se, pois, de sentimentos que remetem não só à expropriação mas também tornam-se bandeira de luta por reconhecimento de direitos (BORGES e SILVA, 2011).

Conforme os autores, várias pesquisas mostram que, mesmo após muitos anos, as pessoas não se esquecem das riquezas naturais que ficaram submersas, como terras férteis, quedas d’água, pontos de pesca e outros elementos simbólicos e sagrados como praças, igrejas, escolas, cemitérios, bares, etc. Elementos estes que se tornam lembranças de outrora que passarão a ser recontadas a partir do que não se vive mais no cotidiano; por isso, tornam-se memórias de tempos vividos e passados que serão referenciadas nas águas da barragem que submergiu o lugar antes dotado de valor e de sentimentos (BORGES e SILVA, 2011).

Na perspectiva de Ribeiro (2008)¹⁹, desenvolvimento também é tratado como ideologia e utopia num discurso atravessado por categorias culturais ocidentais vinculadas à expansão

¹⁹ Os argumentos tecidos pelo autor ancoram-se na perspectiva metodológica de focar os projetos de grande escala a fim de estudar ‘as mais extremas expressões’ de uma série de fenômenos para melhor entendê-los (KROEBER, 1955 *apud* RIBEIRO, 2008, p.111). Para tanto, sua análise baseia-se no estudo específico da represa Hidroelétrica de Yacyretá, Hidrelétrica binacional construída no rio Paraná entre a Argentina e Paraguai com capacidade instalada de 3,1 Megawatts (MW).

capitalista. Se desenvolvimento implica em transformação e tipicamente se dá pelo encontro entre *outsiders* (agentes do desenvolvimento) e *insiders* (populações locais), esta transformação, enquanto núcleo duro do desenvolvimento, coloca atores distintos num campo de desigualdade de poder. Se a transformação é almejada por povos locais de diferentes origens culturais, existe a crença na mudança que irá promover melhorias nas condições de vida pelo acesso a bens e serviços que a modernidade capitalista anuncia como possível em tornar a vida mais segura e saudável. Entretanto, como afirma o autor, há razões complexas pelas quais algumas pessoas aceitam as mudanças e outras não.

Dentro dos limites que a pesquisa se propõe, a reflexão sobre poder não será realizada nesta dissertação, embora apareça em alguns pontos, especialmente quando relacionados aos dados levantados durante o trabalho de campo quando os entrevistados frequentemente mencionam esta dimensão nas relações com o Consórcio. Assim, a fim de situar o leitor para melhor compreensão do acontecimento, destacam-se as noções de poder elencadas por Ribeiro (2008).

Citando Eric Wolf (1966) em *Kinship, friendship, and patron-client relations in complex societies*, Ribeiro afirma que a noção de poder estrutural remete à capacidade de forças e das relações históricas de criar e organizar cenários que constroem as possibilidades de ação das pessoas em especificar e direcionar seus fluxos de energia. Interpreta que, muitas vezes, na relação entre os *outsiders* e os *insiders*, há disparidades do poder no sentido que abundam as diferenças de recursos como acumulação de capital econômico, como concentração e influência política, como dominação cultural pela linguagem técnica e burocrática, que, em muitos casos, são imperativos de forças estruturais expansivas dos *outsiders*.

Por outro lado, poder também refere-se à capacidade do sujeito de agir e controlar seu próprio destino, ou seja, controlar o curso da ação e dos eventos que mantêm ou modificam a vida. Citando Bourdieu (1977) em *A economia das trocas linguísticas*, Ribeiro ressalta que a competência comunicativa, linguística, cultural e educacional também é expressão de poder no sentido que determina as formas de relações estabelecidas entre os atores envolvidos no campo do desenvolvimento. Para Ribeiro, o analfabetismo, a falta de conhecimento e de informações sobre os projetos comprometem a participação dos *insiders* no curso das ações e nas escolhas sobre seu próprio destino.

Em geral, Ribeiro (2008) afirma que alguns projetos podem aumentar o acesso de uma comunidade à modernidade, mas também explicita que “desenvolvimento”, em alguns casos, não significa mudanças estruturais em distribuição de poder. Citando Rist (1997, p.30), Ribeiro enfatiza que ‘aqueles com poder não têm interesse em mudanças, não importa que digam o contrário, e aqueles que querem mudanças não têm os meios para impô-las’. O autor ressalta três pontos sobre transformações, mudanças e poder:

(a) a natureza da transformação e do contexto em que a mudança vai ser introduzida define se vai ser bem-vinda ou não; (b) transformações, mudanças e inovações tecnológicas são artefatos culturais que sempre envolvem e afetam sistemas de poder; e (c) elas impactam sistemas sociais, culturais e ambientais em graus variáveis (desde desastres totais a mudanças palatáveis menores) (RIBEIRO 2008, p.121).

Esta concepção envolve o pressuposto de que os “dramas do desenvolvimento” e a “comunidade de desenvolvimento” permitem identificar encontros desiguais entre atores locais e os *outsiders*, em posições diferentes, pois se populações e instituições locais não se perceberem como “sujeitos ativos” do desenvolvimento e, a apropriação dos projetos por parte delas, continua sendo um problema que irá reforçar desigualdades estruturais. O mesmo autor ressalta que atores com menor poder são grupos locais vulnerabilizados, com seus territórios e suas culturas, que sofrem o processo de deslocamento forçado para construção de represas as quais impactam em cenários *vis-à-vis* aos projetos desenvolvimento (RIBEIRO, 2008).

Pontuando, desse modo, a análise sobre o campo do desenvolvimento, Ribeiro (2008) destaca que muitas crenças e práticas geradas e transmitidas internamente sob os projetos de infraestrutura de larga escala compõem-se por diversas redes e instituições²⁰. Estas apoiam-se em organizações governamentais e multilaterais, em escolas de engenharia, em bancos e corporações industriais, que se tornaram centros de difusão de ideias, de grandes projetos e de inovações tecnológicas, são categorias, modelos e ideologias de progresso e expansão industrial. Por conseguinte, o desenvolvimento revela-se como uma força expansiva historicamente intrínseca a intervenções planejadas que se articula em redes de engenheiros, técnicos, políticos, lobistas, servidores públicos e capitalistas financeiros e industriais.

²⁰ Conforme o autor, instituições de desenvolvimento são burocracias de tamanhos e complexidades diferentes.

No teor das ideias e reflexões apresentadas, o autor insere a noção de “consorciação” para explicar as diversas articulações entre os diferentes atores no campo do desenvolvimento. Assim, os consórcios resultam de articulações entre atores em redes²¹, por meio de complexos processos históricos e políticos cuja entidade resultante são as instituições. Dessa forma, quando redes chegam a interesses e objetivos definidos e duradouros, elas tendem a se tornarem instituições baseadas não somente em relações pessoais, mas também em racionalidade burocrática. Nestas condições, instituições são uma cristalização de redes que possuem projetos claros em vista a serem realizados em um futuro previsível. Envolvem, normalmente, um importante processo de cooperação técnica e monitoramento visando domesticar o ambiente imprevisível onde ocorre o “desenvolvimento” (RIBEIRO, 2008).

Decorre que quando as instituições se juntam em blocos sólidos formam a base para o processo de consorciação cujo objetivo é cumprir papéis específicos destinados a realizar algum projeto. Neste ponto, a consorciação é um processo político comandado por grupos de poder que operam em níveis mais elevados de integração²². É um encadeamento que - mediante a organização de novas entidades orientadas a tarefas econômicas e administrativas - unem capitais internacionais, nacionais e regionais.

O autor ressalta que

O consórcio é a entidade social, econômica e política concreta que articula diferentes grupos de poder. O processo político-econômico de criação de consórcios afeta diretamente o potencial dos projetos de desenvolvimento. A consorciação significa que os projetos reforçam a competição e a concentração de capital e poder entre firmas capitalistas; ela facilita o processo de concentração de capital e poder eliminando competidores mais fracos e cooptando alguns poucos selecionados. (...) a consorciação é, assim, ao mesmo tempo, um instrumento de expansão econômica e um meio de

²¹ No sentido compreendido pelo autor, redes podem ser caracterizadas como atores pragmáticos, fragmentados, disseminados, circunstanciais e até voláteis. Na formação de redes há uma heterogeneidade e um fluxo de entre e sai de atores ou conjunto de atores a nível regional, nacional, internacional e transnacional. Acrescenta que as redes se juntam a outras entidades no campo do desenvolvimento como as instituições (RIBEIRO, 2008).

²² O autor interpreta os níveis de integração como um espectro formado de relacionamentos capitalistas de forma piramidal, baseado em níveis locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais em que níveis mais elevados hegemonizam níveis mais baixos. Define nível local como a localização de experiências fenomenológicas imediatas diárias, isto é, uma série de lugares onde pessoas e grupos executam atividades diárias regulares, interagindo ou sendo expostas a diferentes redes e instituições sociais. O nível regional corresponde à definição político cultural de uma região dentro de uma nação. Já os níveis nacional, internacional e transnacional se referem à existência de Estado-nação e as relações dentro, fora e através deles (RIBEIRO, 2008).

estabelecer um campo político no qual intermediários de diferentes redes estabelecem as condições para participar em um projeto concreto. Formar um consórcio sempre implica uma negociação, um processo baseado não só em critérios econômicos e administrativos (...) são um meio que as corporações têm para otimizar o uso de diferentes redes que precisam ser ativadas para realizar diferentes objetivos econômicos e políticos. (...) a definição da participação de cada parceiro em um contrato [consórcio] é devida tanto a articulações políticas, à criação de redes e lobby, quanto a avaliações técnicas da capacidade produtiva e financeira de um determinado parceiro (RIBEIRO, 2008, p. 115-7).

Tratando-se do Consórcio Candonga, este foi inicialmente formado pelas empresas Companhia Vale - antes denominada Vale do Rio Doce - e a companhia Energia Elétrica Promoção e Participações - EPP Ltda com a finalidade de explorar o potencial hidroelétrico da Bacia do Alto do rio Doce/MG²³ através da construção da UHE Candonga. Em 2001, por meio de negociações, a EPP vende metade de sua participação para a multinacional Alcan Alumínios Canadenses, com sede no Brasil, hoje denominada Novelis, renovando o Consórcio Candonga²⁴ mediante nova parceria. A resultante deste consórcio, a UHE Candonga, iniciou sua operação parcial em agosto de 2004, com a inauguração oficialmente realizada pelo governador do estado na época, Aécio Neves, em 22 de agosto de 2005, com o nome Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, nome dado em homenagem à avó do Governador, Dona Risoleta Neves (BARROS e SYLVESTRE, 2004; PINTO, 2005; BORTONE, 2008).

Tal como ressalta Bortone (2010), já na década de 1960, houve demarcação e comprovação pela Eletrobrás²⁵ da viabilidade da Bacia do rio Doce para implantação de empreendimentos hidrelétricos. Em virtude destes estudos preliminares, Barros e Sylvestre (2004) pontuam que o alto potencial energético identificado na região atraiu interesse de muitos investidores tanto nacionais quanto internacionais. Penido (2008) destaca que, no contexto de privatizações ocorrido no Brasil na década de 1990 e pela promulgação da nova lei para concessão de

²³ Conforme Barros e Sylvestre (2004), a primeira formação oficial do Consórcio Candonga se deu no dia 16 de maio de 2000, sob o registro nº 33500014229, no cartório da cidade do Rio de Janeiro, tendo cada empreendedor, a Vale e a EPP, 50% da quota total do consorciamento.

²⁴ Tal como ressaltam Barros e Sylvestre (2004), no dia 18 de outubro de 2001, a empresa Alcan compra (50%) da parte da EPP do consórcio pelo valor de 7,05 milhões de dólares. Aproximadamente 19,34 milhões em termos de reais calculados com base no valor de 1 dólar correspondente a 2,74 reais no dia 18 de outubro de 2001. “No projeto, o investimento total de ambos os sócios do Consórcio Candonga foi da ordem de 110 milhões de dólares” (BARROS e SYLVESTRE, 2004, p.31).

²⁵ A Eletrobrás é uma empresa de capital aberto, controlada pelo governo brasileiro, que atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica desde os anos de 1962.

serviços públicos editada em 1995, é que os empreendedores - Vale e EPP - contemplados com a licitação aberta pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL²⁶ ingressam de fato no mercado de geração de energia elétrica em Minas Gerais. A partir de então, entre os anos de 1996 a 1999, a vida das comunidades ribeirinhas começa a mudar com estudos ambientais e socioeconômicos realizados pelo Consórcio indicando a viabilidade concreta da construção da barragem.

Sobre o processo de licenciamento ambiental²⁷ da UHE Candonga, o Consórcio contratou a empresa de Engenharia THEMAG²⁸ para elaborar os estudos necessários à aprovação do projeto no Ministério de Minas e Energia e na Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM. Já as aprovações ou não das licenças foram submetidas à apreciação do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais - COPAM.

A Licença Prévia (L.P.) da UHE Candonga foi concedida em 03 de outubro de 1999, mediante alguns condicionantes ambientais e socioeconômicos. Destaca-se a mitigação dos efeitos negativos do deslocamento compulsório do povoado de São Sebastião do Soberbo, que deveriam ser cumpridas antes do pedido da Licença de Instalação (L.I.), a qual foi concedida em 06 de julho de 2001. Para obter esta Licença, o consórcio apresentou o PAS que foi aprovado em 2001 pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/MG. A Licença de Operação (L.O.) foi concedida em 07 de abril de 2004 com relatório da FEAM apontado

²⁶ A concessão da ANEEL aos empreendedores para utilização parcial do rio Doce como bem público foi outorgada através do decreto presidencial no dia 10 de abril de 2000. Em seguida foi assinado o contrato entre o Consórcio e a ANEEL no dia 25 de maio de 2000 (BARROS e SYLVESTRE, 2004, p.30-1).

²⁷ Muniz Braga (2008) esclarece que as licenças ambientais colocam condições, restrições e medidas de controle ambiental que autorizam ou não o funcionamento das hidrelétricas. Assim, tem-se a Licença Prévia; a Licença de Instalação; e a Licença de Operação que autorizam a operação da atividade mediante condicionantes de mitigação dos impactos criados. Neste processo, ao empreendedor é colocado critérios técnicos e diretrizes de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que devem apresentar as efetivas medidas de mitigação dos impactos socioambientais através do Plano de Controle Ambiental (PCA) e do Plano de Assistência Social (PAS) (MUNIZ BRAGA, 2008).

²⁸ A empresa THEMAG foi contratada pela EPP, sob aprovação da ANEEL, para produzir o EIA e o RIMA, os quais concluíram pela viabilidade do projeto da UHE Candonga (ANEEL - Regulamento nº 030/95, de 02 de março de 1995). Assim, a EPP, sócia do Consórcio à época, participou dos diversos estágios do licenciamento junto ao Ministério de Minas e Energia e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais (BARROS e SYLVESTRE, 2004). A THEMAG Engenharia é uma empresa brasileira de engenharia consultiva que atua realizando estudos ambientais em diversos setores, dentre eles, projetos de hidrelétricas através de programas e planos de controle e monitoramento de impactos ambientais. Disponível em: <http://www.themag.com.br/areas_atuacao.html>. Acesso em: 20 mar. 2013.

condicionantes sobre diversas irregularidades no processo de construção da UHE Candonga²⁹ (SUPRAM, 2008; BARROS e SYLVESTRE, 2004).

Dentro dos procedimentos formais do processo de licenciamento e a liberação da L.P. para a construção da barragem, expedida em outubro de 1999 pelo COPAM, Barros e Sylvestre (2004) sublinham que relatório técnico da FEAM recomendou uma série de condicionantes antes da L.I., dentre elas, o parecer menciona as devidas ações de mitigação em função do impacto socioambiental como a

(1) devastação florestal; (2) impacto no ciclo reprodutivo dos peixes que seriam de grande magnitude e altamente relevantes; (3) a perda direta de 250 hectares de terra fértil incluindo o deslocamento compulsório de 19 proprietários rurais e impacto direto sobre outros 20; (4) significativo impacto nas atividades econômicas de agricultura, produção de leite e garimpagem; (5) modificações na demanda pública por serviços de saúde, educação, segurança e outras demandas sociais; e (6) os efeitos negativos do deslocamento compulsório das pessoas de São Sebastião do Soberbo (BARROS e SYLVESTRE, 2004, pp.29-30)

Embora nem todas as condicionantes tenham sido cumpridas, expediu-se a L.I., que, de certa forma, já conferia certa previsibilidade de operação do empreendimento. Após realizadas as obras, o Consórcio iniciou o enchimento do reservatório no dia 23 de junho de 2004 com o intuito de operar a usina ainda em julho do mesmo ano. Para de fato obter a L.O., comprometeu-se, em abril de 2003, perante aos órgãos ambientais, em cumprir condicionantes referentes à mitigação dos impactos criados e em executar ações reais de reativação econômica para a população antes do deslocamento ou conjuntamente atrelado a este. Tal posicionamento do empreendedor resultou na liberação da Licença de Operação (BARROS e SYLVESTRE, 2004; PINTO, 2005; BORTONE, 2008).

O que Barros e Sylvestre (2004) chamam atenção é que a concessão da Licença de Operação permeou-se de algumas irregularidades, pois visitas de campo e a elaboração de pareceres pela FEAM apontavam críticas sobre atrasos de cumprimento de cronogramas preestabelecidos anteriormente nas fases de licenciamento, constatação de condicionantes não atendidas, observações sobre práticas irregulares e o tratamento desrespeitoso com a

²⁹ Segundo Bortone (2008), inicialmente, o projeto da UHE Candonga previa seu funcionamento com um potencial energético de 95 MW; todavia, entre a emissão da Licença Prévia e da Licença de Instalação os empreendedores entraram com pedido ao COPAM e à ANEEL para aumentar o potencial de exploração para 145 MW, sendo tal solicitação concedida em março de 2001.

população local por parte do Consórcio. Sintetizam alguns pontos do relatório técnico da FEAM³⁰, tais como:

(1) sérias omissões e problemas como o uso de ameaças, violência e os chamados métodos pouco ortodoxos durante as negociações com as famílias, especialmente antes da assessoria prestada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB]; (2) existência de uma grande discrepância entre o número de garimpeiros e meeiros reconhecidos e os números apresentados pela comunidade e (3) sérias falhas na execução de medidas para desenvolvimento e reativação econômica das famílias compulsoriamente deslocadas das áreas urbana e rural de Soberbo (BARROS e SYLVESTRE, 2004, p.54).

As autoras ainda pontuam que os problemas levantados pela FEAM foram transmitidos para a Câmara de Infraestrutura do COPAM, que, mediante decisão plenária, concedeu a L.O. ao empreendedor, mesmo quando os pareceres e os relatórios técnicos apontavam falhas no licenciamento ambiental. Em vista da liberação dessa licença, o COPAM concedeu-a mediante novas condicionantes a serem cumpridas pelo Consórcio. Destacou-se a necessidade de medição e monitoramento dos efeitos ambientais da operação da barragem no solo, nas águas e nas espécies animais. Destacou-se, também, a necessidade de resolução dos problemas sociais e econômicos concernentes à falta de adaptação da infraestrutura no reassentamento de Nova Soberbo; a necessidade de implementação do projeto de reativação econômica para a população deslocada; a garantia de plena indenização aos garimpeiros e aos meeiros e a revisão do processo de negociação ocorrido entre o Consórcio e as famílias (BARROS e SYLVESTRE, 2004, p.56).

Neste contexto, a UHE Candonga caracteriza-se por um projeto de infraestrutura de larga escala cujo discurso proferido pelos empreendedores, ao longo dos anos, baseia-se na promoção do desenvolvimento nacional e regional, a partir da utilização do trecho do rio de forma sustentável, tendo como meta final a geração de energia e a promoção de benefícios sociais aos envolvidos direta e indiretamente (BARROS e SYLVESTRE, 2004; PINTO e PEREIRA, 2005; LAGES e PENIDO, 2008; BORTONE, 2010). Sob tal discurso, abriram-se as possibilidades de ocorrência do acontecimento - inauguração da Hidrelétrica - nas fases de

³⁰ Relatório técnico da FEAM/ DIENE 008/2004, processo nº 130/1998/005/2003 (BARROS E SYLVESTRE, 2004, p.54).

estudos de viabilidade ambiental, no processo de licenciamento ambiental no âmbito de órgãos públicos através da liberação da Licença Prévia, de Instalação e de Operação.

Observa-se, neste processo, a diminuição do caráter de contingência do acontecimento a partir da perspectiva do empreendedor, haja vista a abertura de sua previsibilidade e ocorrência enquanto fato socialmente construído. Babo-lança (2008) enfatiza que, via de regra, a contingência de um acontecimento é reduzida pela sua inscrição num contexto causal e social, com abertura de condições ou possibilidades de sua ocorrência. Implica na normalização ou no processo de naturalização do acontecimento pelo esquema geral e disponível que permite identificar e descrever em coordenadas espaço-temporal e nas relações causais que o individualizam em detrimento de outros (BABO-LANÇA, 2008).

A partir deste momento, busca-se entender o acontecimento do ponto de vista dos atingidos pela UHE Candonga, já que, simultaneamente ao andamento do licenciamento ambiental nos trâmites burocráticos e institucionais, houve o início do processo de intervenção do Consórcio na realidade dos moradores de São Sebastião do Soberbo. O objetivo foi o de informar sobre o processo de mudança da população para a nova localidade e o de realizar negociações a fim de compensar e mitigar os impactos causados. De antemão, situa-se este encontro/desencontro entre os *outsiders* e os *insiders*, a partir de alguns trabalhos publicados e, principalmente, através dos dados levantados a campo no ano de 2012.

No que tange ao número de famílias atingidas pelo barramento do trecho do rio, Pinto (2005) afirma que o reservatório afetou direta e compulsoriamente famílias nas duas margens do rio Doce. No lado direito, no distrito de São Sebastião do Soberbo, foram afetados, aproximadamente, residentes em quase 120 domicílios, além de outras famílias residentes na área do canteiro de obra e no eixo da barragem, que se localizavam mais próximas ao município de Santa Cruz do Escalvado. Já na margem esquerda, pertencente ao município de Rio Doce, cerca de 10 famílias de trabalhadores rurais, residentes na Fazenda Marimbondo, também foram deslocadas. Ademais, o mesmo autor ressalta que outras famílias, embora não tenham sido deslocadas, tiveram comprometidas sua capacidade de trabalho, especialmente os meeiros e os garimpeiros.

Sobremaneira, Bortone (2008) sublinha que as promessas de melhorias nas condições de vida foram colocadas pelo empreendedor à comunidade. Muitos, principalmente os mais jovens, se

sentiram estimulados a migrarem para a nova cidade, pois esta era vista como a possibilidade de realização do “novo”, capaz de possibilitar melhores condições de vida. Já outra parcela da população via com desconfiança as promessas feitas. Em geral, a maioria não tinha informações corretas sobre o que de fato significava a construção da Hidrelétrica, do reassentamento e das formas de mitigação dos impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais.

Nestas condições, a pesquisa envereda-se na construção cronológica e paulatina do acontecimento, passando por diferentes fases e ênfases, com base nos métodos e técnicas de pesquisa realizadas junto aos atingidos/reassentados de Nova Soberbo. Os reassentados foram entrevistados de forma que eles pudessem recontar suas próprias histórias, buscando observar a dimensão do acontecimento ao longo dos anos, sobretudo, a partir de lembranças armazenadas na memória. Lê-se, dessa forma, a chegada da Usina Hidrelétrica, a construção da barragem e o deslocamento como promotores de instabilidade no momento que acontecem e redefinem o espaço social, seus usos e apropriações.

Buscando ampliar os quadros de sentidos evocados pelo acontecimento, o fenômeno da chegada da barragem na vida cotidiana dos moradores contorna-se de percepções pautadas no seu caráter singular e inédito, pois como demonstram os depoimentos, a realidade social dos moradores se defronta com algo na ordem do assombro exemplar, ou, como diria José de Souza Martins (1993), na chegada do estranho. As percepções variam conforme a visão de mundo de cada morador e de acordo com as perspectivas futuras ou benefícios que viam. Assim, abriu-se a possibilidade do novo, até então inesperado, para aquela realidade social dos ribeirinhos.

Alguns, de fato, não conheciam o que era a barragem; outros a conheceram pelas promessas e pela negociação com o Consórcio; alguns, ainda, como os mais jovens, a viram com possibilidade de realização do novo, uma mudança para um lugar melhor. Já outros, quando souberam que teriam que mudar, remetem-se ao apego sentimental com a realidade constituída, como depõe uma reassentada: “Eu olhava para as minhas plantas assim e eu chorava”. Os depoimentos seguintes são emblemáticos nestes pontos:

Ninguém aqui na nossa região tinha conhecimento o que era uma hidrelétrica. A gente até pensamos muito assim quando falaram que era Vale do Rio Doce [com ênfase] que era ALCAN Alumínio do Brasil, que antes era

ela, agora que é Novelis né?! E o povo acreditava demais, porque pensava que tava trabalhando com....estava sendo liderada por pessoas idôneas, pessoa é...empresa de nome que zelasse pelo seu nome. Então aí, quer dizer, foi aonde o povo entrou na contradição, porque a Vale e a Novelis, quanto maior é o nome maior é rombo e o prejuízo que eles dão em cima de pessoas que não tem conhecimento de seus direitos e, mesmo também as pessoas que tem o conhecimento com os direitos eles passam por cima (Senhor J, 63 anos, casado, autônomo).

Ah, não achei bão não. **Eu olhava para as minhas plantas assim e eu chorava. As minhas plantas eu pelejei tanto para as minhas plantas, agora vou deixar assim...**eu não comprava fruta eu não comprava nada. Tinha horta, tinha galinha, tinha tudo. Eu tinha tudo. Hoje, a água tomou conta, acabou (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).

Primeiramente eles falaram que ela ia passar debaixo da terra. Ia passar debaixo da terra...iii...mas aí ninguém ligou pra aquilo, sumiu, acabou os assuntos....depois quando ninguém dava por nada, não tava esperando chegaram (...) quando eles chegaram lá...eles...armaram o escritório lá, né! O que entendo, que armaram o escritório e já começou negociar com o povo. **Aproveitou que o povo tava tudo simples, não tava sabendo de nada...aqueles mais sabido saiu muito bem, e os que não tava sabendo de nada, como diz os outros, tava até meio assustado, eles não sob nem pedir nada** [risos] (Morador D, 73 anos, casado, aposentado).

Eu nunca senti que ela iria trazer coisa boa não. Foi a primeira vez [referindo-se a barragem]. Sabia nada. **Não sabia que tinha que mudar. Achava que era assim, que eles faziam uma barragem lá e a gente ficava no lugar que tava (...)** era só fazer a represa, e é totalmente diferente, que não era essa destruição que foi (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Ah!, o que eles falavam [o Consórcio] é isso uai, que ia ser muito bom; que não precisava da gente ficar com medo, que aqui ia ter de tudo. **No princípio falaram até que iam colocar fábrica, padaria e não sei o quê para dar trabalho e não teve foi nada. Falaram. A casa era muito boa. Que lá todo mundo tinha casa ruim, mas aqui a casa ia ser muito boa. A maioria acreditava** (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Olha na primeira mão as usinas hidrelétricas quando elas saem sempre eles, os empreendedor, opta pra construir a usina no rio porque eles vão pegar o pessoal pobre, pessoal sem sabedoria, sem conhecimento, muitas vezes não sabe nem assinar o nome. O cara totalmente desligado de conhecimento de seus direitos. E ali o que quê acontece? **Logo na minha mente eu pensei que a usina ia trazer benefício, aonde ia gerar emprego, em que o povo ia ter sucesso** (Senhor J, 63 anos, casado, autônomo).

Senti muito entusiasmado, porque as informações que eles vendiam, que o empreendedor vendia para o povo é que seria um paraíso aqui na terra. Muito entusiasmado. Passavam informações de que seria um paraíso, não sei se coloca aí essa expressão, mas era isso aí. As informações que eles passavam é que seria algo bom demais. Só tinha flores, não tinha espinho não; era rosa sem espinhos (...) a expectativa é que seria melhor, que seria bom, muito melhor do que tava lá na Velha Soberbo, mas na verdade, foi pior, muito pior

(...) entusiasmo pelas informações que eram na verdade informações falsas e mentirosas; não era verdade. Não gostaria de ter saído do meu lugar lá. Agora aí caberia uma explicação por que entusiasmado no início e por que na mudança chateado? Porque no início, vendia uma flor que não tinha espinho né, todo mundo achando que ia ser uma maravilha né. A partir do momento que começou de fato a acontecer as coisas, as negociações com as pessoas, os funcionários da empresa, da usina começaram a ter contato com o povo, aí eles foram começando a perceber que não era nada daquilo, era pressão, era mentira, prejuízo, coibia as pessoas e a partir daí, só foi entristecendo, só foi entristecendo e até a hora da mudança e até hoje, estou aqui mas não estou satisfeito, não me sinto realizado, não estou feliz (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

Muitas pessoas ficaram empolgadas em vir pra cá, principalmente esses jovens, esses mais novos, estavam adorando em vir pra cá. Achavam que aqui ia ser muito bom. Não ia ter poeira. Mas só que aí eles ficavam falando lá vai ser bom demais. Vai ter ônibus até Rio Doce, vai ter padaria, daí a pouco não teve mais nada. Eles tratou de ajudar e não ajudou mais nada. Porque eles foram embora uai. Tem 8 anos e não tem ninguém do Consórcio aqui não uai (...) aí começaram a reclamar. Eles mesmo reclamam. Sem trabalho como é que vai ficar aqui. Trabalhar aonde? Uai, eles não tava achando tão bom vir?! E lá trabalhava, porque igual os meninos de dezesseis, dezessete anos aí, que tinham atividade lá, tinha o ouro né, que ia pro rio (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Neste ínterim, pode-se observar que o acontecimento emerge como fenômeno de sentido e matéria-prima para elaboração de diversas percepções, reações e respostas suscitadas na sua ocorrência. Tem-se, portanto, a maneira que os sujeitos são afetados nos seus campos de experiência e nos quadros de sentido e sentimentos emanados. Tal noção pode ser corroborada nos gráficos apresentados abaixo, onde destaca-se os sentimentos subjacentes em face ao encontro com a UHE Candonga.

Dos abordados pelo questionário, 35% viram a barragem com certa indiferença, pois afirmam que não sabiam do que era, “nunca tinha ouvido falar”, nem esperavam que algo anunciado para região aconteceria. Já outros, 25%, a viram com muito entusiasmo, pois as informações passadas pelo empreendedor remetia à ideia de progresso, que a vida ia melhorar com acesso a emprego, a salários bons e casas boas. Destacaram que muitos moravam de aluguel ou não tinham casa própria; estes, especialmente, ficaram muito entusiasmados com a possibilidade de mudança para uma cidade nova. Dos que ficaram apreensivos e/ou com medo, no caso 25%, afirmaram que, quando as máquinas chegaram, algumas casas trincaram e sentiram desconfortáveis com esta situação. Somou-se, a isto, o fato de serem submetidos à pressão do Consórcio para negociar e das possíveis incertezas no futuro próximo. Já 10% dos abordados

não sentiram nada, pois afirmaram que não estavam presentes no momento em que tudo aconteceu.

De forma geral, conforme o gráfico à direita, o que prevaleceu foi que 70% viram, inicialmente, a barragem como expectativa de melhorias nas condições de vida. Como sintetiza a fala de um reassentado: “Eles falavam que ia ter progresso como turismo, lazer, emprego e programa de reativação econômica para o pessoal. Aí o pessoal começou a empolgar com a mudança. Os que vieram primeiro é porque receberam a casa e o dinheiro.”

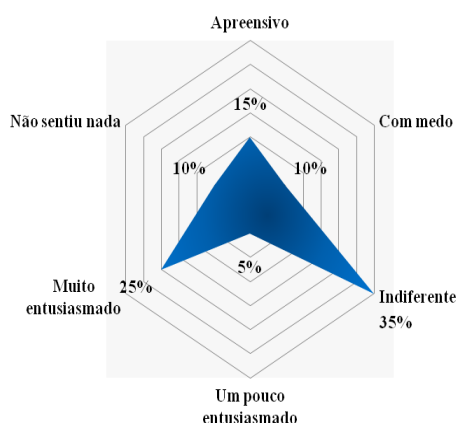


Gráfico 1 - O que sentiu quando ficou sabendo da UHE Candonga.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

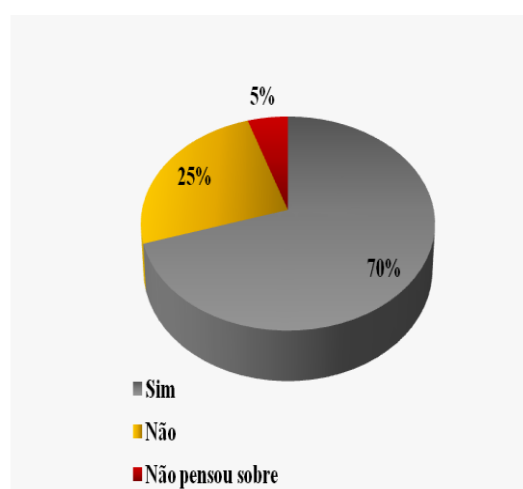


Gráfico 2 - Visualizou possibilidades de melhoria da vida com a mudança.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A partir deste encontro inicial e da apropriação dos moradores sobre a possibilidade da barragem na vida cotidiana, busca-se evidenciar, do ponto de vista dos atingidos, como se deu o processo de intervenção do Consórcio no tocante à realização de audiências públicas e das práticas de negociações sob os andamentos do licenciamento ambiental. Sintomaticamente, Pinto e Pereira (2005) enfatizam que este processo pautou-se num caráter eminentemente administrativo ao longo dos anos, já que houve esforços constantes de técnicos contratados pelo empreendedor para legitimar as decisões de viabilidade da barragem. Foi, conforme os autores, um processo marcado pela ausência da construção política, no sentido de incluir interesses e direitos dos atingidos, pois as ações do empreendedor deslegitimou reivindicações e direitos básicos como acesso a informações, ao diálogo e ao reconhecimento de categorias sociais.

Neste sentido, Bortone (2008) salienta que em 2000 foi realizada uma Audiência Pública pelo empreendedor, na Igreja Católica do povoado, objetivando apresentar o projeto às famílias atingidas pela UHE Candonga. Barros e Sylvestre (2004) e Pinto e Pereira (2005) sublinham que depoimentos dos moradores à Justiça Global informaram que, neste dia, estavam presentes representantes do Consórcio, do Estado, das prefeituras e membros da comunidade. Ademais, ressaltam que, neste momento, o empreendedor usou do discurso tecnicista, gerando uma atmosfera de silêncio entre os moradores os quais pouco se manifestaram em função da linguagem proferida. Dessa forma, criou-se um certo “ar” de aceitação e de conhecimento dos acontecimentos por parte dos atingidos, embora tenham ficados com dúvidas e incertezas sobre o processo de implantação da barragem que estava em curso.

Tal como apontam Barros e Sylvestre (2004, p.151), havia uma expectativa geral por parte dos moradores de que o Consórcio se esforçasse para a melhoria e cumprimento das propostas de negociação antes de promover a realocação definitiva das famílias das velhas terras para o novo local. “Entretanto, ao invés de trabalhar com a comunidade e investir no diálogo para resolver os problemas apresentados, o Consórcio usou dinheiro, pressão, ameaças, violência e o aparato policial estatal para forçar os moradores a se mudar”. Ainda, conforme as autoras, no dia 08 de dezembro de 2003, numa das visitas de campo realizada pela FEAM, constatou-se que somente 41 famílias tinham se mudado de Soberbo.

A turbulência social, gerada ao longo deste processo, pode ser evidenciada nos depoimentos dos moradores que remetem às negociações como brigas e embates, discordâncias do projeto por falta de informações, problemas com indenizações em função dos interesses destoantes entre ofertas do empreendedor e reivindicações por terras. Remetem, também, às abordagens ostensiva e individual, baseadas em coerção, gerando impasses entre os moradores sobre os valores das indenizações. Nota-se, também, que entra em cena o Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB que atuou ativamente juntos aos atingidos no processo de negociação e de resistência à mudança para o reassentamento.

Ah, aí começou a briga né? Que aí começou as reuniões. Aí era aquele debate entre a comunidade e o Consórcio, que a gente falava Vale na época, a gente hoje usa mais Consórcio. Aí batia de frente, ficou batendo de frente, querendo não querendo, aí até conseguir até conseguir a liminar que ia mesmo construir a barragem, aí começou. Aí teve uma Audiência, uma Audiência, nossa foi o maior tumulto, meu Deus do céu (...) brigando, porque ninguém aceitava a barragem no momento, ninguém num aceitava e num aceita, só que agora nós temos que aceitar,

mas só que antes era mais. P: Não aceita por quê? É porque a gente sabia assim que a gente era leigo nas coisas, mas só que pelo menos a gente sabia que barragem não trazia coisas boas, que aí começou o MAB, aí que envolveu o MAB, aí eu também comecei a participar das reuniões (...) aí comecei a envolver com o MAB. Com o G. que era advogado que hoje não tá aqui mais, que mora no Rio, aí comecei a envolver, comecei a viajar, a largar marido dentro de casa (...) (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

O Consórcio fazia reuniões, contava os casos que ia fazer tudo direitinho, ia...a coisa ia ficar boa que o pessoa não ia ficar pior...P: Ia muita gente da comunidade, lotava, como que era?. **Ia, o pessoal ia meio desconfiado porque hidrelétrica isso não é brincadeira, isso é coisa que é difícil, isso não é fácil mesmo. Aí o MAB ajudava a gente pra saber dos nossos direitos** (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

O registro fotográfico seguinte e o depoimento retratam umas das assembleias públicas realizadas na comunidade pelo MAB, ocorrida em meados de 2003, sendo nomeada pelo MAB como “Assembleia de Mobilização e Resistência”. A figura do MAB foi destacada de forma expressiva ao longo da pesquisa, pois muitos alegaram que este movimento informava à comunidade sobre os direitos e as possíveis formas de resistência que a população poderia lançar mão para conseguirem solucionar as pendências em curso.

Olha, pra falar com você a verdade até único órgão que ajudou essa comunidade foi o MAB. Só o MAB. Tanto antes quanto hoje. Não existe, nunca existiu outro órgão pra nos ajudar além do MAB. Sempre tava presente, o P. e o J. nunca mediu distância. A gente ligava pra eles praticamente num dia, daí no outro dia, ou dentre dois três dias tavam aqui junto com a gente (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).



Figura 15 - “Assembleia de Mobilização e Resistência”.

Fonte: Arquivo cedido pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

A empresa fez reunião lá no Velho Soberbo né. Teve audiência pública...**P:** E como é que era? Você gostava de ir? Não. Não gostava nada. A gente ia pra ver o que iria acontecer com a gente mais tarde. **P: E o pessoal do consórcio nas reuniões, informava direito das coisas, conversavam? Do jeito deles né!** (Moradora M, 59 anos, pensionista, solteira).

(...) alguns tinha uma marge de terra que eles tinha na beira do rio, eles venderam muito bem vendido, né! Iiii..ô...ganhô a terra dobrado...eu também plantava, plantava de meeiro alí pra cima ali com um cara...eles chegaram perto de mim me ofereceram na época, era pra dar terra, né! Três hectares de terra que eles tava dando, né. Chegaram eu e essa menina aí essa prima minha aí. Ela falou com nós vocês pega o dinheiro porque não tão achando terra mais pra comprar, deu pra nós vinte e cinco mil...naquela época. E lá já no Marimbondo dera vinte e sete...**já começou jogar nós pra trás.** Com dois mil reais pra trás (...) **esses fio meu que tá aí...includive aquele alí, tem um outro que mora lá em cima lá, tem outro que mora no coisa...eles perderam. Uns eles pagaram de diarista...outros eles não receberam...eles não pagaram pra eles nada.** Eles era diarista, trabalhava pra um pra outro...eles chamaram pra trabalhar ele ia...então eles pagaram pra diarista, pagaram pra muito aí. **Eles não foi reconhecido, não.** Capinava, capinava pro zoto, plantava tudo...roçava, tudo serviço...qualquer serviço. A pessoa chamava eles pra trabalhar eles ia e trabalhava (Morador D, 73 anos, casado, aposentado).

(...) **eles [representante do Consórcio] chegou lá em casa sentou o moço que tinha implante, sentou na mesa, com um monte de papel na mesa, umas dez folhas e aí ele levantou e falou assim: ‘Meus parabéns, a terra é sua!’** Eu tinha umas criação lá fora ele falou: **‘Oh você tem criação que bom pra você; você tem um canavial grande, você sabe o valor da terra?’** Eu falei que eu sabia uai, conheço a região toda aqui. **Aí pronto. Aí ele falou assim: ‘vou levar essa via e depois eu te mando outra’. Tá mandando outra via pra mim até hoje... até hoje não apareceu.** **P:** E era de quê? Era a minha terra que usava (...) Eles fizeram reassentamento em cima dela, colocaram outra pessoa. Depois vieram falar comigo me levaram lá no alto do morro e me falaram que minha terra é lá. Eu falei não, a minha terra é aqui. **Aí eu falei pode me dar só a terra limpa só com água. Aí pagaram as benfeitorias da terra, pagou dezesseis mil benfeitorias, e até hoje eu não vi nada [se referindo ao pedaço de terra].** **P:** Não te deram o pedaço de terra? Não. Não deu não. Eles queriam me dá uma terra lá no alto do morro, aí eu falei essa aqui eu não quero. Libera e não libera, por que não me deram? **P:** Hoje você está com esse pedaço de terra ou não está com ele? Não. Não estou não. Eles não me deram não, a terra tá lá com outra pessoa (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).

(...) **Antes, quando tava pra construir, a gente foi muito em Belo Horizonte. A gente foi no COPAM, e duas, três vezes fomos na Assembleia Legislativa, pra ver se não acontecia né. Só que a gente ia, eles lá até dava direito pros atingido, mas o prefeito ia e assinava tudo a favor.** **Aí não tinha como né?!. Não conseguia nada.** **P:** Então essa luta já tem um

tempo né? Iiii tem mais de 10 anos (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Eles [o Consórcio] chegava era desaforado, para negociar com eles era triste. Porque eles não era muito fácil. Eles tava afim, sei lá, de dar prejuízo pra gente. Mudei porque tinha que mudar mesmo, se você não mudasse como que ia ficar, sair de lá junto polícia pra tudo que é trem. Aquele dia você ia sair de qualquer maneira. Se você ficasse deitado numa cama eles te levasse para o hospital...ô lá tinha tudo, tinha médico, tinha cachorro, tinha polícia de tudo conté raça, tudo lá. Aquele dia você tinha que mudar de qualquer jeito. Eles arrombava sua casa e carregava os trem. Depois passava o trator em cima e quebrava tudo. Como meu marido estava doente, e pra não ficar mais abatido mudei (Moradora M, 60 anos, viúva, aposentada).

Estes momentos, marcadamente de violência estrutural, como salientou Ribeiro (2008), remetem ao encontro desigual de poder entre os agentes de desenvolvimento (*outsiders*) e os moradores (*insiders*), os quais são impelidos pela força de um projeto de larga escala que, ao chegar em determinada localidade, gera embates e tensões e provoca descontinuidade nos quadros da normalidade social. Essa saliência na trajetória de vida individual e coletiva repercutiu em inquietações dos moradores frente ao processo que se anunciava como irreversível. Em outras palavras, fazer frente ao progresso e ao “desenvolvimento” que estava em curso seria lutar contra “moinhos de ventos”, guardando as devidas proporções, uma situação no mínimo quixotesca, já que a reboque, a barragem e o deslocamento se mostraram inevitáveis devido à projeção ostensiva do Consórcio na vida dos moradores.

À medida que as famílias conseguiam casas, avanços nas negociações individuais, ou por algum problema de saúde particular, estas foram cedendo à subjugação imposta e largando anos de história fundados em laços de pertencimento em um lugar socialmente dotado de sentido. Todavia, algumas resistiram devido à insatisfação com a infraestrutura urbana oferecida no reassentamento, pendências sobre novas terras cultiváveis e não reconhecimento de seus direitos. A partir deste momento, Pinto (2005) aponta que houve aumento de ameaças do Consórcio aos moradores, alegando que aqueles que não mudassem não seriam indenizados ou ficariam debaixo d’água, pois a barragem estava prestes a funcionar. Barros e Sylvestre (2004) destacam que, mesmo sob pressão, 14 famílias resistiram³¹ e recusaram a deixar suas casas até o último momento.

³¹ Barros e Sylvestre (2004) ressaltam que estas famílias resistiram uma vez que o Consórcio possuía pendências como falta de pagamento de indenizações, de entrega das casas nos termos firmados em contrato e pendências em relação às terras na nova localidade, etc.

A curva ascendente do gráfico abaixo demonstra que o processo de mudança da população da comunidade ao reassentamento ocorreu ao longo dos anos de forma gradativa. Uma ressalva a ser feita é que o morador que respondeu que mudou de São Sebastião do Soberbo, no ano de 2001, se deslocou para uma cidade vizinha, voltando anos depois para Nova Soberbo. A partir do ano de 2002, há realmente o início da mudança para o reassentamento. Nota-se que, entre o final de 2003 e início de 2004, o contingente deslocado é substancialmente maior, momento que desemboca nas marcas do episódio da “Invasão Policial”³², no dia 03 de maio de 2004, quando houve presença do Estado para remover aqueles que não queriam sair de suas moradias.

Esta data define espacial e temporalmente o fim de uma época e o início de outra para os moradores, pois é quando o acontecimento, a UHE Candonga, promove a cisão definitiva entre a Velha Soberbo, que já não existe mais, destruída pelas máquinas do desenvolvimento, e inaugura o novo, o reassentamento de Nova Soberbo. Tal episódio está marcado na memória coletiva dos atingidos desde então, pois o mês de maio tornou-se referência como um período do ano lembrado pelas marcas do deslocamento definitivo da população e da submersão de anos de história nas margens do rio.

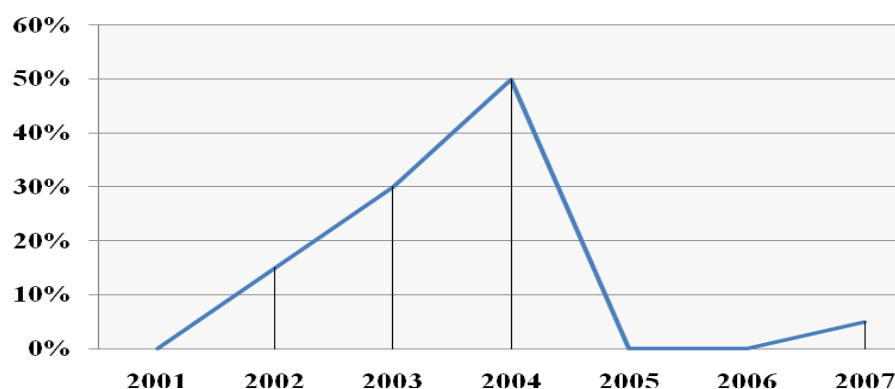


Gráfico 3 - Anos de mudança para o reassentamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Contíguo a este processo de mudança ao longo dos anos, observar-se, no gráfico seguinte, os diversos motivos que levaram alguns moradores a optar pela mudança e outros não. Quando perguntados se haviam mudado por livre e espontânea vontade, 55% responderam que sim.

³² Expressão utilizada por diversos moradores para se referirem ao episódio do dia 03 de maio de 2004.

Dentre as diversas justificativas, alegaram que não havia pendência com o Consórcio; outros mudaram por motivo de doença de algum membro da família; já uma parcela almejou mudar porque a casa estava pronta e queriam tomar posse do imóvel; outros destacaram que vieram para ficar perto da família; já alguns apontaram que “veio com a ilusão de sair da poeira” já que moravam na roça e, finalmente, outros alegaram que vieram “porque tinham que mudar mesmo”.

Dos que responderam não, 45%, alegaram que não mudaram por livre e espontânea vontade porque não queriam sair do lugar; outros alegaram que haviam promessas não cumpridas pelo Consórcio, visto que não foram reconhecidos como diaristas, meeiros, garimpeiros e ficaram esperando para receber seus direitos; já outros não quiseram mudar porque viam problemas de renda no futuro já que o rio ia acabar; por fim, outros alegaram de “livre e espontânea pressão”³³ porque “o contato das pessoas com a empresa era de mentira, cobiça e pressão”, “porque fui obrigado pelas polícias”, ou ainda, “vim, eu vim, não tinha outro jeito mesmo”.

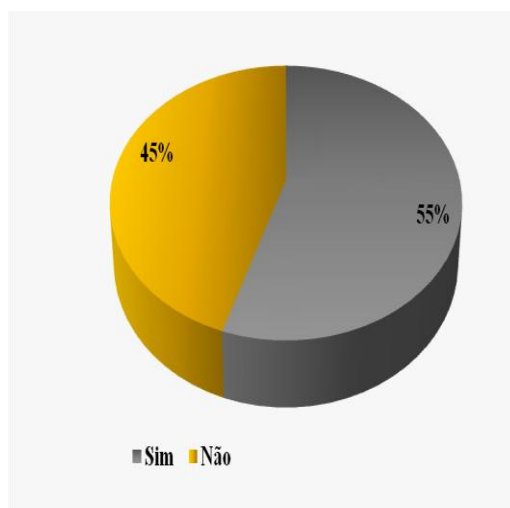


Gráfico 4 - Mudou de livre espontânea vontade para o reassentamento.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

3.1 Enfim, é hora de partir: o dia 03 de maio de 2004.

A fotografia abaixo, datada do dia 02 de maio de 2004, ilustra os momentos finais dos moradores na comunidade, os quais, no dia seguinte, seriam deslocados compulsoriamente.

³³ Expressão recorrente nas falas de muitos moradores ao longo de toda pesquisa de campo. Destaca-se a seguinte fala: “Livres espontânea pressão porque não tinha nem condições, não tinha outro jeito. Tinha ou vir ou vir. Não tinha outro jeito uai!. Ah eu não fiquei satisfeita não. A gente não fica satisfeita porque a gente não quer sair, largar casa” (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).

Era entardecer na comunidade e todos se reuniam em uma das ruas sob a eminência do acontecimento do dia seguinte. Conforme relato dos moradores, já neste dia, o fornecimento da energia elétrica foi interrompido pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, como também o abastecimento de água e as linhas telefônicas. Neste momento, foi organizada uma reunião pelo MAB, juntos aos moradores restantes, para discutirem como iriam proceder frente à chegada dos policiais. A moradora aponta que “muitos estavam com medo e desorientados. Não sabiam o que fazer”.

Os moradores relembram este momento ao destacarem que

A polícia foi lá no dia 02 de maio de 2004. Daí logo depois, já no outro dia, as máquinas já foram juntando tudo, o caminhão carregando. Tava maior tristeza lá. E daí a poucos dias, eles começou a encher lá. Rapidinho (...) e ganha um mundo de dinheiro né (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Seria um dia assim, imitando assim, por exemplo, que nunca aconteceu com vocês espero em Deus, que nunca aconteça com nenhum de nós, mas como se a gente tivesse perdido todo mundo da família, inclusive os amigos e você olha pra todo o lado e só via pessoa estranha e procurava a sua casa e você não encontrava mais ela e sem saber pra onde ir (...) eles chegaram à noite cercaram todo o povoado nosso lá, com cães farejador, com atirador de elite, tudo enquanto foi tipo de polícia, e inclusive polícia da inteligência e tal, cercaram tudo, passaram a noite toda acordado vigiando nós. Aí quando foi no outro dia só foi chegando as carreta, com armamento, armamento praticamente pra guerra e carro de bombeiro, ambulância, tudo que você possa imaginar (...) Nessa noite o povo, a maior parte do povo fechou a casa lá e veio pra aqui porque muita gente não resistia de ver a tratção deles com o povo (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).



Figura 16 - Os últimos instantes em São Sebastião do Soberbo.

Fonte: Arquivo cedido pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Neste ponto, intercala-se fotografias e as lembranças dos moradores concernentes ao episódio do dia 03. Acentua-se a repressão policial, a violência simbólica com a demolição da igreja e das casas, os traumas psicológicos da expulsão e os abalos à integridade psíquica. Sobretudo, pelo descaso com os pertences pessoais dos moradores, pelos sentimentos de repulsão, aversão e ressentimento ao deslocamento, como sintetiza Borges e Silva (2011), sentimentos que remetem à expropriação por meio de perdas dos aspectos naturais, sociais e culturais.

Diante do exposto, segue a descrição do episódio pela evocação e localização das lembranças das testemunhas. Conforme Halbwachs (2006, p.69) “a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrante do grupo” ou comunidade. Desta maneira, destaca-se, nos depoimentos, um passado em comum vivenciado pelos moradores no sentido de que

Não, nós não mudamos, ficou quatorze casa lá, eles chegaram e quebraram as casas (...) Nos viemos andando...nós veio. Eles veio e julgou os troço aí...bagunçou tudo...e nós viemos depois. Era casa velha mais a gente tinha amor nela...tinha amor. Quebrou o guarda-roupa. Mas nós não esperou cento e noventa e dois policiais lá, nós ia espera lá?!, Nós saímos, fechou a casa e saímos fora...(Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

Aqui é a venda [moradora descrevendo as fotografias abaixo]. Essa dona dessa venda, aqui no dia tava fazendo almoço. Ela e o marido teve que sair e deixou tudo lá. Teve que sair uai, o marido saiu, teve que largar tudo, não pode sair com nada (...) **Eu e L. tava na estrada vimo um monte de polícia, tentei tirar a foto só que não saiu não. Eles [os policiais] não deixavam não. Se eles visse a máquina eles não deixavam fotografar não (...) eles não deixaram não.** Essas fotos foram tiradas escondidas. Foi uma coisa horrorosa que eles fizeram lá. Tinha até um rapaz lá, ele também ficou muito triste. Ele tava com um menino, acho que com os três meses, aí a esposa dele tinha lavado um tanto de roupa das crianças né, tava lá no varal (....) esse rapaz é filho desse moço dessa venda, ele é casado. Tava com o nenê pequenininho, ele tava catando as roupas lá no varal, e nós tava de cá olhando, aí os policial chegou e falou: ‘Cata depressa, depressa depressa’...aí ele tava puxando os pregador, aí ele pegou e rapou a corda e enfiou tudo lá pro meio da poeira coitado. Ele pegou as roupas e não podia falar nada, jogou lá dentro do caminhão de qualquer jeito e veio embora pra cá. E daí a pouco a casa dele tava tudo destruída. **P: O pessoal agia com violência? Com violência e muita! Uma falta de educação.** Não tô falando com você que pra tirar essas fotos, teve que tirar escondido. Tirava e muitas nem saia porque não podia não (...) **P: A mulher dona da venda teve que desligar o fogão fazendo comida? Teve que desligar o fogão fazendo comida. Ela mesmo adoeceu e ficou muito tempo doente** (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).



Figura 17 - O arrombamento da venda.

Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

(...) **Aqui eles isolaram e eles quebrando [moradora descrevendo as fotografias abaixo].** P: Ah, isso aqui é o pessoal vindo quebrando? P: Quebravam a noite, qualquer hora tava quebrando? Quebrou até meia noite. Veio tropa mesmo até tropa de choque e falavam assim: 'Ah não, eu queria ver é sangue'. Um tinha que reagir, mas só que ninguém fez nada, graças a Deus. P: Quem tinha que reagir? O povo...a polícia falou que pelo menos um tinha que reagir, porque eles queriam ver sangue. Eles passavam com cachorro, com porrete...P: E os policiais eram de onde? De Ponte Nova? Não. Era batalhão mesmo. Veio umas três guarnições. Eu nem sei quanto de tanto policial que veio. Tinha cachorro, cavalo de todo jeito. Eles achou que o pessoal lá era uma turma de bandido. E bandido perigoso mesmo. O pessoal quando viu aquilo, ninguém não podia nem falar (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

(...) Lá era muito humilde (...) praça era com calçamento. A praça em frente a igreja. Só que o pessoal também era muito simples. P: E aí tinha um caminhão, tinha umas polícias aqui o dia que o pessoal saiu...É. **Eles pegaram os móveis, jogavam tudo lá pra dentro. Quebraram muita coisa.** E tem muita gente que tá no prejuízo até hoje. Minha prima mesmo saiu de lá no dia que eles quebraram as coisas dela tudo. Entrou na justiça mas não resolveram não. Até hoje (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Eu mudei pra cá em 2002, mas os meus menino ficou...os menino ficou pra vê se recebia um dinheiro dele..meu filho acabou que botaram polícia em cima e tocaram todo mundo de lá e derrubaram...ficaram esperando para receber. Acabou que nós perdemos que tinha que tirar lá, né! Porque jogaram tudo pro chão, misturou aquele trem tudo, ainda não pagaram pros menino...A., L. e P. e G [filhos] (...) Ahhh! ficou ficou muito...ficou muito nervoso, ficou muito nervoso há muitos dias, até hoje, né?!, até hoje eles é revoltado com isso (Morador D, 73 anos, casado, aposentado).



Figura 18 - A mudança no percurso do deslocamento.

Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Nós tiramos muita foto do Soberbo, o dia que tava destruindo. Aí a gente tem lembrança de lá. As lembranças de lá, são boas né. Mas o dia que foi coisa lá, não foi não. Lembro, eu vi pra cá [referindo-se a Velho Soberbo] ver a destruição deles lá. A gente não podia nem chegar perto deles de tanta polícia que tava. Foram jogando as casas no chão. Com aquelas máquinas grandonas, derrubou tudo, demoliu tudo. **Na hora que tava demolindo a igreja, aí todo mundo arrumou aquela choradeira danada. E as polícias mandou a gente sair e ir embora, com a maior falta de educação.** E foi mais polícia, tinha mais polícia do que atingido (risos). É, muita gente, muita gente chorou. **Não podia nem tirar as coisas dentro de casa, o pessoal saiu tudo fugido. A gente não esperavamos isso não,** mas o resto, que ficou lá sofreu muito. E a gente sofreu junto né. Porque a gente foi lá pra dar ajuda eles, mas a gente não podia dar. Eles não deixavam. Foi muito triste assim (...) Ah!, eu senti muita tristeza o grupo que a gente participava de tudo. Aí foi muito triste. **Muita gente entrou em depressão depois que destruiu** (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

(...) Chorei muito para largar. Olhava para minhas coisas e falava ai meu Deus, Deus levou, me deu saúde para poder fazer as minhas plantas aqui agora tem minhas verduras e agora não vou poder ficar mais. Daí com pouco pegou a cortar, começou a derrubar tudo, motosserra derrubando tudo. Aí começou a entrar trator atrás. **P:** E a senhora viu? Vi tudo. Cada pé de manga, a manga gostosa, dessa grussura. Ah, acabou tudo! (...) vim pra cá depois que pegaram o caminhão grande aí, pegaram minha mudança e trouxeram pra cá (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).

O povo ficou muito triste vendo a Igreja sendo destruída. Nosso Deus! Muita tristeza. O santo padroeiro de lá se não tira ele de pressa lá ela tava debaixo d'água também, nem respeito pra isso eles nunca tiveram (...) o resto deram uma pancada lá embaixo que a torre da Igreja desceu direto! Vi tudo. É terrível, é terrível (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

(...) **Minha menina é que ela sempre foi muito sensível, então quando ela viu demolindo a igreja, mas a menina entrou em depressão, ela chorou** [sustentou a palavra indicando que chorou muito], ela era muito católica, até hoje graças a Deus. Então quando ela...poucas pessoas queriam que demolissem e derrubassem a igreja. Chorou! Ficou deprimida uns tempos aí que foi conversando com ela (...) **P: Você viu a destruição? Vi. Fomos lá vê. P: É? Depois que saiu todo mundo assim? Não! [forte exclamação] Já tinha, tinha algumas pessoas lá ainda. P: Aí já estava destruindo? Tava, aí já tava destruindo. Trator passando em cima das casas...Aí a gente assistia isso tudo. Ah! O pessoal ficava revoltado ué! Não tinha, na época era o que? Meia dúzia de gente que era...tava completamente satisfeito com o que tava acontecendo. Aí então foi bem conturbado o processo** (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).



Figura 19 - As máquinas e a demolição das casas.

Fonte: Arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Eles jogaram nós aqui no reassentamento! [referindo-se ao dia 03 de maio de 2004] Não num é que nós viemos. Que vieram!...que foram arrancadas de lá a força através de muitos policiais. Eles jogaram as nossas coisas na mudança, chegou e jogou no quintal de qualquer maneira, amassou tudo quebrou muita coisa, como diz, fica aí se quiser fica aí e pronto!. E já foi lá embaixo e já baixou as comporta, já fechou a água, fechou a água de um nível tão forte que sobrou pouca água no restante do rio pra baixo da represa (...) eles fecharam a água correndo pra que enchesse a represa depressa com medo de nos voltar para ocupar as casas da gente. Só que aí nessas alturas nossas casa já estava derrubadas, máquina derrubou tudo acabou com tudo (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

(...) **Esse lugar [moradora descrevendo a fotografia abaixo] é uma casa que tinha na estrada. Indo pro Soberbo, tinha a casa de I. (...) aí passava pertinho dela. Olha que fazenda bonita, jardim muito bonito o curral. P: E isso aqui foi tudo alagado também? Tudo. P: E a água encheu até esse morro aqui em cima? Tudo, encheu tudo. Não tem nada lá mais não. Só tem água** (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

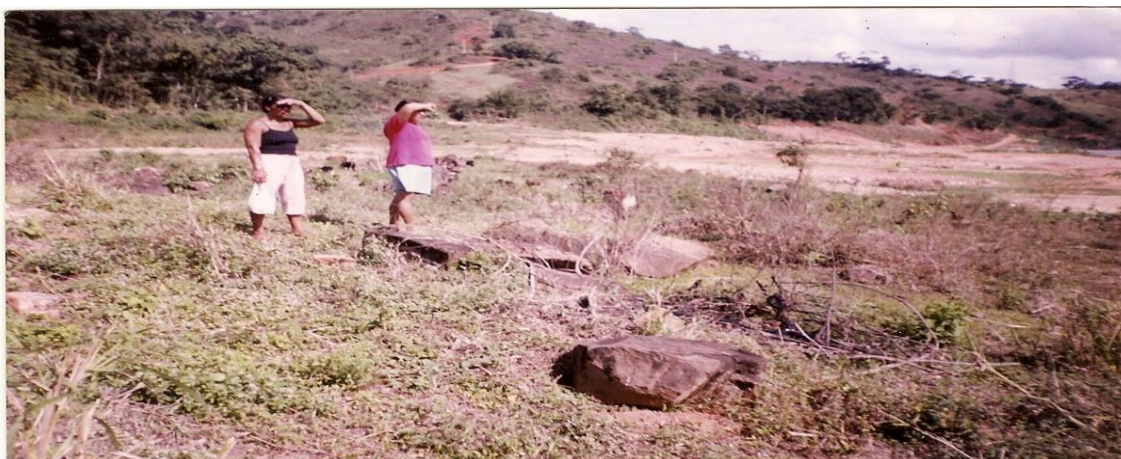


Figura 20 - A comunidade se perdendo do olhar.

Fonte: Arquivo cedido pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Visualiza-se, na imagem seguinte, a dimensão da área atingida com o barramento do rio Doce, bem como a aproximação espacial entre São Sebastião do Soberbo e o reassentamento de Nova Soberbo, o qual se localiza a poucos quilômetros da antiga comunidade submersa. Informações divulgadas pelo Consórcio Candonga (2011) descreve que a área azul escura é o leito natural do rio e a área em azul clara é a área alagada. Na perspectiva do mapa, a UHE Candonga encontra-se instalada à direita da imagem, no curso do rio após a localização de São Sebastião do Soberbo.



Figura 21 - Localização de São Sebastião Soberbo inundada em relação à Nova Soberbo.

Fonte: Consórcio Candonga, 2011.

Diante do descrito acima, nota-se a individualização e a caracterização do acontecimento e sua ressonância na experiência individual e social dos atingidos e a cisão definitiva da trajetória do povoado. Como endossa Cernea (1994) e Oliver-Smith (2010) o deslocamento

forçado impele mudanças e rupturas nas referências pessoais e coletivas através da perda de vínculos com a realidade material e a social. Portanto, nas palavras de Quéré (2005, p.70), o acontecimento marca o fim de uma época e, ao mesmo tempo, apresenta-se no seu caráter inaugural, o começo de outra, e transforma a “dinâmica em que os sujeitos constroem pontos de vistas sobre o mundo e formas de se relacionar com a realidade”. Findo o processo de deslocamento, a moradora enfatiza “não tem nada lá mais não. Só tem água”.

A partir de então, quais as primeiras impressões dos atingidos ao chegarem no reassentamento? Se o deslocamento provoca mudança, então como vem sendo o processo de reconstrução de novas referências pessoais e coletivas no novo espaço destinado a reassentá-los? Ou ainda, quais elementos materiais e imateriais guiarão a reconstrução do tecido social? Nesta direção, o capítulo seguinte abordará as implicações e as alterações nas referências econômicas, sociais e culturais a partir da chegada ao reassentamento.

CAPÍTULO 4. A CHEGADA AO REASSENTAMENTO



Figura 22 - Os primeiros momentos em Nova Soberbo.

Fonte: Arquivo cedido pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Cheguei por essa casa aqui [morador descrevendo a fotografia acima]...é...é...a gente nos princípios sentiu meio diferente, depois a gente né! foi acostumando (...) depois a gente foi se abrindo, mas mesmo assim ainda fica meio apertado aqui, a gente tá num tipo um condomínio né?! Só farta fechar lá em baixo e abrir nas horas que precisar abrir (Morador D, 73 anos, casado, aposentado).

Olha quando cheguei vi foi um condomínio. Aqui parece um condomínio né. Mas vai vendo no que é...você chega ali no princípio de Soberbo e acha que é um lugar bonito...realmente todo mundo que chega fala. Vai ver a vida das pessoas aqui dentro, é completamente diferente (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).

A gente sente assim. A gente foi criado. Vendo as coisas. Parece um sonho a gente viver aqui, estava no outro lugar agora vive aqui. Quando cheguei deu pavor de tudo, deu vontade de sair para o mundo afora. Quem não queria vim, eles destruíram tudo. Não deixaram as pessoas tirar as coisas. As pessoas saíram num dia, e no outro as casas já estava jogadas no chão. Aos poucos a gente vai acostumando e o sofrimento vai ficando menor. Depois de ser deslocado de um lugar a outro foi difícil, agora tem que acostumar, não tem jeito mais. Ficar pensando só faz ficar triste (Moradora T, 77 anos, viúva, aposentada).

No lastro do deslocamento e no processo de reassentamento das famílias em Nova Soberbo, procura-se descrever, neste capítulo, a reverberação social do acontecimento através das primeiras impressões dos reassentados sobre a nova configuração espacial construída para abrigá-los, bem como analisar as transformações e rupturas nas dimensões econômicas, sociais e culturais ao longo dos anos.

A análise baseia-se no pressuposto do reassentamento enquanto promotor de mudanças sociais no qual impera a necessidade de adaptação e reinvenção da vida cotidiana. Nesta direção, busca-se analisar, a partir dos dados empíricos, como vem ocorrendo a readequação social dos moradores que, a partir da transição para um estilo de vida diferente do anterior, embarcam em um novo espaço na condição de atingidos/reassentados com expectativas, promessas e necessitam apropriar e significar o horizonte contingente que se anuncia.

No posicionamento do Banco Mundial e suas agências financiadores de projetos de desenvolvimento em vários países, o processo de reassentamento, principalmente o reassentamento involuntário, ocorre quando os indivíduos ou comunidades afetadas não têm o direito de recusar a aquisição de suas terras e, conseqüentemente, são deslocadas. Um exemplo é a expropriação de terras e o deslocamento por domínio governamental (ou privado com aval do Estado) para um projeto considerado necessário a promoção de benefícios sociais de forma geral, ou seja, apropriados como bens públicos. Via de regra, o desfecho do deslocamento resulta na tentativa de reestabelecimento das comunidades afetadas em outros espaços, como os reassentamentos planejados, que podem ser contíguos à área afetada ou alhures (CFI, 2005; CFI, 2007).

Neste contexto, impera a necessidade de políticas (diretrizes) de reassentamentos com medidas pragmáticas de compensação de elementos econômicos, sociais, ambientais e culturais que ficam no lastro do deslocamento. Deslocar pessoas de um lugar socialmente dotado de sentido e valor impõe desafios aos agentes promotores do reassentamento na implementação de medidas que minimizam os custos sociais e os impactos causados. Com efeito, há a necessidade de conferir à população reassentada padrão de vida no mínimo igual ou melhor do que os anteriores para que, dessa forma, os benefícios dos grandes projetos de desenvolvimento sejam compartilhados também a nível local (CFI, 2005; CFI 2007).

De modo geral, diversos autores pontuam que o reassentamento vem sendo abordado como um processo compensatório relacionado à recomposição de recursos tangíveis e intangíveis perdidos na mudança de um lugar a outro. Assim, o reassentamento é abordado como um fenômeno social complexo, pois normalmente requer a construção de espaços com elementos que possibilitam a reestruturação da dinâmica social ao nível individual e coletivo através do fornecimento de infraestrutura básica como moradia, saneamento básico, bens e serviços como saúde, educação e áreas de lazer, como também a restituições dos meios de

sobrevivência, o suporte a organização social e o resgate do patrimônio cultural (CERNEA, 1994; REBOUÇAS, 2000; SCUDDER, 2009; WET, 2009; OLIVER-SMITH, 2009).

Neste sentido, Rebouças (2000, p. 28) enfatiza que o reassentamento lidera mudança compulsória e espacial cujo “estatuto objetiva compensar aquelas famílias do transtorno causado pela perda de suas residências, benfeitorias, relações de trabalho e terras”. Segundo a autora, a compensação se realiza em ações indenizatórias através de valores monetários e na concretização de reassentamentos como um lugar para morar, com lotes de terra, casas, terrenos e acessos a serviços públicos. Assim, pontua que estes espaços, normalmente, são representativos de um outro padrão de vida que varia em função do contexto sócio-histórico-espacial específico de cada comunidade deslocada.

No que tange este processo de compensação com ações mitigatórias, os autores reiteram o complexo efeito causado pela mudança, pois no curso de elaboração, construção e implementação do reassentamento, a reconstrução das dimensões espacial, econômica, social e cultural envolve o restabelecimento das condições de vida de forma multidimensional. Há, sobretudo, o desafio aos agentes planejadores de aproximar a nova configuração espacial ao desejo, habilidade, aptidão e capacidades dos reassentados permitindo-os apropriarem o novo espaço e restabelecerem estratégias necessárias à sobrevivência (CERNEA, 1994; SCUDDER, 2009; WET, 2009; OLIVER-SMITH, 2009).

De forma genérica, estes desafios encontram-se na tentativa de reestabelecimento de construções de moradias com padrões desejáveis pelos reassentados ou habitações pautadas nas dimensões sociais que aproximam ao universo anterior dos moradores. Encontram-se também na necessidade de suprir estas habitações com bens e serviços básicos como água potável, saneamento básico, energia elétrica e o reassentamento com equipamentos urbanos e demais benesses materiais necessárias à reprodução social dos grupos reassentados (CERNEA, 1994; SCUDDER, 2009; WET, 2009; OLIVER-SMITH, 2009).

Não obstante, os autores ainda pontuam o desafio de promover a oportunidade de restabelecimento dos meios de sobrevivência através do acesso a bens produtivos como terras cultiváveis, acesso a recursos comuns como água, lugares de pesca como rio e lagos, recursos florestais não madeiros (como plantas medicinais, materiais de artesanato ou de construção), terras arborizadas que produzem madeira ou lenha, ou ainda projetos de geração de renda que

deem subsídio aos reassentados no restabelecimento das formas de sustento material (CERNEA, 1994; SCUDDER, 2009; WET, 2009; OLIVER-SMITH, 2009).

Ademais, os agentes planejadores defrontam-se com o processo de reconstrução de organizações sociais como grupos de parentesco e de vizinhança, restabelecimento de redes formais e informais que deem suporte à coesão social e, o resgate de instituições que possam permitir o restabelecimento da identidade social e o processo de mobilização em busca da adaptação na nova realidade. Soma-se, a estes desafios, a necessidade do restabelecimento dos rituais que os moradores vivenciavam anteriormente, como parte de sua identidade cultural, como festas, danças, folclores, músicas, cultos que remetem a construção da paisagem cultural anterior ao deslocamento (CERNEA, 1994; SCUDDER, 2009; WET, 2009; OLIVER-SMITH, 2009).

Nesta direção, autor como Cernea (1994) e como as diretrizes do Banco Mundial³⁴ apontam alguns pontos-chaves ao reassentar pessoas, como a necessidade de treinamento dos agentes planejadores na correta identificação, avaliação e compensação das perdas; a necessidade de assistir as populações no deslocamento e no período de assentamento; a necessidade em promover a participação democrática da população nas fases do planejamento do reassentamento buscando minimizar as diferenças entre os novos e velhos elementos sociais para facilitar a adaptação e integração social. Ainda destacam a necessidade de contemplação de direitos legais à posse de terras e todas as compensações jurídicas cabíveis à população envolvida.

³⁴ As diretrizes do Banco Mundial, especialmente, a Política de Reassentamento Involuntário - Política Operacional 4.12, elaborada a partir da década de 1990, vem influenciando direta e indiretamente políticas e normas de vários países em relação a processos de deslocamento e reassentamento involuntário. São diretrizes publicizadas em manuais que preconizam salvaguardas metodológicas com intuito de minimizar os impactos causados por grandes empreendimentos. No Brasil, vários estados vêm incorporando estas diretrizes nas políticas de reassentamento involuntário, haja vista o Projeto Meta do Ministério de Minas e Energia - (MME) que trata de avaliação ambiental e assistência técnica dos setores de Energia e Mineral (MME, 2011). Observa-se, também, a publicação do Banco Mundial sobre Licenciamento de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil, (LEHB, 2008). Conforme notícia publicada *on-line* pela Companhia Vale nota-se a influência destas diretrizes, pois a Companhia destaca que “Ao elaborar planos de reassentamento, a Vale busca adotar práticas alinhadas com as diretrizes do Banco Mundial sobre o tema. As recomendações incluem ações para mitigar os impactos sociais e econômicos dos deslocamentos involuntários.” Disponível em: <http://www.vale.com/Util/relatorio-de-sustentabilidade/2009/pt/catalisador-tecendo-reassentamento.html>>. Acesso em: 02 de mai. 2012.

Embora haja esforços teóricos no esclarecimento de mecanismos a serem adotados para diminuir riscos e custos às populações deslocadas e reassentadas, Cernea (1994), Scudder (2009) e Oliver-Smith (2009; 2010) destacam que a implementação de medidas compensatórias em muitos países ainda tem sido problemática, pois os esforços vêm sendo insuficiente para mitigar os danos causados. Desta maneira, o reassentamento pode configurar-se sob o estigma de diversas perdas, como redução de terras para o cultivo, degradação ambiental, diminuição de padrões de vida (baixo acesso a recursos para suprir as necessidades básicas), rupturas e mudanças nas relações sociais, traumas e stress psicológico gerando um padrão de desenvolvimento do ponto de vista dos reassentados como um “desastre do desenvolvimento”.

Assim, quando há negligências e falhas na implementação do reassentamento, os reassentados ficam expostos a descontinuidades generalizadas como alterações radicais nos grupos de parentesco, na identidade cultural, nas dificuldades de integração ao novo espaço, nas alterações nas redes e coesão social e vivenciam sentimentos de fragmentação social em diversos âmbitos. Nestas condições, o reassentamento impõe forças que transformam completamente a forma que os reassentados veem à realidade circundante, tornando-se, em muitos casos, num processo de profundo stress social nos âmbitos fisiológico, psicológico e sociocultural (CERNEA, 1994; SCUDDER, 2009; WET, 2009; OLIVER-SMITH, 2009).

Em função do reflexo do deslocamento forçado com alterações nas condições materiais, sociais e simbólicas, os deslocados, quando se deparam com o reassentamento involuntário, chegam e vivenciam a nova realidade com esquemas perceptivos, avaliativos e de significado que remetem a conflitos e embates, a sentimentos de desenraizamento (sentir-se fora do lugar), a sentimentos de raiva, de angústia e a sensação de perda da ancestralidade (SCUDDER, 2009; WET, 2009; OLIVER-SMITH, 2009).

Conforme Rebouças (2000), estes esquemas perceptivos se moldam no processo de encontro e negociação com os empreendedores; na percepção da transformação do modo de vida tradicional; nas mudanças na forma como estavam distribuídas as residências; na alteração da dinâmica da organização da vida doméstica; nas mudanças de redes sociais de reciprocidade e afinidade, ou ainda, nas alterações no domínio dos vínculos com diversas instituições como bancos, mercado, cartório, igreja, hospitais, prefeituras, etc.

A autora ainda enfatiza que o reassentamento pode ocorrer para um espaço no qual as populações, às vezes, não usufruem de conhecimento ou experiência sobre a nova realidade. O novo, que se impõe à reestruturação da realidade social, pode reverter em um processo de miséria, empobrecimento e migração para áreas suburbanas de cidades devido aos problemas de adaptação ao meio circundante (REBOUÇAS, 2000).

Discorrendo sobre os riscos de empobrecimento da população deslocada e reassentada, a partir da implantação de projetos de hidrelétricas, Cernea (1994) e Oliver-Smith (2009) enfatizam que os impactos e os efeitos negativos acumulativos agravam à medida que há inadequação de planos e projetos de reassentamento, negligência de elaboração de estratégias pelos agentes planejadores em redirecionar os problemas criados e, normalmente se acentuam, quando não há a participação direta das populações atingidas (“beneficiárias”) de tal empreitada.

Por essa via, os diversos efeitos acumulativos repercutem em profunda fragmentação e desarticulação social, em processos de insegurança alimentar, em aumento de índices de mortalidade (principalmente entre idosos e crianças), em processo de marginalização social, em transtornos psicológicos, etc (CERNEA, 1994; OLIVER-SMITH, 2009). Conforme Oliver-Smith (2010) são efeitos dos custos do desenvolvimento sobre as populações deslocadas frente ao empobrecimento de vários aspectos da vida social, que, notoriamente, remetem a lamentável face do desenvolvimento.

Tal como pontua Rebouças (2000), para se entender como transcorre a vida social no interior dos projetos de reassentamento, faz-se necessário buscar a origem de sua concepção no âmbito da instituição responsável pela sua elaboração. Neste sentido, Barros e Sylvestre (2004) apontam que o projeto da nova cidade (Nova Soberbo) foi apresentado pelo empreendedor à Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM como um novo distrito com área comercial e industrial para o desenvolvimento econômico da região de Santa Cruz do Escalvado.

Após a concessão da Licença de Instalação à UHE Candonga em 2001 pela FEAM, iniciou-se, em março de 2002, o processo de construção do novo distrito pelo empreendedor às margens da rodovia MG - 123. Conforme Bortone (2008), a dimensão espacial do reassentamento, presente no relatório técnico da FEAM, foi apresentada da seguinte maneira:

A nova sede distrital de São Sebastião do Soberbo se divide em três grupos: um núcleo central, uma área habitacional e uma área esportiva e lazer. No núcleo central estão localizados os prédios públicos, a praça, escola, posto de saúde, igrejas, correios, telefones, etc. A área habitacional atualmente conta com cento e vinte lotes e a área de esporte de lazer está situada às margens do rio Doce, com campo de futebol, campo de vôlei e etc. (FEAM, 2003, p. 301 *apud* BORTONE, 2008, p.61)³⁵.

A descrição de Bortone (2008) destaca que a nova configuração espacial foi organizada por núcleos, onde no centro encontram-se as áreas destinadas ao comércio local, ao posto de saúde, ao centro comunitário, à escola e às igrejas Presbiteriana do Brasil e Católica, e à praça principal que se localiza entre o centro comercial e a igreja Católica. Destes espaços confluem os núcleos habitacionais distribuídos em pequenas ruas perpendiculares à rua principal.

A autora ainda ressalta que o número de casas excede os da antiga comunidade, pois uma das principais formas de indenização recebida pelos atingidos foi o direito à moradia (BORTONE, 2008). Barros e Sylvestre (2004) acrescentam que as casas foram construídas a partir de algumas tipologias, sendo cercadas e separadas por muros, com grades e portões à frente e garagem ao lado, e aos fundos encontram-se os pequenos quintais acoplados às residências onde impera a declividade e a infertilidade do solo devido à característica da área de implantação do reassentamento.

Segundo Bortone (2008), pode-se observar as tipologias das casas mediante informações apresentadas pelo empreendedor à FEAM:

São no total seis tipos de casas: a primeira com 51 metros quadrados, que possui dois quartos, sala, cozinha e um banheiro, a segunda casa com 66,7 m², com três quartos, sala, cozinha e um banheiro, a terceira com 68,7 m² com três quartos, sala, copa, cozinha e banheiro, a quarta casa com 87 m² e três quartos, sala, cozinha, banheiro, a quinta com 113 m² com três quartos, copa, cozinha e dois banheiros, e a maior casa que possui com a varanda 150,22 m² com três quartos, um quarto com suíte, sala, copa, cozinha e outro banheiro. Todas as tipologias das casas possuem varanda e área de serviço e aqueles que possuíam carros na Antiga Soberbo possuíram em suas novas casas uma garagem na lateral (RELATÓRIO TÉCNICO DA FEAM, 2003, p. 302 *apud* BORTONE, 2008, p. 63).

³⁵ “Relatório técnico da FEAM. Trecho transcrito da reunião pública do projeto de construção da usina hidroelétrica de Candonga, realizada na cidade de Santa Cruz do Escalvado, sem data da realização” (BORTONE, 2008, p. 61).

Ainda sobre a descrição da concepção do novo distrito, o relatório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE sublinha que o reassentamento reproduziu os equipamentos públicos do antigo distrito, sendo um projeto moderno com ruas asfaltadas. Ademais, o relatório aponta que houve acréscimo de uma creche, de uma área esportiva e de lazer, de um parque de lazer, de um mirante, de um campo de futebol dotado de iluminação e de uma torre de recepção de sinais de TV. Na escola, houve a ampliação de quatro salas e, no posto de saúde, o acréscimo de gabinete odontológico e de uma ambulância. Houve também a implantação de uma estação de tratamento de água, rede de coleta e tratamento de esgotos, aterro e usina de reciclagem de lixo (SEDESE, 2012, p. 18, anexo I).

O relatório da SEDESE (2012) pontua que, em meados de 2001, começou-se a discutir, em sucessivas reuniões com a comunidade, os critérios de negociação, o projeto arquitetônico e o arranjo do novo distrito com as residências e os prédios públicos, os quais foram aprovados pela comunidade, sob a supervisão da FEAM, com referendo de uma Audiência Pública. Todavia, Barros e Sylvestre (2004) destacam que em 2002, houve “alterações estruturais do projeto de forma unilateral pelo empreendedor e a população por muitas vezes permaneceu desinformada. As famílias nem conseguiram entrar nas casas para ver como seriam; a construção aconteceu em total segredo” (Ibid., 2004, p. 41).

Em relação ao processo de construção de Novo Soberbo, evidências da pesquisa de Penido (2008) reitera que este se deu de forma fechada, sem qualquer participação ou acesso da população para verificação das casas. No momento em que o acesso foi permitido, por pressão da comunidade juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, verificou-se que as casas não possuíam colunas seguras de sustentação e muitas delas foram construídas abaixo do nível da rua (telhados ao nível da rua). Barros e Sylvestre (2004) acrescentam que muitas residências estavam com as cozinhas voltadas para rua e apresentando problemas de infraestrutura e de tamanhos. Desta maneira, quando a população percebeu que as casas estavam destoantes das condições que almejavam residir, mobilizaram com o apoio do MAB e conseguiram que elas fossem demolidas e reconstruídas ao nível da rua.

Consta no relatório da SUPRAM (2008) que no momento da transferência das residências pelo Consórcio aos moradores, em torno de 68% das propriedades foram entregues com os devidos registros e escrituras e a outra parcela não foi concedida com inventários e demais

documentos de registro do imóvel, ficando alguns moradores sem escrituras. Fato que perdura até o momento em que a presente pesquisa foi realizada, pois observou-se parcela dos reassentados com reclamações sobre a falta de escritura de suas residências.

O relatório ainda aponta que, devida às falhas na construção do conjunto habitacional do novo distrito, o Consórcio vem realizando assistência ao longo dos anos com correções de telhados, encanamentos, trinca nas paredes, trocas de cilindros de água quente relacionado às serpentinas dos fogões à lenha, trincas em muros e demais reparos (SUPRAM, 2008).

Nota-se, no quadro de imagens abaixo, a realização de terraplenagem nos andamentos da construção de Nova Soberbo, sendo que, ao fundo das duas primeiras imagens, no alto do morro à esquerda, observa-se a futura área destinada a extensões dos quintais. Esta área foi concebida para compensar os pequenos tamanhos dos quintais adjacentes às moradias, tendo cada família recebido um lote com área de 360 m². Na concepção do empreendedor, estes lotes foram projetados para complementar e suprir a demanda por cultivo de leguminosas, de frutas e de hortaliças que antes era realizado na Velha Soberbo, onde também houve a tentativa de implantação do Programa de Reativação Econômica³⁶.

Em relação à segunda imagem à direita, o reassentado, quando viabilizou a imagem como material para a pesquisa, chamou atenção para a cor da terra no seu tom avermelhado, a qual denominou como piçarra (terra vermelha com areia)³⁷. Este tipo de solo, predominante tanto nos quintais residenciais como nas extensões dos quintais, foi constantemente destacado por outros reassentados no momento da realização da pesquisa.

Já na última imagem abaixo, visualiza-se de forma panorâmica o conjunto habitacional do reassentamento, com suas 127 residências e as ruas asfaltadas. Observa-se, na imagem, a pouca arborização no núcleo habitacional após os primeiros anos de construção do reassentamento, como também, a mudança espacial ocorrida em relação à Antiga Soberbo.

³⁶ O próximo capítulo abordará especificamente este ponto quando se discute a cronologia dos meios de vida no reassentamento.

³⁷ Conforme definição do Dicionário *On-line* da Língua Portuguesa, a terra tipo piçarra é uma mistura de terra, areia, pedra e cascalho. É rocha sedimentar altamente endurecida ou ardósia. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/picarra>>. Acesso em: 29 ago. 2012.



Figura 23 - A construção do reassentamento de Nova Soberbo e o chão de poeira sendo coberto pelo asfalto.

Fonte: A primeira fotografia disponível *on-line*³⁸ e os outros arquivos cedidos pelos moradores - pesquisa de campo, 2012.

Como destacado por Rebouças (2000), Scudder (2009), Wet (2009) e Oliver-Smith (2009), o processo de deslocamento de populações para uma nova configuração espacial traz intrínseco na chegada dos moradores ao reassentamento a condição de reassentados, cujo impacto inicial frente ao novo espaço remete a esquemas perceptivos/avaliativos relativos ao processo de deslocamento e às alterações ocorridas nas condições materiais e imateriais relativas à vida anterior.

Neste sentido, observa-se nas falas e no depoimento subsequente, as impressões que remetem a chegada como sinônimo de tristeza, de sentir-se fora do lugar e o desejo de voltar à realidade anterior. Como enfatizam os moradores, “quando cheguei parece que me fechei na

³⁸ Disponível em: <<http://www.ferias.tur.br/fotos/3929/sao-sebastiao-do-soberbo-mg.html>>. Acesso em 11 mar. 2012

hora. Chorei muito quando cheguei em Nova Soberbo”, “a gente se sente fora do lugar, peixe fora d’água. Às vezes a gente pensa que ia ser diferente, mas não é”, ou ainda,

Depois que destruiu lá, eles [Consórcio] trouxeram as coisas, deixaram aí, depois a gente mesmo que foi colocando nos lugares. Deixaram aí dentro de qualquer jeito, e deixou por aí. **Quando cheguei aqui foi muito ruim! E muito triste. A gente só dava vontade de voltar pra lá. O tempo inteiro. Até pra gente acostumar...**(Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

O depoimento seguinte remete ao não acompanhamento da construção do reassentamento com tom de revolta por conhecer a casa somente no momento da mudança. Dessa forma, descreve a chegada como briga e permeada por sentimento de raiva, pois sua residência era destoante do seu desejo, ou seja, com a cozinha virada para a rua³⁹. Tem-se que

Quando cheguei aqui nem conhecia direito o reassentamento. Na verdade é...poucas vezes eu vim aqui, porque só vim aqui pra brigar com os engenheiros porque a cozinha da minha casa é virada pra rua, quando eu tomei conhecimento que essa casa aqui era a minha casa ela já tava pronta. Antes eles fizeram seguravam lá em baixo e não deixava ninguém entrar aqui até levantar as paredes, depois que levantou as paredes que colocou laje aí é que liberou a entrada das pessoas, pra que as pessoas pudessem conhecer aonde ia morar. Quer dizer, nós não tivemos direito de escolha de nada, tivemos que aceitar tudo que a empresa quis (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

De forma panorâmica, os reassentados remetem à chegada a partir da percepção de alterações (perdas) generalizadas nas condições sociais comparando-as com a realidade anterior. Enfatizam a insatisfação inicial com o tamanho dos quintais, sem elementos capazes de possibilitar o cultivo de alimentos; a falta de emprego e terra; a alteração da disposição das residências e dos moradores que outrora eram vizinhos e as perdas das relações sociais. Como afirma a reassentada: “as pessoas era muito unida. Aqui não; aqui ficou tudo distante”, somase, a estas impressões, o saudosismo referente aos cultos religiosos e festas que antes havia na praça da antiga comunidade.

Os depoimentos são emblemáticos nestas percepções avaliativas, pois evidenciam que

³⁹ Conforme depoimentos dos reassentados, anteriormente as cozinhas das residências de São Sebastião do Soberbo eram os últimos cômodos das casas, onde predominava, no dia-a-dia, o uso de fogões à lenha e ligavam-se diretamente aos quintais das residências. Rebouças (2000) sublinha que esta disposição espacial em populações ribeirinhas, remete à cozinha uma representação de interioridade da casa, sendo um espaço mais privado e particular dos moradores, em contraponto às salas que normalmente são próximas à rua e onde as pessoas não pertencentes ao núcleo familiar são recebidas.

A primeira impressão quando vi o reassentamento foi que a casa era muito bonita...é, a casa muito bonita, não vou mentir não. Só que aí eu já via tudo diferente. Começou vir conta de luz alta, a necessidade de verdura, de fruta, de emprego...de terra. A terra aí plantava eu mais meu menino mexia no quintal não dava nada, não sai nada, aí eu falei: meu Deus do céu! conta de luz alta... falta de emprego, filho de menor...(Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

As primeiras dificuldades quando mudei para o reassentamento é a gente não conseguir encontrar mais vizinho entendeu? Que foi uma coisa que doeu muito em nós. Porque a gente não sabia mais aonde era a casa de A ou a casa de B entendeu? As pessoas que a gente mantinha aquelas relações é...amigável lá no Soberbo Velho a gente chegar aqui se perdendo...se perdendo...**e depois a maior tristeza também é quando eu olha aqui nesse lugar aqui que era como se eu perdi, nós perdemos lá no Soberbo Velho um quintal olha florido de benefício, de frutas, verdura, aves, com todo conforto pra pegar uma terra pelada, limpa, vermelha, sem nada.** Sem nada! Inclusive o Consórcio andou dando aí algumas mudas de laranja pros outros, eles não me deram nenhuma, algumas frutas que eu tenho em casa aí eu mesmo tive que comprar e plantar aí entendeu? (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

Quando cheguei aqui, o que eu senti, e ainda sinto é saudades da igreja, das missas que a gente ia todos os domingos. Das festas que tinha na praça, a gente participava de tudo. Aí deixa muita saudade né. E a história da gente ficou pra trás. **Porque aqui, não tem nada aqui que lembra o outro Soberbo.** Não tem nada, nada. (...) os vizinhos que mora aqui alterou tudo. **Fez uma alteração em tudo** (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

As primeiras impressões assim mudança em tudo. E também eles [o Consórcio], ah sei lá, eles tratavam a gente muito mal. **Lá era muito melhor que aqui. Lá a gente conversava muito, a gente saía muito, tinha muita coisa pra gente ver, as pessoas era muito unida. Aqui não; aqui ficou tudo distante. Por isso que eu achei que foi pior** (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).

Decorre, portanto, que o significado inicial do reassentamento é visto pelos reassentados como um espaço que “fez uma alteração em tudo”, marcado por sensações de perdas e escassez, representando um espaço estranho, onde chegar, conforme Scudder (2009), Wet (2009) e Oliver-Smith (2009) representa sentimentos de desenraizamento, de desfamiliarização, ou seja, sentir-se fora do lugar.

Além dessas impressões, tem-se de forma mais contundente o impacto psicológico nos reassentados, principalmente nos mais idosos, pois remetem a sentimentos de tristeza com lembranças recentes da destruição da comunidade e ao apego sentimental com a realidade anterior, como afirma a moradora: “quando cheguei aqui a minha impressão era só lá”. Desta

maneira, inicialmente o reassentamento representou, para alguns moradores, abalos emocionais, transtornos psicológicos (depressão) e outros problemas de saúde, pois revelam que:

Olha, pra começar, a primeira coisa, eu tive uma alteração de stress, é stress que eu tive, que agora de tanto nervo que eu passei, meu nervo está na flor da pele e minhas mãos já está tremendo entendeu? O meu sistema nervoso parece que ficou abalado. Esse é um prêmio que a empresa me deu (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Eu mudei pra cá em junho de 2003. Ah eu senti muito, chorei muito...chorei muito, muita saudade... Eu chorei três meses quando eu via derrubando tudo, eu olhava assim e chorava. Fiquei com aquilo na cabeça. Hoje eu ainda recordo daquilo que passou comigo até hoje (...) Ah! fiquei triste assim só quando meu filho morreu. (...) “depois que mudou ela deu depressão” [fala do sobrinho] (...) fiquei muito doente e fui levando. Tô vivendo a milagre de Deus. Acabou as forças, acabou tudo. Trabalhava muito (...) depois que eu vim pra aqui, que eu fiquei assim. “Ela teve problema de peito, depois problema de coração, hemorragia intestinal, a pressão ficou desregulada, coração disparado” [fala do sobrinho] (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).

Quando cheguei aqui a minha impressão era só lá. Nossa mãe! Aquelas criações pra mim era Deus no céu. Sempre eu falava que lá o meu reino encantado (...) a minha vó era minha madrinha, ela me deu uma bezerra né! Parece que aquele trem entrou na minha cabeça, eu só gostava daquilo. Eu não gosto de mais nada, só de criação. Eu dormia quando acordava eu via elas direitim na minha mente. **Ficava com a cabeça lá.** Pra mim quando eu chegava lá de madrugada, a mesma coisa de tá chegando no céu. Nossa mãe! (...) Quando a gente perde um ente querido a gente sente uma tristeza muito grande. **Quando eu te falo, olha, a primeira coisa que vem na sua cabeça é aquilo, então com a mudança, com as criação pra mim foi a mesma coisa. Quando eu acordava assim parece que passava aquele filme na cabeça, sabe como que é? Sentia aquela saudades delas enorme...até hoje ainda sinto, só que parece que com o tempo você assim, vai tranquilizando, vai conformando né!, não tem recurso mesmo (...)** Cada pessoa gosta de um trem. Mas lá era muito bom, nossa senhora. Quando você gosta das coisas né. O médico que estudou e gosta da profissão ele é um senhor médico. Aqueles que estudou pra fazer o gosto o pai esse não vale de nada, num é assim? (Moradora M, 60 anos, viúva, aposentada).

Essas lembranças marcam a impressão sobre a chegada ao reassentamento, na qual a substância da social da memória - a matéria lembrada - mostra que lembrar é tanto individual como social. Conforme Bosi (1983) e Halbwachs (2006) o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, pois, como recordadores, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, a forma como se lembra, são marcas do que foi significativo. Assim, o

tempo da memória é social, é o calendário dos acontecimentos dos que foram participantes ou testemunhos. Decorre, segundo Halbwachs (2006), que a recordação no processo de localização das lembranças se faz com referências aos contextos sociais reais, os quais servem de baliza à construção e reconstrução da representação da realidade, ou seja, forjam a própria memória coletiva.

Conforme Bosi (1983, p.17) os recordadores no presente da lembrança são trabalhadores, pois lembrar não é somente reviver, “mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Neste sentido, as lembranças dos reassentados são representações e reconstrução do mundo e, a conservação dos estados psíquicos já vividos retoma o relacionamento construído com a família, com a terra, com os quintais, com a igreja, com as festas, com a profissão, enfim, com a paisagem anterior; e fundam-se, nos episódios imediatos na chegada à nova realidade a partir de uma série de mudanças e rupturas. São, portanto, as marcas da perda do sentido de continuidade a partir do processo de deslocamento e de reassentamento.

A partir deste ponto, entreabre-se nas partes subsequentes da pesquisa, a perspectiva de análise sobre os resultados das marcas do reassentamento na vida dos reassentados ao longo dos anos. Tem-se, como interesse nuclear, apresentar as mudanças no âmbito socioeconômico e cultural destacando as transformações percebidas, sentidas e vivenciadas pelos moradores na tentativa de readaptação na nova condição social de existência. Além disso, tem-se em mente analisar no próximo capítulo os meios de vida do reassentamento, para tanto, faz-se necessário o delineamento do contexto no qual a análise será realizada, dessa forma, este capítulo contextualiza as mudanças ocorridas e serve de eixo, de base à realização do outro.

4.1 Anos se passando no reassentamento - transformação do cotidiano após a mudança.



Figura 24 - Vista panorâmica do reassentamento - registro fotográfico realizado em agosto de 2012.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando se abordou a interdependência entre a espacialidade de Nova Soberbo, a disposição dos reassentados referentes aos vizinhos e as formas das relações sociais estabelecidas no novo espaço, observa-se as implicações sociais embutidas na nova condição de sociabilidade.

Em relação à análise espacial, a opinião dos reassentados dividiu-se entre 50% dos que acham que os espaços existem e são melhores, pois afirmaram que no reassentamento tem mais conforto com o asfalto e menos poeira, e menos enchente em tempos de chuva como ocorria na antiga comunidade. Alegaram, também, maior acesso a transporte público, a novos espaços de lazer e a estabelecimentos comerciais.

Os outros 50% alegaram que existem e são piores, basearam o julgamento na falta de unidade nos espaços, pois muitos estão espalhados, como a área de lazer, como o campo de futebol e como a praça, que não formam uma unidade, como disse um reassentado, “não forma o núcleo, o miolo da comunidade”. Alegaram, ainda, que o campo de futebol encontra-se no alto do morro, próximo às extensões dos quintais, e muitos, os mais velhos, não conseguem ter acesso. Há, também, a percepção de que embora existam novos espaços, a praça não tem sido utilizada como antes, este ponto foi o de maior ênfase entre os entrevistados, pois apontaram que o centro comercial estando abaixo da praça dificulta sua ocupação como

espaço de encontro e de sociabilidade. O gráfico e os depoimentos endossam estas percepções.

Aquela praça então ela não tem quase ninguém. A praça piorou. Porque a praça, como é...o centro comercial ficou em baixo e praça em cima, totalmente errada. Eu invés da praça ficar em frente ao centro comercial ela ficou escondida, então lá é que ninguém vai (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

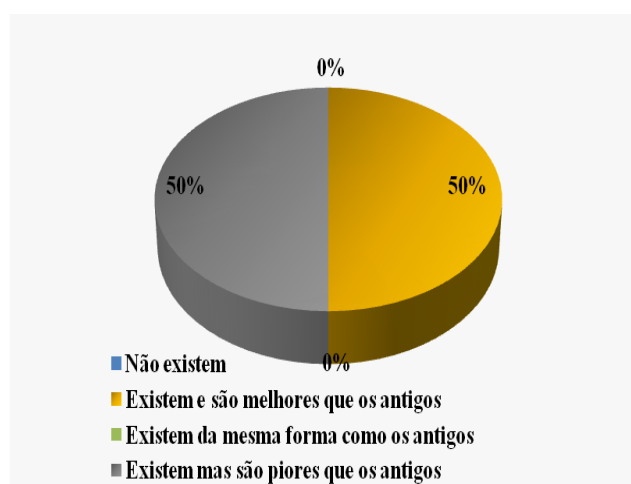


Gráfico 5 - Opinião dos moradores quanto aos novos espaços de sociabilidade.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Sobre a comparação entre a disposição espacial dos vizinhos e as relações sociais entre os moradores antes e atualmente na condição de reassentados, os gráficos abaixo demonstram que somente 5% das famílias entrevistadas mantiveram proximidade espacial com os vizinhos que outrora moravam próximos na antiga comunidade. A grande maioria, 55% dos abordados, relatou que houve desmantelamento dos laços de vizinhança, pois houve um processo de pulverização dos moradores que foram dispostos em casas distantes umas das outras. Referiram-se às pessoas que antes tinham contato com frequência, no dia-a-dia, pela proximidade das moradias. A mudança nas relações sociais e perdas de contatos cotidianos é reiterada pelo segundo gráfico cuja opção de destaque é 85% das famílias alegando que as relações acontecem com menos frequência.

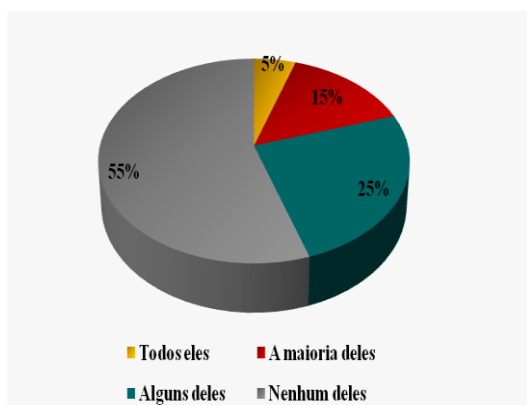


Gráfico 6 - Relação dos vizinhos que ainda continuam morando em Nova Soberbo.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

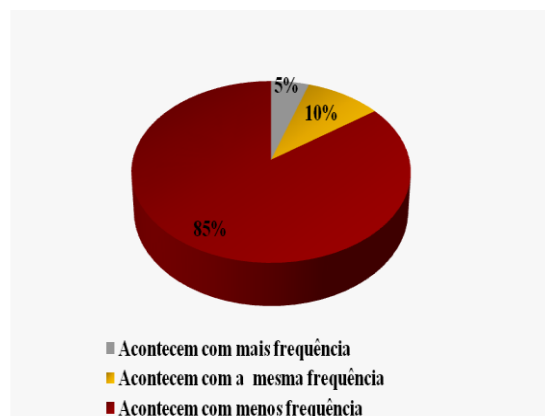


Gráfico 7 - Relação dos contatos estabelecidos com outras pessoas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O cruzamento dos gráficos anteriores com as falas e os depoimentos abaixo retratam esse processo de fragmentação social ocorrido após os anos vivenciados em Nova Soberbo. Como afirmou alguns reassentados, “os vizinhos não são os mesmos. A vida mudou muito, saindo da roça para cidade, quase nada se encontra para fazer”; “o pessoal é o mesmo de lá, mas diminuiu a afinidade entre as pessoas”; “lá tinha mais contato. Aqui é igual cidade grande, tudo espalhado, lá era mais pequeno”; “parece que ficou distanciado. Antes juntava um grupo e ficava batendo papo até tarde. Hoje, acabou isso tudo”; “aqui parece que é mais solidão. Hoje você chega e é da grade para fora. As pessoas mais longe. Hoje perto dos olhos e longe do coração”; por fim, “ninguém tem prazer na praça para conversar. As pessoas se isolaram. O consórcio piorou a alegria das pessoas”.

As coisas mudou de uma maneira, botou seu fulano lá, seu sicrano cá, e aquela união que tinha, de primeiro era fácil. Aqui parece que o povo ficou mais individualizado, chega tal hora todo mundo vai pra casa, antes isso não ocorria. Tem essas grandes na frente da casa também, que separa as pessoas que estão do outro lado. Antes todo mundo ficava reunido na rua até tarde batendo papo na praça, em frente ao correio, ninguém mais faz isso, as pessoas ficaram muito distante. Ficaram muito separado. A gente tinha...os vizinhos eram sei lá, conversavam mais, era mais unido. Aqui não. Cada um pro seu lado (Morador A, 68 anos, casado, aposentado)

Eu fiquei anti-social nessa Soberbo. Eu me sinto totalmente fora de lugar nesse Soberbo. Eu não me vejo dentro de Soberbo não. Não é o Soberbo Velho!. Por mais que a gente queira nunca vai ser o mesmo. **Eu me sinto deslocada.** Lá todo mundo sentava na praça, ia esquentar fogo no tempo de frio, que é coisa que hoje em dia agente não faz, fazia fogueira, esquentava, esquentava fogo até de madrugada, e é coisa que aqui não faz. Aqui ninguém reuni mais (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

Em meio a essas alterações, observa-se que muitos dos círculos sociais que correspondiam a elementos de sociabilidade foram rompidos, já que o reassentamento, enquanto promotor de mudança social, vem gerando rupturas e mudanças no comportamento dos moradores. Estas mudanças repercutem na forma como os reassentados também vivenciam os elementos culturais como as festas, as missas e outros elementos simbólicos que faziam parte da coesão social da Velha Soberbo.

Os reassentados afirmaram que as atividades culturais continuam a acontecer, como missas na igreja católica, Festa de São Sebastião dia 20 de janeiro (padroeiro de Soberbo), Festa Junina, entretanto ocorrem de forma diferente. As falas seguintes representam as mudanças nestas dimensões sociais, quando destacam que “antes parece que era mais de raiz, hoje parece mais moderno. Acontecem, mas não como antigamente. O pessoal participa menos. Festa junina meio estranho, esquisito”; “o trem vai modificando, antes tinha um tanto de gente, aqui tem que sair atrás para arrumar gente para dançar, ficou mais difícil”; “lá a festa junina era mais animada, hoje não tem empolgação. A festa da igreja e de São Sebastião era mais bonito”; “aqui é complicado parece que o povo era mais unido lá. Lá tinha barraquinha. Hoje não tem isso mais”. Nesta direção, os depoimentos corroboram estas impressões no sentido de que antes

Tinha festas religiosas. Tinha São Sebastião que era o padroeiro né; Nossa Senhora no mês de maio. Quando tinha jeito todo ano eu ajudava, no mês de maio. Também tinha festa junina. Hoje participo só quando acontece. Esse ano [2012] mesmo não teve o mês de Maria. A igreja estava em reforma, aí ficou sem. Só teve uma comemoraçãozinha, porque não planejou nada, porque eles tava mexendo na igreja. **Não teve nada igual lá no Velho Soberbo não. Tudo é de forma diferente. Porque lá as coisas era mais unida, porque esse ano até teve a festa junina, mas não é igual lá. Não é participativo igual lá não** (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

As coisas não são igual lá no Velho Soberbo que tinha missa todo domingo. Aqui mês de maio não tá fazendo, ofício aqui não faz. **Mudou muita coisa.** Aqui faz, a festa de São Sebastião faz, continua. Mas não igual a mesma. **Aí essas pessoas lá em Soberbo Velho enfeitavam as ruas no dia de procissão de São Sebastião, hoje que ninguém nem fez né?** (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

No momento da observação participante, pode-se constatar que o Consórcio Candonga ofereceu e vem oferecendo algumas atividades culturais aos reassentados. Tomou-se conhecimento de um projeto de contação de estória na praça, intitulado como “história com café”, que se iniciou, mas não continuou devido à baixa participação da população. O depoimento retrata esta percepção, “Tinha a atividade de história com café, mas não participo, com eles não quero. Amargura não é história para contar. História para contar é história boa” (Moradora M, 63 anos, viúva, aposentada).

Presenciou-se também que havia em curso um projeto de exposição de filme⁴⁰ no espaço de centro comercial, porém a impressão era de resistência e de baixa adesão dos reassentados. Quando questionados o motivo da não participação, alguns alegaram falta de alegria e entusiasmo de participar das atividades oferecidas pelo Consórcio; um reassentado afirmou que “o consórcio começou a passar alguns filmes, mas ninguém quer participar, porque filme é faz de conta da empresa, não muda o que a gente perdeu”.

No quadro fotográfico abaixo, visualiza-se, respectivamente, da esquerda para à direita, o Centro Comercial localizado na rua principal, a Praça de Nova Soberbo acima, e a Igreja Católica, que se localiza em frente à Praça.



Figura 25 - Faixada do Centro Comercial, a Praça e a Igreja.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

⁴⁰ O pesquisador pôde presenciar no mês de agosto, no período da noite, a exibição de um filme nacional projetado na parede do centro comercial, cujo título era Uma Professora Muito Maluquinha.

No tocante às condições de moradia, referentes à infraestrutura das casas do reassentamento, e dos espaços dos quintais contíguos às residências, aborda-se, nas falas e nos gráficos abaixo, a percepção dos reassentados em relação a estes espaços e suas possíveis funcionalidades na garantia de reprodução social dos membros familiares. Como o direito à moradia foi uma das formas de compensação auferida pelo empreendedor à perda das residências anteriores, avaliou-se a satisfação com as novas casas.

Assim, das famílias abordadas pelo questionário, 30% afirmaram que as casas são ótimas e 50% alegaram que são boas, tem-se, portanto, uma avaliação positiva de 80% do núcleo habitacional em relação às moradias anteriores. Muitos afirmaram que as casas são melhores porque são novas, alegando que têm um padrão acima do que se tinha na antiga comunidade, como afirma uma fala: “em comparação é ótima. A casa é bem feita, é murada, possuiu garagem e espaço para jardim na frente”.

Esta avaliação baseia-se também no fato de que muitos não possuíam casa própria, assim, receber a casa remete a aquisição do imóvel de forma positiva. Algumas falas retratam este ponto: “antes não tinha casa, ter uma é muito bom”; “antes morava de favor com meu pai. Aqui tem casa própria⁴¹”; ou ainda, “não tinha antes, ganhei a casa, pra quem não tinha nada ter uma é ótimo”. Dos que julgaram como ruim, nem ruim e nem boa e péssima, 20% dos entrevistados, ressaltavam primeiramente os problemas com infraestrutura ao longo dos anos, embora julgassem as casas como mais bonitas que as anteriores.

Tanto às famílias escolhidas para responderem o questionário quanto aos reassentados que se ia conversando nos momentos de observação participante, notou-se o significado das casas de forma ambivalente, uma dicotomia entre a percepção estética como positiva *versus* problemas com infraestrutura de forma negativa. Dessa forma, a casa enquanto espaço para residir, foi uma unidade de análise cujas junções de percepções opostas - positiva/negativa - erigiram uma dialética de sentindo, pois a avaliação positiva contrapunha-se constantemente à problemas espaciais, funcionais e legais (registro dos imóveis).

⁴¹ Esta fala e outras observadas, explicam o maior número de residências no reassentamento em relação a São Sebastião do Soberbo, pois alguns filho(a)s solteiro(a)s, casados ou em união estável que viviam na mesma residência dos pais ou parentes, tiveram o direito a casa própria no reassentamento, dessa forma, se desagregaram do núcleo familiar do qual faziam parte. Assim, muitos visualizaram a conquista da residência como um fator positivo. Soma-se, a estes moradores, os que viviam de aluguel e viram na barragem a possibilidade de melhoria nas condições de vida através da conquista da casa própria. Porquanto, “ganhar” a casa representou estímulo à aceitação da mudança por parte de alguns moradores.

Dentre as diversas reclamações dos reassentados, tem-se a percepção de que “é bom só a casa o resto é ruim. É melhor do que eu tinha, mas aqui aconteceu vários problemas, o teto da cozinha e do banheiro caiu, o muro tem rachadura⁴² e os pisos do banheiro descolaram, quando chove entra água dentro de casa”, “é boa, mas a cozinha é para a rua. O arquiteto veio e disse que vai mudar”. Outra fala enfatiza, “ruim é a cozinha virada para a rua. Situação péssima. Sem privacidade na casa. Fogão à lenha também ruim, fumaça espalhando na cozinha toda”.

Levantaram também problemas com rachaduras nas paredes das casas, portas que não fecham direito, problemas na localização da caixa d’água debaixo dos telhados inviabilizando a limpeza da mesma, falta de garantia legais da casa pela ausência da escritura⁴³. De forma unânime, levantaram problemas com acesso à água potável e de qualidade nas residências, pois relataram contratempos como o entupimento constante nos chuveiros dos banheiros, danos aos encanamentos com a presença de barros e alta concentração de cloro e a insalubridade ao consumo humano.

Nos depoimentos transparece o problema de acesso à água potável, como também o problema no uso do fogão à lenha, situações recorrentes ao longo de toda pesquisa.

Ah a minha satisfação com a casa em Novo Soberbo você pode colocar que é ruim, não colocar péssimo não, vou colocar ruim. O que mais incomoda é o problema da água de péssima qualidade. A água é algo fundamental, eu tenho como sendo prioridade. O camarada pode ter tudo, se ele não tiver água ele tá enrolado (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

O pessoal quando mudou pra aqui, todo mundo passou mal com água e não sabia que o problema era da água né. A gente tem a água dentro de casa, e tem que buscar lá na mina; porque a água fede o tempo todo. Todo mundo quase que tinha que ir pro médico. Sentiam vômito, diarreia, depois foi saber que era água. **A água continua do mesmo jeito até hoje [2012].** Mesmo pra roupa e pra banho, ela é ruim. É muito difícil. Lá tinha poço artesiano, o abastecimento da água era muito bom lá em Velho Soberbo. Aqui não (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

⁴² No momento que o pesquisador entrevistava a moradora, havia trabalhadores contratados pelo Consórcio realizando reparos no muro para que ele não desabasse.

⁴³ “A minha casa é recebida sem escritura, é própria, mas sem escritura. E lá a gente tinha a escritura né. Era tudo organizado, era tudo certinho” (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

E outra coisa também, e essa água, e essa água né. E essa água desse jeito, eles não dá um jeito...tem que buscar água na mina, (...) porque esse aqui é desse jeito. Fede demais a cloro, fede a barro podre, uai! Que negócio é esse? Se você vai colocar na comida...ah!, oh!...você sabe se colocar um caneco da água num feijão, se sabe que um caneco que você colocou ali, já dá outro gosto logo, já num dá, cumé que pode isso...num dá certo...é um grande problema...ii eu creio mais que é aquele poço lá, aquele lá embaixo, uai porque eles não pode colocar uma água direito...a gente não vai arriscar beber essa água não, nos não vão arriscar...num pode arriscar...eles que vem aqui, o pessoal do consórcio eles não bebe dessa água aí ô. Eles num bebe uai. Graças a Deus, aquela mina lá, vai lá e busca quarenta, sessenta, oitenta litro d'água pra fazer comida, fazer suco, pra mexer com as coisas em casa...e da torneira, mal pra lavar roupa se colocar roupa branca atrapalha. Ê meu filho um problemão, pois é, uai! (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

Eu gostava do meu fogão à lenha. Era muito bom uai!. Fazia comida, fazia tudo na lenha. Gás ficava muito tempo. **O fogão aqui eu não gosto não. Não aguento mexer nele; dá fumaça demais. Aí oh. Só de esquentar a água pro banho ele pretiou a parede toda e eles não quiseram pintar.** Não quiseram pintar de jeito nenhum. Agora não sei, eles vieram mediram aqui a cozinha tudo, não sei se eles vão vir pintar. Eu pedi. Quero que melhore o fogão, porque é muito bão o fogão à lenha. E economiza energia também. E a gente pediu um aquecedor também. Não sei, acho que eles não colocam não. Pedi a gente pede né. Agora é esperar né?!. Esperar pra ver o que eles vão fazer. Obrigar a gente não pode né (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Na fotografia seguinte visualiza-se a mina, localizada em uma rua na parte superior do reassentamento, próxima a Igreja, sendo considerada pelos reassentados como a única fonte de água potável acessível⁴⁴.



Figura 26 - Fonte de água potável no reassentamento.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

⁴⁴ No decorrer da presença do pesquisador no reassentamento, presenciou-se, rotineiramente, os reassentados buscando água na mina com galões de plástico, garrafas pets, que transportavam manualmente, ou em carrinhos de mão ou ainda em veículos motorizados.

Sobre a dimensão e a funcionalidade dos quintais domésticos, o gráfico abaixo complementa a discussão feita acima sobre a espacialidade da casa. Assim, 90% dos reassentados alegaram que existe diferença em relação aos que possuíam na Velha Soberbo, ao passo que somente 10% dos entrevistados não sentiram esta diferença. Estes alegaram que não possuíam este espaço na antiga residência ou o tamanho espacial é o mesmo. As implicações da existência da diferença giraram em torno, predominantemente, de alguns fatores como a redução do tamanho para cultivo de hortaliças, de frutas e criação de pequenos animais e a infertilidade do solo.

As falas destacam que o “tamanho do quintal e o tipo de terra é diferente. O quintal “é menor e a terra é feito aterro, terra sem vitalidade; lá em Soberbo a terra era muito boa. Aqui é totalmente diferente”; “lá tinha muito espaço. Não pode nem comparar. Criava galinha, frutas, verduras. Terra roxa, aqui piçarra. Difícil de plantar”; e “aqui o quintal é pior. Tem que colocar muito material para produzir, muito esterco, é muito gasto”. Os depoimentos reiteram estas percepções no sentido de que o

(...) quintal de lá era maior. Espaço para fazer bastante coisa. Aqui para se chegar a uma terra de acordo teria que gastar insumo. Terra mais fraca. Quando mudei nada que plantava ia para frente. Plantava e morria. Quando estava quase dando frutas morria. Verduras só agora vem produzindo depois de ter colocado muito esterco, mas o consórcio não teve coragem de dar nem um saco de adubo para os quintais das casas. É um descaso com nós, que tinha muitos benefícios lá (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

O quintal lá era enorme. Tinha casa nossa, a casa do meu irmão. Nós criava porco para vender. E tinha galinha e ovos para comer quase todo dia. Tinha mandioca, beterraba, cenoura pra gente comer, e quando sobrava a gente dava para os vizinhos e as vezes até vendia. Também lá tinha fruta. Banana, abacate, laranja, graviola, manga, mamão, mexerica. Aqui não consigo criar nada. Criava porco. Tinha um chiqueiro com 5 porcos, e muitas galinhas soltas. Lá às vacas ficavam perto da casa tirava leite toda manhã. Lá muita gente tinha um quintal grande (Moradora M, 60 anos, viúva, aposentada).

O quintal aqui não é bom e a terra é ruim. É ruim pra daná. Sem conseguir plantar nada fico muito triste. “Ela trouxe um punhado de terra lá de Soberbo” [Fala de uma outra pessoa que estava no momento da entrevista]. **É, eu trouxe o último pedaço de terra (risos). Trouxe na vasilha grande que eu tinha, uma terra preta. Cheguei aqui quando eu debulhei e misturei as terras, uma era pretinha e a outra era vermelha, comecei a plantar e não tava dando nada por conta não (...)** hoje se eu quero uma fruta eu tenho que comprar, antigamente eu não comprava, eu tinha de tudo. A terra antigamente era boa (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).

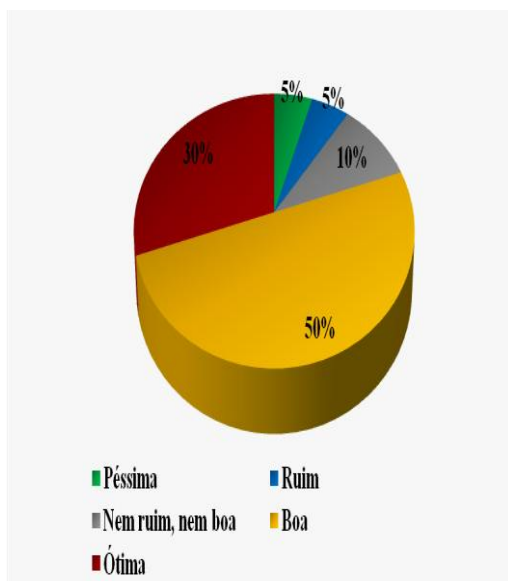


Gráfico 8 - Opinião sobre a casa em Nova Soberbo.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

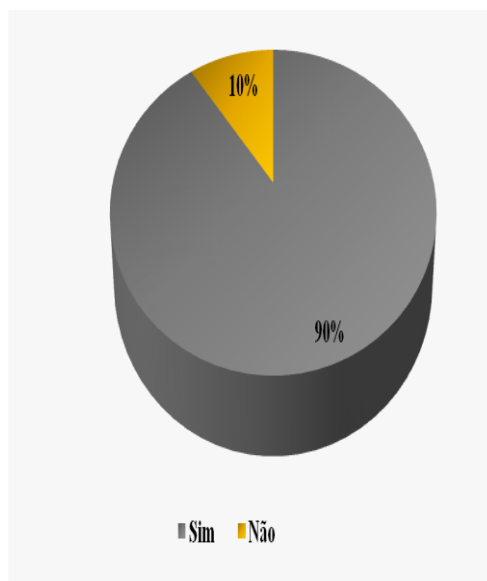


Gráfico 9 - Existência de diferença entre o quintal anterior com o atual.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em relação às condições de produção e reprodução social dos moradores da antiga Soberbo baseadas no tocante ao acesso à terra, aos recursos naturais oferecidos pelo rio (suas encostas e matas adjacentes), ao trabalho como agricultores que cultivavam suas próprias terras, à venda da força de trabalho como diaristas, ou ainda, às formas de trabalho como meeiros e garimpeiros, observou-se no reassentamento, diversas alterações em relação a estas condições e às relações de produção que eram realizadas anteriormente.

Nesta direção, transparece nos depoimentos abaixo a perda parcial ou total de acesso à terra e ao rio, as alterações nas formas de trabalho⁴⁵, a perda de recursos materiais que supriam algumas necessidades básicas, a diminuição de recursos utilizados na troca entre os moradores tanto advindos dos quintais como das terras cultivadas. Já o reassentamento,

⁴⁵ Quando se perguntou sobre as formas de trabalho anteriores, muitos se autodenominaram de trabalhadores rurais autônomos, alguns com posse de terra e outros não. De forma geral, muitos membros familiares relataram que alternavam o trabalho na roça em funções como diaristas, meeiro(a)s e garimpeiro(a)s. Havia também, pequenas prestações de serviços de costura pelas mulheres, comerciantes, cabelereiro(a)s, trabalhadores assalariados pela prefeitura de Santa Cruz do Escalvado. Alguns reassentados declararam que trabalharam durante a construção da barragem como ajudante de obras, copeiro(a)s e prestação de serviços como roçado na área de implantação da UHE Candonga.

enquanto o novo possível ao restabelecimento das atividades produtivas, é designado como local de desemprego, da falta e da escassez.

Quando vim pra cá mudou tudo! Mudou o rio, mudou o acesso a lenha, hoje tenho que comprar lenha...falta de emprego, tem pouca terra que não dá para plantar, porque antes era muita, antes era muito meeiro...dava muito meeiro. **A gente pegava terra pra plantar a meia. Eu ia lá plantava, colhia dez sacos de feijão, 4 pra mim 6 pro dono da terra. Então compensava a gente ser meeiro...** (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

Lá o marido era meeiro. Plantava. Os filhos também trabalhavam na roça, também eram meeiros. Alguns eram garimpeiros que em momentos de folga trabalhavam na roça para complementar. Eu era aposentada. Todo mundo tinha roça. Aqui é olhar e só morro e pasto. Lá todo mundo plantava e colhia de tudo (Moradora T, 77 anos, viúva, aposentada).

O que a gente desacostumou muito aqui é com os benefícios que a gente tinha de sustentabilidade que seria não posso mais tirar o ouro, não tenho como tirar areia, não tenho como tirar pedra, não tem como tirar lenha, não tem peixe, não tem como fazer mais nada entendeu? Então nos perdemos. Não tem como criar uma galinha neste lugar aqui porque é apertado demais o cheiro é forte, não tem como muito menos criar porco neste lugar aqui, não pode ter frutas com é...de porte maior aqui dentro, por exemplo, que nem abacate, manga dessas comum que tinha lá na terra, aqui não pode ter, porque quem tinha mil metros de terra, pra hoje ter um quintal pequenos na casa e um lote de extensão 360 m² que não produz é difícil (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

Lá na Velha Soberbo não existia muito desemprego, a gente se virava de alguma forma tirava areia, pescava, tirava ouro, então não tinha desemprego, não tinha, agora aqui tem as casas que são bonitas, não tem chão, mas não tem serviço, não tem poeira, não tem capado não tem nada. Minha terra lá era grande...é que nos sabemos plantar, mas o Consórcio cortou essa opção, então nós não tão fazendo a coisa que nós gostamos, nós estamos fazendo coisa que não gosta. Eu ainda quero trabalhar, administrar as coisas direitinho, mas tem que ter terra, nós precisamos de terra pra trabalhar, uma terra que é nossa, num é um mocadinho não! Então a gente precisa de dinheiro para resolver isto. **A gente é da roça, que gosta de roça, quem gosta, gosta mesmo, então eles deveria dar aquela opção pra nós,** eu falei: vocês estão me dando 3 hectares, pra esta turma aí dos reassentados num vale nada, eu pegaria se fosse pelo menos 5 alqueires, 6, 10 alqueiro, eu pegaria, eu pegava o dinheiro e comprava o terreno, se eles desse aí uns 40 mil. Só que eles me deram só 25 mil não pude fazer quase nada, aí botei lá no banco, ficou lá, esse jurinho pouco, né?! Como que mexe? Como que emprega? (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

As principais dificuldades aqui é o quintal pequeno e a terra longe, aí cortou tudo assim...não tem lugar para expandir igual. Antes eu tirava coisas dos quintais que eu vendia e trocava (...) Olha só, anos atrás eu colhia muita cosia lá no Sertão [terra que o morador utilizava anteriormente] enchi um paiol de milho. Moía um mocadinho e dava pra galinhas e pros porcos, aqui então cortou, cortou a atividade. **É que nem lá a gente plantava era quatro**

saco de feijão e milho a terça. E colhia treze carro de milho e muito feijão. Então isso nós engordava capado, aquilo era uma alegria, abóbora, quiabo, cana, então a gente sobrevivia disso, aí prendeu aqui, prendeu o que a gente deixou de fazer, tá fazendo falta pra nós (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

(...) acredito o seguinte, que lá tia mais capacidade pra gente sobreviver, né! Aqui aqui...tudo é na base, né?! Da compra mesmo, precisando de uma laranja tem que compra, né! Nós compra de tudo...no quintal tem um pouquim aí, tem couve, tem umas couve aí, tem quase nada de fruta. Hoje é difícil pra todo mudo, antes era uma fartura...(Morador D, 73 anos, casado, aposentado).

Tal análise dos dados sobre as alterações nas dimensões da casa, do quintal e das formas de produção e reprodução social do reassentados convergem com o paradigma teórico utilizado por Rebouças (2000)⁴⁶ no livro, *O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema*, no qual a autora afirma que as formas tradicionais de reprodução social são importantes para se compreender o modo como se dará a reação e as respostas suscitadas pelos moradores ao vivenciarem o reassentamento planejado pelos promotores do deslocamento.

A mesma autora aborda os domínios casa-quintal e roça-pasto como espaços que se definem como unidades funcionalmente compostos e articulados entre si. Ou seja, são domínios que expressam a relação entre a unidade de produção e a unidade de consumo, relação esta que organiza a experiência de vida das unidades familiares. Tem-se que o domínio da roça-pasto representa as formas de cultivos e os regimes de trabalho, ao passo que, o domínio casa-quintal representa a unidade residencial e de consumo das famílias (REBOUÇAS, 2000).

Nesta abordagem, Rebouças (2000) ainda enfatiza o domínio casa-quintal como áreas reservadas para quintal (árvores frutíferas, flores, arbustos e palma), para terreiro de criação (porcos, galinhas, patos) e para horta e jardim (temperos, legumes, tubérculos, hortaliças, arbustos e flores). São áreas importantes que representam fonte de alimentos e complementam substancialmente as atividades agrícolas e as pesqueiras. Destaca que, normalmente, no fundo

⁴⁶ Rebouças lança mão do trabalho de Ellen Woortmann (1983), que trata sobre o sítio do camponês como um sistema de espaços diversificados, complementares e articulados entre si. Essa análise do meio rural busca o significado da importância da proximidade e da articulação entre o espaço da casa, do quintal e da roça na reprodução sociocultural e econômica no modo de vida particular dos camponeses. Rebouças articula esta abordagem com os impactos de grandes empreendimentos hidrelétricos sobre populações ribeirinhas tradicionais. Utilizou para tanto a seguinte referência: WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. In: OLIVEIRA, R. C. *et alii* (org.), Anuário Antropológico/81. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

das casas, localiza-se o reservado, onde encontram-se os recursos e benfeitorias, como poços semi-artesianos, chiqueirão de porcos e estábulos para aquelas unidades familiares que possuem animais de tração. É, portanto, um domínio que congrega a reprodução familiar e onde os produtos, que são adquiridos nas roças, são armazenados.

Estes domínios são fontes importantes de análise no momento de transição, como o que transcorre durante o deslocamento e reassentamento, pois, nas palavras da autora,

A separação entre a casa e a roça acaba comprometendo a existência dos demais domínios constituintes do sítio: a horta, o pomar, o terreiro para a criação, o jardim. Assim, a chegada no novo lugar representa, do ponto de vista do espaço doméstico, um começar de novo. É dispor de uma espera para que as mudas de árvores cresçam e forneçam a sombra e os frutos de outrora. É cuidar da criação para que ela não desapareça na mudança, não morra, nem se perca no novo lugar. As diferenças das características do solo também exigem um reaprendizado sobre o manuseio dos diferentes tipos de hortaliças e fruteiras (REBOUÇAS, 2000, p. 131).

Como observado nos dados empíricos anteriores, o processo de reassentamento desarticulou estes domínios, pois distanciou os moradores da terra, da roça e do rio gerando perdas de acesso a recursos materiais. Há, portanto, a desfuncionalização dos domínios casa-quintal e roça-pasto enquanto unidade de produção e consumo. O depoimento seguinte reafirma esta análise de forma emblemática:

As coisas mudou de uma tal maneira (...) as coisas que acontece ela chama atenção da pessoa, as coisas é um milho, é um feijão, é um capado, aquilo chama a atenção, aquilo une, aqui nada disso tem, desbaratinou, o pessoal muda de comportamento, muda, porque fica tudo sem solução. Ô fulano se quer comprar um capado na minha mão?. Ou, você quer comprar um feijão na minha mão? Não tem disso mais, então fica todo mundo assim, mudou o comportamento do pessoal....foi perdendo as relações, as consequências em cima...**hoje você vai contar caso de quê?!...minha roça tá boa coisa e tal, amanhã vou pegar cedo lá que vou acabar um trecho, então isso que é a conversa de quem trabalha...minha roça tá muito especial, ô beleza!, então isso unia tudo num só....aqui vai conversar o quê?...vai contar caso do Consórcio?** Então, distanciou o diálogo das pessoas sobre as atividades que fazia, isso distanciou (...) dificuldades, como água ruim, com dificuldade de viver, só o outro sofrendo sem poder, também porque o dinheiro é pouco, porque o dinheiro é pouco a pessoa fica desarmado com aquilo, né?! (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

O reflexo destas rupturas pode ser notado no gráfico abaixo, quando se perguntou a respeito da relação dos alimentos produzidos para o consumo antes e depois da mudança para o reassentamento. Observa-se que a maioria das famílias pesquisadas produzia mais de 75% dos

alimentos que consumiam antes do deslocamento; entretanto, após a mudança, inverte-se esta quantidade, pois passam a produzir menos de 25% do que consomem.

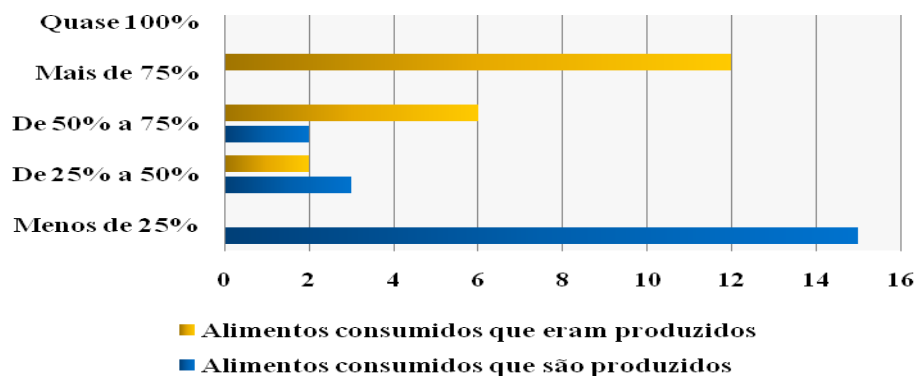


Gráfico 10 - Relação dos alimentos produzidos para o consumo antes e depois da mudança para o reassentamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Infere-se que, anteriormente, havia maior autonomia dos moradores em relação ao acesso a alimentos; em contrapartida, o reassentamento, enquanto medida compensatória ao deslocamento, aumentou a dependência dos reassentados em relação às iniciativas do empreendedor no tocante ao restabelecimento das atividades produtivas. Conforme Rebouças (2000, p. 94) “a noção de compensação está na base da dependência”, pois, se antes os moradores possuíam relações estabelecidas com proprietários de terras em regime de meação, de parceiros e de arrendatários, agora, passam a depender de projetos e do Programa de Reativação Econômica; ou seja, da atuação e da intervenção do Consórcio Candonga na solução dos problemas advindos do processo de reassentamento.

Por conseguinte, a desarticulação destas condições socioeconômicas aparece também no impacto sobre os gastos e renda dos reassentados. Os gráficos abaixo complementam as discussões anteriores, pois demonstram as mudanças no custo de vida. Tem-se que 65% dos entrevistados afirmaram que os gastos da família aumentaram muito e 35% afirmaram que este aumento foi parcial. Há, de forma geral, um impacto de 90% sobre o aumento dos gastos, e, apenas 10%⁴⁷ afirmaram que continuou da mesma forma.

⁴⁷ Em relação às duas famílias que afirmaram que os gastos não aumentou e nem diminuiu, observou-se que em uma delas, o respondente alegou que recebeu uma indenização muito boa, e não tinha o que reclamar sobre os gastos; e outra a família, embora tenha residido em São Sebastião do Soberbo, mudou da comunidade para uma cidade vizinha retornando apenas dois anos após o reassentamento das famílias.

Dentre as diversas percepções sobre o aumento dos gastos, as falas destacam que “o salário acaba mais rápido. A luz aqui é muito cara. Antes pagava de 13 a 20 reais, hoje a conta vem 103 reais⁴⁸. Hoje também tenho que comprar lenha a 40 reais à carroça, antes não comprava, buscava no mato ou no rio”; “dificuldade de utilização do fogão à lenha, agora tenho que comprar gás que acaba mais rápido”; “casa é mais difícil de limpar, gasta mais com produtos de limpeza, piso branco. O custo de vida é mais alto em relação ao anterior” e “antes eu não tinha salário, mas tirava tudo da terra, tinha plantação de arroz, feijão, milho e uma horta boa, aqui tenho que comprar tudo”. Por fim, a fala enfatiza: “aqui tem que comprar quase tudo, a luz lá era mais barata, era rural, aqui é urbana⁴⁹, aumentou até para cuidar e limpar a casa”.

Das famílias que afirmaram que a renda piorou muito ou que piorou parcialmente, tem-se, respectivamente, 25% e 40%. Estes entrevistados perceberam estas alterações intrinsecamente relacionadas à perda do rio, da terra, da roça e de regimes de trabalhos. Alegaram também a falta de emprego no reassentamento como demonstra a fala: “aqui não tem emprego, tem que andar muito para arrumar serviços, antes o serviço era mais perto”. Além disso, a percepção da piora da renda também se justifica em função do aumento dos gastos, pois o poder aquisitivo diminuiu com custos maiores de manutenção da família, trazendo, em contrapartida, a sensação de diminuição da renda. Os depoimentos revelam que

A renda assim, que era uma quantidade e agora é outra. Se for pensar da renda, ficou no mesmo, mas se for pensar nos gastos, praticamente piorou. Aqui a gente gasta mais do que lá. Lá a luz era bem mais barata, a gente colhia um monte de coisa e não precisava comprar. **Aumentaram os gastos, então no sentido geral piorou né.** Isso no meu caso, agora se você for falar da população, eu acho que você vai perceber na pesquisa aí, da população aqui no geral piorou, porque fechou as portas de trazer uma rendazinha pra eles e não deu alternativa, aqui é difícil de arruma emprego, por exemplo, **lá não tinha casa tão bonita, mas não adianta casa bonita, bolso vazio e panela vazia** (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

⁴⁸ Em uma das idas ao reassentamento para a realização da pesquisa, exatamente no dia 12 agosto de 2012, observou-se que algumas casas estavam sem o fornecimento de energia. Conforme relato dos reassentados, muitos não conseguiram pagar a conta de luz, e a energia elétrica de 38 residências tinha sido interrompida (“cortada”) pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Tomou-se conhecimento via conversa telefônica com um reassentado em meses posteriores, que este fato se repetiu, pois houve outro momento que 28 casas ficaram sem o fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento das contas.

⁴⁹ A comunidade de São Sebastião de Soberbo antes do deslocamento era designada como distrito rural do município de Santa Cruz do Escalvado, no processo de reassentamento, Nova Soberbo passou a ser designada como perímetro urbano, embora continue distrito do mesmo município. Muitos alegaram que antes possuíam eletrodomésticos como geladeira, televisão, rádios e etc, e o valor da conta de luz não era tão alto.

A renda não aumentou não. Diminuiu, porque antes eu podia até não ver o salário na minha mão, mas só que com o que eu fazia, o que eu ganhava, dava pra eu fazer as minhas coisas, tranquilo. **Eu acho que piorou, porque hoje eu quase que tenho que comprar tudo; o salário mínimo chega no fim do mês você vê o salário mas não vê o dinheiro. Tudo tem que comprar. Os gastos com minha família aumentou muito...**tudo tem que compra, só as contas de luz minha eu paguei mais de 100 reais. Então, piorou, aumentou muito os gastos (...) Deixa eu te explicar, eu não tinha uma casa minha, tudo bem, aí eu ganhei uma casa. **Mas só que na verdade, a qualidade de vida piorou muito. Porque é a mesma coisa que um passarinho preso numa gaiola de ouro. Ele pode ficar ali numa gaiola muito bonita, mas ele não vai querer** (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).

Aqui falta tudo. Falta emprego, falta terra. Esse tempo todo quase passei fome. Se não fosse avó com a aposentadoria não sei como ia comer. Passava o mês com 100 reais. Desde que mudei pra aqui. É muita dificuldade, tem casa, mas quase nada para comer. Eles só prometeram programas de geração de renda e postos de trabalho mas cumpriram nada até hoje (Morador C, 35 anos, solteiro, autônomo).

Considerando os 30% das famílias que alegaram que a renda não melhorou e nem piorou, encontra-se parcela da população com fonte de renda fixa, como aposentados, pensionistas e trabalhadores com carteira assinada pela Prefeitura de Santa Cruz ou em cidades vizinhas. A família que alegou que a renda melhorou muito representa 5% dos abordados, alegando que a renda melhorou devido à participação recente em um projeto de malharia⁵⁰ oferecido pelo consórcio.

⁵⁰ O pesquisador visitou este projeto em agosto de 2012, no qual constavam seis mulheres trabalhando. Abordará esta questão quando se discorre sobre os meios de vida no reassentamento.

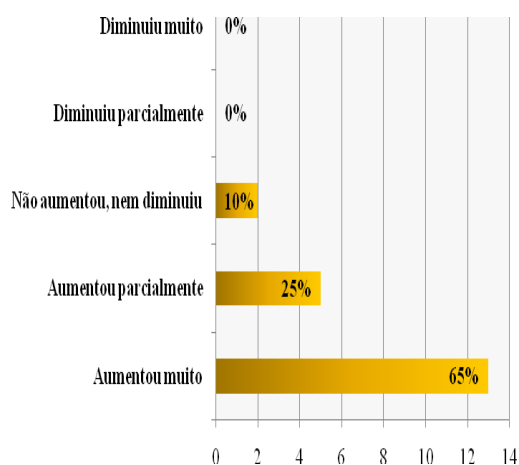


Gráfico 11 - Alteração dos gastos após a mudança para Nova Soberbo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

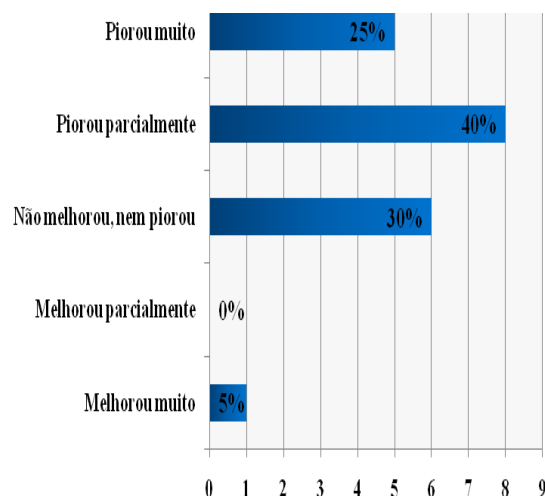


Gráfico 12 - Alteração da renda após a mudança para Nova Soberbo.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

As várias evidências apresentadas ao longo do capítulo revelam os custos do desenvolvimento sobre os reassentados ao longo dos 9 anos vividos em Nova Soberbo, pois as transformações observadas circunscrevem um contexto social cuja possibilidade de readequação ao novo espaço, diferente ao estilo de vida anterior, defronta-se com imperativos que forjam discontinuidades, mudanças e rupturas econômicas, sociais e culturais agravadas por falhas no processo de “compensação”. Nesta direção, a representação do reassentamento, enquanto algo que marcou e dividiu não só o tempo e o espaço, projeta, nos reassentados, o latente paradoxo entre o ter e o ser, ou seja, moradia (“casa bonita”) *versus* meios de sobrevivência precarizados (“panela vazia”).

Assim, as evidências apontadas sobre o quadro social configurado no reassentamento, remetem à inquietação, aos indícios e aos *insights* da pesquisa outrora suscitados pela fala da moradora, ao se referir à realidade circundante como “em asfalto não nasce feijão”. Neste ponto, a representação do reassentamento que se anunciou como uma passagem inconclusa, uma espécie de transitório que não se confirmava, desvela-se, no contexto analisado, sob a ótica do discurso da moradora que não é vazio, e tampouco individual, mas representa uma realidade vivida ao longo dos anos por muitos reassentados.

Segundo Koch (2003), a visão da linguagem enquanto representação da realidade social do sujeito ocorre pela ‘inter-ação’, ou ação interindividual, por meio do interior das situações sociais. A autora afirma que a produção de enunciados dotados de significados e organizados por indicadores modais (tonificados) sinalizam o sentido do discurso e o modo como aquilo que se diz é dito.

Por essa via, a construção semântica da frase auferida pela moradora é um ponto ilustrativo da presente pesquisa. Remete, sintomaticamente, as novas referências da realidade social, já que, após as grades das casas e além da calçada, o “asfalto” é o próximo elemento circundante e materializado na urbanização do reassentamento. Ora é visto como um benefício, ora é visto como um estigma da perda das condições sociais de sobrevivência. Já a palavra “feijão” é a representação da realidade anterior, remetendo à fartura e às atividades que antes eram desenvolvidas na comunidade, que, na atualidade, não existem mais ou existem precariamente.

Quando se analisa a frase “em asfalto não nasce feijão” percebe-se uma inversão da ordem direta da frase: “feijão não nasce em asfalto”. A palavra feijão, como já se descreveu, refere-se ao passado, semanticamente marcada pela fartura, ao mesmo tempo em que a palavra asfalto remete ao agora, a não fartura. Quando a moradora inverte a ordem, coloca o argumento asfalto antes de feijão. Conforme Koch (2003), a topicalização mostra que os argumentos mais fortes vêm primeiro, desse modo, a realidade asfalto é mais forte que a realidade definida como feijão.

Assim, como um par de opostos, entre o hoje e o ontem, a junção das palavras na mesma frase pelo advérbio de negação “não” remete à ambivalência da nova realidade dos atingidos/reassentados. Representa, portanto, duas realidades que coexistem e se excluem mutuamente, ou seja, constrói uma passagem inconclusa, uma espécie de transitório anunciado que não se confirma.

A partir destas considerações, no próximo capítulo pretende-se discutir a cronologia dos diversos meios de vida dos reassentados, tendo em mente tanto as condições materiais imediatas oferecidas pelo empreendedor quanto àqueles iniciados por projetos colocados à população ao longo dos anos. Além disso, busca-se averiguar as estratégias de sobrevivência dos reassentados enquanto atores sociais frente às possibilidades consubstanciadas no tocante

ao acesso a recursos internos e externos. Em outras palavras, quais opções foram oferecidas pelo empreendedor aos reassentados e quais vêm sendo as manobras acionadas pelos atores sociais na tentativa de restabelecimento e de reinvenção da vida cotidiana.

CAPÍTULO 5. OS MEIOS DE VIDA DO REASSENTAMENTO DE NOVA SOBERBO



Figura 27 - Nova Soberbo e as reminiscências de ruralidade.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Quando vim para o reassentamento comecei a fazer bico, igual faço hoje. Aí a prefeitura criou um projeto que chama frente de trabalho, aí eu fui a primeira pessoa que começou a varrer rua. Como não pode ter vínculo com a prefeitura quem não é concursado, a gente trabalha 15 dias, mas aí é meio salário e uma cesta básica. Aí eu fui à primeira mulher que entrei nesse projeto. Foi em 2003. **Aí fui se virando a partir daí, trabalhava 15 dias, ganhava meio salário, ganhava cesta básica, aí aparecia uma faxina fazia, aparecia outra faxina eu fazia, comecei a trabalhar e se virar. (...)** Também participei de uns projetos oferecidos pelo Consórcio, mas sei lá, **esses projetos é difícil pra gente sobreviver** (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

Buscando interpretar as estratégias adotadas pelos atores sociais (reassentados) no processo de reinvenção de suas formas de produção e reprodução social, principalmente em função das mudanças estruturais provocadas pela intervenção do Consórcio Candonga, adota-se a abordagem da sociologia do desenvolvimento fundada na perspectiva do ator orientado postulado por Norman Long e colaboradores. Ademais, completa-se a análise com base na abordagem sobre os meios de vida, a partir de trabalhos de Perondi (2007), Hebinck (2007) e outros.

A abordagem do ator orientado, lançada na segunda metade do século XX, é uma abordagem teórico-metodológica para análise da ação social e da intervenção para desenvolvimento. Neste contexto, o foco da análise é entender os processos de continuidade e/ou descontinuidades social, sobretudo, entender como as mudanças são transformadas,

retrabalhadas e incorporadas na vida cotidiana das pessoas. Este último ponto remete a atores específicos ou redes de atores, que, ao serem afetados por circunstâncias estruturais ou projetos de intervenção social, dão respostas às novas formas sociais e buscam a adequação ou o restabelecimento dos seus modos (meios) de vida pessoais, interpessoais e coletivos (LONG, 2007; DEPONTI, 2007; 2010).

No panorama da abordagem do ator orientado cunhado por Long (2007), no livro *Sociología del desarrollo: un perspectiva centrada en el ator*, o autor busca analisar como as condições externas são mediadas e reconfiguradas pelos atores sociais. Neste propósito, considera as especificidades resultantes da interdependência entre elementos macros e micros, ou seja, uma síntese dialética da interação social entre estrutura e atores locais. Sobressai nesta abordagem teórica, a ideia de que os atores não são única e exclusivamente determinados por fatores externos, mas possuem a capacidade de processar experiências sociais e responderem de forma atuante às transformações circundantes.

Esta análise é entendida pelo autor na forma abaixo enunciada.

Me refiro às maneiras que os lugares de interação a “micro-escala” e arenas localizadas se conectam com os fenômenos mais amplos da “macro-escala” e vice-versa. Em lugar de ver o “local” como formado pelo “global” ou o “global” como agregado do “local”, uma perspectiva do ator elucida os conjuntos precisos de relações entrelaçadas, “projetos” de atores e práticas sociais que interpenetram nos vários espaços sociais, simbólicos e geográficos (LONG, 207, p. 109 - tradução nossa).

Neste ponto, Deponti (2010, p. 66) destaca que

O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores. A análise orientada ao ator não deseja excluir a ideia de estrutura, mas considerar a construção das relações sociais específicas como tema central na análise, permitindo ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições, explorando os valores locais e conhecimentos e descortinando os detalhes do vivido ‘*en los mundos de la gente*’.

Com o intuito de analisar processos de construção e reconstrução social, Long (2007) busca construir seu quadro teórico com alguns conceitos considerados chaves - “*piedras angulares*”. A princípio, baseia-se na ideia de que a vida social é heterogênea em função da coexistência de múltiplas formas sociais e repertórios culturais dentro do mesmo contexto ou cenário. Enfatiza que a tarefa principal na análise é identificar e caracterizar as diferentes

práticas, estratégias e razões dos atores, bem como as condições que surgem, a maneira como intencionalidades e os valores se fazem num cenário de transformações dos contornos da paisagem social.

Em tal perspectiva, o autor elabora o conceito de ator social a partir da ideia de “agência humana”. Assim, atores sociais são definidos como todas aquelas entidades sociais que possuem agência no sentido de terem capacidade para conhecer, avaliar e organizar respostas às situações do meio circundante. É a capacidade dos atores, em processo de interação social, de ordenar e de sistematizar suas experiências e atuar sobre elas. Implica, dessa forma, na noção sobre unidades atuantes relevantes e nos tipos de “capacidade de conhecer” e “capacidade para fazer” que *vis-à-vis* se despontam no mundo em que se vive. Desta maneira, as experiências e os desejos são interpretados e interiorizados, trazendo, simultaneamente, processos de transformação, remanejamento e construção de objetivos e ações (LONG, 2007).

Nesta direção, a capacidade para manobrar habilidades relevantes repercute na maneira como as ações e as reflexões constroem práticas sociais, as quais impactam e influenciam as novas percepções dos atores sobre o que é possível na *práxis* social. Deste modo, a agência implica na habilidade no uso ou na apropriação de redes e relações sociais, através dos pontos nodais de interpenetração e interação, que permitem a canalização de elementos específicos (como demandas, ordens, bens, instrumentos e informação). A teoria reconhece que as ações e as estratégias particulares se moldam e se reproduzem em função da dinâmica e da confluência relacionadas aos cursos dos eventos que se despontam no mundo social (LONG, 2007).

Com base nestas referências, Deponti (2007; 2010) atribui ao ator (individual e coletivo) a capacidade de processar experiência social e inventar caminhos para as situações problemáticas e coercitivas. Nesta via, os atores sociais acionam habilidades organizativas ou estratégicas para exercerem influência dentro de redes de relações e formas de atribuição de significados a eventos em situação de vulnerabilidade ou conflito. Além disso, a autora salienta que o foco da investigação acerca do ator orientado visa fornecer elementos para se captar as multiplicidades de racionalidades, capacidades⁵¹ e práticas sociais adotadas pelos atores envolvidos num campo social⁵².

⁵¹ Autor como Armatya Sen define capacidade como as possibilidades dos indivíduos em evitar a fome, a subnutrição, a morbidez e a morte prematura, além de saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. Ainda ressalta a oportunidade de acesso a recursos com propósito de consumo,

Estes pontos supracitados visam construir referências teóricas para se analisar a relação entre atores sociais específicas frente às intervenções externas planejadas por agentes do Estado, por agentes de desenvolvimento e por outras instituições que trabalham com o processo de mudança social. É, segundo Long (2007), uma perspectiva de análise baseada no resultado da interface (“mescla”) entre a estrutura social e as capacidades dos atores locais no uso de conhecimentos tácitos.

Enveredando por este caminho, Long (2007, p.446) afirma que a palavra interface transmite a imagem de dois lados em articulação ou confrontação. Assim, “as interfaces devem ser analisadas como parte de um processo de contínuas negociações, adaptações e transformações de significados”, ou seja, caracteriza-se por continuidades e/ou descontinuidades dinâmicas nas situações e interações sociais. A interface remete ao encontro entre atores sociais que se orientam pela necessidade de elaborarem maneiras de se posicionar, acomodar-se, ou lutar contra os mundos cognitivos e sociais diferentes uns dos outros, principalmente, frente a problemas que se despontam sob um projeto comum entre as partes envolvidas. Deponti (2007, p.5) reitera que “interface contém a ideia de algum tipo de encontro/contato face a face entre indivíduos” e grupos, sendo que, às vezes, estes encontros remetem a diferenças de interesse, de recurso e de poder.

Em muitos casos, a interface como encontro entre os chamados “fatores externos” e “fatores internos” chegam a significar coisas muito diferentes para os distintos grupos de interesse ou para os diversos atores individuais ou coletivos, sejam os que implementam os programas, os clientes ou os espectadores. Desta maneira, a análise de interface ajuda a desconstruir o conceito de intervenção para vê-la em si; a saber, um processo continuado, socialmente construído e negociado, não somente pautado na execução de um plano específico de ação com resultados já esperados (LONG 2007).

Nesta perspectiva, a imagem da intervenção é vista como uma realidade múltipla, composta por percepções culturais e interesses sociais distintos, como um projeto circunscrito no tempo

de produção ou de troca, e as oportunidades de acesso às áreas de saúde e de educação. Sublinha que este conceito abrange, além das preocupações materiais de consumo ou de renda, a capacidade de realização de bem-estar através da autoestima, da felicidade e da segurança, etc (SEN, 1999).

⁵² A conceituação de campo social é postulada por Long (2007) definindo-o como um quadro de espaços abertos compostos da distribuição de elementos heterogêneos de recursos materiais, de informações, de tecnologias, de componentes institucionais, de fragmentos de discursos e de um conjunto de relações sociais.

e no espaço, mediante um conjunto de atividades que envolvem a interação entre as chamadas partes interventoras e os grupos receptores. Porquanto, a intervenção implica na confrontação ou interpenetração de mundos de vida diferentes e, volta-se para uma maneira de reformar a prática social com novos elementos que outorgam novas formas de se fazer as coisas (LONG, 2007).

Neste ponto, a interface como entidade resultante de relações e de intencionalidades entrelaçadas ajuda a entender melhor as respostas diferenciadas dos grupos locais às intervenções planejadas, pois permite identificar e caracterizar as diferentes práticas, estratégias e razões dos atores, as condições que surgem, a maneira como entrelaçam, sua viabilidade ou efetividade para resolver os problemas específicos e suas amplas ramificações. Desvela, portanto, as diferenças de interesses sociais, interpenetração cultural, conhecimento e poder que são mediados, perpetuados ou transformados em pontos críticos de união ou conflito (LONG, 2007).

A interface social, como marco interpretativo que se desenvolve a partir da interação entre realidades distintas, visa entender como fatores externos são incorporados e transformados substancialmente pelas organizações locais e pelas estruturas cognoscitivas dos atores locais. Desta maneira, as intervenções se deparam com trajetórias dos atores locais, com suas histórias particulares, com suas memórias coletivas e com suas concepções sobre o espaço e o tempo (LONG, 2007).

Por fim, Deponti (2010, p. 65) destaca que

Todas as formas de intervenção externa entram necessariamente no mundo sociovital dos indivíduos e dos grupos sociais afetados e, desse modo, atravessam certos filtros sociais e culturais. Portanto, os fatores externos são mediados e transformados pelas estruturas internas. Por isso, a adoção de um enfoque mais dinâmico, que reconheça a inter-relação e a determinação mútuas dos fatores e das relações externas e internas, é importante para a compreensão da mudança social. A análise do processo social centrada nos atores evita o determinismo das teorias gerais e examina, detidamente, os diferentes modos de os indivíduos e grupos sociais enfrentarem mudanças nas circunstâncias e, assim, criarem espaços para que eles mesmos obtenham proveito dos novos fatores que intervêm à sua volta.

Movendo-se sob o vértice teórico a partir de conceitos como agência humana, interface social e intervenção, enquanto elementos molares de investigação empírica de mudança social, Long

(2007) complementa sua análise com a abordagem sobre os meios de vida (*livelihood*). Para o autor, os meios de vida são construídos tanto de maneira individual como coletiva, e representam pautas de interdependências entre necessidades, interesses e formas de sustento. Enfatiza que esta abordagem expressa a ideia de indivíduos e grupos de indivíduos que se esforçam para “ganhar a vida”, enfrentando adversidades e incertezas, respondendo a novas oportunidades e elegendo posições entre diferentes unidades sociais e campos de atividades.

Ademais, ressalta que a noção de sustento é mais que do “ganhar a vida” em estratégias econômicas individuais a nível local ou entre localidades, pois abrange as diversas maneiras e estilo de vida, ou seja, diversas opções e escolhas que os atores sociais lançam mão para se viver. Engloba, neste sentido, a escolha por valores, por informações e por formas de organização social que remetem um sentido de identidade *vis-à-vis* a outras pessoas (LONG, 2007).

Segundo Hebinck (2007), os meios de vida (*livelihoods*) giram em torno da utilização de recursos tangíveis e intangíveis acessíveis ao meio natural e ao meio social. O autor discorre que a noção de recursos é mais adequada⁵³ que a noção de ‘capitais’ - financeiro, social, humano, físico e natural - comumente presente na literatura sobre os meios de vida, pois permite analisar estes meios sob a ótica de situações configuradas na prática social, possibilitando identificar quais os significados são atribuídos aos bens tangíveis e intangíveis por atores sociais específicos.

Além disso, Hebinck (2007) enfatiza que muitas populações rurais vivem sob diversos riscos, vulnerabilidade e diferentes configurações de poder, elementos estes que envolvem diferentes negociações e manobras sociais. Dependendo das condições estruturais (políticas, econômicas, naturais e sociais), os atores elaboram e reelaboram suas diversas estratégias de sobrevivência a fim de garantir acesso a diversos recursos como terra, trabalho, informações, redes sociais e organizacionais, etc. Nesta direção, pontua que uma das formas para se compreender a trajetória dos meios de vida de uma comunidade, é estabelecer o paralelo entre as alterações ou continuidades no contexto social, e sua repercussão na gama de opções e

⁵³ “I prefer the notion of resources as theoretically more adequate for examining livelihoods, how these are utilized and what meanings are attributed to them by social actors” (HEBINCK, 2007, p. 12).

escolhas realizadas por atores no curso de vida no tocante à manutenção de suas formas de sobrevivência.

Por fim, o autor enfatiza que a noção de meios de vida possibilita descrever os diferentes modos que as pessoas constroem e reconstróem suas formas de vida em função das limitações ou oportunidades da própria realidade circundante. Notadamente aplicada em estudos nas áreas rurais, a abordagem analisa as diferentes combinações de recursos que a população rural possa utilizar localmente. São estratégias para construir suas formas de reprodução social através do trabalho (agrícola e não-agrícola), das relações sociais, do conhecimento, da tecnologia, do emprego, da produção de alimentos para o mercado, da utilização de recursos naturais, da migração e das demais formas na busca por manutenção ou melhorias nas formas em que se vive (HEBINCK, 2007).

Além das considerações anteriores, a abordagem sobre meios de vida também permeia contribuições e posicionamentos de agências internacionais⁵⁴, que, por sua vez, visam entender o desenvolvimento rural sob a perspectiva das estratégias adotadas por populações locais em escolhas de sustento e sob a ideia de sustentabilidade. Segundo o Ministério para o Desenvolvimento Internacional - DFID, “os meios de vida consistem nas capacidades, atividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento”. E, um meio de vida é sustentável, “quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base” (DFID, 2001, p.1).

Ademais, o Ministério ressalta que é uma abordagem dinâmica (sistêmica) sobre as oportunidades, as limitações e os objetivos das pessoas no tocante à utilização e à combinação de recursos. Destaca que

A abordagem meios de vida procura identificar as principais limitações e oportunidades para as pessoas, não importando a localização (isto é, em que setor, espaço ou nível geográfico, desde o âmbito local até o internacional). Ela se desenvolve a partir das definições elaboradas pelas próprias pessoas para essas limitações e oportunidades (...). De forma simplificada, o arcabouço

⁵⁴ Perondi (2007) mapeia as abordagens de meios de vida adotadas por instituições, governos e agências internacionais de desenvolvimento a partir de trabalhos realizados pelo departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Overseas Development Institute (UK), Institute of development Studies e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

enxerga as pessoas como agentes em um contexto de vulnerabilidade. Dentro deste contexto, elas têm acesso a certos recursos ou fatores de redução da pobreza. É o ambiente organizacional, institucional e social que determina o significado e o valor de tais recursos. Tal ambiente também influencia as estratégias de meios de vida - as formas de combinar e utilizar os recursos -, das quais as pessoas podem lançar mão para alcançar resultados positivos para o próprio sustento e para atingir seus próprios objetivos (DFID, 2001, pp. 1-5).

Em estudos precedentes, como de Chambers e Conway (1992) e de Scoones (1998), aborda-se também os meios de vida sobre a perspectiva de sustentabilidade. De antemão, definem meios de vida pela ótica de estoque adequado de alimento e rendimento para satisfazer necessidades básicas. Em seguida, sublinham que os meios de vida sustentáveis são aqueles que garantem o acesso a recursos e à realização de atividades a longo prazo, proporcionando, dessa forma, retornos constantes para se lidar com riscos e contingências.

O que Chambers e Conway (1992) e Scoones (1998) chamam atenção sobre os meios de vida sustentáveis é a capacidade destes meios de enfrentarem e se recuperarem de cadeias repetitivas de eventos (de choques ou de stress), ao ponto de manterem ou melhorarem as capacidades dos indivíduos e dos recursos. Tais capacidades podem ser efetivadas através da continuidade de acesso a bens necessários à sobrevivência como a propriedade de terras, gados e plantações, pastoreio, pesca e caça, emprego com remuneração adequada ou elementos que possam garantir o exercício do repertório de atividades individual e coletiva, sem, todavia, arruinar as bases de recursos naturais.

Conforme Perondi (2007), um meio de vida (rural) sustentável é aquele capaz de transformar uma ameaça em oportunidade, uma forma dinâmica de encarar a vida com habilidade para perceber, adaptar-se e explorar as mudanças físicas, sociais e econômicas adequando-as às necessidades básicas da família, sendo sustentável, quando puder prover de recursos e condições para o exercício do repertório de atividades às gerações atuais e futuras.

Neste contexto, o DFID (2001) amplia o esclarecimento sobre os meios de vida sustentáveis quando pontua a sustentabilidade econômica, social e institucional. Em relação à primeira, afirma que esta pode ser alcançada quando um certo nível de gasto pode ser mantido no decorrer do tempo, principalmente, se o nível básico de bem-estar econômico for atingido ou mantido. Já em relação à segunda, destaca que esta pode ser alcançada quando a exclusão social de serviços públicos básicos é minimizada e a igualdade social maximizada, e, por fim,

sobre a institucional, afirma que seu alcance ocorre quando as estruturas e os processos preponderantes têm condições de continuar a desempenhar suas funções a longo prazo de forma participativa.

Em síntese, um ponto que articula as diversas abordagens sobre os meios de vida baseia-se na premissa que estes meios são essencialmente ações e estratégias individuais ou coletivas que atores sociais lançam mão para realizarem suas formas de produção e reprodução social ao longo da trajetória de vida. São, portanto, uma gama de escolhas ou possibilidades de escolhas, configuradas em determinado contexto, que os atores com suas capacidades (habilidades/saberes) incorrem na tentativa de acesso a recursos materiais e imateriais com vista à promoção de formas de sobrevivência.

Nas perspectivas supracitadas, leva-se em consideração, tanto as opções de escolhas localizadas quanto as possibilidades vistas como possíveis de serem realizadas em outros contextos sociais, tal como o processo de mobilidade social através da migração em busca de diferentes condições sociais. Assim, os meios de vida se realizam e se moldam tanto em função das dinâmicas locais quanto na interdependência com alterações conjunturais mais amplas. Configuram-se, dessa forma, num quadro social dinâmico que constantemente se altera, se modifica e redefine as estratégias dos atores frente à necessidade de continuidade ou reinvenção dos modos em que se vive.

Em virtude do contexto das transformações ocorridas com o processo de reassentamento das famílias, as formas de acesso a recursos pelos atingidos/reassentados variam em função das condições materiais inicialmente estruturadas pelo empreendedor, bem como às possibilidades referentes à tentativa de implementação do Programa de Reativação Econômica - PRE por meio de vários projetos. Nesta direção, busca-se descrever a cronologia dos meios de vida situando-a com base no processo de licenciamento ambiental e através dos limites e das possibilidades de acesso a recursos tangíveis e intangíveis tanto em Nova Soberbo quanto em outros contextos sociais.

Como ponto de partida, ressalta-se que ao longo do período entre 2001 e 2004, momentos de submissão pelo empreendedor do pedido de liberação das Licenças de Instalação e de Operação da UHE Candonga, o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais - CEAS/MG avaliou e aprovou com condicionantes o Plano de Assistência Social - PAS

apresentado pelo Consórcio Candonga. Em sucessivas resoluções⁵⁵, os pareceres do CEAS apontam condicionantes concernentes à mitigação dos impactos socioeconômicos advindos do processo de deslocamento e de reassentamento das famílias da área diferentemente afetada, destacando, sobremaneira, os impactos sobre a população de São Sebastião do Soberbo.

Dentre as diversas questões levantadas pelo Conselho, destaca-se:

Criar e implementar Programa de Reativação Econômica para os atingidos pelo empreendimento. Promover cursos de capacitação para os atingidos pelo empreendimento, com executores capacitados, ouvidos os seus destinatários, objetivando, com os cursos, garantir sua sustentabilidade e uma efetiva inserção e promoção social. Concessão de auxílio financeiro para as famílias titular de imóvel em Novo Soberbo, tendo por base o valor de um salário mínimo, fundando-se o benefício em levantamento socioeconômico das famílias atingidas. Concessão de terreno, em área produtiva, de 200 m² para cada família titular de um imóvel na área urbanizada de Nova Soberbo, próximo às residências, cercado, com água disponível, com fornecimento de suporte técnico para produção, bem como de insumos e implementos agrícolas, de modo a recompor os pomares e hortas inundados. Outorgar a escritura e efetivar os registro no imobiliário das casas e seus respectivos lotes de terreno (SEDESE, 2012 - anexo I).

Conforme Barros e Sylvestre (2004), houve sucessivos atrasos no cronograma de implementação do PRE, pois, embora o Consórcio Candonga tenha se comprometido frente ao CEAS e aos órgãos ambientais em executá-lo em abril de 2003, este ainda não havia sido implementado em dezembro deste ano. Ressaltam que em visitas realizadas pelo CEAS, nas áreas diretamente afetadas nos meses de setembro e de dezembro de 2003, o Conselho constatou que não haviam sido criadas alternativas às perdas das formas de trabalho e a “população de Soberbo mostrou-se numa situação de vulnerabilidade social, econômica e psicológica em decorrência da barragem” (Ibid., 2004, p.57).

Em meio aos percalços de implementação do PAS e, substancialmente, do PRE, o presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM determinou a criação de uma comissão especial com representantes do Estado, do Consórcio e dos atingidos, para supervisionar tais medidas. Segundo Barros e Sylvestre (2004), a comissão começou a se reunir em abril de 2004 em Belo Horizonte. Neste momento, os representantes das

⁵⁵ Resolução nº 005/01, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em abril de 2001; Resolução nº 29/03, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em outubro de 2003; e Resolução nº 39/03, publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em dezembro de 2003.

comunidades e seus assistentes técnicos⁵⁶ apresentaram aos órgãos ambientais e ao empreendedor suas demandas como base no Diagnóstico realizado em São Sebastião do Soberbo.

O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador - DRPE foi realizado entre os dias 19 a 23 de Janeiro de 2004, momento em que se levantou as demandas das famílias atingidas como ponto de partida para realização de um planejamento participativo que contemplasse a reativação econômica. O DRPE (2004, p. 1) aponta que “a maioria das famílias atingidas participou de todas as etapas do processo do diagnóstico, por meio de técnicas que possibilitaram aos atingidos expressarem seus problemas, suas potencialidades e perspectivas em relação ao reassentamento⁵⁷”.

No bojo das questões tratadas perante à comissão, Barros e Sylvestre (2004) destacam que houve apresentação pelos atingidos de suas demandas, as quais podem ser visualizadas de forma sintetizada pela seguinte pauta de reivindicações:

(1) 15 hectares de terra, com infra-estrutura e suporte técnico agrícola para cada garimpeiro, meeiro e pescador; uma área total de 1000 metros quadrados para cada morador, como recomposição dos quintais perdidos, e uma área coletiva de 500 metros quadrados para projetos de culinária e jardinagem; (2) cheque alimentação no valor de dois salários mínimos e uma cesta básica por família até o pleno alcance da reativação econômica; (3) industrialização, infra-estrutura e suporte técnico para novas formas de cultivo como horticultura, piscicultura, apicultura e derivados da cana-de-açúcar, inclusive álcool; (4) pagamento de contas de luz; (5) 10 anos de assistência técnica para as comunidades (Ibid., 2004, p.57)

Em meio à interface social de negociação entre os representantes da comunidade e o empreendedor, nota-se, nos trechos seguintes, pontos conflitantes⁵⁸ sobre a (in) definição das novas condições materiais de restabelecendo dos meios vida no reassentamento. Conforme

⁵⁶ Mediante a necessidade de apresentação de projetos de reativação econômica aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental da UHE Candonga e, por conseguinte, a validação da Licença de Operação, o Consórcio Candonga contratou uma equipe técnica formada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV, o Movimento dos Atingidos por Barragem - MB/MG e a ONG Ambiente Brasil Centro de Estudos - Viçosa/MG.

⁵⁷ Segundo Barros e Sylvestre (2004, p. 57), o “DRPE justificou exaustivamente as demandas apresentadas e concluiu que se não fosse garantida uma infra-estrutura básica para as famílias, a reativação econômica e o bem-estar social e cultural da comunidade ficariam comprometidos”.

⁵⁸ Um dos pontos conflitantes, em meio ao não reconhecimento pleno das demandas dos atingidos contidas no DRPE, foi observado em entrevista realizada por Bortone (2008), no dia 17 de março de 2008, com um agente do MAB, na qual este alegou que o diagnóstico foi burlado, pois ‘na entrega dos resultados ao consórcio algumas páginas foram arrancadas e informações valiosas foram omitidas à empresa’ (Ibid., 2008, p. 77).

Barros e Sylvestre (2004), o consórcio apresentou no dia 21 de abril de 2004, uma contraproposta com medidas destoantes das demandas da comunidade. Assim, se posicionou oferecendo 3 hectares de terra à população rural, ofereceu lotes de 360 m² para cada morador na área urbana de Nova Soberbo (extensões dos quintais); uma área coletiva com 500 m² para culinária e jardinagem; um salário mínimo e uma cesta básica por família; pagamento da primeira conta de luz; redefinição de alguns projetos de reativação econômica e dois anos de assistência técnica à população reassentada.

Neste percurso, o Consórcio apresentou um cronograma com previsão de algumas atividades a serem desenvolvidas, viabilizando, desta forma, a concessão da Licença de Operação da UHE Candonga em abril deste ano. Embora o projeto tenha sido apresentado pelo empreendedor, Barros e Sylvestre (2004) revelam que quando a Velha Soberbo foi completamente destruída e todos os moradores mudaram para o reassentamento, observou-se ausência da efetivação de programas de geração de renda.

Após o posicionamento do Consórcio sobre o PRE, Barros e Sylvestre (2004) destacam que, em visita à Nova Soberbo, um técnico da Câmara de Infraestrutura do COPAM e outro da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, no dia 10 maio de 2004, concluíram em pareceres que as novas terras oferecidas para execução dos projetos apresentavam alguns problemas. Neste momento, foi solicitado pelos atingidos ao COPAM o direito de um laudo imparcial sobre o tamanho da área (extensão dos quintais) para um módulo rural. À época indicou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para definir esse tamanho, mas este pedido foi “arbitrariamente recusado pelo COPAM na reunião de aprovação do Plano de Reativação Econômica” (Ibid., 2004, p.57).

Em função deste contexto e, sobretudo, das contingências e das limitações impostas pela não imediata implantação do PRE, muitos reassentados, ao longo de 2003 e início de 2004, lançaram mão de estratégias voltando regularmente à Velha Soberbo para colher frutas, vegetais e outros alimentos das antigas plantações. A realização desta estratégia inicial, na busca pela continuidade das formas de sobrevivência, foi possível devido à manutenção da proximidade entre a antiga comunidade e o reassentamento.

As falas seguintes apontam esta manobra frente à situação de vulnerabilidade social em que se encontravam: “quando vim pra cá e não tinha nada no quintal, ia lá em Soberbo para ver o

peçoal que ficou e aproveitava para trazer verduras e frutas”; “eu era muita apegada com minha terra, antes de inundar tudo, ia lá e buscava umas coisas que ficaram plantadas pra comer”; por fim, outro relato enfatiza, “as casas tavam destruídas, mas conseguia pegar umas coisinhas pra alimentar a família. Até peixe eu consegui pescar no rio”.

Concomitante a estas manobras acionadas na busca por suprir as necessidades básicas iniciais, soma-se o acesso aos recursos concedidos pelo Consórcio como forma de mitigação do impacto causado. Assim, à medida que as famílias iam chegando no reassentamento, estas receberam um vale móvel no valor de R\$ 2000,00 (dois mil reais)⁵⁹ para que pudessem comprar eletrodomésticos e mobiliários para as residências. Além disso, receberam o valor de um salário mínimo e cestas básicas no curso do primeiro ano de moradia em Nova Soberbo.

Nos depoimentos seguintes transparece o recebimento do vale móvel, do salário mínimo concedido por período de um ano, embora alguns reassentados destacaram que o tempo de recebimento do salário oscilou entre meses para uns enquanto outras famílias não chegaram a usufruir deste recurso. Já em relação à cesta básica, parcela das famílias alegaram que esta foi concedida durante 6 meses. Lê-se nos depoimentos que,

Quando o pessoal chegou aqui teve um vale móvel de 2 mil reais. Todo mundo recebeu, o vale móvel no valor de 2 mil reais, mas aí não deram o dinheiro não. Eles que pagaram. A gente ia na loja, escolhia no valor de 2 mil reais e eles pagavam. Também deram um salário né, durante um ano, e uma cesta básica durante seis meses. Passou isso, acabou e sumiram tudo (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Quem veio de lá pra cá, que lá eles tinham suas venda, tinha sua horta, sua criação...não tinha condição de nada, então eles viam algumas pessoas, eles prometeram uma ajuda de custo...**dava um salário mínimo na época pra cada família sobreviver né.** Eles davam um cheque com o salário da época pra sobreviver. **Minha irmã recebeu onze meses, o filho dela recebeu seis. Minha esposa não chegou a receber nada desse benefício.** Desse salário ela não recebeu nada. Aí ela veio pra cá, sem saúde, sem ter alguém pra orientar, sem nada né?! (Moradora C, 65 anos e Morador A, 71 anos, casados, aposentados).

O Consórcio deu durante um ano, um salário mínimo...deu cesta básica também durante um ano, não, não foi durante um ano não. Cesta básica eu

⁵⁹ Em termos do valor do salário mínimo corrente no Brasil, entre o período de abril de 2003 a maio de 2004, tem-se o valor de 240 reais, assim o vale móvel oferecido pelo Consórcio correspondeu 8,33 salários mínimos. Já a partir de maio de 2004 a maio de 2005 o salário mínimo fixou-se em 260 reais. Valores disponíveis em: < http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>. Acesso em: 30 ago. 2013.

não lembro não, foi meses não foi um ano não. Isso tudo foi no começo (Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

Neste primeiro ano de reassentamento, Barros e Sylvestre (2004) acrescentam que a perda do trabalho nas terras, no rio e no garimpo e a não efetivação imediata dos projetos de reativação econômica gerou uma ociosidade entre a população atingida, sobretudo entre os mais jovens, que passaram a depender da aposentadoria dos parentes mais velhos. Ressaltaram ainda que neste momento houve o aumento da dependência de ações assistenciais por parte da população, e muitos, acionaram o Programa Fome Zero do Governo Federal para recebimento de cestas básicas⁶⁰.

Em meados de 2005, especificamente em junho deste ano, o CEAS após análise de relatórios protocolados pelo empreendedor e fiscalização na área do reassentamento, constatou falta de comprovação pelo Consórcio da implementação dos projetos de geração de renda, e a não utilização produtiva da área de extensão dos quintais. Neste momento, o Conselho encaminhou ofício à Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio, Cultura, Urbanismo e Habitação solicitando providências em fase ao descumprimento da Resolução n.º 39/03⁶¹ em dois aspectos:

a) Criar e implementar Programa de Reativação Econômica para os atingidos do empreendimento; b) Concessão de terreno, em área produtiva, 200 m² (sendo passado para 360 m² pelo COPAM) para cada família titular de um imóvel na área urbanizada de Nova Soberbo, próximo às residências, com água disponível, com fornecimento de suporte técnico para produção, bem como de insumos e implementos agrícolas, de modo a recompor os pomares e hortas inundados, dentro de 180 dias, contados da publicação da resolução (SEDESE, 2012, p. 2 - anexo I).

A partir deste momento é que o Consórcio iniciou o processo de intervenção com intuito de promover a implantação do PRE aos reassentados, estabelecendo, portanto, a interface social na qual se fará as tentativas de restabelecimentos dos meios de vida. A articulação entre as ações do empreendedor e as ações dos reassentados será palco para se analisar as possibilidades e as opções de sustento erigidas no campo das atividades locais. Abrange, dessa forma, os limites e/ou as possibilidades de reinvenção das formas de produção social,

⁶⁰ Estas informações foram levantadas no dia 25 de setembro de 2004 pelo Centro de Justiça Global (BARROS e SYLVESTRE, 2004).

⁶¹ Resolução que dispõe sobre a comprovação da implantação do PAS para a população atingida pela construção da UHE Candonga.

presumivelmente, na perspectiva de novas relações sociais e de novas atividades de geração de renda.

Em notícia divulgada *on-line*⁶², o Consórcio Candonga (2011, p.2) destaca que os projetos de geração de renda em Nova Soberbo vêm sendo desenvolvidos “(...) através de um desenvolvimento endógeno, participativo, como mobilização e organização de grupos de trabalho, oficinas de elaboração de projetos (...)” e as atividades vêm sendo acompanhadas por equipe técnica no suporte sócio assistencial e garantindo a geração de renda, bem como o estímulo à ocupação dos lotes da área de extensão dos quintais.

Ademais, afirma que os projetos pautam-se numa visão completa de medidas de mitigação, de monitoramento e de sustentabilidade econômica e social. Neste sentido sublinha que:

(...) o empreendimento da UHE Risoleta Neves, Consórcio Candonga, tem trazido à região de sua influencia um benefício, além de eletro energético, também econômico-social importante, afetando positivamente toda a região. (...) verifica-se que a relação dos benefícios e atuação incansável do Consórcio Candonga na busca de melhor prover desenvolvimento sustentável, tem atingido um equilíbrio econômico e social, vinculado ao mercado da região e até mesmo do país. O desenvolvimento social, político e econômico de uma região passa por uma ancoragem em termos concretos, e é o que a UHE Risoleta Neves está trazendo à região, como sua geração de empregos, geração de atividades sociais, além de trabalho profícuo de sustentabilidade, dentro de uma visão holística da realidade (CONSÓRCIO CANDONGA, 2011, p. 9).

À propósito de endossar estas informações divulgadas, o Consórcio anexa ao corpo da notícia informações com resultados dos projetos criados e implementados e a perspectiva de ganhos dos mesmos. Visualiza-se, na tabela seguinte, o projeto de Aves, de Malharia, de Floricultura, de Olericultura e de Artesanato de Lã e seus respectivos produtos e locais de funcionamentos, bem como o número total de 39 participantes⁶³.

⁶² O conteúdo da presente notícia, divulgado em 2011, refere-se ao posicionamento do Consórcio Candonga frente ao pedido/denúncia do Centro Legal de Defensores do Meio Ambiente (EDLC) sobre a não implementação efetiva do PRE para os reassentados de Nova Soberbo. Notícia disponível em: <<http://www.business-humanrights.org/media/documents/vale-resposta-edlc-2011.pdf>>. Acesso em: 30 Nov. 2011.

⁶³ A fim de situar o número de habitantes de Nova Soberbo, informações levantadas a campo junto aos reassentados em 2012, contabilizou-se 320 residentes distribuídos nas 127 residências.

Projetos	Produtos	Números de participantes	Local de desenvolvimento
Aves	Ovos e carne	6 (já em produção); 8 (iniciando o trabalho)	Lotes de extensão dos quintais
Malharia	Vestuário, acessórios e artigos para casa	5 (duas participam de outros projetos)	Galpão da área de extensão dos quintais
Floricultura	Plantas ornamentais e árvores nativas	4 (duas participam de outros projetos)	Lotes de extensão dos quintais
Olericultura	Produção de hortaliças, leguminosas e pimenta	4	Lotes de extensão dos quintais
Artesanato em Lã	Cachecóis e bijuterias	16 (três participam de outros projetos)	Galpão da área de extensão dos quintais

Tabela 2 - Projetos iniciados no reassentamento.

Fonte: Consórcio Candonga, 2011.

À título de informação, observa-se na tabela abaixo o dimensionamento dos rendimentos esperados por cada projeto. Tem-se, dessa forma, o Projeto de Flores com rendimento de 3.620,65 reais no período de dois meses; o Projeto de Aves com rendimento de 14.574,00 reais a cada sete meses; o Projeto de Malharia com rendimento de 1.310,00 reais a cada três meses; o Projeto de Artesanato com previsão de ganho de 6.400,00 reais por lote de venda em um mês e, por fim, o Projeto Olericultura com uma margem de 5.480,00 reais a cada quatro meses de funcionamento.

Ganho por projeto	Período/mês	Rendimento do projeto
Projeto Flores	2	R\$ 3.620,65
Projeto Aves	7	R\$ 14.574,00
Projeto Malharia	3	R\$ 1.310,00
Projeto Artesanato (Cachecóis e Bijuterias)	1	R\$ 6.400,00 (previsão de ganhos por lote de venda)
Projeto Olericultura	4	R\$ 5.480,00

Tabela 3 - Projeção de rendimento de cada projeto.

Fonte: Consórcio Candonga, 2011.

Ao longo da pesquisa de campo, tais projetos foram identificados através dos questionários, dos relatos e depoimentos dos reassentados que se referiram a eles como Plantação de Pimenta, Plantação de Bucha, Floricultura (plantação de mudas de flores), Galinheiro Coletivo (criação de galinhas), Oleicultura, Malharia (costura, confecção de roupas e de tapetes, pintura em tecido, desenho em chinelo) e Projetos de Artesanato (bonecas em bucha vegetal, confecção de sabonetes e bijuterias).

Neste percurso de análise, tem-se, em 2008, o processo de revalidação da Licença de Operação da UHE Candonga, momento o qual o empreendedor apresenta protocolos e relatórios de cumprimentos de condicionantes socioambientais. Em visita técnica da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Zona da Mata - SUPRAM em Nova Soberbo, no dia 14 do março de 2008, constatou que as medidas mitigadoras sobre os meios socioeconômicos estavam em face de atendimento. Assim, em reunião plenária do dia 25 de agosto de 2008, o Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais - COPAM mediante tais informações, revalidou a Licença de Operação⁶⁴ com condicionantes (SUPRAM, 2008).

No tocante à duração da vigência da revalidação da Licença, o parecer da SUPRAM aponta a necessidade do empreendedor manter a

Continuidade do programa de reativação econômica para os reassentados no distrito de São Sebastião do Soberbo, atendendo às exigências do CEAS e da CIF/COPAM, mantendo as atuais estruturas de apoio técnico para implantação de atividades agrícolas tais como, horticultura, fruticultura e criação de pequenos animais, nos lotes disponíveis aos assentados visando a incentivar a melhoria das atividades econômicas naquela comunidade. (...) Continuidade do Programa de Apoio Técnico a recuperação econômica dos atingidos, até que o CEAS pronuncie sobre a continuidade ou não do mesmo. (...) Continuidade do programa de comunicação social, procurando esclarecer dúvidas dos atingidos, dos pescadores e da sociedade em geral, informando a população quanto aos impactos e conseqüências da operação da Barragem da UHE - Risoleta Neves, promovendo reuniões periódicas, ou atendendo a solicitação dos interessados, apresentando relatórios anuais informando as ações implementadas, durante a vigência da revalidação da licença (SUPRAM, 2008, pp. 18-51).

Destaca-se que na vistoria técnica e análise dos relatórios, a SUPRAM constatou a existência de 127 lotes de 360 m², maiores que os 200 m² como determinado pela condicionante do CEAS. Entretanto, o Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA, protocolado à SUPRAM pelo empreendedor, aponta a impossibilidade jurídica de transferência individualizada dos lotes aos reassentados. Diante deste fato, o Consórcio encaminhou

⁶⁴ No parecer favorável de revalidação da Licença de Operação consta que a validade da licença será de 4 anos, ou seja, será reavaliada novamente em agosto de 2012. No parecer conclusivo lê-se: “Em conformidade com o disposto na DN COPAM nº 17 de 17/12/96 o prazo de validade da licença deverá ser de 4 anos contados a partir da notificação do Licenciamento” (SUPRAM, 2008, p. 45).

solicitação de reexame com o pedido de modificação de tal condicionante. Neste caso, a SUPRAM considerou esta condicionante em atendimento aguardando a decisão do CEAS⁶⁵.

Na referida visita técnica, observou-se que o Consórcio vem mantendo uma infraestrutura de apoio aos reassentados composta de um galpão, de área de trabalho, de cômodos com diversos utensílios e ferramentas, bem como a presença de um funcionário e de um engenheiro agrônomo para auxiliar os moradores nas atividades. Já em relação à ocupação da extensão dos quintais com atividades produtivas, constatou-se que somente 12 lotes tinham sido ocupados com as plantações de pimenta (SUPRAM, 2008).

Em face destas informações, infere-se que havia uma tendência de reestruturação das condições materiais de produção a partir de relações e de intencionalidades entrelaçadas em torno de um projeto comum. Nesta direção, presume-se a incorporação e a conjugação dos elementos externos (intervenção do empreendedor) e dos elementos internos (participação dos reassentados) na concretização dos projetos de geração de renda. Todavia, o que se observou em 2012 foi à inexistência destes projetos, havendo, apenas, pouca movimentação na Associação dos Moradores com o projeto de Malharia e algumas atividades de artesanato.

A partir de então, procura-se desvelar, sob o ponto de vista dos reassentados, os porquês de tais projetos não terem sido capazes de manter o acesso sustentável a recursos para a manutenção das formas de sobrevivência, ou ainda, o porquê da não efetivação concreta como uma opção de meios de vida ao longo dos anos.

Um ponto que converge entre os reassentados é que os projetos não se desenvolveram porque não foram capazes de gerar renda. As falas apontam que “nenhum deles foram para frente. Porque não era sustentável, não trazia renda”; “os projetos não geraram renda e nem sustentam a comunidade”; “trabalhei mais de um mês e só ganhei 5 reais”; ou ainda, “algumas pessoas foram para feira, mas não venderam quase nada de artesanato”.

Os depoimentos endossam estas percepções no sentido de que

Esses projetos que foi colocado pra gente de geração de renda, bucha, pimenta...eles [Consórcio] **disseram que iam ter onde entregar tudo...e acabou que perdeu foi tudo**. Perdeu muita pimenta, bucha mesmo, a minha irmã fazia lá. Até pouco tempo tinha bucha estocada lá. **Então quer dizer que**

⁶⁵ A decisão sobre este pedido do empreendedor foi divulgada pelo CEAS em 2011, um ano antes do novo processo de renovação da Licença de Operação do UHE Candonga.

não gerava renda né. Porque isso é uma coisa que todo mês tinha que gerar renda né?! Pra garantir, né?! (Moradora M, 59 anos, pensionista, solteira).

O que dá certo é um troço que dá saída. **As buchas, por exemplo, não foram pra frente porque não venderam.** Artesanato essas coisas todas. Não teve saída não. Isso tudo que ficou, diz que ficou amontoado. Foram atividades temporárias, momentâneas. Não vendia, pintura, amaciante, nada vendeu (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

Os Programas de Geração de Renda quando começava parece que vai pra frente, mas daí a pouco não tem jeito, não ia pra frente (...) as pessoas podem até participar (...) eles já montam o grupo e já dá o serviço pra fazer. Assim não vai pra frente, aquelas buchas lá em cima, a gente fazia bucha eu também participei fazendo bucha...aí a gente ia lá pra Ponte Nova, aí demorava aquele tempo pra fazer...teve uma época que eu...você pode até perguntar para as pessoas que estava na época, a irmã de L. também trabalhou, **nós trabalhamos mais de um mês e no fim do mês eles tiveram coragem de reunir a gente e dar 15 reais pra cada um de nós.** Como que eu vou ficar num lugar desse com menino pra cuidar. Passou o Natal, passou o Ano Novo e nada (Moradora R, 49 anos, solteira, assalariada).

Eles ofereceram um artesanato em bucha, artesanato em tecido, plantação de pimenta, deixa eu ver o quê mais, igual por exemplo, ainda eu acho que existe, mas você pode colocar aí sabonete, fazer desenhos em chinelos, criação de aves no caso de galinhas e mudas de flor também, confecção né, costura.....**essas porcaria aí, só bobagem; não vende nada,** tem mais coisas que eu não tô me lembrando (...) Nenhum deles foi pra frente; **porque não era nada sustentável, não trazia renda. Não tinha onde vender essas coisas se alguém interessasse, não tinha aonde conseguir, não tinha aonde entregar, aonde distribuir tipo assim. O problema era assim falta de geração de renda.** Tanto é, se fosse verdade como o Consórcio fala, fica divulgando por aí, a criação de aves estava em pleno funcionamento. Colocaram lá que a olericultura o pessoal conseguia tirar uma faixa de 1370 reais por mês, se fosse mesmo verdade, esse dinheiro todo estava lá investido, ainda mais no caso das galinhas que dava 2082 reais, as pessoas aqui se mata, sai quase no tapa aqui, pra arrumar uma vaga de salário mínimo 622 reais, agora vai deixar um outro que dá 2080 reais, ahhh tenha paciência! (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

Nesta direção, diversos pontos recorrentes nas falas e nos depoimentos enfatizam as variáveis intervenientes que inviabilizaram a geração de renda e, conseqüentemente, as falhas na construção e na continuidade das novas possibilidades de meios de vida. Destaca-se problemas na viabilização do armazenamento, da distribuição e da comercialização dos produtos (pimenta, artesanato, galinha etc); problemas com a falta de insumos para manutenção das atividades (galinhas e pimenta); problemas com a assistência técnica oferecida; problemas com o tamanho dos espaços para exercerem as atividades; e, à medida

que as atividades foram se mostrando infrutíferas, paulatinamente houve desinteresse e desestímulo dos reassentados em continuarem participando.

Neste contexto, os diversos trechos das falas sublinham que a “galinha não tem jeito. Mexer com galinha presa é mais difícil, gasta mais. Dava galinha mas não dava ração. No início o consórcio deu ração, depois parou”; “a área era muito pequena. Galinheiro chovia e os frangos morria”; “pimenta para mexer com pimenta num quadrinho sozinho não tem jeito”; “o projeto das buchas era desorganizado. A comunidade foi ficando desconfiada da atuação do Consórcio e da falta de interesse de ajudar direitinho”; e “eu prefiro ficar em casa ajudando minha avó do que fazer estes cursos que não dão em nada”.

Na intercalação entre as descrições sobre os projetos de Galinheiro Coletivo e de Plantação de Pimenta com as fotografias seguintes, entrevê os pontos que coadunam as percepções sobre suas inviabilidades, e as imagens confirmam os depoimentos quando se observa, respectivamente, os galinheiros abandonados pelos reassentados e os resquícios de plantação de pimenta na área de extensão dos quintais.

E lá em cima eles começaram a criar uns galinheiros, minha irmã pegou um galinheiro lá. **Ela conta que teve um tempo, que o Consórcio dava trato deles, dava pintinho, dava uns tratos. Ela foi até bem tempo, ela foi uns dois anos lá, depois ela num aguentou mais.** Ela colhia ovos para o consumo, frango para o consumo, vendia algumas...mas num deu não, não deu uma renda pra sobreviver né?! Eles [o Consórcio] tentaram fazer que isso fosse uma renda, tipo estava ajudando o povo, mas não deu resultado (Moradora C, 65 anos e Morador A, 71 anos, casados, aposentados).

A galinha não deu certo porque, um dia tratava direito no outro não tratava, galinha dá certo sim, mas em quantidade grande igual, um abatedouro. Isso é o que dá certo, é o que dá certo porque é uma coisa que tem serviço de escritório a rapar com enxada, mexer com a enxada, e tem uma saída boa porque hoje coisa de comer é uma coisa muito boa. (...) **galinha não dá certo, não dá certo igual eles estavam fizeram ali, uai!. Vê se naquele galpão vai dar certo. Chegou num ponto que o pessoal levava troço de casa pra dá pra galinha lá. (...) No início deram ração e depois na deram mais. Deram. Depois não deram mais...pronto descontrolou tudo.** Eles [reassentados que participavam do projeto do galinheiro coletivo] saíram aí com galinha oferecendo. Arrumar galinha pra vender pra nós, uai! Arrumar galinha para vender pra nós aqui, ahh me ajuda aí. Tem que ter um troço certo. Chegar carro de ração pra beneficiado...sair caminhão cheio pra fora...não é esse negócio de Ponte Nova ou Rio Doce não, é levar pra fora, isso que é, mas o Consórcio sabe disso, tem que falar o nome do Consórcio porque o Consórcio é culpado disso, porque eles tratou mas não cumpriu, se eles cumprisse tudo isso, o que eles falaram que ia fazer reativação econômica, mas nada deu certo (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

Os Programas de Reativação Econômica foi um problema **eles [Consórcio] estavam dando ração para as galinhas numa época, e deram uma remessa de pintinho de galinhas tipo caipirão né?! Produzia bastante ovo. Aí no início foram uma farra, foi uma festa que produzia muito, aí começou eles a oferecer comércio pra vender, aí começaram a pegar os ovos e distribuir em Ponte Nova**, mas os comércio eles começaram a enganar que era um tipo caipira, mas num é caipira né? É Caipirão, é diferente né? Aí caíram de preço, aí **começou a vender ovo a 3 reais e 50 centavos, primeira remessa, na segunda remessa pagaram só 1 real e 90 centavos...Aí caiu a produção, aí eles num quis comprar mais, aí o ovo começou a perder o valor né? Aí tinha de sair oferecendo pra todo mundo, aí desanimaram. Começou a comer as galinhas né? Foi comendo, foi vendendo e aí acabou** (Moradora C, 65 anos e Morador A, 71 anos, casados, aposentados).



Figura 28 - Projeto de galinheiro coletivo abandonado pelos moradores.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A plantação de pimenta não deu certo, porque no início eles venderam lá, não sei como que foi, não sei se alguém chegou deu dinheiro e falou compra lá, num sei. Vendeu, mas depois, não vendeu mais, não deu certo, ficaram com pimenta aí, não deu certo. (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

A pimenta não foi para frente por causa da praga e falta de transporte para distribuir, muitas perdiam paradas no galpão. **Eles [os reassentados] plantaram lá com adubo e tudo (...) depois deu uma bicharada que perdeu um monte de pimenta** (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

Primeiramente a gente plantou lá foi pimenta. A gente plantou, mas na época de colher a pimenta que deu...eles [o Consórcio] trataram de levar essa pimenta, inclusive eles levaram nós até Belo Horizonte pra poder ver lá...aquela fábrica da P., já ouviu falar nela?. **Levaram nós lá, ficou de mandar as pimentas pra lá, duas ou três vezes eles levaram pra nós, depois a gente tinha que botar num carro que faz a condução pra lá...aí nós já tinha que pagar esse transporte...depois o troço não deu certo nada...não deu certo lá, para ir lá tinha que botar as pimenta no meio no álcool, num sei, um negócio assim, e juntar tudo num vasilha grande pra poder depois ir, mas aí acabou que não deu certo. Aí arrumou outro lugar, e levaram**

uma duas ou três vezes pra nós, mas depois largou por nossa conta, tinha que colher, no meu caso, na minha parte era só eu, colhi o que pude o resto, a metade ficou tudo lá pro chão...não conseguia colher. Colhi sozinho, colhi aí 20 quilos, 15 quilos, aí tinha que levar rapidinho, porque senão ela, né! Estragava, tinha que levar aquilo...pagava o ônibus aqui ô, pra lá e pra cá, para poder levar para aproveitar pelo menos um pouquinho, o resto caiu tudo pro chão (Morador D, 73 anos, casado, aposentado).



Figura 29 - Resquícios da plantação de pimenta na área de extensão dos quintais.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Conforme observado nas informações acima, há uma certa discrepância entre o discurso do empreendedor e a prática dos reassentados em relação aos projetos de reativação, pois, embora tenha havido várias tentativas, estes não tiveram fôlego e, conseqüentemente, não se incorporaram na ordem do fazível, no dia-a-dia dos reassentados. Neste ponto, a interface social construída em torno do PRE caracterizou-se por um processo de intervenção permeado de descontinuidades e não representou a garantia de acesso a recursos de forma sustentável. Assim, ao serem interrompidos, observa-se promessas e expectativas não atendidas que remetem a uma configuração social permeada de insegurança e de precariedade nas condições sociais das famílias.

Por sua vez, esta análise reflete na opinião dos reassentados sobre os principais problemas enfrentados ao longo dos anos vividos no reassentamento, como: “aqui estou mais de 9 anos sem trabalho. A reativação econômica até hoje não saiu”; “aqui é mais difícil. Hoje só pra quem tem emprego e é aposentado. O resto passa aperto e necessidade”; “o principal problema aqui é o desemprego e o problema com a água que não pode confiar”; “lugar que

não tem emprego e terra de qualidade é muito difícil”; por fim, “muita gente reclamando de desemprego. Muitas vezes o pessoal acaba largando aqui para procurar serviço”.

Com base nessa realidade permeada de pontos conflitantes, de rupturas e de contingências frente à atuação do Consórcio Candonga, os reassentados vêm mantendo seus meios de sobrevivência através de recursos como aposentadorias, pensões, assalariamento dentro e fora do reassentamento, acesso a recursos do Governo Federal, atividades diárias relacionadas ao trabalho na roça embora em menor intensidade como realizadas antes na Velha Soberbo, ou ainda, algumas prestações de serviços gerais ao Consórcio e à comunidade, realização de faxinas e outras funções que aparecem no reassentamento e/ou cidades vizinhas e algumas atividades relacionadas ao comércio local, etc.

No gráfico abaixo, observa-se a distribuição da faixa de renda entre as 20 famílias abordadas pelo questionário. Tem-se, respectivamente, 40% com até 1 salário mínimo e 50% entre 1 a 2 salários mínimos, sendo 10% na faixa entre 2 a 3 salários. De modo geral, observou-se que a composição da renda fixa das famílias advém de salário com carteira assinada, de aposentadoria, de pensões e de recursos do Programa Bolsa Família. Já a parte variável da renda aumenta ou diminui em função de prestação de serviços ocasionais. Destaca-se que em nenhuma casa visitada havia geração de renda através de produtos cultivados nos quintais (o cultivo dos quintais será abordado em análise mais à frente).

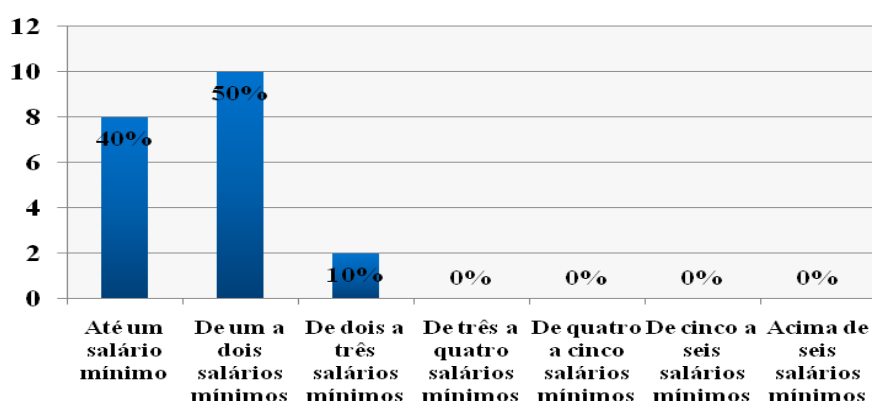


Gráfico 13 - Faixa de renda.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Os depoimentos seguintes reiteram as observações sobre a importância da fonte de renda fixa na manutenção do núcleo familiar, pois destacam que

Hoje eu e minha mulher somos aposentados e ajudamos mais ou menos esses dois meninos aí [filhos]. E os que não tem aposentadoria, como que essas pessoas tão passando? Nós quebramos o galho mais ou menos, mas nós podia fazer fartura pra frente, pode fazer fartura pra frente, mais fartura, porque agora não estamos fazendo fartura nenhuma...esse troço desse jeito aí não tá tendo nem peixe mais (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

Aqui eu sou pensionista. Aí fica no dia que não dar para meus filhos trabalhar, eles vivem com isso aí que a gente ganha. Tem muita gente assim, do jeito que estou dizendo outras pessoas também estão. Então eles [o Consórcio] lá fica como esse problema deles faz reativação econômica e não faz...é uma injustiça né?! (Moradora M, 63 anos, viúva, pensionista).

Eu vou falar pra você, eu tô vivendo da misericórdia de Deus, porque eu não sou aposentado é...e não tô trabalhando. Aqui a mulher ganha aí, tem uma pensão e o que nós estamos vivendo aqui ultimamente é com essa pensão. Tens uns também que vivem com recurso de governo, vem um dinheirinho do Bolsa Família pra ajudar eles (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

Frente à situação de dificuldade e de limites de encontrar trabalho em Nova Soberbo, o gráfico abaixo demonstra a migração de alguns reassentados como estratégias de realização de meios de vida em outras localidades. Decorre que 30% das famílias alegaram que algum membro familiar saiu do reassentamento em busca de emprego. As falas revelam que: “meus filhos saíram e estão trabalhando fora, empregadas em firmas em outras cidades, assalariados e me ajudam com o dinheiro que eles ganham.”; “uma irmã foi embora para caçar serviço, foi para Mato Grosso”, outra fala afirma que “meu filho saiu e foi procurar emprego em Uberlândia”.

Já 70% das famílias alegaram que ninguém saiu da residência, embora alguns parentes ou pessoas conhecidas tenham saído. Relatam que “da casa não, mas da família sim. Minhas primas foram para Ouro Preto em busca de trabalho”, ou ainda, “conheço umas pessoas que não aguentou ficar aqui porque não tinha renda e foi embora”.

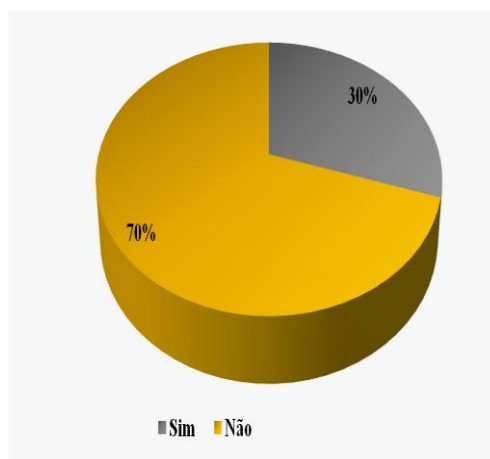


Gráfico 14 - Saída da casa de algum membro da família após a mudança para o reassentamento.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Os depoimentos esclarecem que a parcela da população que normalmente se desloca definitivamente ou temporariamente do reassentamento é o público mais jovem. Afirmam que

Muitas das pessoas novas né, gostam daqui. Gostam. Muita gente nova não reclama. Mas tem que sair pra trabalhar, porque aqui não tem nada. Não tem serviço, não tem nada. **O novo gosta, mas o novo não fica.** O novo não fica (...) o idoso não tem como sair para ir pra lojas né (...) prometeram ajudar alguns aqui, depois que aconteceu esse negócio, daí que eles estão pensando em curso que estão fazendo aí, quer fazer o curso, quer fazer o curso...não vai gerar nada! Pano de prato. Quem vai querer bordar pano de prato? Vender pra quem aqui? Ninguém compra (Moradora M, 89 anos, viúva, aposentada).

Alguns saíram o principal motivo é falta de trabalho. Foram pra Mariana. **Tem uma família né, que os filhos saíram, e tem a minha irmã e as minhas sobrinhas, bastante gente.** Da família tem bastante gente. (...) Moraram e saíram. Teve que mudar por causa de trabalho. Tem outros parentes também que teve que ir embora por causa de trabalho (Morador G, 56 anos, pensionista, casado).

De acordo com as evidências das análises até o momento, observa-se a combinação entre recursos internos e externos que os atores sociais, no curso do processo de construção e de reconstrução social, realizam a partir dos seus conhecimentos tácitos e de suas habilidades na tentativa de reinvenção da prática social e da readequação das formas de vida. Vigora, portanto, a reelaboração de estratégias na busca por alternativas de meios de vida e na busca por garantia da vida cotidiana.

Sobre a construção da nova rotina nos limites dos reassentamento, observou-se que a extensão dos quintais não é percebida (avaliada) pelos reassentados como espaço estratégico na

realização dos meios de vida. Apontam vários contratempos ao utilizá-los como a distância em relação às casas (fator limitante principalmente para os mais idosos), o tipo de terra (piçarra) que dificulta o cultivo, a ausência e a dificuldade de acesso a insumos para o manejo e a fertilização da terra e, principalmente, a falta de legalização dos mesmos, pois não possuem escritura que garanta a posse da terra e alegam que não irão investir em um espaço sem nenhuma segurança.

Este último ponto é ilustrativo do impasse que se encontra a extensão dos quintais, pois enquanto condicionante do licenciamento ambiental referente à implementação do PAS, esta área deveria ter sido concedida a cada família com titularidade. Entretanto o Consórcio, ao pedir reexame desta condicionante ao CEAS⁶⁶, alega sua inviabilidade. Segundo SEDESE (2012), esta situação perdura porque Nova Soberbo encontra-se no perímetro urbano, e a extensão dos quintais em área registrada como rural. Assim, a Secretaria aponta que em parecer do INCRA, este constatou a impossibilidade fundiária de fracionamento total da área e a transferência dos 360 m² para cada família com seus devidos registros.

Este impasse é observado no depoimento quando o reassentado aponta que

O Incra não fornece documento pra quem tem esse pedacinho de terra de 360 m² que eles deram, não tem como fazer um empréstimo no banco que esses projeto do governo tem emprestar um dinheirinho com um juro bem pequenininho para o agricultor na terra dele. Eles não tem como. Tem em Ponte Nova uma casa, onde as pessoas que são assim, agricultores, faz lá um documento que eles falam que é o cartão do produtor. Então lá compra muita coisa num preço bom e especial com esse cartão pra quem é produtor, só eles que tem esse direito. E esses coitados [reassentados], não tem direito a nada disso. É uma pessoa sem...é como se fosse assim, uma pessoa que mora numa favela e não tem como dar endereço, porque não é reconhecido (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

Em visita aos lotes no momento da pesquisa, observou-se que somente dois reassentados vêm utilizando-os através de algumas tentativas de cultivos. Constatou que um deles é aposentado e possui recursos próprios com qual vem corrigindo o solo e cultivando quiabo, abóbora, banana e mandioca para o consumo familiar e para a comercialização. Já o outro reassentado é autônomo e ao longo dos anos incorre em várias tentativas de cultivo de abóbora, banana e mandioca, mas alegou dificuldades na manutenção dos plantios. A primeira fotografia ilustra

⁶⁶ No dia 26 do março de 2011, o CEAS publicou no Diário Oficial de Minas Gerais a resolução 355/11 revogando a resolução 39/03 sobre a comprovação de implantação do PAS. O CEAS reitera o não cumprimento de condicionantes relacionadas ao PRE e a resolução das questões dos quintais (SEDESE, 2012, anexo -I).

a plantação referente ao primeiro reassentado, e a segunda, do outro no momento de extração de mandioca sem raízes.



Figura 30 - Plantação de quiabo e a tentativa de cultivo de mandioca.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Já em relação aos quintais contíguos às residências, observou-se que predominam na realidade do reassentamento três tipologias em função de sua ocupação com atividades de cultivo. Ou seja, a primeira tipologia de quintais que não são cultivados ou com cultivos mínimos; a segunda de quintais intermediários na sua utilização para o cultivo e a terceira a de quintais bem sucedidos no cultivo.

Estes espaços também vêm sendo utilizados com criação de galinhas para consumo de ovos e carne⁶⁷ e como lugares para armazenar lenhas que na sua maioria são compradas, ou extraídas por algum membro familiar na paisagem do em torno do reassentamento. Ademais, são utilizados na construção de cômodos para depósitos de ferramentas e na construção de moradias à medida que os membros familiares estabelecem novos laços conjugais.

Visualiza-se, na sequência de imagens, a ocupação destes espaços e suas possibilidades na realização de atividades na complementação da alimentação familiar. Tem-se, no primeiro quadro de imagem, aqueles que não são cultivados ou com poucos cultivos. As famílias visitadas apontaram que tentaram realizar algum cultivo, mas não conseguiram devido à

⁶⁷ Observou-se a criação de galinhas para consumo da família em mesmo da metade dos quintais visitados. Entre momentos formais para aplicação do questionário, para realização da história oral e em conversas informais, o pesquisador visitou em torno de 40 famílias.

infertilidade do solo. Dessa forma, há uma baixa utilização com nenhuma ou poucas plantas como frutas ou hortaliças. Esta tipologia, e principalmente a segunda, predominou entre as residências visitadas ao longo da pesquisa.



Figura 31 - Quintais que não são cultivados ou com cultivos mínimos.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nas imagens seguintes, observa-se a segunda tipologia com a presença de hortaliças, de frutas e de criação de galinhas (ao fundo à esquerda), embora em quantidade insuficiente para atender todos os membros familiares. O depoimento retrata que

No quintal, em uma partezinha nele dá pra colher algumas verduras, eu utilizo pra fazer plantio de verduras e os poucos pé de frutas que tem nele (...) couve, almeirão, pimentão, esse tipo de coisa assim (...) e frutas básicas, é mamão, limão, banana...banana ali quase não dá é difícil é uma luta danada, a terra é seca aqui. Algumas coisas auxilia pra a gente comer. Um pouco, mas auxilia né, vamos supor, uma folha de couve que você não compra já ajuda né (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).



Figura 32 - Quintais intermediários na sua utilização para o cultivo e criação de galinhas.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Por fim, a terceira tipologia, que apresenta um processo de recomposição do solo e viabiliza o cultivo de várias plantas. Este tipo de quintal foi encontrado em número reduzido, sendo observado somente 2 dentre as residências visitadas. Quando se perguntou o porquê da diferença em relação aos outros, os reassentados destacaram que ao longo dos anos vêm colocando por conta própria matéria prima (como gramas, folhas e cascas de árvores, estrume bovino e calcário), e conseguiram fertilizar o solo e cultivar uma diversidade significativa de hortaliças e de frutas para alimentação familiar. Lê-se no depoimento que

O quintal é muito pequeno né?!. Mas aqui na minha casa a terra não é muito ruim não. A gente quando veio pra cá também estercou bastante, comprei calcário, coloquei muita coisa para produzir. Aí conseguimos estes benefícios que você tá vendo (Morador D, 73 anos, casado, aposentado).



Figura 33 - Quintais bem sucedidos no cultivo.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Do ponto de vista da observação de comportamentos concretos dos atores sociais sob as condições estruturadas no reassentamento, complementa-se o capítulo com algumas particularidades observadas sobre a realização dos meios de vida ao longo de 2012.

Em relação à Associação dos Moradores⁶⁸, esta vem funcionando, principalmente, através do projeto de Malharia, de Bucha Vegetal e de algumas atividades e de cursos de artesanato

⁶⁸ Conforme informações dos reassentados, a criação e a formalização da Associação dos Moradores de Nova Soberbo ocorreu pela iniciativa do Consórcio Candonga no início de 2012. A partir de então, algumas atividades e projetos de geração de renda vêm sendo implantados e/ou retomados sob o corpo jurídico desta instituição. Na cópia do Estatuto da Associação, adquirido no trabalho de campo, observa-se sua denominação como uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria cujo nome fantasia é “Produtos São Sebastião”.

(costura, bijuterias, confecção de sabonetes e pintura em pano de prato, etc). Em visita à Associação, observou-se 6 mulheres trabalhando diariamente, sendo que destas, 2 são diretamente atingidas pela UHE Candonga, e o restante ou são de localidades vizinhas ou se mudaram para o reassentamento anos após o deslocamento das famílias. Normalmente, os produtos que vêm sendo confeccionados são uniformes, bolsas e sacolas, camisas, sabonetes artesanais, bucha vegetal e outros como bijuterias.

Nos depoimentos, visualiza-se o número de participantes, o tempo de funcionamento da Malharia, os produtos confeccionados e o julgamento sobre a necessidade de iniciativa do Consórcio em viabilizar a demanda e o mercado para os produtos. Observa-se, também, a percepção das integrantes sobre a não participação de outras reassentadas. Julgam que o projeto poderia incluir mais pessoas, mas poucas se interessam em participar. Tem-se que

A malharia está funcionando há 6 meses. Acho que poderia incluir no total 15 mulheres. Há 3 trabalhando no total. 2 profissionais e uma aprendiz que ganha 150 reais como estímulo ao aprendizado. Esta aprendiz não é da comunidade e nem é atingida, trabalha duas vezes por semana de 7 às 11hrs. **Há outras 3 trabalhando no projeto da bucha e do sabonete, mas também, não são atingidas.** Acho que a Vale [Consórcio] poderia fazer contatos para arrumar lugar pra gente entregar mais uniformes, mas o pessoal do Consórcio não caminha nesta direção. Acho que o futuro em relação a estas atividades ainda é incerto, mas no momento está bom, conseguiram fazer uma venda boa (Moradora C, 35 anos, solteira, autônoma).

Participo da costura. Estamos lutando muito para os projetos crescer, mas está difícil. Chamo as pessoas, mas as pessoas não querem participar destes projetos do Consórcio, acham que participar atrapalharia receberem o que a Vale deve pra eles. A gente consegue tirar renda e ter um pouco de retorno. Já dá um dinheiro, mas não chega a um salário. Pode ter mais estabilidade se o Consórcio ajudar mais, arrumando clientes ou dando os uniformes da empresa para a gente fazer (Moradora M, 53 anos, casada, autônoma).

No tocante ao processo de comercialização dos produtos da Associação, as participantes relataram que o Consórcio, em alguns momentos, viabilizou alguns pedidos como sacolas e bolsas para projetos ambientais e alguns uniformes. Entretanto, na maioria das vezes, são as participantes que procuram escoar a produção para algumas prefeituras ou participam de algumas feiras de artesanato em cidades vizinhas. No percurso da pesquisa, presenciou-se 2

reassentadas participando da feira de artesanato da Semana do Fazendeiro⁶⁹, que no momento estavam acompanhadas por 2 funcionários do Consórcio (um técnico sócio ambiental e uma assistência social), os quais também acompanham as atividades da Associação em Nova Soberbo.

Na fotografia seguinte, observa-se o espaço utilizado na Semana do Fazendeiro e os produtos oferecidos, como cachecóis, bijuterias, sabonetes artesanais e trabalho em bucha vegetal. Nota-se, portanto, uma tentativa de acesso a recursos externos além da espacialidade do reassentamento.



Figura 34 - Moradoras que trabalham na Associação dos Moradores participando da feira de artesanato na Semana do Fazendeiro em julho de 2012.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em relação à participação nas atividades oferecidas pela Associação, alguns reassentados, principalmente do público feminino, avaliam a não participação pelo fato de perceberem que os projetos não geram renda e, por isso, ficam desestimulados a participar. As falas remetem que “as pessoas querem uma coisa, mas o Consórcio dá outra. Eles ficam investindo na costura, curso de bordado e tapete, mas isto não dá renda, isto é para enxoval”; “tem também oficina de pintura em pano de prato, que começou este mês [agosto], mas vou pintar pano de prato pra quê?; “o que eu queria é que desse assistência na roça. Não quero ficar fazendo hora na costura. Não costurava antes, agora é que vou aprender? As costureiras ganham pouco”; ou

⁶⁹ A Semana do Fazendeiro é uma atividade de extensão realizada desde 1929 na Universidade Federal de Viçosa - MG, cujo objetivo é oferecer oportunidades de melhoria na produção e no bem-estar do produtor e de seus familiares por meio de cursos, exposições e feiras artesanais. No ano de 2012, foi realizada entre o período de 7 a 13 de julho tendo como tema central a Inovação e Desenvolvimento Social no Campo.

ainda, “tempo atrás não fizeram nada. Agora que apareceram com artesanato, mas esse troço daqui a pouco não fica”.

O depoimento reitera estas percepções e possibilita a inferência sobre a problemática da interface social construída no espaço da Associação. Observa-se, dessa forma, a tendência no reassentamento da descontinuidade e do desencontro entre o desejo de parcela da população e os projetos oferecidos. Assim, algumas mulheres não avaliam esta iniciativa como uma opção de meio de vida. O relato destaca que

Eu não participo dos artesanatos. Tem tapete, tem umas coisas lá. Que isso gente! Eu gosto é das minhas vacas. **Vou caçar fazer tapete**, minhas vacas querendo pouco ou muito elas dão, elas dão leite todo dia. Você tem um bezerro se uma vaca fica mais veia você tem carne...**eu vou ficar fazendo tapete, eu não.** Nem um comércio aqui você acha direito. Acha nada, você acha que alguém vai ficar comprando aqueles tremzim mirrado, aquelas tirinha lá, se tem tanto tapete bonito lá nas lojas né?! Pra sobreviver disso teria que vender é muito (Moradora M, 60 anos, viúva, aposentada).

Em relação ao público jovem do sexo masculino, o Consórcio vem oferecendo algumas opções de trabalho no período entre os meses de fevereiro a dezembro de 2012. Tal atividade estabeleceu-se em forma de convênio entre os reassentados e o empreendedor, por intermédio da Associação dos Moradores, cujo objetivo foi estabelecer “um regime de cooperação mútua entre os participantes”, e desenvolver “uma cooperativa de serviços e/ou trabalho (...) com ações destinadas à formação e capacitação da mão de obra⁷⁰”.

Observou-se que este contrato temporário de trabalho vem empregando 18 homens no exercício de atividades como plantio de mudas nativas e ornamentais, serviços de manutenção de matas, recuperação de encostas, plantio de eucalipto e monocultura e serviços de roçado mecânico ou manual, os quais estavam sendo realizados, principalmente, em torno das margens do lago da barragem e suas matas ciliares.

Mediante a situação de desemprego na realidade do reassentamento, esta nova interface social estabelecida através do Convênio, tornou-se uma opção de sustento para alguns, pois estes a perceberam como possibilidade de acesso a uma remuneração fixa durante o ano. Algumas falas indicam a avaliação desta opção, “não tinha nada pra fazer aqui, aí achei bom este

⁷⁰ Termo de Convênio CV 002/12, com prazo de vigência de 11 meses, contado a partir do dia 13 de fevereiro de 2012. Fonte: cópia do Convênio disponibilizada pelos reassentados ao longo do trabalho de campo.

serviço porque ganho um bom dinheiro pra viver, mas lá na frente isso vai acabar” e “participo da frente de trabalho, mas isso não trará instabilidade futuramente é só este ano”.

Esta análise pode ser visualizada nos depoimentos abaixo.

Depois que vim para Nova Soberbo vivi da aposentadoria da avó até 2010 quando ela morreu. Depois vim me virando com ajuda dos parentes e fazendo bicos [atividades esporádicas] quando apareciam. **Aí surgiu essa frente de trabalho oferecida pelo Consórcio em 2012 e comecei a trabalhar nela. O problema que este trabalho é só este ano e não tem décimo terceiro e nem seguro desemprego, mas tive que pegar porque aqui não tem muitas coisas pra fazer** (Morador C, 33 anos, solteiro, autônomo).

Hoje eles [os filhos] tá lá na Hidrelétrica [referindo-se a frente de trabalho], o Z. e o M. trabalham lá, tirando cisco do rio, mas tá próximo a acabar também, pois é, então tá lá mexendo, mas diz que já tá acabando, e na hora que acabar cadê? Antes eles ficava cortando capim para boi, mexendo com essas coisas que aparecia no reassentamento, e a gente ajudava com dinheiro quando eles não encontrava nada pra fazer (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

Incorrendo sobre a percepção de outras atividades diárias realizadas no reassentamento, observou-se em Nova Soberbo, dois reassentados, um homem e uma mulher, de diferentes núcleos familiares, que se especializaram na extração de lenha (“catação”) em áreas próximas ou distantes do reassentamento para atender a demanda da população no uso do fogão à lenha. O exercício desta atividade vem sendo associado à prestação de serviços como diaristas no espaço urbano do reassentamento e ao regime esporádico de trabalho como meeiros em espaços rurais próximos, atividades estas que vêm garantindo a renda mensal destes moradores.

Neste sentido, é recorrente entre os reassentados a dinâmica de tentar articular várias atividades em prol da sobrevivência. Dentre um dos exemplos, tem-se a reassentada R (45 anos, solteira, assalariada), que trabalha na Associação da Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado e possui carteira assinada como trabalhadora urbana. Além desta atividade, volta-se nos fins de semana na terra dos pais para cultivar algo para ajudar na sobrevivência da família. A reassentada alegou dificuldades de combinar estas duas tarefas, pois nos fins de semana tem que andar muito para ir às terras, já que estas, após a mudança para Nova Soberbo, ficaram mais longe. Como avalia as terras do reassentamento inviáveis para cultivos de alimentos, incorre nestas manobras para complementar a renda mensal na busca do sustento dos 4 membros famílias (filhos e irmã).

Entre a categoria assalariados, identificou-se que, das 20 famílias abordadas no questionário, 4 famílias declararam a existência de algum membro familiar com salário com carteira assinada. Observou também outros dois reassentados (um homem e uma mulher) que obtêm renda fixa trabalhando como segurança do Consórcio. Já aqueles que ainda trabalham diariamente na roça, no total de 6 identificados no questionário, estes se declararam como autônomo rural, e na sua maioria, alegaram a dificuldade de deslocamento para chegar no local de trabalho. Conforme opinião de alguns, o trabalho na roça ficou prejudicado e muitas vezes não é suficiente para garantir a sobrevivência, assim, usufruem de pensões e/ou aposentadorias de um dos familiares.

Outras estratégias identificadas referem-se aos espaços comerciais associados às residências dos reassentados ou o uso do Centro Comercial. Em relação ao uso do espaço da casa, pôde-se observar uma reassentada que reside em frente à praça e promove alguns eventos casuais nos fins de semana, em um bar na garagem de sua casa, oferecendo tanto diversos tipos de comidas como a venda de bebidas. Há, também, outra reassentada dona de um bar-restaurant na entrada do reassentamento, que numa porta lateral à sua residência serve refeições diárias aos reassentados e a visitantes que porventura vão à Nova Soberbo.

No Centro Comercial, consta uma mercearia em funcionamento cujo dono é um senhor aposentado; um açougue aberto em 2012, por iniciativa de um reassentado, que oferece diversas carnes e pescados; uma sorveteria aberta recentemente por uma moradora que mudou para o reassentamento em anos recentes; uma loja com venda de vestuários e diversos produtos, em funcionamento há algum tempo; um salão de beleza de um reassentado que também realizava esta atividade na Velha Soberbo; e à entrada do reassentamento, encontra-se em funcionamento um trailer com venda de bebidas e tira gostos em alguns dias da semana e, principalmente, aos fins de semana; e, por fim, identificou um outro morador que inaugurou uma padaria no município de Santa Cruz do Escalvado e vem deslocando constantemente a este município para realizar suas atividades.

Por estas situações, percebe-se as diversas ações dos reassentados/atores locais no tocante à realização de atividades internas e/ou a combinação de atividades internas e externas no correr da vida cotidiana em Nova Soberbo. Há, dessa forma, um inter-relacionamento de estratégias individuais e coletivas que se realizam frente aos limites e às possibilidades configuradas e estruturadas sob a égide do reassentamento. Tem-se, como demonstrado, alguns processos de

mobilidade a outras cidades vizinhas na busca por manutenção e por melhorias nas condições de vida e outras atividades realizadas somente no âmbito do reassentamento.

Dentre as últimas informações observadas sobre as possibilidades de realização dos meios de vida em Nova Soberbo, averiguou-se um conjunto de iniciativas do Consórcio ao longo de 2012 através da apresentação e do oferecimento de novos cursos. Tais cursos foram apresentados com intuito de encaminhar os reassentados ao mercado formal de trabalho e, abrangem também, a iniciativa de realização de estudos técnicos de viabilidade de empreendimentos na região. Neste momento, há uma mudança de designação do Programa de Reativação Econômica para projetos de geração de renda como Inclusão Produtiva.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE (2012) pontua que os esforços do Consórcio Candonga não foram suficientes para atender os anseios de parte das famílias atingidas em relação do PRE. Mediante tal realidade, a Secretaria vem procurando articular com o empreendedor e com os órgãos técnicos especializados à promoção de geração de trabalho e renda através de cursos de qualificação profissional, designando-os, como Inclusão Produtiva. Esta atuação da SEDESE refere-se aos impasses e aos descompassos entre o desejo da comunidade e a atuação do empreendedor em solucionar os pontos conflitantes após quase 10 anos de reassentamento. Porquanto, as novas formas de reestruturação da vida social emergem sobre o processo de mediação da Secretaria.

Neste sentido, a Secretaria começa atuar juntamente com Consórcio a fim de diminuir a situação de pobreza e de vulnerabilidade social no reassentamento. Esta iniciativa visa promover a inserção dos reassentados no mercado de trabalho através da educação profissional, por meio da elevação de escolaridade e incentivo à geração de renda com acesso ao microcrédito. Esta interface social entre a Secretaria e o empreendedor amplia-se com parcerias com a Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado, com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de Minas Gerais - SINDUSCON/MG e com a Empresa de Cursos Profissionalizantes - MICROLINS e outros projetos intitulados pelo Consórcio como Travessia e Renda.

Na tabela seguinte, observa-se os cursos concluídos, os em andamento, e os previstos a serem oferecidos, bem como o número de participantes e a previsão de novos participantes.

Curso	Status	Número de educandos ou público previsto
Solda a arco elétrico e Mig Mag	Concluído	16
Pedreiro de acabamento	Em andamento	20
Eletricista predial	Com previsão para (29/10/2012)	20
Carpinteiro	Com previsão para (15/01/2013)	20
Inclusão digital	Em andamento	120
Segurança Básica - Vigilância Armada	Concluído	16
Escolta armada	Em andamento	16
Corte e costura (confecção de peças íntimas)	Com previsão para (05/11/2012)	20
Pintor	Com previsão para (05/11/2012)	20
Artesanato	Com previsão para (05/11/2012)	20
Competências Básicas para o Trabalhador	Com previsão para (19/11/2012)	40
Cooperativismo, associativismo e noções básicas de gestão	Com previsão para (07/01/2013)	20
Bombeiro Hidráulico	Com previsão para (07/01/2013)	20
Panificação e confeitaria	Com previsão para (04/03/2013)	20
Quitandas de Minas	Com previsão para (04/03/2013)	20

Tabela 4 - Relação dos cursos profissionalizantes.

Fonte: SEDESE, 2012 - anexo I.

Neste contexto, percebe-se que os novos projetos designados como Inclusão Produtiva remetem a novas ações e intervenção do empreendedor. Dessa maneira, emergem, na realidade social dos reassentados, novas opções e novas perspectivas de reestabelecimento de suas formas de trabalho. Opções estas que remetem à necessidade de aquisição de novas habilidades e saberes para que haja uma inserção no mercado de trabalho de forma contínua e sustentável na garantia de manutenção do rendimento familiar.

Em avaliações preliminares de algumas falas e depoimentos de parcela dos reassentados sobre estes novos cursos, observa-se que estes julgam-nos como possibilidade de capacitação, porém, ressaltam que são cursos profissionalizantes voltados para fora do reassentamento. Desta maneira, muitos teriam que migrar em busca de posto de trabalho em outras cidades, já que o reassentamento não possuirá demanda suficiente para incluir todos aqueles capacitados. Nos depoimentos vigora que

Aqui precisa ter um serviço para o povo não ter que sair para fora...agora eles fica tentando especializar a pessoa aí, nessa coisas que tá fazendo aí, eu não entendo esse troço, mexer com esse troço dá curso daqui, dá curso dali, enrola pra lá, eu não entendo...o pessoal fica aí sofrendo desse jeito...devia fazer um matadouro lá em cima...um matadouro uma coisa pra exportar, mandar frango pra fora, um troço pra dá serviço pro pessoal, isso é um serviço X que o pessoal ficava trabalhando sem problema, né isso? Sem problema. Agora realiza esse troço aí pra sair pra fora, não dá...(Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

O camarada vai se especializar numa coisa, num soldador, vai formar um soldador, pra soldar onde aqui? Vai sair pra fora, aqui tem que evitar de sair pra fora, lá fora tá cheiro de gente, tá vendo lá, outro dia eu passei, tinha um moço todo ralado lá, não sei se é de moto ou o quê. Passei pra frente e vi outro deitado lá tampado no jornal, nem sabe de onde que é esse moço, às vezes saiu de casa pra morrer lá na cidade, tem que evitar disso...que negócio é esse, então o negócio tem que fazer pra evitar disso (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

Tá tendo curso profissionalizante, mas vejo isso como uma coisa mais banal que existe, entendeu? Porque fazer o curso não quer dizer que seja ruim, mas para trabalhar onde? Pra trabalhar onde? O que nós precisamos aqui é de ter uma empresa aqui dentro entendeu? De ter recursos, mecanismos aonde a empresa implanta alguma coisa pra gerar renda para que esses cursos dela possa ser aproveitado. Que adianta você ir lá na universidade se formar lá em doutorado e ter um canudinho pendurado lá na parede e de braços cruzados atoa dentro de casa, você vai morrer de fome. Entendeu? Eles não interessam fazer reativação econômica, e o próprio Consórcio já cansou de dizer aí pra muitos. Pra muitas pessoas aqui dentro que não precisa de ninguém preocupar com reativação econômica não, porque não vai ter reativação econômica (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

A partir destas percepções sobre a dificuldade encontrada em relação aos cursos profissionalizantes, parcela dos reassentados levantaram vários pontos ao longo da pesquisa sobre seus desejos em relação a um Programa de Reativação Econômica que contemplasse todos em Nova Soberbo. Destacaram que seria importante um projeto que pudesse incluir várias atividades, na qual muitos poderiam lançar mão de suas habilidades específicas e promoverem a geração de renda, tanto para os mais jovens quanto para os mais idosos. Uma das soluções que permeou a opinião de muitos foi o desejo de implantação de um abatedouro de frangos, a fala destaca que “devia de ter, assim, tipo uma granja, uma fábrica pra pessoas poder trabalhar aqui, principalmente esses jovens que tá chegando agora, pra não precisar de sair e ir embora”. O depoimento reitera esta percepção no sentido que

A gente gostaria muito que tivesse aqui um abatedouro, porque é algo simples, que não precisa de pessoas tão estudadas pra poder desempenhar a sua função né; as pessoas na condição de pouco estudo que somos e que temos, dá pra poder trabalhar e ter a sua renda de abatedor de aves. E é um negócio que a comunidade já tem tudo a ver, porque todo mundo aqui... mesmo que a mulher não saiba nem escrever o nome na maioria das vezes ela sabe matar um frango, cortar e destrinchar e tal, então, com pouca coisa com a pequena orientação a pessoa se qualifica pra poder fazer isso forte assim, pra poder comercializar. Além de ter um emprego, no sistema que a gente tá lutando por ele, ter uma renda pra aquelas pessoas que são atingidas, mas os senhores e as senhoras que são de idade, que não tem condições para trabalhar, ter uma participaçãozinha, porque precisam de ser recompensados né, pela saída (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

Conclui-se, a partir da análise realizada no capítulo, que o processo de intervenção realizado pelo Consórcio Candonga em vista a promover o desenvolvimento socioeconômico no reassentamento, remete mais à ordem de pontos de conflitos e descontinuidades do que sua efetivação na direção do reestabelecimento dos meios de vida baseados em sustentabilidade econômica e institucional.

Assim, a interface social, estabelecida ao longo dos anos entre os atingidos/reassentados e o empreendedor, erigiu-se em meio a percalços de tentativas e desistência dos que se engajaram e buscaram a sobrevivência via programas e/ou projeto oferecidos. E os reassentados, enquanto atores sociais, vêm incorrendo em várias manobras e estratégias através da combinação de recursos a fim de garantir as condições de sobrevivência. Neste contexto, perdura na realidade dos reassentados, a impressão de uma interface social marcada por ambivalências, por contingências e por expectativas não concretizadas em meios às tentativas de restabelecimento das formas de sustento, conotando, portanto, uma transição social marcada por fragilidades na produção, reprodução e manutenção da localidade.

A partir desta moldura contextual, procura-se, no próximo capítulo, trazer à tona as percepções dos reassentados sobre a avaliação de serem atingidos por barragem em função de todo processo vivido, bem como a repercussão desta caracterização na construção da agência humana dos atores locais. Procura-se, dessa forma, elucidar outras estratégias de sobrevivências no tocante ao acesso a recursos intangíveis como informações, canalização de demandas, manobras de redes sociais e de relações interpessoais, relacionadas, sobretudo, ao processo de mobilização social dos atingidos na busca por reconhecimento de seus direitos.

CAPÍTULO 6. ATINGIDO POR BARRAGEM E SUA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

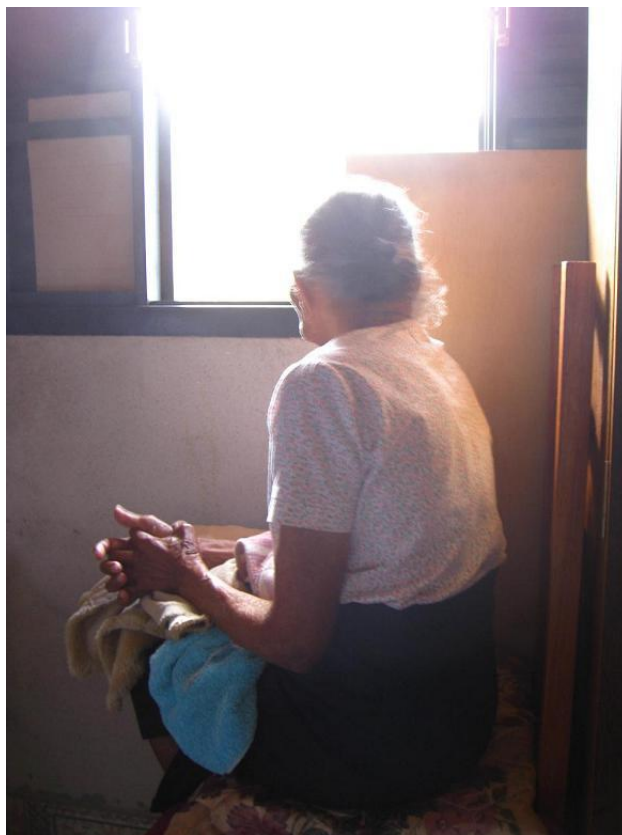


Figura 35 - O olhar sobre o morro de onde se veio.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Me sinto atingida por barragem. Tudo passou e ficou pra trás, me dá uma saudade...não gosto de barragem não uai!. De jeito nenhum! Ah, tirou os direito da gente, tirou muita coisa né. Perdi e fiquei perdida mesmo. Não sabia negociar, e nem falar bem. Sou analfabeta mesmo, fui criada só na roça (...) Mesmo assim, se eu ganhasse três casas, assim muito boa, eu não queria. Porque eu queria um lugar que tivesse manga, pêra, muita fruta, verdura, galinha, bastante folha de chá (Moradora M, 89 anos, viúva, pensionista).

A gente sente, que a gente ficou assim isolado, muito prejuízo que a gente tomou. A gente foi atingido né. Atingiu meus sentimentos, a mudança da gente pra outro lugar, sem saber o que ia acontecer com a gente né. A gente não sabia dos direitos, por eles [Consórcio], a gente ficava bobo demais (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Neste capítulo, pretende-se elucidar a mudança de autodenominação dos moradores após serem atingidos pela UHE Candonga, perdendo ou acrescentando à categoria de meeiros, garimpeiros e pequenos produtores a denominação de atingido por barragem. Busca-se, dessa forma, desvelar a construção desta categoria social incorporada na dimensão individual e

social dos moradores em função do encontro com o Consórcio Candonga, do processo de deslocamento/reassentamento e dos anos vividos em Nova Soberbo.

Na concepção de Vainer (2008), o conceito de atingido por barragem remete à ideia de direitos perdidos e a luta pelo reconhecimento. Neste ponto, o termo não se vincula a sua ideia original constitutiva de passividade, mas está associado à luta e à vinculação sintomática a redes de relações e a movimentos sociais sob a bandeira de reivindicações e de protestos. Por essa via, o termo se torna constitutivo de elementos de pertencimento e catalizador de novas identidades e expressão política.

O autor destaca que, na década de 1980, a terminologia atingido divergia quanto ao seu sentido em função do ponto de vista particular das empresas de geração de energia. Nesta década, a palavra designava duas concepções distintas, sendo uma patrimonial, na qual se concebia a categoria como aqueles expropriados de alguns bens materiais, e a outra concepção referia-se à noção restrita do impacto dos recursos hídricos sobre as pessoas, ou seja, atingidos como “inundados” pelas águas represadas (VAINER, 2008).

Sobressaía, em ambas concepções, a abordagem dos atingidos de forma limitada, pois estes eram vistos somente como pessoas em meio a problemas causados por empreendimentos hidrelétricos passíveis de mitigação puramente econômica, ou seja, através de indenizações financeiras. Desta maneira, no início da década de 1980, o deslocamento compulsório de populações ribeirinhas, comumente designadas como atingidas, recebia por parte de empreendedores, como a Eletrobrás, políticas compensatórias pautadas em compensações de curto prazo, como diversos auxílios financeiros na ordem de necessidades básicas, desconsiderando, dessa forma, outras dimensões de perdas (simbólicas, sociais, culturais, etc) (VAINER, 2008).

Além disso, mesmo quando se considerava a dimensão do atingido pelo viés territorial (perda de espaços e terras habitadas), as compensações não eram capazes de resolver os problemas das populações afetadas, pois, muitas vezes, o valor recebido era utilizado para questões de sobrevivências imediatas, porquanto, não se conseguia restabelecer as formas de produção e de sustento que as populações deixavam com a saída de suas terras (VAINER, 2008). Segundo este autor, mesmo em questões recentes sobre indenizações, estas ainda não são capazes de compensar o sacrifício e a dor para quem se vê obrigado a deixar seu berço, suas

terras e seus modos de vida, embora discussões sobre o tema tenham avançado em agendas públicas e privadas.

Nesta direção, Vainer (2008) aponta que a contribuição mais rica sobre a construção do conceito é aquela trazida pelos Manuais do Banco Mundial⁷¹, pois parece consensual entre as agências multilaterais que a noção de atingido por barragem emerge sobre a avaliação do conjunto de processos econômicos e sociais deflagrados. Neste ponto, as possibilidades de redefinição do termo buscam levar em consideração a necessidade do diálogo e da participação das populações afetadas, sobretudo, no processo de identificação dos impactos causados e nas formas de mitigação. Amplia, dessa forma, os elementos constitutivos na caracterização social dos atingidos buscando evitar definições *a priori* ou genéricas (Ibid., 2008).

Na remodelagem do conceito de atingido por barragem, Vainer (2008) e Nobrega (2011) enfatizam que a constituição da categoria vem abrangendo referências materiais e processos de adaptação humana. Nesse sentido, a terminologia passa a designar não somente aqueles que foram impactados e tiveram suas terras alegadas, mas também aqueles que vivenciam danos subjetivos e emocionais. São danos que abrangem tensões, conflitos e a necessidade de reconstrução social a partir de alterações em vários âmbitos da vida dos moradores (ribeirinhos). Ademais, Vainer (2008) sublinha que o termo ganha novos contornos a partir da atuação de movimentos sociais, os quais vêm intensificando a luta por reconhecimentos de direitos humanos frente ao avanço de grandes projetos de desenvolvimento e, sintomaticamente, expressam os efeitos adversos provocados pelas barragens.

Na visão de Leturcq (2007), os atingidos são uma população complexa e heterogênea em consequência da própria definição das diversas situações que as populações são afetadas. De forma geral, são grupos que sofrem diversas perdas e carregam o estigma do deslocamento e se veem, em muitos casos, subjugados pelo impacto causado. Já Nobrega (2011) enfatiza que os atingidos por barragens são considerados como “refugiados do desenvolvimento”, pois

⁷¹ Referências utilizadas pelo autor: WORLD BANK. OP/BP 4.12. - Involuntary Resettlement - Dec. 2001. WORLD BANK; BID. OP 710 - Involuntary Resettlement - Oct, 1998 e WOLRD BANK. Resettlement and Development: the bankwide review of projects involving involuntary resettlement 1986-1993. Washington. 1994.

fazem parte de grupos crescentes de pessoas que sofrem deslocamentos forçados e são obrigados a abandonar suas terras e suas tradições.

Em discussões recentes no Brasil, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - Comissão Especial: “Atingidos por Barragens”, Brasil (2006), vem definindo esta categoria como aqueles considerados proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais e pequenos empresários. Público este definido mesmo quando há ausência de título legal de propriedade ou de vínculo legal de emprego. Nesta direção, a Comissão aponta que

a ampliação do conceito deu-se, de um lado, em direção a todos para quem a terra constitui base da atividade produtiva, mesmo que não proprietários. Moradores, arrendatários, meeiros, posseiros e ocupantes de imóveis passam também a ser considerados atingidos (BRASIL, 2006, p. 28).

Em notícia divulgada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, no dia 29 de março de 2011, observa-se informações do Relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, publicado no ano de 2010. Na notícia, o MAB enfatiza a seguinte passagem do Relatório:

os estudos de caso [no Brasil] permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual (BRASIL, 2010 *apud* MAB, 2012⁷²).

Ainda no corpo da notícia, o Movimento sublinha que as discussões sobre as populações atingidas por barragem, ganham, a partir deste momento, o reconhecimento do Estado através da criação da Comissão e da publicação do Relatório, pois, ao longo dos anos, o modelo energético adotado no país vem causando diversos danos aos direitos humanos, sem que houvesse, de fato, medidas e propostas para equacionar tal problemática (MAB, 2012⁷³).

Em síntese, observa-se alguns direitos humanos reconhecidos pela Comissão, tais como o direito à moradia, à educação, a melhorias nas condições de vida, ao ambiente saudável e à saúde, à plena reparação das perdas, ao direito de ir e vir, ao direito de grupos vulneráveis a

⁷² Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/relat-rio-da-comiss-especial-do-conselho-defesa-dos-direitos-da-pessoa-humana-2010>>. Acesso em: 30 de dez. 2012.

⁷³ Ibid., 2012.

proteção social, ao direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária, ao direito à cultura, às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e à preservação de bens culturais, materiais e imateriais (BRASIL, 2006).

Tendo como base este contexto, busca-se elucidar a representação dos reassentados de Nova Soberbo enquanto atingidos pela UHE Candonga, tendo em mente que, após o impacto do deslocamento e reassentamento, estes constroem novas representações sobre a realidade, principalmente, em função da incorporação de elementos até então ausentes no contexto da vida social antes da chegada da barragem.

Na definição proposta por Jodelet (2001), representações sociais referem-se a um conjunto de ideias e sentidos compartilhados, que se moldam e se realizam nas trocas e nas interações sociais e carregam significado sobre determinado contexto. Por essa via, se apresentam como uma maneira de interpretar e pensar a realidade através de elementos sociais, simbólicos e culturais na ordem do cotidiano. Conforme a autora, é na tessitura das relações sociais em determinado momento histórico que a realidade se constitui e se reinventa a cada dia. Ademais, afirma que, embora as representações sociais represente um dado momento da realidade, estas são mutáveis e variam em função do número de adesão do grupo para legitimar as ideias que são vinculadas.

A gênese das representações, segundo Chartier (1990), parte do concreto, das experiências vivenciadas por indivíduos ou grupos sociais. São, por exemplo, conversas informais, fatos e eventos vivenciados socialmente que começam a ganhar forma e adesão social, e, posteriormente, tornam-se verossímil a alguém e fixam-se em redes de interlocução por meio da linguagem e do discurso. Neste sentido, as representações adensam-se na elaboração de sistemas de ideias-imagens individuais e coletivas, mediante as quais, se estabelece divisões, atribuições de sentido, modelos de conduta compartilhados e atribuições de identidade com efeitos sobre as esferas da personalidade.

Mediante o processamento de experiência social e a incorporação das mudanças ocorridas ao longo dos tempos vividos desde o encontro com o empreendedor até o momento de realização da pesquisa, observa-se que a representação dos moradores enquanto atingidos pela UHE Candonga se forja através de elementos recorrentes como privação de bens e valores anteriormente possuídos, sensações de abalos em estados emocionais, sensações de

impotência e de insegurança em relação ao reconhecimento dos direitos básicos, espera e expectativas por promessas a serem cumpridas e pontos de tensões estabelecidos na relação com o Consórcio Candonga.

Assim, quando questionados sobre como se sentem como atingidos por barragem, as falas dos reassentados destacaram esta categoria sob as seguintes percepções: “a gente foi prejudicado e desrespeitados de alguma forma”; “tira você de onde você nasceu e foi criado e não dá quase nada em troca”; “me sinto péssima, houve uma mudança de pensamento pra pior; “antes era mais tranquilidade, agora rezo todo dia para ficar calma”, ou ainda, “ser atingido é sentir saudades daquilo que você gostava, lá você podia ficar atrás das criações, agora carrego a cruz de não poder fazer isto”.

Ademais, destacaram que “hoje ser atingido é buscar constantemente o reconhecimento dos direitos”; “eu acho que sou atingido porque tomei prejuízo não indenizaram meu direito de meeiro”; “tenho vontade de receber os meus direitos”; “um atingido espera que fosse feito alguma coisa que prometeram. Tô esperando algo que não acontece”; “atingido tem a sensação de falta. Sem confiança no Consórcio” e, por fim, “a gente se sente que foi meio passado para trás, quem confiou de mais no Consórcio está tudo desiludido”.

Os depoimentos endossam estas falas no sentido de que:

Claro que sou atingido por barragem. Eu sou porque cortou as atividades, atingiu né?! Cortou a atividade que a gente fazia uai! Atingiu e muito...vários problemas, os porcos que não pode mexer, as roça trabalhava direitinho, trazia e colocava aí, então atingiu demais, o ouro que tirava no rio, lenha que tirava no rio. Isso aqui que é atingido. Falaram que barragem não é brincadeira. Se a gente ficasse lá estaria muito melhor do que aqui. Porque assim, o lugar que a gente nasceu a gente gosta, gosta daquele lugar e tem a recordação de lá (Morador A, 68 anos, casado, aposentado).

Sou atingido por barragem porque não tenho expectativa de nada, porque a gente não tem expectativa que o empreendedor que vai fazer nada em relação pra comunidade. Eu espero que eles vão ter que fazer, porque vão ser obrigados. **Na minha cabeça vem que um atingido deveria de ser compensado com algumas coisas, não somente o financeiro, mas deveria de ter uma atenção maior, como uma compensação do impacto que causa ao atingido em tirar ele de um lugar e levar pra outro,** deveria ter uma atenção pela empresa, ter um carinho pela empresa. Aí deveria sido tratado de uma forma diferente e quando eu falar dessa atenção é em todos os aspectos. A empresa deveria investir um pouco no social, igual aqui ela não investe nada; e povo que ela tirou da sua residência? E ainda ela ganha dinheiro em cima da desgraça da gente. Nos fraudaram e está nos fraudando

até hoje; quase 10 anos e eles cometem uma tremenda violência contra nós atingidos (Morador G, 56 anos, casado, pensionista).

Dessa forma, os atingidos pela UHE Candonga remetem a todos aqueles que se sentem expropriados de seus bens, de seus direitos fundamentais e condição de existência. Porquanto, a construção da Hidrelétrica modificou a legitimidade e a identidade de quem sofreu com as perdas, acrescentando às categorias sociais anteriores outros elementos de representação da realidade, que, ao serem incorporados, constituem a nova dimensão da personalidade dos sujeitos.

Tais representações forjadas em perdas e danos remetem a um contexto de subalternidade internamente ligado às relações assimétricas entre as empresas e os grupos atingidos. Sobre a condição de subalternidade, Laschefski (2011), a partir de bases teóricas escritas por Antônio Gramsci⁷⁴, destaca que a hegemonia como sistema de poder dominante não é redutível somente à estrutura do Estado e às elites que o sustentam, mas também, as práticas de construção e manutenção de poder que englobam o discurso social, político e cultural com a finalidade de subordinação social e inviabilização de grupos subalternos. Nas palavras de Laschefski (2011), a

subalternidade (...) refere-se a uma pessoa ou grupo sem acesso às estruturas hegemônicas de poder, caracterizando, assim, um estado de exclusão. Contudo, a subalternidade não significa a ausência completa de agência ou influência (...) há de se ressaltar outras influência sobre os grupos subalternos para além daqueles do sistema hegemônico e a possibilidade de elaboração de estratégias emancipatórias com vistas a uma transformação social (Ibid., 2011, p. 25).

Assim, a subalternidade perpassa a ideia da perda dos direitos humanos fundamentais e equivale também a luta pelo reconhecimento de tais direitos. A subalternidade pode ser visualizada no depoimento abaixo, pois entrevê-se, na percepção do atingido, a não influência de seus desejos nos espaços institucionais de licenciamento ambiental, como também a percepção do seu distanciamento no alcance e/ou participação das intervenções promovidas pelo empreendedor.

Olha, atingido por barragem da forma que nós fomos atingido a gente se sente como lixo, um lixo. Porque olha, é desvalorizado pelo COPAM, é desvalorizado pela FEAM, é desvalorizado pelos aqueles órgãos que dá, que fornece a licença, pela SUPRAM, enfim, é uma corrupção no geral

⁷⁴ GRAMSCI, Antônio. Cadernos de cárceres. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006. v. 2.

porque são promessas mentirosa que a empresa tem. Talvez na hora de adquirir a licença e depois que ela [empresa] tá com a licença na mão aí a conversa é outra, e ela tem apoio de todos os órgãos que dá licença pra ela, eles conseguem achar escape pra todo lado...**hoje o empreendedor de barragem dentro do meio ambiente é mesma coisa de você saltar um macaco dentro da Amazônia. Depois você vai querer pegar ele de novo você nunca mais põe a mão nele, porque sempre ele acha um galho pra escapar.** Olha, acho isso porque as empresas passam informações mentirosa para os órgãos, aí uma boa parte deles não vem na área para fiscalizar, principalmente aqueles que dá a licença. Olha só, aquele papel que a empresa fornece, **enquanto isso o atingido paga o preço, porque a empresa chega lá e dá uma versão e você chega lá com a verdade eles não fazem avaliação na sua verdade não.** Faz avaliação é só da empresa, porque a empresa tem um pacote de dinheiro à disposição deles e o atingido não tem como oferecer nada, **então, assim, atingido está sempre em busca de seus direitos** (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

Conforme Honneth (2003), a negação dos direitos fundamentais interfere sobremaneira na própria identidade de populações que antes se viam dignas e se reconheciam como tal. Tem-se que, termos como honra, dignidade e *status* são elos perdidos que remetem às populações uma escala de subjugação e avaloração. Neste ponto, o autor afirma que valores como a autorrealização do indivíduo, a possibilidade de autoconfiança, da garantia de direitos, do autorrespeito e da experiência de autoestima quando são negligenciadas, se tornam bandeira de luta por reconhecimento.

Para este autor,

A razão disso pode ser vista, por sua vez, na dependência constitutiva do ser humano em relação à experiência do reconhecimento: para chegar a uma auto relação bem sucedida, ele depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações. Se uma forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abre-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas como a vergonha ou a ira. Daí a experiência de desrespeito estar sempre acompanhada de sentimentos afetivos que em princípio podem revelar ao indivíduo que determinadas formas de reconhecimento lhe são socialmente denegadas (HONNETH, 2003, p. 220).

Como já discutido no capítulo anterior, paralelo à magnitude do deslocamento/reassentamento, o restabelecimento dos meios de vida em Nova Soberbo ficaram aquém das possibilidades reais de reestruturação da vida social. Por essa via, alguns atingidos, embora em situação de subalternidade, buscaram acessar suas capacidades de agência no tocante à apropriação de redes de relações a fim de canalizarem elementos

específicos em prol do reconhecimento de seus direitos, incorrendo, dessa forma, em um processo de mobilização social no primeiro semestre de 2012.

Tal contexto emerge devido à circulação de informações no reassentamento que haveria o processo de revalidação da Licença de Operação (L.O.) da UHE Candonga em agosto/setembro de 2012 e, dessa forma, se organizaram na busca por acesso a recursos externos na tentativa de fazer frente ao posicionamento dos órgãos ambientais e do Consórcio Candonga para que a Licença não fosse renovada enquanto os meios de vida não fossem reestabelecidos na realidade do reassentamento. Ademais, as ações dos atingidos visaram expandir a visibilidade pública do Caso Candonga e, assim, chamar maior atenção da opinião pública sobre o processo em curso na realidade ao longo dos anos.

Neste contexto, a estratégia de mobilização se fez por meio de articulação de relações interpessoais e coletivas com o intuito de canalizar ordens e demandas frente à postura do empreendedor. Tem-se, neste momento, a articulação com o Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, com o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragem - NACAB, com o Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens - PACAB e demais atingidos da área diretamente afetados pelo empreendimento na bacia do Alto do rio Doce.

Em visita do PACAB em Nova Soberbo, no dia 24 de abril de 2012, com a finalidade de conhecer a realidade dos reassentados, realizou-se a dinâmica Realidade/Desejo com parcela da população que se encontrava insatisfeita com a atuação do Consórcio. Neste momento, identificou, no quadro “realidade” e no quadro “desejo”, os principais problemas levantados pelos atingidos (falta de trabalho, projetos do Programa de Reativação Econômica não funcionam, condicionantes não atendidas, etc) e suas aspirações (reativação econômica, organização, mobilização, divulgar os problemas, etc).

Em relação às possíveis ações, os atingidos que participaram da dinâmica, em torno de 40, tiraram como encaminhamento da reunião iniciativas de colarem cartazes em suas casas como forma de protesto contra o Consórcio; ações de luta como estar unidos, elaborar notícias para divulgar em meios de comunicação, promover assembleia pública na praça do reassentamento, no dia 03 de maio, realizar trabalhos de base com o MAB nos dias 21 e 22 de maio e promover acampamento na entrada da comunidade. Estas informações podem ser

visualizadas no quadro fotográfico abaixo e o número de participantes observados nas fotografias subsequentes.

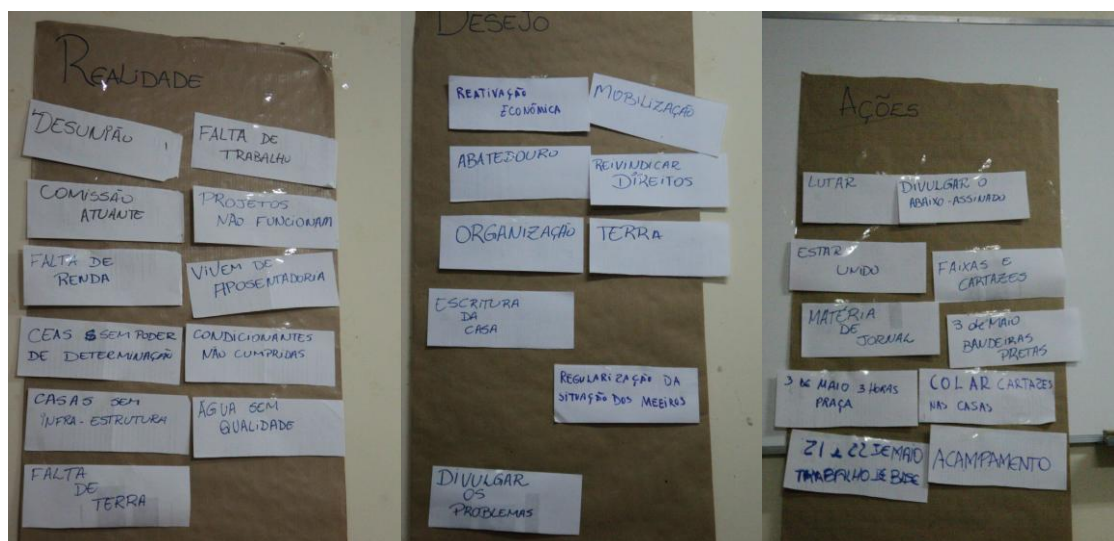


Figura 36 - Diagnóstico Realidade/Desejo.
Fonte: PACAB, 2012.



Figura 37 - Realização de reunião com os reassentados pelo PACAB através da técnica Realidade/Desejo.
Fonte: PACAB, 2012.

Uma das primeiras ações realizadas foi a produção e a fixação de cartazes em algumas casas nos meses de abril e maio. Respectivamente, tem-se, na primeira e na segunda imagens, as seguintes informações, “Vale e Novelis, câncer nacional”, “Quer ficar rico, faça como a Vale e a Novelis é só roubar”, “Vale não respeita a justiça brasileira”, “Vale rouba: fundo de garantia, férias, décimo terceiro salário, etc”. Já na terceira e quarta imagem tem-se “Vale e Novelis não paga o que deve, não tem moral”, “Vale, SUPRAM, COPAM são parceiros na corrupção” e “Vale, cadê a reativação de verdade?”.



Figura 38 - Cartazes colocados em algumas casas no mês de abril e maio de 2012.
Fonte: PACAB, 2012.

Outra forma de manifestação foi a realização de uma Assembleia Popular na praça de Nova Soberbo no dia 03 de maio de 2012. A Assembleia foi realizada com três intuítos principais, sendo o primeiro em função da necessidade de relembrem o dia 03 maio de 2004, momento

o qual, a população foi definitivamente deslocada pelo enchimento do reservatório da UHE Candonga, sendo assim, colocada como marco histórico, data emblemática.

O segundo objetivo foi realizar a Assembleia *in memoriam* ao João Caetano, conhecido por todos na Velha Soberbo por “Gabundo”, que desapareceu no processo de construção da UHE Candonga. Alguns reassentados afirmaram que, a partir do momento que começou a construir a hidrelétrica, ele foi ficando cada dia mais revoltado, pois não queria sair de sua casa localizada a poucos metros da barragem. Em conversas com os reassentados, estes afirmaram que João Caetano desapareceu e nunca mais foi visto; todavia, não souberam precisar exatamente como este fato ocorreu.

Nas imagens seguintes, fotografadas do quintal da residência pertencente ao antigo morador desaparecido, entrevê-se a barragem ao fundo.



Figura 39 - Casa do morador desaparecido - João Caetano.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

O terceiro objetivo da Assembleia foi reafirmar o posicionamento de alguns atingidos frente à situação em que viviam e se reorganizarem para reiniciarem a luta por reconhecimento de seus direitos. Destaca-se que, ao longo da Assembleia, houve presença de policiais monitorando as atividades, e os atingidos reagiram afirmando que era estratégia do Consórcio para coibir e intimidar os reassentados, pois estavam se manifestando frente às negligências da empresa.

Ademais, afirmaram que a presença dos policiais seria uma forma de coerção a outros reassentados para que não aparecessem em público. No decorrer da Assembleia, os atingidos relataram que no dia anterior foram à igreja e pediram aos responsáveis que anunciassem no som da igreja sobre a Assembleia Popular na praça, para que no dia seguinte, toda população pudesse participar e retomar a luta. Entretanto, alegaram que este aparelho de som comumente utilizado pelo Consórcio para divulgar informações à comunidade sobre projetos e atividades locais misteriosamente atrapalhou e as informações não foram divulgadas como ocorria normalmente.

Nos quadros fotográficos seguintes, observa-se o momento da Assembleia com a presença do MAB, uma faixa de protesto sobre o impacto da UHE Candonga sobre a extinção de peixes, a mobilização de alguns reassentados e a presença da força policial.



Figura 40 - Presença do Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB.
Fonte: PACAB, 2012.



Figura 41 - Relembrando o dia do deslocamento em assembleia pública.

Fonte: PACAB, 2012.

Como encaminhamento, os atingidos juntamente com o MAB/MG, reiteraram a necessidade de organização de um acampamento próximo a Nova Soberbo, a ser realizado à entrada do reassentamento, na área de lazer às margens da MG -123, pois, dessa forma, ampliariam a visibilidade pública do Caso Candonga e chamariam maior atenção da sociedade civil e dos órgãos competentes que tratam de licenciamento ambiental no estado de Minas de Gerais.

Neste percurso, o pesquisador acompanhou também outra mobilização dos moradores, no dia 26 de maio, momento de realização da Assembleia Recreativa em preparação para o acampamento que iria ser realizado do dia 31 de maio a 05 de junho. Esta Assembleia foi realizada pelo MAB, pelos atingidos/reassentados de Nova Soberbo e outros atingidos pela UHE Candonga deslocados e reassentados em localidades próximas.

Discutiu-se, ao longo da Assembleia, a organização do acampamento através de levantamento dos que iriam participar, como também, questões operacionais na preparação da área. Além disso, cogitou-se divulgar informações via meios de comunicação sobre o acontecimento do acampamento e entrar em contato com alguma autoridade pública para visitar os protestos.

Observou-se, no decorrer da reunião, a presença equânime entre mulheres e homens atingido(a)s e algumas crianças. Este momento pode ser visualizado nas imagens seguintes.



Figura 42 - Preparativos para o acampamento.
Fonte: PACAB, 2012

Por conseguinte, visualiza-se, nas fotografias abaixo, o acampamento realizado entre os dias 31 de maio a 06 de junho, intitulado pelos reassentados de “Acampamento Gabundo” com o propósito de relembrar este morador e apropriar de sua imagem como símbolo de luta.



Figura 43 - “Acampamento Gabundo” na área próxima à entrada de Nova Soberbo.
Fonte: PACAB, 2012.

Conforme informações dos que participaram, o acampamento ocorreu de forma pacífica e repercutiu de forma positiva, porque o MAB enviou uma carta, representando os atingidos pela UHE Candonga, ao Ministro Chefe da Secretária Geral da Presidência da República pedindo que o Governo Federal interviesse para que o Consórcio Candonga se reunisse com o MAB e com os reassentados para discutir as pendências em pauta. Outro ponto positivo

destacado foi a visita do Deputado Federal Padre João, que ouviu as queixas dos acampados e se comprometeu em contribuir para reforçar as denúncias de violação dos direitos humanos por parte da UHE Candonga, e insistir com o Ministro Gilberto Carvalho que desse atenção a situação em curso em Nova Soberbo⁷⁵.

Em conversa com o líder local, em um dia de visita do pesquisador ao acampamento, aquele relatou que o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/MG iria realizar vistoria na comunidade em 2012 para avaliar o Plano de Assistência Social - PAS, assim, a estratégia do acampamento seria uma boa possibilidade para alertar este órgão sobre a existência de não cumprimento de condicionantes ambientais. O líder ressaltou que havia a possibilidade de cassação da Licença de Operação da Hidrelétrica, pois as ações dos atingidos demonstravam a insatisfação com a vida no reassentamento e muitos já estavam mobilizados. Ressaltou, também, que a L.O. já havia sido anulada uma vez, e isto poderia ocorrer novamente caso o Consórcio não atendesse às reivindicações⁷⁶.

Ressalta-se que, um fato marcadamente observado no processo de reorganização e mobilização ao longo de 2012, é que nem todos reassentados participaram. Notou-se uma mobilização expressiva, principalmente daquelas famílias que foram deslocadas pela força policial no dia 03 de maio de 2004, e alguns outros reassentados que não se sentiam reconhecidos como meeiros e garimpeiros e alegaram não terem recebidos suas indenizações.

Observou-se, também, um processo de “fofocas” e de críticas de uns reassentados em relação aos outros, sendo que os que participavam de alguma atividade oferecida pelo empreendedor eram considerados por alguns atingidos como “traíras” e apoiadores do Consórcio. Notou-se, dessa forma, duas dimensões latentes neste processo, de um lado, uma discordância entre os

⁷⁵ Informações disponíveis em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=noticia/atingidos-por-candonga-decidem-permanecer-acampados#.T8-v0V3JOdI.twitter>>. Acesso em: 06 de ago. 2012.

⁷⁶ Esta avaliação do atingido refere-se ao processo de anulação da Licença de Operação em 2010. Retrospectivamente, no ano de 2004, o NACAB entrou com uma ação civil pública no Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG pedindo anulação da L.O. da UHE candonga por falhas em condicionantes socioambientais. Na referida ação, houve deferimento de liminar para suspender o enchimento do lago da Hidrelétrica, entretanto, a liminar foi suspensa por decisão do TJMG sob alegação de ‘prejuízo à econômica pública’. Embora sem liminar, a ação civil pública continuou a tramitar pugnando pela nulidade da Licença. Em 2009 a comarca de Ponte Nova julgou a ação improcedente, assim, o NACAB recorreu ao TJMG, e no dia 02 de dezembro de 2010, o Tribunal deu provimento ao recurso do NACAB anulando a L.O. da UHE Candonga. Mediante tal provimento, o Consórcio Candonga recorreu judicialmente e a Hidrelétrica continuou em Operação. Informações disponíveis em: <<http://valedopiranga.com/?p=413>>. Acesso em 18 out. 2011.

próprios reassentados, caracterizando a realidade vivenciada no reassentamento pela desunião, como observado no quadro “Realidade”, e de outro lado, um grupo mobilizado com o desejo de reivindicar os direitos e estar unidos em ações contra o empreendedor.

Quando houve entrevistas e conversas com os que participaram das atividades oferecidas pelo Consórcio, tanto os da Associação dos Moradores quanto os da Frente de Trabalho afirmaram que descreem na postura do Consórcio de realmente querer solucionar os problemas da comunidade de forma definitiva. Mas, mesmo com pendências e promessas não cumpridas, vêm participando das atividades oferecidas, pois precisam sobreviver de alguma forma e aderir à mobilização poderia prejudicar as atividades que vinham realizando.

Por fim, a última visita do pesquisador ao reassentamento, realizou-se à convite do NACAB, representante jurídico dos atingidos pela UHE Candonga, no dia 03 de novembro de 2012. Como observado, a reunião ocorreu principalmente com a presença dos reassentados que se mobilizaram ao longo do ano, os quais, ainda se encontravam insatisfeitos com o Consórcio Candonga. Sobremaneira, alegaram insatisfação com a revalidação da Licença de Operação da UHE Candonga ocorrida no segundo semestre de 2012.

Neste espaço, se discutiu a possibilidade de cada atingido incorrer em processos judiciais por danos materiais e morais, assim a maioria dos que estavam presente avaliaram que deveriam incorrer em ações judiciais individuais para serem indenizados pelos danos e pelo impacto provocado pela Hidrelétrica.

Além disso, a reunião se realizou por meio de filmagens pelo NACAB de vários vídeos denúncias com depoimentos dos reassentados, os quais seriam divulgados em redes sociais como estratégia de ampliar a visibilidade pública do Caso Candonga. Esta articulação entre o NACAB e os atingidos repercutiu na construção de um Website designado como “Atingidos Candonga”, no qual os vídeos foram posteriormente disponibilizados no seguinte endereço eletrônico: <http://www.barragemcandonga.com.br>.

A fotografia abaixo registra este momento.



Figura 44 - Reunião realizada pelo NACAB.
Fonte: PACAB, 2012.

A partir do processo de mobilização social configurado sob as marcas do reassentamento, complementa-se a análise com depoimentos que espelham as expectativas futuras dos atingidos. A princípio, observa-se uma expectativa caracterizada pelo desgaste, pelo cansaço, pela descrença de que algo possa realmente mudar a realidade circundante.

Em contrapartida, os argumentos sintetizam diversos desejos individuais e coletivos ao revelarem expectativas de implementação da reativação econômica, de criação de postos de trabalho (emprego), de acesso à terra para plantar, de implantação de alguma fábrica no reassentamento, da promoção de assistência social aos moradores, da intervenção de alguma autoridade para auxiliar na solução dos problemas e da expectativa de que o Consórcio ainda resolva as pendências em relação às condicionantes não cumpridas. Nota-se, que:

Pra falar a verdade, não tenho expectativa do futuro não, porque vem um e fala uma coisa vem outro e fala uma coisa. Sinto um desgaste...a minha sensação é de cansaço. Hoje é de cansaço com Consórcio. Eu estou desgastada, estou cansada já. Eles só com promessas que vai acontecer e vai acontecer e nada está acontecendo. Só piorando. **Ah! a única coisa que se hoje eu pudesse falar, falaria em termo de reativação econômica e coisa que eles não gostam que usa o termo. A única coisa que eu queria era um emprego aqui pra todo mundo, não só pra mim não!** Pra todas as outras famílias que tá aqui, que gosta de morar aqui, que são bastante. São a minoria que não gosta daqui. Entendeu? Sabe, é a única coisa que se eu pudesse hoje é a reativação econômica, **terra pra plantar, terra. Terra pra tirar pelo menos o de comer ali.** Colher alface, couve...não é pra vender não. Igual eles falam 'vai lá [extensão dos quintais] e planta lá que você vai vender' não existe isso. A gente tem que plantar pra consumo da gente. É terra...(Moradora D, 37 anos, solteira, autônoma).

Eu acho que devia ter uma fábrica aí né, pra esses jovens que estão crescendo né, pra eles não precisarem de sair pra fora pra trabalhar. Uma coisa assim que desse emprego e uma fonte de renda pra todos de forma igual. Porque aquela Associação ali embaixo, é uma fonte de renda assim, para uma meia dúzia né. Você foi lá né?. E aqui tinha que ser uma coisa pra todo mundo que precisa trabalhar. Incluir mais pessoas né. Eu acho que está nas mãos deles [Consórcio] né. Acho que eles não querem resolver, não querem mesmo, porque resolver eles podem né (Moradora M, 59 anos, solteira, pensionista).

Eu não tenho esperança de mais nada nisso aqui, a não ser que possa ainda existir no meio de toda essa situação um homem, por exemplo, que seja lá uma grande autoridade que possa ser honesto pra rever essa situação e lutar por nós, mas olha a gente só espera agora mesmo é de Deus, é de Deus, é fazer a parte da gente que ele faz a dele. **Mas nós precisamos das autoridades aqui da terra também se mexer, infelizmente a gente só vê tudo mundo mexer a favorável do Consórcio.** Eu, pra mim, uma solução que resolva isso aí será uma coisa inédita. **O que eu espero é o seguinte, que a empresa acerte tudo que ela tem que acertar. Condicionante não cumprida, assistência para o povo. Eles não fazem nada, então quer dizer que enquanto a justiça, as autoridade não fizer com que eles acerte tudo que tem que acertar de assistência social pra cuidar das pessoas e pagar o que deve pro povo, vai continuar muita gente no nosso meio tomando aqueles remédio de tarja preta né?** Estão é uma situação de stress, pessoa que passa a noite em claro, não dorme, entendeu? Tem até caso de depressão, tem pessoas até meio fraco da cabeça aqui dentro por causa dessa situação, então tem que assistência para estas pessoas (Morador J, 63 anos, casado, autônomo).

Mediante as informações analisadas, observa-se, na manifestação dos atingidos, a existência efetiva de um cenário de lutas e embates no qual as relações entre o Consórcio e os reassentados se encontram em posições antagônicas e unilaterais. De um lado, há o posicionamento do empreendedor dentro do amplo campo das políticas socioambientais do Estado, em contrapartida há a indignação e o posicionamento dos atingidos frente a todo o processo.

Assim, esta situação analisada remete a um encontro/desencontro de dois mundos, duas racionalidades distintas, na qual ora os atores locais (atingidos) são subalternos por falta de acesso a informações, falta de acesso a direitos básicos e de programas de renda efetivos na reestruturação das condições de sobrevivência; ora possuem agência, quando interveem, resistem e protestam buscando alterar, por meio de manifestações, o processo em que vivem; pontos estes apreendidos sob o referencial apresentado no capítulo anterior com base em Long (2007) e referenciado a partir de Laschefski (2011) neste capítulo. Observa-se, portanto, um processo de reivindicações que marca tentativas de reestabelecimento dos meios de vida

através do acesso a recursos intangíveis e da luta por reconhecimento social de direitos enquanto atingidos por barragem.

Por fim, dentro do alcance do capítulo, não foi possível avaliar como se deu o processo de revalidação da Licença de Operação de forma documental, entretanto, observou-se que a SEDESE assumiu, em 2012, o processo de mediação social entre o empreendedor e os reassentados a fim de apontar soluções para as problemáticas em curso no reassentamento. Neste contexto, esta Licença foi renovada por mais 4 anos e a realização das expectativas dos atingidos ganham novos contornos frente à mediação social a ser promovida pela Secretaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste trabalho não se pautam em uma crítica *stricto senso* aos projetos de larga escala, que se intitulam como promotores do desenvolvimento com seus benefícios sociais à sociedade de forma geral. Mas, através de um estudo de caso específico, o Caso Candonga, estas considerações visam trazer à tona a contra face do desenvolvimento com seus custos sociais quando estes grandes projetos, especificamente, as usinas hidrelétricas, deslocam contingentes populacionais dos seus modos de vida historicamente construídos e as medidas de “compensação” não equacionam eficientemente os impactos causados.

Ao se inaugurar uma barragem, há um divisor de águas tanto do ponto de vista do empreendedor quanto do ponto de vista dos atingidos pela hidrelétrica. Em relação ao empreendedor, gerar energia significa retornos financeiros, integração ao sistema nacional e internacional de comércio, transformação de bens e insumos, promoção de infraestrutura, etc; enquanto do ponto de vista dos atingidos, a chegada da barragem remete a rupturas e mudanças na ordem constituída à medida que são impelidos por algo novo, inesperado, promotor de mudanças em diversos âmbitos a partir do evento outrora incomum ao contexto da vida real.

Mediante as dimensões e as características descritas do povoado de São Sebastião do Soberbo, observou-se que o encontro entre os *outsiders* (representantes da UHE Candonga) e os *insiders* (a população da comunidade) colocou em evidência duas visões de mundo no curso da concretização da barragem. Se de um lado, a UHE Candonga pode ser vista pela sua normatividade e previsibilidade de ocorrência, que se realizou sob a ordem instituída em órgãos públicos e privados mediante o processo serial de licenciamento ambiental; em contrapartida, observou-se o impacto de implantação da usina na ordem da vida cotidiana e sua repercussão na reestruturação da experiência individual e coletiva dos moradores.

Assim, a chegada da barragem repercutiu, no curso de sua implantação, em diferentes graus de apropriação pelos moradores/atingidos, sobretudo, percepções erigidas no processo de negociação com o Consórcio Candonga. Alguns a viram como possibilidade de melhorias nas condições de vida. Já outros, vivenciaram a possibilidade do deslocamento por tensões e embates, pois vivenciaram processos de audiência pública com incertezas sobre as formas de mitigações dos impactos sociais, econômicos e ambientais, sobre o processo de não

reconhecimento de categorias sociais como meeiros e garimpeiros e sobre a não participação no processo de planejamento do reassentamento.

Em função de promessas e de expectativas auferidas pelo empreendedor e o avanço no processo de negociações individuais, parcela dos moradores iniciou o processo de mudança para o reassentamento principalmente a partir do ano de 2003, todavia, algumas famílias que se encontravam insatisfeitas pelo não reconhecimento de seus direitos resistiram à mudança e foram deslocadas definitivamente no dia 03 de maio de 2004 por força policial. Neste ponto, a barragem enquanto acontecimento social, provocou uma cisão espaço-temporal e um processo de turbulência social, que marcou o fim de uma época, com a submersão da comunidade sob as águas represadas da barragem, e início de outra, a partir do momento que todos moradores foram deslocados para Nova Soberbo.

Com efeito, o acontecimento reverberou-se no processo de deslocamento dos moradores, que, ao chegarem ao novo espaço, adquiriram o status de reassentados e, dessa forma, vêm se deparando com a necessidade de apropriar e de resinificar a nova ordem constituída na tentativa de reinvenção da vida cotidiana sob materialidade diferente daquela vivenciada historicamente às margens do rio. Neste percurso, observou-se que o reassentamento vem se realizando sob as marcas de rupturas nas formas de trabalho e de sustento, em alterações nas relações sociais e culturais, em mudanças no uso e apropriação dos quintais das casas na manutenção das famílias, em perdas de acesso a terras (roça) e ao rio.

Ademais, observou-se que o reassentamento de Nova Soberbo consubstanciou-se em um fenômeno de transformação social complexo que forjou novas percepções avaliativas nos atingidos/reassentados e novas representações acerca da realidade que ia se moldando ao longo dos anos. Principalmente, quando se leva em consideração as relações estabelecidas entre os reassentados e o Consórcio Candonga, que, através do processo de intervenção social erigiu interfaces sociais permeadas de desencontros e descontinuidades via tentativas de implementação do Plano de Assistência Social - PAS.

Neste sentido, constatou-se que o processo de intervenções do empreendedor a fim de reestabelecer os meios de vida via Programa de Reativação Econômica, tangenciou-se de tentativas que não tiveram êxito mediante falhas na implementação de diversos projetos como Plantação de pimenta, Criação de galinhas, etc; e, recentemente, atividades no âmbito da

Associação dos Moradores, no ano de 2012, como a Frente de Trabalho momentânea direcionado ao público masculino e atividades de costura com baixa participação do público feminino.

Dessa forma, estas atividades realizadas em 2012 vêm se mostrando com baixa efetividade na garantia das formas de sobrevivência e os projetos de Reativação Econômica não tiveram fôlego em função da incapacidade dos mesmos em gerar renda de forma durável. Nesta direção, os reassentados destacaram pontos sobre a inviabilização e a concretização dos projetos como problemas de viabilização de mercado consumidor, problemas com assistência técnica, falta de insumos na manutenção das atividades, limitações de espaços e infertilidade das terras nas extensões dos quintais na realização de cultivos. Mediante tais percalços, os reassentados optaram pela não participação à medida que os projetos não se efetivaram como opção de sustento e, assim, não foram incorporados como elemento capaz de promover melhorias na vida material e social no reassentamento.

Paralelamente aos entraves do Programa de Reativação Econômica como forma de produção e reprodução social, os reassentados, enquanto atores locais vêm realizando diversas estratégias no tocante ao acesso a recursos tangíveis e intangíveis na busca pela reconstrução das formas de sobrevivência outrora perdidos no lastro do deslocamento. Observou-se na realidade do reassentamento no ano de 2012, diversas combinações de recursos como a manutenção do núcleo familiar por aposentadorias e pensões de parentes próximos, acesso a Programas Federal, como Bolsa Família, migração do público jovens para outras cidades na busca por emprego, assalariamento e atividades de diaristas dentro ou fora do reassentamento e ainda algumas atividades realizadas nas roças próximas embora em menor intensidade do que anteriormente.

Em relação aos quintais das residências, constatou-se que estes, devido ao tamanho, a declividade e o tipo de solo, vêm inviabilizando o cultivo de frutas, de leguminosas, de hortaliças, como também a criação de pequenos animais como possíveis fontes de complementação à alimentação das famílias, embora muitas incorrem em tentativas de cultivos nestes espaços. Em relação a extensões dos quintais estes não são avaliados como opção de cultivo devido à distância das casas do reassentamento, dificuldades em relação o tipo de solo e impasses jurídicos de transferências destes lotes para cada família como sua

devida titularidade. Portanto são espaços que ainda não se efetivaram como suporte a reestruturação das formas de sustento das famílias.

Mediante os pontos destacados acima, observa-se que intervenções realizadas pelo empreendedor foram permeadas de falhas no cumprimento de condicionantes socioambientais e, notoriamente, repercutiu em uma tensão constante entre a dependência das famílias em relação a iniciativas do Consórcio e a manutenção da precariedade social e econômica a nível individual, familiar e coletivo.

Neste processo, os reassentados, ao vivenciarem a realidade circundante por meio de embates e de expectativas não cumpridas, incorporaram a experiência social nas esferas da personalidade através de elementos que os constituíram na categoria atingidos por barragem sob estigmas de desvalorização social e constantes avaliações negativas sob a realidade vivenciada. Sob esta terminologia, ora foram subalternos às intervenções externas, sofrendo, substancialmente, os custos do desenvolvimento por danos a direitos básicos, ora manobraram habilidades de agência humana na busca por reinvenção dos meios de sobrevivência em ações e estratégias em processos de mobilização social na luta por reconhecimento de seus direitos humanos denegados.

Neste ponto, a espacialidade do reassentamento impõe um constante refazer, uma passagem inconclusa, pois, aos olhos dos reassentados, Nova Soberbo é uma vila (“condomínio”) onde as casas, apesar de alguns problemas de infraestruturas, são consideradas boas e melhores que as anteriores, mas a materialidade do espaço definido para abrigá-los vem dificultando a reestruturação das condições materiais e imateriais e, dessa forma, a readequação da população defrontara-se com limitações à nível emocional, econômico, social e cultural. Nesta direção, o asfalto como símbolo do novo vivenciado pelos reassentados coexiste com a inviabilidade de reinvenção da realidade designada como feijão, ou seja, “em asfalto não nasce feijão”.

Por este balanço, observou-se uma configuração social catalizadora de mudanças e de alterações vivenciadas pelo estigma de perdas e de danos em relação a vários âmbitos. São rupturas que remetem a empobrecimento da vida social através da perda do acesso ao rio, às formas de sobrevivência, às relações sociais, às festas e aos cultos religiosos que não foram

reconfigurados ao ponto de diminuir a sensação de desenraizamento provocada pela mudança de um lugar a outro.

Desta maneira, as reflexões da pesquisa encaminham a necessidade de maior assistência aos reassentados pelo Consórcio, tendo em vista assistência psicológica; efetivas possibilidades de atividades de geração de renda para população de forma sustentável e/ou oportunidades para que os jovens reassentados tenham possibilidade de realizarem seus meios de vida; auxílio aos reassentados no processo de recuperação das terras dos quintais na busca por complementação da cesta alimentar da família; promoção de atividades sociais que viabilizem processos de ressocialização dos reassentados e a busca por solução cabível ao impasse jurídico sobre as extensões dos quintais.

Destaca-se, também, a necessidade de revisão das formas de intervenções promovidas no reassentamento, as quais podem ser revistas através da busca por um processo de negociação dialógico entre o empreendedor e os atingidos, para que sejam construídas novas interfaces sociais com a participação de todos na busca por solução das pendências em curso. Entrevê-se, dessa forma, a necessidade de oportunizar a reconstrução de condições de vida no mínimo próximas às condições anteriores, tendo em vista alcançar um processo de desenvolvimento socioeconômico no qual os benefícios sociais do pronunciado “desenvolvimento” pelo empreendedor sejam compartilhados a nível local.

A partir dos dados empíricos analisados, entreabrem-se outras possibilidades de pesquisas científicas, por exemplo, investigar como ocorreu o processo de revalidação da Licença de Operação em 2012, mesmo havendo pendências em relação à implantação do Plano de Assistência social - PAS. Outro ponto de análise relevante seria acompanhar os projetos que, atualmente, são designados como Inclusão Produtiva, se estes vêm sendo incorporados pelos reassentados como forma de sustento e se possivelmente constituirão opções de restabelecimento dos meios de vida. Ademais, visualiza-se a importância de acompanhar se o processo de mediação social que vem sendo realizado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE será um meio efetivo de resolução dos embates e tensões entre os atingidos e o empreendedor.

Embora a pesquisa tenha se realizado como um estudo de caso específico, espera-se que os dados empíricos levantados a campo possam contribuir para se pensar a equação do

desenvolvimento concernente à necessidade de energia elétrica demandada pela sociedade contemporânea e as formas que esta é gerada, considerando, sobretudo, as implicações sociais em suas múltiplas dimensões para que as marcas dos custos do desenvolvimento não negligencie direitos humanos fundamentais.

Diante desse cenário, torna-se necessário a revisão pelo Estado do entrecruzamento dos trâmites burocráticos nas fases de licenciamento ambiental com fiscalizações mais efetivas nas áreas diretamente afetadas por tais empreendimentos. Por conseguinte, o Estado assume papel fundamental no monitoramento dos impactos causados com maior controle socioeconômico e ambiental, como também a fomentação de políticas ambientais mais participativas para que as demandas daqueles que estão em fase com grandes projetos de infraestrutura possam ser melhor avaliadas e incorporadas antes da liberação das licenças que viabilizam o funcionamento das hidrelétricas.

Por fim, se há certa previsibilidade de ocorrência das usinas como fato social e institucionalmente construído, em contrapartida, não se deve analisar com cautela, como parte de um único processo, os altos riscos de empobrecimento das diversas dimensões sociais daqueles que sofrem o processo de deslocamento e de reassentamento sob o fenômeno da hidroeletricidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BABO-LANÇA, Isabel. Reprodutibilidade do acontecimento na ordem institucional. Conferência de abertura do I Colóquio de Imagem e Sociabilidade. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BARROS, Juliana Neves e SYLVESTRE, Marie-Eve. Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga. Rio de Janeiro: justiça Global; Ponte Nova, MG: MAB, 2004. 112p

BORGES, Reinaldo Sebastião; SILVA, Vicente de Paulo. USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL: a relação de afetividades dos atingidos com os lugares inundados pelos reservatórios. CAMINHOS DE GEOGRAFIA - Revista *on-line*, 2011. Disponível em:<<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>.

BORTONE, Fabiane Aparecida Silva. Da antiga à nova Soberbo: contradições da modernidade no processo de deslocamento/reassentamento das famílias atingidas pela UHE Candonga. Viçosa, MG: UFV, 2008. 117 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, 2008.

BORTONE, Fabiane Aparecida Silva.; LUDWIG, Márcia Pinheiro. É hora de partir: o contexto em que se deu o deslocamento das famílias atingidas pela construção da hidrelétrica Candonga. Estudo & debates, Lajeado, v. 17, n. 2, p. 25-44, 2010.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. T.A. Queiroz: São Paulo, 1983.

BRASIL. CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA – EDDH. Comissão Especial: “Atingidos por Barragens”. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Comissão executiva, Brasília, 2006.

CENTRO LEGAL DE DEFENSORES DO MEIO AMBIENTE – EDLC. Disponível em: <www.edlc.org> Acesso em: 30 Nov. 2011.

CERNEA, Michael. Involuntary resettlement: social research, policy, and planning. In: Putting people first – Sociological Variables in rural development. The International Bank for Reconstruction and Development. World Bank, 1994.

CHAMBERS, Robert.; CONWAY, Gordon. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. IDS discussion paper, Brighton (UK), n. 296. p.1-33.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 8-67.

COELHO, France Maria Gontijo. A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos. Ed. UFV, Viçosa, 2005. 132 p.

CONSÓRCIO CANDONGA - Usina Hidrelétrica Risoleta Neves – UHE CANDONGA. Aditya Birla Novelis / Vale. N. Ref.: CC-CAF-067-11. 2011. Disponível em:

<<http://www.business-humanrights.org/media/documents/vale-resposta-edlc-2011.pdf>>.
Acesso em: 30 Nov. 2011.

CORPORACIÓN FINANCIERA INTERNACIONAL (CFI) - Banco Mundial. Manual para la preparación de un plan de acción para el reasentamiento. Departamento de Medio Ambiental y Desarrollo Social: Promoción de inversiones privadas sostenibles. Banco Mundial. [2005]. 117 p. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/64822472/Manual-para-la-preparacion-de-un-plan-de-accion-para-el-reasentamiento>>. Acesso em 29 jun. 2013.

CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL (CFI) – Banco Mundial. Notas de Orientação da Corporação Financeira Internacional: Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental. Jun. 2007. 157 p. Disponível em:< [http://www.gcgf.org/ifcextsustainability.nsf/AttachmentsByTitlepol_GuidanceNote2007_full_Portuguese\\$FILEFull_Updated+GN_Portuguese.pdf#page=140](http://www.gcgf.org/ifcextsustainability.nsf/AttachmentsByTitlepol_GuidanceNote2007_full_Portuguese$FILEFull_Updated+GN_Portuguese.pdf#page=140)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

COSTA, Rosely Gomes. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. Revista de Estudos Feministas, São Paulo, v. 2, p. 339-356, 2002.

DEPONTI, Cidonea Machado. Desmistificando a intervenção para o desenvolvimento à luz da perspectiva orientada ao ator. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção - Agricultura Familiar, políticas públicas e inclusão social, 2007, Fortaleza. VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção - Agricultura Familiar, políticas públicas e inclusão social, 2007. Disponível em:< http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/resumos_trab/19.htm>. Acesso em: abr. 2012.

DEPONTI, Cidonea Machado. Intervenção para o desenvolvimento rural: o caso da extensão rural pública do rio grande do sul. Porto alegre, 2010. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO EMANCIPADOR (DRPE) DA COMUNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO SOBERBO, MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO/ MG. Viçosa: OSCIP, 2004. 84 p. Relatório.

ELLIS, Franklin. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000.

FONSECA, Vanessa; SIQUEIRA, Deyvison Lopes; GALIZONI, Flavia Maria; AYRES, Eduardo Charles Barbosa, RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhaes, TEIXEIRA, Michele da Silva. Colóquio: Barragem de Irapé um balanço das consequências sociais. In: III ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS. 30 novembro a 03 de dezembro de 2010. Belém (PA). Disponível em:< <http://www.ecsbarragens.ufpa.br/site/cd/ARQUIVOS/GT4-161-137-20101117203042.pdf>>.
Acesso em: 20 Nov. 2012.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de Pesquisa. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e mistos. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HAGUETE, T. M. F. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, Vol. 1, 1992.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

HENBICK, Paul *et al.* Livelihoods and Landscapes: The people of Guquka and Koloni and their Resources. (org.) Hebinck, Paul and Lent, C. Peter. Leiden. Brill, Leiden, Boston, 2007.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=315740&search=minas-gerais|santa-cruz-do-escalvado>> Acesso em: 20 jul. 2013.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: As representações sociais. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 17-44, 2001.

MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

KOCK, Ingedore Grundelf Villaça. A inter-ação pela linguagem. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003. 134 p.

LAGES, Anabelle; PENIDO, Marina. O Paradigma Desenvolvimentista e o Destino dos Atingidos: para onde deságuam os preceitos da Justiça Ambiental? Unimontes, Sessão de comunicação, 2008. Disponível em: <<http://www.coloquiointernacional.unimontes.br/2008/arquivos/79anabellesantoslages.pdf>> Acesso em: 02 Jan. 2012.

LANA, Campos de Cerqueira Lana; FRANÇA, Renné Oliveira. “Do cotidiano ao acontecimento, do acontecimento ao cotidiano”. In: E-Compós, Brasília/DF, Vol. 11, nº 3, 2008, pp. 01-13.

LASCHEFSKI, Klemens. Licenciamento ambiental - as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: As tensões do lugar - hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. (Org): Andréa Zhouiri. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

LETURQ, Guillaume. A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil. II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas, Salvador: Brasil, 2007. Disponível em: http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/38/10/79/PDF/Artigo_-_II_Encontro_Barragens_-_G._Leturcq.pdf

LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO NO BRASIL – (LEHB): Uma contribuição para o debate. Vol. III. Anexos técnicos. Banco Mundial. 28 mar. 2008. 154 p. Disponível em: < http://siteresources.worldbank.org/EXTWAT/Resources/4602122-1214578930250/Anexos_Tecnicos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

LONG, Norman. Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social: El Colegio de San Luis, 2007.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed., São Paulo:Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – (MME). Avaliação Ambiental do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – PROJETO META/MME /Banco Mundial – 2011/2014. Jun. 2011. 151 p. Disponível em:<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=9&cad=rja&ved=0CFcQFjAI&url=http%3A%2F%2Fwww.mme.gov.br%2Fmme%2Fgalerias%2Farquivos%2FAvaliao_Ambiental_-_Projeto_META_-_versao_para_consulta_publica.doc&ei=u_ZvUrm6HK634APbp4HgCQ&usg=AFQjCNHOR14eNB6HAwIlwYWD7wcBzWKeMA&bvm=bv.55123115,d.eW0>. Acesso em: 01 out. 2012.

MINISTÉRIO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (DFID) - Manual de Orientação sobre meios de vida sustentáveis. 2001. Disponível em: <<http://community.eldis.org/.59c21877/PO-GS1.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2012

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Oral e memória: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1992.

MUNIZ BRAGA, Gracilene Maria Almeida. Os impactos sócio-ambientais decorrentes da construção de hidrelétricas: releitura do caso de candonga. 2008. 90 p. Especialização (Especialização em Direito Ambiental) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG.

NOBREGA, Renata da Silva. OS ATINGIDOS POR BARRAGEM: refugiados de um guerra desconhecida. Rev. Inter. Mob. Hum., Brasília, Ano XIX, Nº 36, p. 125-143, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/251/233m>

OLIVER-SMITH, Anthony. Development and dispossession: the crisis of forced displacement and resettlement. The school for advanced research advanced seminar series. 1st ed. 2009.

OLIVER-SMITH, Anthony. Defying displacement: grassroots resistance and the critique of development. University of Texas Press. First ed. 2010.

PENIDO, Marina. A hidrelétrica de Candonga/MG e a Produção capitalista do Espaço: Conflitos, Resistências e Re-existência do lugar. In: IV Encontro Nacional de Anppas, Brasília/DF – Brasil. Jun. de 2008.

PERONDI, Miguel Angelo. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. Porto alegre, 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

PINTO, Vero Franklin Sardinha. Conflitos socioambientais em licenciamento de hidrelétricas: o caso de candonga. 2005. 171 p. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociência IGC/UFMG) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

PINTO, Vero Franklin Sardinha; PEREIRA, Doralice Barros. Resistência contra a soberba: conflitos socioambientais na hidrelétrica de Candonga. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2005, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: 2005.

QUERÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: TRAJECTOS. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa: ISCTE, n. 6, 2005. Pp. 59-74.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. Novos Estudos: CEBRAP, São Paulo, n. 80. 2008. Pp 109-125. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a08n80.pdf>>. Acesso em 23 de março 2013.

ROTHMAN, Franklin Daniel. Vidas alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org). Viçosa: Editora UFV, 2008. 344 p.

SCOONES, Ian. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. IDS Working Paper, Brighton, n. 72, p. 1-22, 1998.

SCUDDER, Thayer. Resettlement Theory and the Kariba Case: An Anthropology of Resettlement. Chapter 2, pp.25-47 In: OLIVER-SMITH, Anthony. Development and dispossession: the crisis of forced displacement and resettlement. The school for advanced research advanced seminar series. 1st ed. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE, Governo do Estado de Minas Gerais. Relatório de atuação da SEDESE: processo de negociação entre os atingidos e empreendedores da UHE Candonga (Anexo I). 24 out. 2012. Disponível em: <<http://www.social.mg.gov.br/index.php/anexos-do-relatorio-final.html>> Acesso em: 09 nov. 2012.

SELLTIZ, WRIGHTSMAN E COOK. Métodos de pesquisa nas relações sociais. 4a ed. São Paulo: EPU, 1987 (volume 2).

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens (1986). Disponível em:<http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_18/rbcs18_02.htm>. Acesso em: 20 nov. 2012.

SHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 18, n. 51 São Paulo, fev. 2003, 24 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 10 de set. 2011.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ZONA DA MATA – (SUPRAM). Processo integrado de regularização ambiental, Parecer único: 514032. Zona da Mata, 15 ago. 2008.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado – História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “Atingido”: Uma Revisão do Debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Org.). Vidas Alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: ED.UFV, 2008. Cap. 3, p. 39-63.

VERDEJO, Miguel Exposito. Diagnóstico rural participativo: guia prático de DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006. 62 p. Disponível em:<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Guia_DRP_Parte_1.pdf>. Acesso em: 02 jul.12.

WET, Chris de. Does Development Displace Ethics?: The Challenge of Forced Resettlement. Chapter 4, pp.77-96. In: OLIVER-SMITH, Anthony. Development and dispossession: the crisis of forced displacement and resettlement. The school for advanced research advanced seminar series. 1st ed. 2009

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Traduzido por Daniel Gressi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemes; PEREIRA, Doralice de Barros. A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, Andréa (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.) Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

ANEXOS

ANEXO A - PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ABORDADOS PELO QUESTIONÁRIO E HISTÓRIA ORAL

Das 20 famílias abordadas pelo questionário tem-se que 55% dos respondentes são do sexo feminino e 45% do sexo masculino, tendo, portanto, uma distribuição da amostra por aproximação dos sexos. Em relação à distribuição dos respondentes por idade, tem-se uma distribuição diversificada da faixa etária como apresentado no gráfico à esquerda.

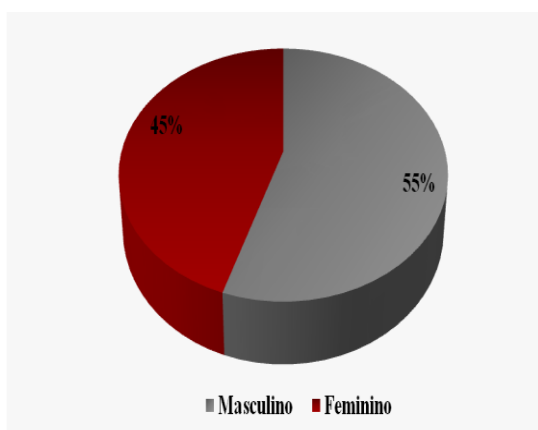


Gráfico 15 - Sexo
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

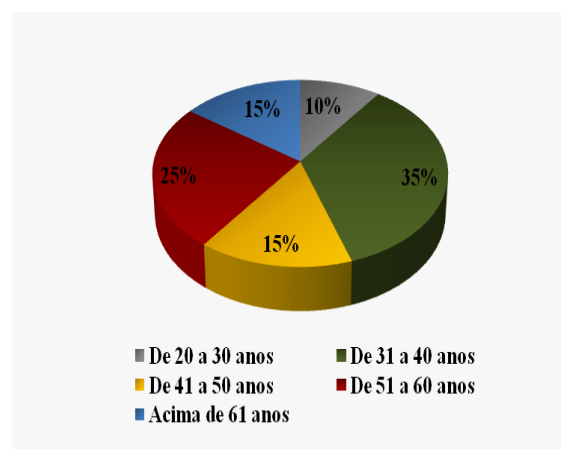


Gráfico 16 - Idade
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

O que predomina entre o Estado Civil é parcela igual entre o número de casados e os solteiros na margem de 35% cada. Sendo o restante divorciado, viúvo ou laços de união estável. A religiosidade distribui-se entre a maioria católica, parcela evangélica e o restante não possuía religião, ou seja, não estavam frequentemente ligados a uma instituição formal no exercício da religiosidade.

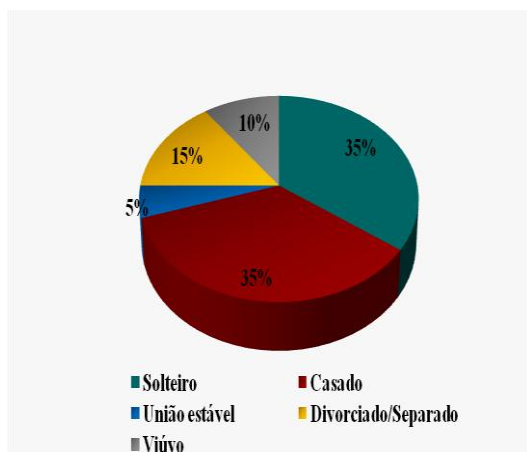


Gráfico 17 - Estado Civil
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

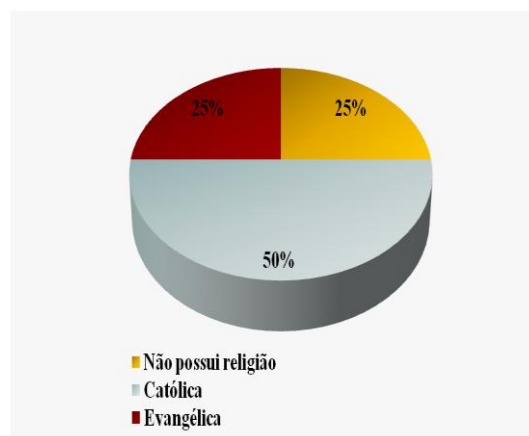


Gráfico 18 - Religião
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

O grau de escolaridade predominante demonstra um percentual de 70% daqueles que se declaram como tendo cursado somente o Ensino Fundamental Incompleto. Caracterizando, portanto, a maioria dos abordados com poucos anos de escolaridade formal.

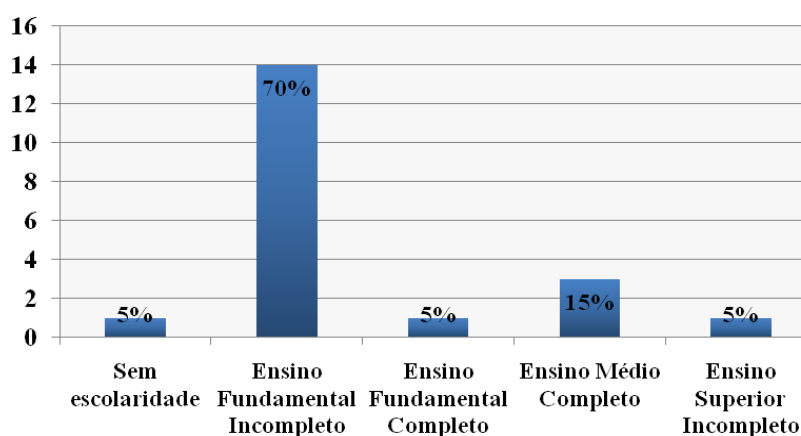


Gráfico 19 - Escolaridade
Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Houve entre os entrevistados, a predominância da figura paterna como o responsável pelo provimento da família, como demonstra 55% dos abordados, outra parcela, 30% das famílias, são gerenciadas pela figura materna. O restante ou é de responsabilidade dos filhos ou da figura dos avôs.

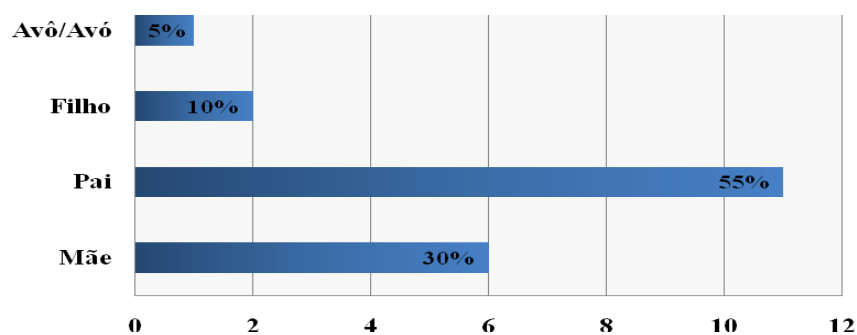


Gráfico 20 - Responsável pela família

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012.

Dos 7 abordados pela técnica de história oral tem-se um percentual de 57% do público feminino e 43% do público masculino. Com relação à faixa etária, a maioria possuía acima de 60 anos e estado civil casados. Já em relação à profissão, destacou-se a condição de pensionistas e/ou aposentados.

ANEXO B - QUESTIONÁRIO UTILIZADO A CAMPO

Entrevistador responsável:

Data da entrevista: __/__/2012

Número de identificação do Questionário: _____

Identificação do entrevistado e caracterização socioeconômica:

1. Localização _____ da _____ Casa.
Número: _____ Rua: _____
2. Primeiro Nome: _____
3. Idade: () 1-De 20 a 30 anos () 2-De 31 a 40 anos () 3-De 41 a 50 anos () 4-De 51 a 60 anos () 5-Acima de 61 anos
4. Sexo: () 1-Masculino () 2-Feminino
5. Estado civil: () 1-Solteiro () 2-Casado () 3-União estável () 4-Divorciado/separado () 5-Viúvo
6. Número de membros na família: () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9
7. Quem é o responsável pela família: () 1-Mãe () 2-Pai () 3-Filho () 4-Avô/Avó () 5-Neto () 6-Genro/Nora () 7-Outro parente () 8-Agregado
8. Escolaridade (Anos de estudo): () 0-Sem escol. () 1-Ens. Fund. Inc () 2-Ens. Fund. Compl. () 3-Ens. Méd. Inc. () 4-Ens. Méd. Compl. () 5-Ens. Sup. Inc. () 6-Ens. Sup. Compl.
9. Qual a sua religião? () 1-Não possui religião () 2-Católica () 3-Evangélico () 4-Espírita () 5-Outra.Qual: _____

Espaços de sociabilidade, espaço da casa e do quintal:

10. Quando você mudou para Nova Soberbo? Mês: _____ Ano: _____
11. Dos vizinhos que moravam próximo a você na Velha Soberbo, quantos deles continuaram sendo seus vizinhos após a mudança para Nova Soberbo? () 1-Todos eles () 2-A maioria deles () 3-Alguns deles () 4-Nenhum deles
12. Sobre as relações que antes você e sua família mantiam com outras pessoas da comunidade, como encontros, conversas em praças etc. Você acha que atualmente estes contatos: () 1-Acontecem com mais frequência () 2-Acontecem com a mesma frequência () 3-Acontecem com menos frequência. Por que você acha isto?

13. Tendo como referência locais públicos utilizados pelos moradores para conversas e bate papos na Velha Soberbo, você diria que na Nova Soberbo, estes espaços: () 1-Não existem () 2- Existem e são melhores que os antigos () 3- Existem da mesma forma como os antigos () 4-Existem mas são piores que os antigos () 5-Atualmente não existe mais espaço para bate papo. Por quê?

14. Sobre as atividades culturais vivenciadas na Velha Soberbo, como festas religiosas, datas comemorativas, atividades esportivas, você diria que atualmente estas atividades: () 1- Continuam acontecer com a mesma frequência () 2- Acontecem juntamente com outras atividades novas () 3-Ainda acontecem, mas foram prejudicadas () 4- Não acontecem mais
15. Você citaria alguma que acontecia e não acontece mais?

16. Se atualmente você participa de alguma atividade cultural, qual é esta atividade e quando ocorre?

17. Após a mudança para Nova Soberbo, alguma pessoa da sua família saiu de casa? () 1-Sim () 2-Não. Se sim, qual o motivo?

18. Qual a situação de sua casa? () 1- Recebida do consórcio com escritura () 2-Recebida do consórcio sem escritura () 3- Alugada () 4-Emprestada () 5-Comprada

19. De forma geral, o que você acha da casa em Nova Soberbo. Escolha uma opção entre as dadas abaixo: () 1-Péssima () 2-Ruim () 3-Nem ruim, nem boa () 4-Boa () 5-Ótima. Por que?_____

20. Qual o uso que a família faz atualmente da residência? () 1-Somente morada () 2-Morada/comércio () 3-Morada/prestação de serviço. Em caso de algum comércio e prestação de serviço, quais são:

Comércio:_____

Prestação de Serviço:_____

21. Marque a principal utilidade do quintal para a família: () 1-Lazer () 2-Cultivo de hortaliças e frutas () 3-Criação de pequenos animais (para consumo/venda ou troca) () 4-Cultivo de hortaliças/frutas e criações de pequenos animais () 5-armazenamento de utensílios () 6-sem utilidade () 7- Outra. Qual?_____

22. Nestes espaços há alguma atividade praticada que auxilia no consumo da família? () 1-Sim () 2-Não. Se sim, quais os principais alimentos como carnes, frutas, verduras etc._____

23. Há algum produto tirado do quintal que é vendido ou trocado na comunidade ou em outro lugar? () 1-Sim () 2-Não. Se sim, qual (is), que valor ou que quantidade?

24. Na sua opinião, o quintal em Nova Soberbo difere muito da Velho Soberbo? () 1- Sim () 2-Não. Se sim, qual (is) as principais diferenças em relação ao antigo quintal?_____

25. Na Velha Soberbo, qual o trabalho que você e sua família realizava? Favor citar em ordem de importância as principais fontes de renda? Ex: Assalariado, autônomo rural/urbano, aposentado etc.

1:_____

2:_____

3:_____

26. A família possuía algum vínculo com a terra ou com o rio que permitia obter alimentos ou produtos? () 1-Sim () 2-Não. Se sim, favor preencher o quadro abaixo com os principais cultivos:

Da terra/cultivo	Vendia algum	Trocava algum
Extraía sem cultivo		

Do Rio	Vendia algum	Trocava algum

27. Poderia falar um pouco mais da sua relação com o rio? De forma geral, como você via o rio na sua vida.

28. Qual era a porcentagem (mais ou menos) dos alimentos consumidos por você na Antiga Soberbo que eram produzidos pela família? () 1-Menos de 25% () 2-De 25% a 50% () 3- De 50% a 75% () 4- Mais de 75% () 4- Quase 100%

29. Atualmente, qual é a porcentagem (mais ou menos) dos alimentos consumidos por você em Nova Soberbo que são produzidos pela família? () 1-Menos de 25% () 2-De 25% a 50% () 3- De 50% a 75% () 4- Mais de 75% () 4- Quase 100%

30. Atualmente, qual o trabalho que você e sua família realiza? Favor citar em ordem de importância as principais fontes de renda? Ex: Assalariado, autônomo rural/urbano, aposentado etc.

1: _____

2: _____

3: _____

31. Atualmente, a família possuiu algum vínculo com a terra ou com o rio que permite obter alimentos ou produtos? () 1- Sim () 2-Não. Se sim, favor preencher o quadro abaixo com os principais cultivos:

Da terra/cultivo	Vendia algum	Trocava algum
Extraía sem cultivo		

Do Rio	Vendia algum	Trocava algum

32. Tendo em vista todas as fontes de renda, qual a atual média da renda familiar? () 1- Até um salário mínimo (s.m.) () 2- De um a dois s.m. () 3- De dois a três s. m. () 4- De três a quatro s.m. () 5- De quatro a cinco s.m. () 6- De cinco a seis s.m () 7- Acima de seis s.m

33. Depois que você e sua família mudou para Nova Soberbo o que aconteceu com a renda familiar? () 1- Melhorou muito () 2- Melhorou parcialmente () 3- Não melhorou, nem piorou () 4- Piorou parcialmente () 5- Piorou muito. Por que?

34. Em relação aos gastos da família, o que aconteceu depois que vocês mudaram para Nova Soberbo? () 1- Aumento muito () 2- Aumentou parcialmente () 3- Não aumentou, nem diminuiu () 4- Diminuiu parcialmente () 5- Piorou muito. Por que?

Comunidade/Reassentamento:

35. Quando você compara sua vida hoje com a que você tinha na Velha Soberbo, você acha: () 1- Piorou muito () 2- Piorou () 3- Não piorou, nem melhorou () 4- Melhorou () 5- Melhorou muito

36. Como você avalia a atuação do Consórcio Candonga ao longo dos anos na busca de soluções dos problemas causados pelo deslocamento: () 1- Atuação péssima () 2- Atuação ruim () 3- Nem ruim, nem boa () 4- Atuação boa () 5- Atuação ótima

37. Atualmente qual ou quais principais problemas (desafios) enfrentados pela população de Nova Soberbo?

38. Quem você acha que é responsável a solucioná-los? () 1- A própria comunidade () 2- O Estado/prefeitura () 3- O consórcio Candonga. Por que?

39. Na sua opinião, por que os programas de geração de renda antes oferecidos pelo consórcio não foram para frente, não se desenvolveram?

40. Atualmente você participa de alguma atividade oferecida pelo consórcio? () 1- Sim () 2- Não. Se sim, qual (is)?

41. Caso tenha respondido sim. Você acha que esta (s) atividade (s) trará (ão) renda e estabilidade financeira para você e sua família futuramente? Por que?

42. Como você fica sabendo ou é informado sobre assuntos de interesse da comunidade. Cite em ordem de importância as três principais fontes de informação. Pode ser: associações, reuniões, conversas entre amigos e parentes, informes do consórcio, informes de algum movimento social ou algum outro meio de comunicação utilizado por você e sua família.

43. Existe qualquer grupo ou instituição que atuam diretamente na comunidade? Se sim, quais são eles?

44. Existe algum grupo ou instituição que permite ou ajuda você e sua família fazer alguma reivindicação?

45. Qual (is) atividade (s) você acha que poderia ser desenvolvida no Reassentamento para gerar renda a população?

46. Quando você ficou sabendo da construção da Usina Hidrelétrica Candonga, como você se sentiu? () 1-Apreensivo () 2-Com medo () 3-Indiferente () 4-Um pouco entusiasmado () 5-Muito entusiasmado () 6- Não sentiu nada. Por que?

47. Você mudou para Nova soberbo de livre e espontânea vontade? () 1-Sim () 2-Não. Por que?

48. Você viu alguma possibilidade de melhoria de vida com a instalação da Usina Candonga e a mudança para o Reassentamento? () 1-sim () 2-Não Por que?

49. Você se sente um atingido por barragem? () 1-Sim () 2-Não. Se sim, em algumas palavras como você definiria um atingido por barragem.

50. Por fim, você gostaria de falar ou colocar algo mais?

ANEXO C - ROTEIRO DE HISTÓRIA ORAL UTILIZADO A CAMPO

Entrevistador responsável:

Data da entrevista: __/__/2012

Número de identificação da entrevista: _____

Entrevistado:

Nome: _____

Idade: ____ **Sexo:** ____ **Escolaridade:** ____ **Estado Civil:** ____

Profissão: _____

Tempo I - A chegada do Consórcio Candonga a São Sebastião do Soberbo

1. Como era sua vida em São Sebastião do Soberbo?
(Onde nasceu, quando, quantos irmãos tinha, quais as atividades dos pais, há algum fato marcante que mudou sua vida, qual?)
2. O que você fazia para sobreviver? Tinha uma profissão?
(Havia posse de terra? Ou acesso a alguma área de cultivo. O quê e como se produzia. Qual era sua relação com o rio?)
3. Como era sua relação com os vizinhos?
4. Como era sua relação com a comunidade? Participava de algum mutirão, trocas de dia de serviços, troca de produtos, ou ainda, participava de reuniões, ou alguma outra atividade coletiva?
5. Participava de atividades sociais como esporte, passeios, caça, festas, jogos, religião, lazer. (Ou alguma que realizava sozinho).
6. Quando você ficou sabendo da possibilidade da construção da Usina o que você pensou?
7. No momento que você tomou conhecimento que a comunidade ia ser inundada qual foi sua reação?
8. Você viu alguma possibilidade de melhoria na sua vida com instalação da Usina?

Tempo II - Processo de construção e inauguração da UHE Candonga

9. Quando você mudou para o reassentamento de Nova Soberbo?
10. Como foi este processo de mudança? Seu deslocamento?
11. Qual a primeira impressão ao ver o reassentamento?
12. Quais as principais dificuldades encontradas nos primeiros anos de moradia?
13. Quais as principais melhorias?

Tempo III - Desdobramentos sociais após a mudança para Nova Soberbo

14. Como vem sendo a vida após a mudança?
15. O que você vem fazendo para sobreviver? Trabalho, produção etc. Atualmente como você vê o rio na sua vida.
16. Como vem sendo a relação com os vizinhos?
17. A partir da mudança como vem sendo sua relação com a comunidade. Participa de algum mutirão, trocas de dia de serviços, troca de produtos, ou ainda, participava de reuniões, ou alguma outra atividade coletiva?
18. Participa de atividades sociais como esporte, passeios, caça, festas, jogos, religião, lazer.

- | |
|---|
| <p>19. Você se considera um atingido por Barragem? Por que?</p> <p>20. O que é ser um atingido por barragem?</p> <p>21. Quais suas principais expectativas para o futuro?</p> |
|---|